

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.7, n.13, jul/dez 2019

nlep  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

APOIO
PROEX / CAPES
PPGH-UFF

Editores

Marcela Soares, UFF | Brasil

Pedro Cassiano CEFET | Brasil

Tatiana Poggi UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Álvaro Martins

Andréa Santos Baca

Edson Mendonça Eduardo Sá Barreto

João Leonardo Gomes Medeiros

Renake B. David das Neves

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.7, n.13, jul/dez 2019

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.7, n.13, jul/dez 2019. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

181 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

267 Editorial

Artigos

272 Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca

295 Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!

Adriano Lopes Almeida Teixeira

319 Lenguaje y política en *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx

Javier Balsa

344 Economia de Troca de Presentes. Para uma Teoria do Modo de Produção Pré-Capitalista (parte 2)

João Bernardo

383 As revoltas por democracia socialista no “bloco soviético” e as transformações do stalinismo (1953-56)

Marcio Lauria Monteiro

408 Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina

Gustavo Santos da Silva

Notas críticas

431 Bolívia: del progresismo al golpe de Estado y la réplica de Guaidó

Adrián Sotelo Valencia

435 El gobierno trucho y la resistencia indígena-popular
en Bolivia.

Adrián Sotelo Valencia

Editorial

Diante de um contexto de inúmeros retrocessos políticos, sociais e econômicos, a publicação do décimo terceiro número da Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP pode ser encarada como uma forma de resistência aos constantes ataques à produção científica no geral e uma defesa da diversidade do debate acadêmico na área das ciências sociais e humanas em particular.

Mesmo diante de golpes, como no caso da Bolívia, e rumores de golpes, como foram as constantes declarações a favor do AI-5 no Brasil, a América Latina vive um cenário de resistência à contrainsurgência de governos que aplicaram e aplicam a cartilha neoliberal aliados à truculência necessária para a implantação desse modelo de projeto político. O Chile é o caso mais emblemático, mas existe ainda os levantes na Colômbia, Equador e a resistência indígena ocorrida na Bolívia diante da deposição do presidente Evo Morales.

Como será apresentado na seção *Notas Críticas* com contribuições do professor Adrián Sotelo Valencia, com os textos *Bolivia: del progresismo al golpe de Estado y la réplica de Guaidó* e *El gobierno trucho y la resistencia indígena-popular en Bolivia*. O professor e pesquisador do Centro de Estudios Latinoamericanos de la FCPyS da Universidad Nacional Autónoma de México apresenta como o golpe foi perpetrado pela oligarquia reacionária e racista, pelo alto comando do exército, por fascistas e paramilitares organizados em “comitês cívicos” para dar a aparência de “oposição cidadã” ao governo e patrocinados pelos Estados Unidos. Sotelo Valencia recupera Ruy Mauro Marini na análise da origem da contrainsurgência e da contrarrevolução, enquanto formas particulares da reação burguesa com semelhança ao fascismo europeu, que leva ao estabelecimento do golpe de estado sob a liderança militar na América Latina e no Caribe.

A resistência indígena-popular frente ao racismo paramilitar, que reprime o povo boliviano com crueldade e fúria sob as ordens da autoproclamada presidente, Jeanine Áñez, e militares corruptos que seguem as ordens de Washington, no emblemático ato racista de retirar e queimar a bandeira Whipla, símbolo das nações originárias. Esse movimento objetiva desnacionalizar os recursos naturais do país - com ênfase no lítio, mineral estratégico utilizado na fabricação de aço, baterias e em indústrias como a eletrônica – para transferir esses recursos para os processos de acumulação de capital nos Estados Unidos e para a oligarquia financeira.

Em nosso país, em um ano de governo reacionário de política macroeconômica *ultraliberal*, continuamos resistindo às *fake news* com as declarações do Abraham Weintraub, Ministro da Educação, que objetivam desconstruir a ideia de Universidade laica, plural, pública e socialmente referenciada. Além de evidenciar o desprezo que o atual governo possui pelo conhecimento científico, que caminha na direção das constantes e cotidianas declarações falsas ou distorcidas do Presidente da República, que até o dia 13 de dezembro de 2019 foram 542¹.

Em uma de suas declarações falsas, o Presidente afirmou que o Brasil é o país que mais preserva no mundo, contrariando dados do Banco Mundial e do *Environmental Performance Index*, nesta última pesquisa nosso país apareceu na 69ª posição. Ao ignorar temas cientificamente comprovados, a atividade das mineradoras e a fronteira agrícola se expandem, destruindo ainda mais a Amazônia, privilegiando os processos de expropriação do capital. Ao mesmo tempo, “queima” a imagem das nossas *commodities* que passam a evidenciar que a “responsabilidade social e ambiental” é uma falácia, principalmente, na periferia do mundo. E as *fake news* não se limitam à guerra de retóricas mas materializam-se em ações concretas, como foi a prisão de três brigadistas em Alter do Chão – PA, em novembro deste ano, baseados em um frágil inquérito policial, contudo forte o suficiente para atizar as declarações falsas de supostas ONG’s incendiárias na Amazônia.

Somente este ano foram 27 pessoas mortas em conflitos no campo, desse total 7 eram líderes indígenas, o maior em 11 anos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra². A política secular racista de extermínio de povos originários e da população negra é fortalecida pelo discurso governamental de ódio e intolerância e pelo “pacote anti-crime” do atual Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Casos como os das 5 crianças e dos 19 adolescentes mortos em favelas do Rio de Janeiro, somente este ano, em ações da Polícia Militar (PM), assim como a chacina no baile funk DZ7, em Paraisópolis, que matou 4 adolescentes e 5 jovens, explicitam esta política de séculos da nossa formação social.

Sensível às variadas expressões de violência e opressão, o Niep-Marx organizou em agosto a edição internacional do congresso *Marx e o Marxismo 2019: marxismo sem tabus – enfrentando opressões*. Os artigos de Rhaysa Fonseca e Marcio Lauria Monteiro são fruto de comunicações apresentadas durante o evento, gerando importantes debates entre os participantes.

A transversalidade de determinantes ontológicos da vida social como classe, gênero, raça-etnia, meio ambiente, aclaram a importância do método de análise do

¹ Verifique em <<https://aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

² Verifique em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2019/12/10/numero-de-mortes-de-lideres-indigenas-e-o-maior-em-11-anos.htm>>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

real. Neste sentido que o artigo *Contribuições da teoria da reprodução social para o debate contemporâneo sobre as opressões* de Rhaysa Fonseca apresenta as principais contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para o debate de opressões no capitalismo, relacionando gênero, classe e raça. Ancorada no princípio da totalidade social, a TRS é considerada hoje um dos campos mais pujantes e críticos dos escritos feministas, compreendendo de forma integrada opressões identitárias, exploração e alienação sob o Capital.

Já Adriano Lopes Almeida Teixeira objetiva em seu artigo não utilizar análises frequentes sobre a relação entre Marx e os economistas clássicos. Em *Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!*, Teixeira busca realçar que Marx em seu método de apreensão do real, por meio do movimento de suprassunção (*Aufhebung*) supera a Economia Política clássica e chega ao fim não sendo nem o Marx filósofo, nem o Marx economista, mas o Marx crítico da Economia Política.

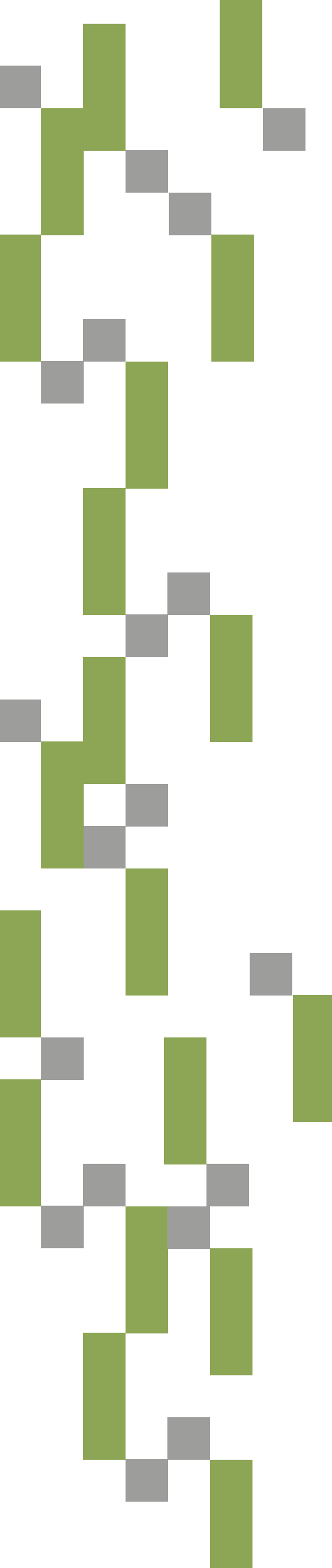
O artigo intitulado *Lenguaje y política en El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte de Karl Marx* de Javier Balsa realiza uma análise sobre *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, entendido como um esforço de Marx em compreender a “luta por significados” no campo da linguagem política na França em meados do século XIX. Assim o processo revolucionário não estaria restrito apenas à tomada do poder, mas inclui a disputa simbólica da política, envolvendo a construção e resignificação da história, de heróis e categorias.

Trazemos ainda a segunda parte do artigo de João Bernardo intitulado *Economia de trocas de presentes* – a primeira parte foi publicada na edição anterior. Bernardo continua sua análise sobre o modelo de produção e trocas em sociedades pré-capitalistas como um sistema de troca de presentes denominado por Marcel Mauss como *potlatch*, focalizando a questão da dádiva e das espoliações como uma dialética da troca e os processos de reprodução simples e ampliada nessas sociedades.

O artigo de Márcio Lauria Monteiro *As revoltas por democracia socialista no “bloco soviético” e as transformações do Stalinismo (1953-56)* versa sobre as revoltas e contradições intrínsecas aos regimes socialistas do Leste Europeu. O processo de expansão do stalinismo e conseqüente construção de ditaduras burocráticas no Leste enfrentou variados tipos de resistência nos diferentes países na busca por uma democracia socialista. Os confrontos entre as perspectivas conservadoras, alinhadas com a burocracia, e reformadoras, ligadas aos grupos resistentes, constituem chave fundamental para a compreensão do processo de desagregação do bloco soviético em fins do século XX.

Neste número publicamos além das *Notas Críticas* com a análise de Adrián Sotelo Valencia dentro da perspectiva da Teoria Marxista da Dependência – TMD, o artigo *Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina* de Gustavo Santos da Silva. No qual o autor retoma importantes

contribuições da TMD como *Estado de Contrainsurgência e Superexploração da Força de Trabalho* e apresenta o valioso e atual debate entre Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos sobre as particularidades dos Estados de exceção, do fascismo e dos antigos e novos dilemas latino-americanos nos países de capitalismo dependente.



ARTIGOS

Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões

Contributions of Social Reproduction Theory to the contemporary debate on oppressions

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca*

Resumo

Este artigo apresenta uma breve reconstrução da história e do que considera as principais contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para o debate contemporâneo sobre as múltiplas relações de opressão – como gênero, raça e classe – no capitalismo. Embora a perspectiva feminista-marxista da reprodução social tenha uma história mais antiga, por TRS compreende-se o recém-formado campo de diálogo liderado por Tithi Bhattacharya, e pelas autoras que subscrevem o manifesto internacionalista *Feminismo para os 99%*, publicado no Brasil em março de 2019. Este conforma hoje um dos setores mais pulsantes e críticos do movimento feminista mundial, e tem em seu centro o objetivo de desenvolver uma compreensão unitária das relações de opressão, exploração e alienação que compõem a realidade social no mundo em que vivemos. Tal compreensão tem em seu centro um resgate da noção de totalidade social tal qual desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse*.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Feminismo Marxista. Opressões.

Abstract

*This article presents a brief reconstruction of Social Reproduction Theory (SRT) history and of what I consider its main contributions to the contemporary debate on multiple relations of oppression – such as gender, race and class – in capitalism. Although the Feminist-Marxist perspective of social reproduction has an older history, by SRT we understand the new field of dialogue led by Tithi Bhattacharya, and by the authors who subscribe to the internationalist manifesto *Feminism for the 99%*, published in Brazil in March 2019. This is one of the most pulsating and critical sectors of the worldwide feminist movement and aims to develop a unitary understanding of the relations of oppression, exploitation and alienation that make up social reality in the world in which we live. Such an understanding has at its centre a return to the notion of social totality as developed by Karl Marx on his *Grundrisse*.*

Keywords: Social Reproduction Theory. Feminism-Marxist. Oppressions.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução: revisitando o debate sobre o trabalho doméstico, entendendo o “ponto de partida”

A perspectiva unitária da reprodução social é fruto de um acúmulo histórico de debates feministas-socialistas, sobretudo aqueles que se concentraram no que ficou conhecido como “Debate sobre o trabalho doméstico” da década de 1970 (*Domestic labour debate*, a partir daqui “Debate”). Iniciado em 1969 com a publicação do artigo *The political economy of women’s liberation*¹ de Margaret Benston (1973 [1969]) nos Estados Unidos da América (EUA), este Debate tomou a forma de uma série de artigos discutidos por intelectuais feministas-marxistas do Norte Global e buscou levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teorização marxista sobre o capitalismo (Morton, 1972 [1970]; Dalla Costa e James, 1975 [1971]; Secombe, 1974). Este Debate se ocupou de duas questões centrais e interligadas sobre a natureza do trabalho doméstico naquelas sociedades: (1) se ele produzia mais-valia ou valor (e, portanto, se era produtivo ou improdutivo); e (2) se ele constituía um modo de produção distinto, análogo, ou se era parte do próprio modo de produção capitalista.

Em linhas gerais, no âmbito deste Debate, o termo *trabalho doméstico* passou a referir-se não só ao trabalho diário e não-remunerado de execução das tarefas domésticas, como às tarefas de cuidado relacionadas à gestação, parto, amamentação, criação das crianças e manutenção dos idosos e doentes no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por esposas, mães e irmãs. Para estas autoras, teorizar o trabalho doméstico e sua relação com a produção capitalista seria fundamental para entender a subordinação das mulheres no capitalismo. As principais divergências se situavam, entretanto, em como conceituar essa relação a partir de uma perspectiva simultaneamente feminista e marxista. Por exemplo, a discussão acerca da definição da categoria marxiana *trabalho produtivo*² foi política e teoricamente central para os debates sobre o trabalho doméstico. Tal centralidade devia-se, sobretudo, ao desdobramento analítico de tal categorização em relação à determinação da posição de classe dos indivíduos: por muito tempo, no interior da tradição marxista, predominou a ideia de que “o proletariado” se restringia ao grupo de trabalhadores assalariados que desempenhavam trabalho produtivo, em uma concepção restrita de classe trabalhadora. Na década de 1970, excluir o trabalho doméstico realizado pelas mulheres da esfera do trabalho produtivo significava, na prática, excluí-las da condição de proletárias, i.e., de sujeito revolucionário.

De um modo geral, duas posições emergiram desse debate: a) uma mais

¹ Em uma tradução livre, “*A economia política da libertação das mulheres*”.

² Em resumo, para Marx (2013 [1867]), o trabalho produtivo sob o capitalismo é o trabalho que tem o fim de fornecer mais-valia.

ligada à ideia de que o trabalho realizado pelas mulheres seria produtivo, pois o trabalho doméstico produziria a mercadoria *força de trabalho*, ou seja, seria produtor de mais-valia. Aquelas pessoas que o desempenhavam – historicamente, as mulheres – seriam exploradas, e deveriam se organizar contra sua exploração e exploradores (definidos tanto como capitalistas, quanto como os homens em geral); b) outra ligada à noção de que o trabalho doméstico não seria produtivo, pois produziria apenas valores de uso para o consumo imediato dos membros da família e do trabalhador assalariado, e assim contribuiria para a manutenção geral e a renovação da sua força de trabalho de forma essencial ao funcionamento da produção capitalista. Como veremos mais adiante, é desta última posição que a perspectiva unitária da reprodução social irá emergir.

Ainda que a primeira posição – cujo maior expoente fora a contribuição de Dalla Costa e James (1975 [1971]), que culminou no movimento *Salários para o trabalho doméstico* – tivesse um correlato direto na estratégia política da luta feminista da época³, progressivamente, o Debate distanciou-se do movimento de mulheres. Isto porque ele girou em torno de uma discussão abstrata sobre o status teórico do trabalho doméstico não-remunerado, restrita a elaborações da teoria marxista geralmente impressas em periódicos acadêmicos britânicos ou norte-americanos. Tal discussão pouco dizia para as ativistas que, no auge do movimento feminista, se levantavam contra pautas concretas como a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e, sobretudo, a violência de gênero perpetrada sistematicamente por homens contra mulheres, inclusive no interior dos movimentos de trabalhadores. Embora questões políticas críticas estivessem em jogo – como contra que tipo de opressão ou contra quem lutar –, elas raramente se explicitavam como centro deste Debate.

Segundo Vogel (1981, p. 204), rapidamente a maior parte das ativistas feministas passou a considerar o debate sobre o trabalho doméstico como “um obscuro exercício do pedantismo marxista”, irrelevante para a organização e luta política feminista. Assim, no começo da década de 1980, “a maioria das feministas-socialistas decidira se mover ‘para além do debate interno sobre o trabalho’” (Vogel, 2013 [2000], p. 185, tradução minha). Para a autora, restou apenas “a ambiguidade, a imprecisão conceitual, a circularidade e as pontas soltas de um projeto inacabado” (*ibidem*, p. 185). Assim, o Debate permaneceu indefinido e deixou uma série de questões em aberto.

Neste sentido, cabe ressaltar duas lacunas centrais. Em primeiro lugar, é notável que suas contribuições não só partiam da condição social das mulheres brancas inseridas nos Estados de bem-estar social do Norte Global, como univer-

³ Dentre outros elementos, esta contribuição identificava claramente os homens ou a figura do marido como instrumento da exploração capitalista da mulher no lar, conferindo à luta prática um direcionamento mais concreto.

salizavam tal condição como pressuposto de suas análises econômicas e políticas sobre o capitalismo. Por consequência, as elaborações teóricas ignoravam as diferenças concretas das mulheres negras e migrantes inseridas no setor concorrencial da economia mesmo no interior destes Estados (O Connor, 1973), não tinham qualquer interface com as questões raciais, eram indiferentes à realidade do Sul Global e às lutas anticoloniais e antirracistas que eclodiam em todo o mundo naquela época. Com exceção de Dalla Costa e James (1975 [1971]), as contribuições sequer mencionavam o massivo movimento radical negro que tomara conta do cenário político nos EUA na década de 1960 – país que figurou também como um dos principais palcos do Debate feminista-socialista, iniciado em 1969.

Em segundo lugar, restava a questão central acerca da natureza da relação entre o trabalho doméstico – e, portanto, da condição de opressão das mulheres – e o modo de produção capitalista. Não raro, as autoras envolvidas no Debate convergiam para a conclusão de que “possivelmente”, o trabalho doméstico seria um modo de produção próprio, que seguiria uma lógica distinta, pré ou não-capitalista (Vogel, 2013 [1983], p. 28-29). Tal questão se confundia ainda, com a problemática de como relacionar teoria feminista e marxismo. Em 1975, Heidi Hartmann expressou sua decepção com os limites do Debate, no artigo *The unhappy marriage of marxism and feminism*⁴, publicado pela primeira vez nos EUA. Este foi o primeiro trabalho a teorizar uma perspectiva dualista contra “o reducionismo econômico e o funcionalismo” produzidos pela tentativa de construção de uma teoria que tentara unir o marxismo – a análise do modo de produção capitalista – e o feminismo – a análise do patriarcado.

Para a autora, as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia sempre subordinada à análise marxista (Hartmann, 1981 [1975]). No âmbito da *práxis*, o setor socialista do movimento feminista vinha perdendo espaço para o setor liberal diante da ambivalência da esquerda socialista em tratar a “questão da mulher” e o “conflito entre os sexos”, bem como a falha em abordar questões relacionadas à vida cotidiana das mulheres. Assim, segundo a autora, o melhor para entender a dinâmica entre essas relações seria a adoção conjunta de dois paradigmas de análise distintos e por vezes contraditórios: de um lado, o marxista para a descrição do capitalismo; de outro, o feminista para a compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma.

Poucos comentaristas à época discordaram da análise de Hartmann, e outras intelectuais feministas não só defendiam a mesma perspectiva, como buscavam ampliá-la para uma teoria dos sistemas triplos, que incluiria o racismo como

⁴ Em uma tradução livre, “*O casamento infeliz do marxismo e do feminismo*”.

mais um sistema autônomo (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 29-32; Arruzza, 2015). Ainda que não descartassem totalmente o marxismo para a análise das relações econômicas, sua capacidade explicativa a respeito da opressão das mulheres perdeu credibilidade e a perspectiva dualista rapidamente se tornou hegemônica na teorização feminista-socialista a partir do final da década de 1970, ganhando espaço sobretudo nas teorizações do materialismo francês e do feminismo radical (Arruzza, 2019 [2010], p. 101-123). Até hoje tal perspectiva permanece hegemônica e aparece também como fundamento para o estudo do intercruzamento de múltiplas relações de opressão, como propõe a *interseccionalidade*⁵.

Embora representantes de uma vertente minoritária, ainda na década de 1970, houve quem permanecesse fiel à tentativa de produzir uma teorização marxista unitária da opressão das mulheres, denunciando as falhas de uma perspectiva dualista. Para estas autoras, o tipo de teorização proposto por Hartmann era incapaz, do ponto de vista lógico e histórico, de fornecer uma explicação consistente das dinâmicas existentes entre a exploração capitalista e a opressão de gênero, reproduzindo, ironicamente, a posição que tentava evitar: a ideia de que o modo de produção capitalista – a “lógica do valor” – poderia se reproduzir independentemente das relações de opressão e vice-versa. Ou seja, recorrentemente, reforçava uma concepção teórica que separava a esfera da economia das esferas cultural, política e social; o capitalismo corresponderia à primeira, enquanto o patriarcado às últimas. Sua principal consequência prática foi levar o feminismo e o marxismo a uma disputa que incluía a hierarquização entre as relações de classe e de gênero, de exploração e de opressão. Esta ideia ora se manifestava entre aquelas autoras que viam a classe acima do gênero, ora entre aquelas que viam o gênero acima da classe, ou ainda, o gênero como classe (Arruzza, 2019 [2010]). Em 1981, em resposta à publicação do artigo de Hartmann (1981 [1975]), estas perspectivas foram reunidas em uma compilação de artigos intitulada *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism* (Sargent, 1981)⁶.

Nesta coletânea, Iris Young (1981, p. 49) sugeriu que a teoria dualista permitia que o marxismo tradicional continuasse a tratar a questão da opressão às mulheres como um mero aditivo à primazia das relações de classe, mantendo sua teoria das relações de produção inalterada. Ao propor uma análise materia-

⁵ Em sua própria ontologia, a teoria da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) considera a incidência de múltiplos sistemas de opressão/dominação sobre um determinado indivíduo ou grupo social. A própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único. Como veremos, a visão de totalidade apresentada neste artigo, assim como a defendida por Davis (2016 [1981]), é diferente.

⁶ Em uma tradução livre: “*Mulheres e revolução: uma discussão sobre o infeliz casamento entre marxismo e feminismo*”.

lista histórica do patriarcado enquanto sistema autônomo, Hartmann (1981 [1975]) buscava fortalecer a ideia de que não existiriam hierarquias entre os dois sistemas e isto possibilitaria uma melhor compreensão da relação entre ambos. Entretanto, tal separação evidenciava uma evasão metodológica fundamental na teorização marxista: “se a base do patriarcado é um controle sobre o trabalho das mulheres que exclui as mulheres do acesso aos recursos produtivos, então as relações patriarcais são internamente relacionadas às relações de produção como um todo” (Young, 1981, p. 49, tradução minha). Dessa forma, o feminismo deveria desafiar a adequação da teoria marxista tradicional sobre as próprias relações de produção, pois:

Se o marxismo tradicional não tem lugar teórico para a análise das relações de gênero e a opressão das mulheres, então essa teoria é uma teoria inadequada das relações de produção. Nossa pesquisa histórica, aliada às nossas intuições feministas, nos diz que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção, e que a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação. Para corresponder a essas intuições precisamos de uma teoria das relações de produção e das relações sociais que derivem e reforcem as análises que tomam as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos centrais. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo em tal teoria. Devemos desenvolver uma estrutura analítica que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central (Young, 1981, p. 49-50, tradução minha).

A solução, portanto, seria desenvolver uma teoria unitária das relações sociais de produção que tivesse as relações de gênero e a situação das mulheres como ponto de partida, transcendendo tanto a indiferença do marxismo tradicional, quanto a concepção dualista sobre o patriarcado. Ainda no mesmo volume, Vogel (1981, p. 210-213) trouxe uma contribuição que se aproximava da defendida por Young, projeto que naquele momento chamou da necessidade de “situar a opressão das mulheres no interior de uma *teoria marxista da reprodução social*” (*ibidem*, p. 213). Dois anos mais tarde as perspectivas unitárias lançadas neste debate foram sistematizadas e desenvolvidas por Vogel em um trabalho de fôlego para demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da teoria marxista para a construção de uma teoria unitária. Assim, *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*⁷, de Lise Vogel, publicado em 1983 nos EUA, foi

⁷ Em uma tradução livre, “*Marxismo e a opressão das mulheres: por uma teoria unitária*”.

a primeira contribuição sistemática para a construção dessa abordagem, cujo desenvolvimento último culmina hoje na proposta da Teoria da Reprodução Social (TRS).

Avanços e limites da proposta unitária de Lise Vogel

No início da década de 1980, enquanto as perspectivas dualistas hegemônicas nizam o campo feminista, o campo marxista permanecia, em sua maior parte, hostil à ideia de revisão teórica. Recorrentemente, a dinâmica da acumulação capitalista e as relações “de classe” eram compreendidas apenas em relação ao espaço exclusivo da produção, i.e., ao trabalho assalariado (e formal). Da categoria “classe” eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às diversas configurações sociais no interior da classe trabalhadora. A categoria *proletariado*, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada, de forma idealista, ao típico trabalhador formal do Estado de bem-estar social europeu: homem, branco e provedor. Prevalecia, ainda, uma concepção funcionalista e determinista, que tendia a ver as relações sociais como uma superestrutura⁸ determinada pela *base econômica*, em uma relação de causa e consequência na qual cada uma teria uma função específica para o funcionamento do modo de produção capitalista.

Na busca pela *base material* da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013 [1983]) propôs o resgate das categorias centrais na arquitetura conceitual de *O capital*, desafiando a tradição marxista hegemônica ao propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a *Questão da mulher*. A autora estabeleceu como premissa de sua investigação a produção e reprodução diária e geracional da *força de trabalho*, categoria essencial para a teoria marxiana do valor-trabalho. Vogel (2013 [1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A resposta, inevitavelmente, levava à necessidade de uma análise mais profunda da relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado

⁸ A metáfora da “base” (ou infraestrutura) e “superestrutura”, popularizada pelo *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*, aparece raras vezes na obra de Marx. Ela guarda a ideia de que a realidade social é composta por diferentes “esferas”: uma base, a economia, e uma superestrutura, que reuniria política, direito, cultura, ideologia etc. Estas duas esferas manteriam uma relação externa entre si e a esfera econômica determinaria a superestrutura. Como aponta Wood (2011 [1995], p. 51-72), nesta concepção, a esfera econômica seria praticamente sinônimo de “forças técnicas de produção”, i.e., compreenderia o processo e as relações de produção. Esta noção se tornou hegemônica durante décadas no marxismo ocidental, sobretudo através da obra de Louis Althusser. Porém, diversos autores como EP Thompson (1987) e Ellen Wood (2011 [1995]) se dedicaram a demonstrar que esta constituía uma metáfora equivocada da realidade social.

no âmbito doméstico. A esta análise caberia explicar a permanência da responsabilidade desproporcional atribuída às mulheres e do caráter desvalorizado deste trabalho, que envolvia uma miríade de atividades de manutenção e reprodução geracional da força de trabalho ativa e da superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva e aqueles inaptos para o trabalho.

Ao direcionar sua análise para o processo de produção da força de trabalho, Vogel chega à conclusão de que o trabalho reprodutivo – que engloba aquela série de tarefas socialmente naturalizadas e geralmente não-remuneradas analisadas como trabalho doméstico pelas teóricas envolvidas no Debate da década de 1970 – seria essencial para a produção e reprodução da força de trabalho e havia se constituído historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista. A autora destaca que, mesmo em uma sociedade capitalista, o trabalho reprodutivo pode se organizar de outras formas, como em creches, orfanatos, escolas, internatos e restaurantes (privados ou públicos), e, no âmbito de um Estado-nacional, sua reposição geracional pode ser feita através da escravidão ou da migração. Portanto, não seria a *necessidade* desse trabalho em si que constituiria a base material para a opressão das mulheres. Esta base, para Vogel, estaria situada na *relação* que historicamente se constituiu entre a condição biológica do corpo sexuado feminino e as relações sociais de produção dominantes⁹. Sua especificidade se encontra no fato de que o modo privado como se dá essa relação no capitalismo universaliza a desigualdade de gênero para mulheres de todas as classes sociais – embora este trabalho seja desproporcionalmente realizado por mulheres da classe trabalhadora na forma de trabalho doméstico remunerado e, na maioria das vezes, não-remunerado.

Em outras palavras, a conclusão de Vogel (2013 [1983], p. 177) é que as mulheres seriam oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produziria valor para o capital, porque estariam presas no interior de uma dada divisão sexual do trabalho, ou devido a algum impulso patriarcal transhistórico. As raízes sociais, ou seja, a base material da opressão das mulheres sob o capitalismo estaria na *relação estrutural entre a reprodução biológica e a reprodução do capital*, na responsabilidade primária atribuída às mulheres a partir do

⁹ Cabe ressaltar aqui que, precisamente, “não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista” (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 40). Assim, para Vogel, mesmo que homens assumam grande parte do trabalho doméstico ou que o trabalho reprodutivo não seja realizado no interior da unidade familiar, o fato de que esta seja uma tarefa predominantemente privada, e sobretudo realizada de acordo com o fato biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexados-femininos, explica as *pressões sociais* que fazem com que a *forma família* se mantenha e que nela haja uma conformidade com a desigualdade de gênero (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 35).

socialmente necessário componente doméstico do trabalho. É esta relação, construída historicamente, que impulsionaria o capital e o Estado a regular a capacidade biológica das mulheres, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração. Haveria, portanto, nas sociedades capitalistas, uma dupla diferença em relação à posição social das mulheres: seu lugar na reprodução social enquanto trabalhadoras domésticas e assalariadas, e um componente ideológico derivado deste que lhes relegava o acesso desigual a direitos formalmente garantidos a todos (*ibidem*, p. 175-176).

Porém, tanto as conclusões quanto o método utilizado por Vogel foram alvo de críticas. Dentre elas, uma é especialmente importante para o estudo das opressões. Apesar da dimensão unitária proposta por Vogel (2013 [1983]) – e sua pretensão de ajustar o marxismo à realidade social tal como experienciada pelas mulheres –, esta reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria “mulher” de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente a aproximava da concepção marxista tradicional que ela própria propunha combater. Em ambas as concepções, o processo de abstração resultava na invisibilização de aspectos determinantes da realidade representada pela categoria, desconsiderando parte significativa da totalidade social. A opção metodológica da autora, de matriz althusseriana, bem como seu silêncio quanto às demais formas de opressão, tornaram-se importantes pontos de crítica à sua obra, que neste sentido não rompia com a lacuna deixada pela maior parte da tradição feminista-marxista de sua época.

Em contraste, desde fins da década de 1960, feministas-socialistas negras nos EUA como Francis Beale (2005 [1969]), as ativistas do *Combahee River Collective* (2017 [1977]) e Angela Davis (2016 [1981]) buscavam abordar a totalidade social e suas relações particulares de classe, raça e gênero como inseparáveis. Elas retomavam uma tradição que remontava às lutas abolicionistas do século XIX e que ficou conhecida como *Feminismo negro*. Para estas autoras, se as múltiplas relações de opressão e exploração eram concretamente imbricadas, deveriam ser inseparáveis também analiticamente. Porém, esta perspectiva não encontrou espaço no interior do feminismo-marxista, que, por sua vez, permaneceu minoritário em relação ao marxismo. A construção de uma teoria unitária, assim como o Debate da década de 1970, permaneceu em aberto.

A publicação do livro de Vogel (2013 [1983]) foi seguida por anos de crise do campo marxista. Diante da ascensão e estabilização da ordem neoliberal, o quadro hegemônico de intervenção teórica passou a ser ocupado pelas teorias pós-modernas, impulsionadas pela virada linguística. Estas teorias repudiavam as chamadas “grandes narrativas” e dispensavam a crítica à economia política como modelo explicativo válido para compreender suficientemente as relações sociais de exploração, dominação e poder em sua complexidade (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 25). Recorrentemente, neste período, a filosofia marxiana – e a

noção de totalidade – foi questionada enquanto teoria da sociedade, reforçando um movimento de desqualificação já deflagrado desde a crise do socialismo soviético. Mesmo as análises que buscavam articular gênero, raça e/ou pós-colonialidade com a noção de classe, totalidade ou estrutura social, passaram a configurar campos de investigação minoritários diante do giro antiprodutivista que atingiu a teoria social crítica (Gonçalves, 2014).

Durante a década de 1990, a adoção parcial e fragmentada da teoria de Marx – ora pelas organizações socialistas que permaneciam na defesa de uma noção limitada de classe, ora pelas organizações feministas ou antirracistas que buscavam construir teorias próprias para explicar as relações de opressão – estabeleceu uma maior confusão quanto à compreensão dialética da totalidade. Relações entre essência-aparência, teoria-prática e natureza-cultura embaralhavam-se, e refletiam aquilo que Vogel caracterizou como indistinção entre nível de abstração teórico e empírico (Vogel, 2013 [1983], p. 184-195). Políticas identitárias (*identity politics*)¹⁰, emergidas da luta radical no interior de movimentos de emancipação em oposição a uma noção restrita do proletariado e ao dogmatismo de alguns setores da teoria marxista, foram progressivamente cooptadas pela ideologia neoliberal e institucionalizadas. Elas passaram a constituir, com frequência, um campo teórico-prático individualista (Heider, 2018, p. 23). Se, por um lado, estas políticas foram responsáveis por um período de plena expansão do que se convencionou chamar “direitos das minorias” e das lutas por reconhecimento em todo o mundo, por outro, foram incapazes de reduzir os níveis de desigualdade social e reprodução das hierarquias sociais existentes.

Percebemos o legado deste processo através da conjuntura na qual vivemos hoje, na segunda década do século XXI: intensificação das desigualdades sociais, extrema fragmentação político-teórica da classe trabalhadora e ascensão de um ciclo conservador e autoritário em todo o mundo. É neste cenário que, na última década, a perspectiva feminista-marxista da reprodução social ressurgiu. Após um longo período de ostracismo, a proposta de criação de uma teoria unitária iniciada na década de 1970, toma forma enquanto campo teórico-prático, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (*Social Reproduction Theory*, a partir daqui TRS), e se insere em um contexto de ebulição de novas experiências de luta

¹⁰ Adoto aqui o conceito de política identitária desenvolvido por Heider (2018, p. 23): “Em sua forma ideológica contemporânea, mais do que sua forma inicial como teorização de uma prática política revolucionária, as políticas de identidade (*identity politics*) constituem um método individualista. É baseado na demanda do indivíduo por reconhecimento e leva a identidade desse indivíduo como ponto de partida. Assume essa identidade como certa e suprime o fato de que todas as identidades são socialmente construídas. E porque todos nós necessariamente temos uma identidade que é diferente da de todos os outros, isso prejudica a possibilidade de auto-organização coletiva. O quadro de identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a obter reconhecimento como indivíduo, em vez de ser membro de uma luta coletiva, e coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política de identidade acaba paradoxalmente reforçando as próprias normas que se propõe a criticar”.

e mobilizações espontâneas de massas que traduzem as contradições do período em que vivemos. Recorrentemente, o conflito social tem sido traduzido por pautas que relacionam produção e reprodução social, exploração e opressão. Saúde, moradia, terra, água e alimentação, mudanças climáticas, a defesa do direito à vida e ao bem-viver, lutas por direitos sexuais e reprodutivos, reações a leis discriminatórias, ao racismo e à violência policial, salários e condições de trabalho são alguns exemplos de reivindicações que dominaram a indignação e os protestos neste período¹¹.

Ao mesmo tempo que tais movimentos têm sido alvo de intensa repressão por parte do Estado, ainda é recorrente que sejam caracterizados por intelectuais marxistas indiferentes às relações de raça e gênero e o papel da dimensão da reprodução social, como ações que não ameaçam a dinâmica do sistema capitalista em razão de seu alegado caráter “econômico-utilitário” e “reformista”, avesso ao projeto revolucionário/anticapitalista (Harvey, 2015). Opondo-se a esta perspectiva, feministas-socialistas e autores marxistas engajados na tentativa de desenvolver uma teoria unitária têm debatido o potencial revolucionário e o caráter classista destas mobilizações (Bhattacharya, 2017a; Roediger, 2017). As autoras da TRS estão inseridas neste projeto e na liderança de um apelo para a reorganização do movimento feminista-marxista a nível global, a construção de um *feminismo para os 99%* (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). Assim, o ressurgimento do interesse na obra de Vogel (2013 [1983]) – reeditada em 2013 – reflete essa nova onda de ebulição política. O primeiro passo para a compreensão desta teoria, que abre as condições de possibilidade para a renovação do pensamento marxista no século XXI e para a reconstrução de pontes de solidariedade entre as frações da classe trabalhadora, é o reestabelecimento do pensamento de Marx enquanto uma teoria da totalidade social.

¹¹ Como exemplo de algumas dessas manifestações, podemos citar o movimento *Black lives matter* e destacar as recentes mobilizações feministas como a grande Marcha das mulheres em 21 de janeiro de 2017 nos EUA, cuja pauta se estendeu também contra o controle de direitos sexuais e reprodutivos e as leis anti-imigração de Donald Trump. Estas prepararam o terreno para a *Greve internacional de mulheres* em 8 de março de 2017, mobilização massiva de mulheres em mais de 50 países, seguida da publicação do manifesto que ficou conhecido como *Manifesto por um feminismo para os 99%*, liderado por feministas-marxistas da reprodução social. Em 2018, na Argentina, o movimento “Ni una a menos” levou milhões de pessoas às ruas na luta pela legalização do aborto, em pautas que problematizavam a desigualdade do acesso ao procedimento – bem como à educação e à saúde de qualidade – entre as diferentes classes sociais. No Brasil, é possível perceber um movimento similar. O ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica feminista negra e anticolonial, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na *Primeira marcha nacional de mulheres negras*: contra o racismo, a violência e o bem-viver. Grande parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da *Greve internacional de mulheres* de 2017.

Teoria da Reprodução Social: renovação do marxismo a partir do resgate da noção de totalidade social

A Teoria da Reprodução Social (TRS) nasce como uma tentativa de superação das representações reducionistas ou deterministas do marxismo tradicional e de desenvolvimento de uma teoria unitária que possibilite uma maior aproximação da realidade social. Esse foi um movimento de convergência¹² entre diversas intelectuais feministas-marxistas que desde o final do século XX vinham trabalhando nesta direção, e que incorporaram em sua teorização muitos dos questionamentos e horizontes dos movimentos feministas, antirracistas, pós-coloniais e *Queer*. Este diálogo possibilitou que estas intelectuais suprissem, progressivamente, as lacunas da obra de Vogel, propondo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressão, identidades e a questão ambiental. Este movimento traduz um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas. Neste artigo, por limitações de espaço, não será possível resgatar em detalhes todas as contribuições que a TRS tem produzido. Escolhi, portanto, levantar o que considero os aspectos centrais e mais gerais desta teoria.

Em primeiro lugar, cabe afirmar que, como marco distintivo entre a TRS e as formulações feministas-marxistas anteriores, podemos apontar a centralidade do resgate da noção marxiana de totalidade social. É nos *Grundrisse* que Marx (2011 [1857-1858]) define de forma explícita a categoria de totalidade social e articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença)¹³. A categoria de totalidade social aponta a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico, estabelecendo os pressupostos do método materialista histórico dialético.

Ao analisar a relação geral existente entre produção, distribuição, troca e consumo, Marx avança ao ressaltar que uma compreensão segundo a qual a produção é a universalidade, a distribuição e a troca são a particularidade, e o consumo a singularidade na qual o todo se unifica, é apenas uma *compreensão superficial* desta relação (*ibidem*, p. 44). Na realidade, considerando seu desenvolvimento no interior do processo histórico, cada uma destas particularidades (ou diferenças) é imediatamente a outra: a produção, por exemplo, é imediata-

¹² Esse movimento de convergência pode ser percebido no volume editado por Bhattacharya (2017a) e que marca o estabelecimento desta teoria no século XXI. O volume recebe a contribuição de dez autores com trajetórias intelectuais distintas, que desenvolvem diversos temas à luz dessa possibilidade teórica.

¹³ Aqui, enquanto o termo “identidade” refere-se à equivalência formal entre trabalhadores e capitalistas no momento da troca de mercadorias, o termo “diferença” refere-se estritamente à desigualdade material resultante do processo contínuo de separação dos produtores dos meios de produção e subsistência.

mente, em todos os seus momentos, um ato de consumo, uma vez que o indivíduo que desenvolve suas capacidades de produzir, ao fazê-lo, se desgasta, consome sua própria energia, meios de produção, matérias-primas etc. Cada momento, cada particularidade, possui em sua forma imediata o seu contrário. A produção, portanto, é sempre um ramo particular da produção, isto é, um *momento da totalidade*. Enquanto *momento*, ela é em si também uma totalidade na medida em que ela não é somente uma produção particular, ela “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 41). Assim, toda a produção é a apropriação da natureza pelos indivíduos *no interior de e mediada por* uma *determinada forma* de sociedade (*ibidem*, p. 43).

Marx chama atenção para esta identidade entre produção e consumo: ela é também *aparente* – uma é imediatamente a outra somente na mesma medida em que uma é imediatamente o oposto da outra. O autor demonstra que assim como estes dois momentos (produção e consumo) produzem-se mutuamente, tal produção é também *mediada* por ambos, e neste movimento um produz a finalidade do outro¹⁴ (*ibidem*, p. 46-47). Entretanto, nem por isso esses momentos tornam-se a mesma coisa. Pelo contrário, eles conservam suas particularidades. São, neste movimento, – ainda enquanto unidade – opostos. Há uma não-identidade entre eles que se conserva, mesmo que ambos se constituam mutuamente (Fausto, 1987, p. 293).

Isso significa que o entendimento do sentido da totalidade social depende não só da articulação entre diferenças que compõem uma unidade complexa e dinâmica. Em Marx essa totalidade é acima de tudo *contraditória*: o capitalismo tem a especial particularidade de compor um tecido social que *é e não é ao mesmo tempo* (Fausto, 1987, p. 86-87; 128; 298). Na tentativa de uma maior apreensão da complexa e contraditória totalidade social, a abordagem teórica marxiana é um movimento que parte das determinações mais simples, gerais, abstratas para recompor, no pensamento, o real como materialidade complexa, “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (...) síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 54). É neste complexo

¹⁴ Marx exemplifica essa questão de forma bastante didática: “A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (...) O consumo cria o estímulo da produção; cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 46-47).

de relações sociais concretas que cada categoria ganha sentido sistemático apenas por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo. Assim, a noção marxiana de totalidade social nos permite *afirmar a distinção de cada relação social específica que constitui o capitalismo* – como a produção e o consumo, o racismo e o sexismo – *sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem as homogeneizar*.

Assim sendo, para Marx, a totalidade não é o real-imediato, mas a sua unidade como concreto concebido pelo pensamento e, por isso, vivo e determinado. Ela necessariamente é um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que *aparece* para nós; não é apenas o que está exposto, mas também o que está pressuposto nas relações sociais (Fausto, 1987). Dessa forma, Marx demonstra que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico ou factual da realidade, ou seja, apenas com base em sua percepção imediata, envolve necessariamente um erro¹⁵.

Resgatando essa perspectiva, a Teoria da Reprodução Social traz, através de Tithi Bhattacharya (2017a), um exemplo familiar aos atuais debates acerca das opressões, que propõe uma reflexão sobre as consequências práticas de estarmos atentos à complexa relação entre *essência e aparência*. Segundo a autora, a realidade tal qual podemos ver nos diz que, como trabalhadores brancos normalmente ganham salários maiores do que os trabalhadores negros, nunca poderia haver pautas comuns de luta unindo-os, uma vez que a diferença material entre eles sempre iria alimentar o racismo e os privilégios da branquitude. Portanto, tentar desafiar esta questão dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo resultaria ou no fracasso (que nos remete às numerosas experiências históricas em que o sexismo e/ou racismo sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou em uma estratégia política fraca, que procuraria superar tais diferenças materiais entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo aos trabalhadores brancos para que eles “fizessem a coisa certa” e se unissem à luta dos trabalhadores

¹⁵ É neste sentido que Marx (2011 [1857-1858], p. 39-40) evidencia que a concepção dos economistas e liberais clássicos acerca da produção econômica capitalista – aquela de que haveria um impulso natural que condicionasse o comportamento dos indivíduos isolados em uma espécie de “contrato social” – é apenas uma visão parcial e idealizada da realidade, uma aparência da sociedade burguesa. Segundo Marx, tal relação social aparece, para estes autores, como ponto de partida natural da história, não como o resultado de um processo histórico. Uma investigação histórico-dialética é capaz de demonstrar como o indivíduo produtor – na visão dos liberais, isolado em um passado idílico, em verdade, é membro de um todo social maior, que o coloca em uma relação desigual com aquele que compra sua força de trabalho. A partir do ponto de vista daqueles que são constantemente expropriados e explorados pelo capital, Marx se contrapõe à perspectiva sustentada pelos liberais, e afirma que por trás dessa igualdade aparente há também desigualdade, diferença, não-identidade. Do ponto de vista dos expropriados, essa sociedade de igualdade e liberdade é, na verdade, extremamente desigual e violenta: a troca de equivalentes não é troca, é uma relação de exploração; a chamada “acumulação primitiva de capital” é um processo histórico de pilhagem, de roubo, de colonialismo, de expropriação.

negros, sem que eles enxergassem um motivo concreto para fazê-lo (Bhattacharya, 2017a, p. 14-15).

Assim, Bhattacharya posiciona no centro da TRS a ideia marxiana de que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico imediato ou factual da realidade, ignorando as mediações que estão pressupostas nesta percepção, envolve necessariamente um erro com consequências práticas. No caso apresentado pela autora, quando temos a noção de que a desvinculação entre a posição social do branco em relação ao negro é na verdade apenas uma visão parcial da realidade, e olhamos sob o prisma da totalidade, podemos ver que há um interesse material para que trabalhadores brancos se unam aos negros na luta antirracista. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que tais relações conferem aos trabalhadores brancos, sua própria condição social de exploração está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros. Simplesmente enxergar o problema desta forma já nos abre outras possibilidades de análise teórica e de traçar estratégias de luta política. A mesma lógica poderia ser aplicada no que tange às diferenças entre homens e mulheres.

Outra consequência de se recuperar a noção marxiana de totalidade social é resgatar a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes – as relações de classe, raça, gênero, sexualidade – sejam “ontologicamente autônomas”. Neste sentido, David McNally, um dos autores da TRS, localiza as relações de raça e gênero no interior da totalidade social capitalista:

(...) existem propriedades específicas para as diferentes partes de um todo. O olho tem propriedades funcionais particulares bastante diferentes das da mão. O racismo tem características específicas que nos permitem distinguir, em primeira instância, do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Eles fornecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas de partes com outras partes e com o sistema orgânico como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem, em última análise, ser apreendidas em relação às outras totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de transformação. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional). O “sistema coração-pulmão”, por exemplo, constitui uma totalidade parcial dentro do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma em si. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente,

(parcialmente) separada e ontologicamente interconectada. Consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo. Naturalmente, o todo orgânico é constituído em e através de suas partes - são essas que lhe dão determinação e concreitude – mas não é redutível a suas partes. É algo maior e mais sistemático que uma mera soma aditiva (McNally, 2017, p. 105-106, tradução minha).

Ao conceituar relações como o racismo (ou o sexismo) como uma totalidade parcial com características únicas, pertencente a um todo social orgânico, McNally (2017) eleva a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista a uma concepção muito mais próxima da complexa realidade social. Assim, no lugar de cruzamentos, ou combinações dualistas entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras, há um processo interrelacional no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes. Ao mesmo tempo em que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas, na qual as partes e todo estão unidos em um único processo:

(...) “cada um dos momentos individuais é essencialmente a totalidade de todos; sua diferença constitui a determinação da forma ideal, que é colocada na reprodução como a totalidade concreta do todo”. Uma totalidade concreta alcança a concreitude (“determinação”) através das diferenças que a compõem. Ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes carrega o todo dentro dela; como elementos da vida, sua reprodução é impossível fora do todo vivo (McNally, 2017, p. 106, tradução minha).

McNally (2017, p. 106) destaca ainda que as totalidades ou *universais* não são abstrações da diversidade concreta e da multiplicidade de coisas. Pelo contrário, as totalidades são constituídas na e pela diversidade e dinamismo dos processos da vida real¹⁶. Uma relação social só pode ser apreendida em relação às outras relações sociais que compõem o todo social em seu processo contínuo de

¹⁶ Neste sentido, o conceito dialético de totalidade envolve compreender um processo contínuo de totalização do capital no qual esta relação social pautada pela produção de valor – que subordina a condição humana ao lucro privado de uma minoria – tenta se impor enquanto totalidade. Porém, essa tentativa de se pôr do capital está em conflito com outras totalidades, outras relações sociais que lhes são contrárias ao mesmo tempo em que constitutivas dele mesmo. Daí o entendimento de que o capital, no seu processo de totalização, unifica as relações sociais sem suprimir as totalidades parciais constitutivas dele.

transformação. Assim, para a TRS, ainda que se considere que as origens do patriarcado e da supremacia branca possam remontar a períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda consolidado, fato é que esse sistema, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema, e, nesse movimento, adquirem novo significado. Isto é, *através de processos históricos complexos e às vezes contraditórios, formas sociais compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas*, formando a ordem burguesa branca e heterocispatriarcal moderna. Esta ressalva, que considera, inclusive, o papel fundamental da própria classe trabalhadora na manutenção dessas formas, explica ao mesmo tempo a permanência e reestruturação de hierarquias sociais, e sobretudo o caráter específico dessas relações no capitalismo.

Considerações finais: contribuições centrais da TRS para o debate das opressões

Como vimos, o ressurgimento de uma tentativa de elaboração unitária das opressões no século XXI pode ser visto como uma reação prático-teórica de intelectuais marxistas às três décadas de reestruturação neoliberal, que, com o aprofundamento de sua crise estrutural desencadeada a partir de 2007-2008, avança através da intensificação das formas de expropriação e exploração, e do despertar do autoritarismo em escala global (Gonçalves e Machado, 2018). A precarização das relações de trabalho e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores marcam a presente conjuntura, que, por sua vez, exige a reconstrução de análises que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e contribuam para a construção de alternativas concretas de emancipação. Tal reconstrução depende diretamente da consideração das múltiplas relações de opressão que constituem o capitalismo e de uma nova conceitualização sobre *quem é a classe trabalhadora*. Esta conceitualização passa por uma reflexão sobre sob quais mediações sociais as frações desta classe estão enredadas e quais seriam os mecanismos materiais que possibilitariam a sua união.

É a este desafio que a TRS tenta responder. Em um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais de opressão, alienação, dominação e exploração no capitalismo, a *Teoria da Reprodução Social* reúne hoje um conjunto de contribuições que têm desenvolvido e avançado a proposta unitária sistematizada pela primeira vez por Vogel (2013 [1983]). À guisa de conclusão, destaco algumas das contribuições desta proposta, que considero fundamentais para iluminar os debates atuais e os trabalhos futuros.

Uma primeira contribuição a ser destacada é o resgate da noção de que a

categoria essencial do capitalismo, sua força motora, é o trabalho humano. Ao fazer isso, ela expõe a superficialidade do que nós comumente entendemos como a esfera “econômica”, desmistifica as dicotomias e restaura ao processo econômico o seu componente fundamental: os seres humanos generificados e racializados, as relações às quais estão imbricados e a centralidade de sua agência coletiva (Bhattacharya, 2017a, p. 19). Ao fazer isso, a TRS nos oferece também uma visão expandida da produção capitalista, e revela um pressuposto universal humano: as pessoas precisam ser produzidas (ou produzir-se), e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, recursos e trabalho. Trabalho que historicamente tem sido feito pelas mulheres, invisibilizado e socialmente lido como “ato natural de amor” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 105-106). De um modo geral, esta dimensão foi ignorada pela tradição marxista e negligenciada na teorização de Marx. A TRS então atualiza a proposta lançada pelo Debate da década de 1970 e sistematizada por Vogel (2013 [1083]) e, assim, novamente politiza o domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida que abrange a reprodução cotidiana de trabalhadores e daqueles inaptos para o trabalho, e a reposição geracional da força de trabalho, pressupostos para que a produção capitalista ocorra. Neste sentido, destaca que o trabalho assalariado para a produção de lucro não poderia existir sem o trabalho não-remunerado da produção de pessoas: a reprodução social, o trabalho reprodutivo não-remunerado realizado pelas mulheres, é a condição de todo e qualquer trabalho assalariado ao mesmo tempo em que é determinado pela própria produção capitalista, o que nos ajuda a considerar as direções estratégicas para a luta de classes.

Esta perspectiva, central à TRS, nos leva à segunda contribuição importante: revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública/econômica e a segunda ligada à esfera privada/social/cultural, é uma dicotomia superficial. Essa é mais uma *forma histórica de aparência* específica do capitalismo, na qual o capital tenta se pôr enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas – econômica (geralmente ligada ao local de trabalho) e social (identificada como o lar) – deve ser teorizado de maneira integrada. Entender a relação inseparável entre essas esferas revela uma terceira contribuição: a noção de que embora as atividades de reprodução ocorram de uma forma ou de outra em todas as sociedades, nas sociedades capitalistas elas estão, especificamente, subordinadas ao capital, ou seja, ao impulso que subordina a vida à produção do lucro.

Assim, a TRS revela uma contradição fundamental: que a sociedade capitalista é composta de dois imperativos necessariamente entrelaçados, mas mutuamente opostos, contraditórios – por um lado, a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra, por outro lado, a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de

processos de produção de pessoas. O capitalismo gera um cenário no qual duas relações distintas – as relações particulares que aderem à produção, de um lado, e à reprodução, de outro, são, no entanto, contraditoriamente unificadas (Bhattacharya, 2017a, p.11). Essa contradição se desdobra no fato de que, para produzir cada vez mais valor, o capital tende a precarizar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho¹⁷. O ponto da reprodução social é, portanto, local privilegiado do conflito de classe¹⁸.

Neste sentido, um grande desafio à organização da classe trabalhadora é o fato de que uma luta que aborde o problema em sua totalidade não possui marcos bem delineados de confronto. Diferentemente da luta contra o capital individual no local da produção, onde os atores estão bem definidos (de um lado o chefe ou dono da empresa, e do outro os seus empregados e sindicatos), o poder do capital fora do local de trabalho é qualitativamente diferente (Bhattacharya, 2017b, p. 84). Ainda assim, para a Teoria da Reprodução Social lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, i.e., fora do local e das relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Bhattacharya afirma que “todo movimento social e político ‘tendendo’ na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes”

¹⁷ Ao abordar esta contradição, Bhattacharya (2017b, p.73, et seq.) destaca que o padrão das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, isto é, a sua “cesta básica”, é determinada, contingencialmente, pela luta de classes e, portanto, pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Esta cesta básica determina o valor da força de trabalho, esta última, elemento central das relações de produção capitalistas. Aqui, há dois “momentos da produção” diferentes, que envolvem o valor da força de trabalho: do ponto de vista do capital, esta é um meio de aumentar a mais-valia extraída, e, do ponto de vista dos trabalhadores, é um meio de garantir o seu desenvolvimento.

¹⁸ Este conflito é eivado de tendências contraditórias: ao comandar o processo de produção, a classe capitalista tende a limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para assegurar a constante realização da mais-valia, o capital também precisa criar novas necessidades de consumo na classe trabalhadora e, então, “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é, portanto, uma condição inerente à produção e expansão capitalista. Ainda, o crescimento das necessidades dos trabalhadores não é um dado absoluto; a posição da classe trabalhadora sob o capitalismo é relativa, i.e., existe somente em relação com a classe capitalista. Portanto, quaisquer mudanças nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implicam mudanças de mesmo grau para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a necessidade da classe trabalhadora, que aspirará atingir o mesmo padrão (Bhattacharya, 2017b, p.79). Esta necessidade faz com que a elevação no padrão das condições de reprodução da força de trabalho também se torne uma aspiração da classe trabalhadora, o que Bhattacharya chama de “objetivo ideal” dos trabalhadores. Entretanto, tal objetivo – que implica, em resumo, atingir um padrão de vida similar ao da classe capitalista – jamais consegue se realizar no interior deste processo de produção (que, como vimos, é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores). Assim, “os trabalhadores, devido à própria natureza do processo, são sempre reproduzidos como carentes do que necessitam” (Bhattacharya, 2017b, p. 82). Aqui, o argumento de Bhattacharya (2017a) se aproxima da realidade denunciada pelas feministas negras estadunidenses na década de 1960, como a alegação de Francis Beale (2005 [1969]) de que a maioria dos trabalhadores negros nos EUA permaneciam em condições sub-humanas de trabalho, sem se revoltar, com a perspectiva de atingir um padrão de vida (e portanto, também de consumo) da classe média branca, inalcançável às comunidades negras.

(Bhattacharya, 2017b, p. 85-86). A autora ressalta que, significativamente, uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e a dissolução das comunidades vivas do proletariado tem sido a perda na prática desse *insight* sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho. Dessa forma, lutas por melhores condições de vida (pela vida e o bem-viver), por recursos naturais, por direitos humanos, por moradia, pelo meio-ambiente, contra as medidas de austeridade, e contra a violência policial, por exemplo, devem ser consideradas aspectos da luta de classes (Bhattacharya, 2017b, p. 86-88).

Esta compreensão nos leva a uma necessária reconstrução do significado da categoria “classe trabalhadora” ou “proletariado”, e essa é mais uma contribuição importante dessa teoria que destaco neste trabalho. Para a TRS contemporânea, ao teorizar sobre a classe trabalhadora, “é essencial reconhecer que os trabalhadores têm uma existência para além do local de trabalho. O desafio teórico reside, portanto, na compreensão da relação entre essa existência e a de suas vidas sob o domínio direto do capitalista”, o que necessita de uma investigação que leve em consideração as especificidades da concretude de cada realidade a ser analisada (Bhattacharya, 2017b, p. 69). Dessa forma, compreender a complexidade e diversidade da vida sob o capitalismo depende não só da percepção dos processos que servem à reprodução das condições de vida das pessoas, mas também da consciência de que a classe trabalhadora é produzida através de processos *diferenciados*. Isto é, analisar a relação existente entre relações de produção e relações de reprodução social implica considerar que, concretamente, diferentes frações da classe trabalhadora possuem diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho, e que, portanto, desenvolvem historicamente diferentes estratégias de luta e de resistência. O acesso à alimentação, moradia, saúde, educação, lazer e transporte, bem como ao trabalho, está diretamente ligado às relações de raça, gênero, sexualidade etc.

Segundo Bhattacharya (2017b, p. 89), devemos, portanto, adotar uma concepção ampliada de classe trabalhadora, para considerar como proletariado “todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade – independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital”. Isso deve incluir todos aqueles despossuídos dos seus meios de produção e subsistência, que compõem a força de trabalho ativa (formal e informal, na cidade e no campo, remunerada ou não), e a superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva. O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. A luta de classes não deve ser confundida ou restrita a lutas no local de trabalho; ao contrário, a luta de classes pode assumir diversas formas.

Considerando os apontamentos feitos por McNally (2017), podemos perceber na obra de Davis (2016 [1981]) um exemplo da aplicação da noção marxiana de totalidade social que inspira a proposta da TRS. Em *Mulheres, raça e classe*, a opressão de gênero e as condições de sua superação estão intrinsecamente entrelaçadas à estrutura capitalista da economia e às relações racistas, ou seja, por mais que sejam relações diferenciadas, específicas, elas constituem um sistema integral (Davis, 2016 [1981], p. 75). A autora teoriza sobre um modo capitalista de produção que implica interrelações historicamente específicas de gênero e opressão racial, revelando as formas sistemáticas através das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista – tanto que elas não podem ser legitimamente consideradas separáveis, “mesmo que elas permaneçam analiticamente distintas em um certo nível de abstração” (McNally, 2017, p. 111). Dessa forma, a obra de Davis confirma que o efeito do processo histórico (racismo) se tornou, assim, uma causa (capitalismo racializado), e é sistematicamente reproduzido na e pela reprodução do modo de produção capitalista (McNally, 2017, p. 107). O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, seja das relações de gênero, dominação racial e sexual à exploração capitalista. Elas formam um todo social complexo, no qual “cada um dos momentos individuais são essencialmente a totalidade do todo” (*ibidem*, p.107). A raça não pode ser desarticulada da classe ou do gênero, porque constituem, essencialmente, o mesmo fenômeno.

Assim, chegamos à conclusão de que a TRS pode oferecer uma chave essencial para analisarmos a unidade entre as relações de gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que consideramos as suas especificidades. Ainda que em sua formulação inicial o feminismo-marxista tenha teorizado apenas a opressão de gênero, universalizando a categoria mulher ao referencial de neutralidade da branquitude, a TRS surge, no século XXI, informada pelos feminismos negros e pós-coloniais e reabre condições de possibilidade para a reconstrução de alternativas concretas de emancipação. Ao se debruçar sobre o trabalho de produção de seres humanos, a TRS revela que o processo histórico real pelo qual o capitalismo emergiu em nosso mundo envolveu integralmente relações sociais de raça e dominação racial, de gênero e dominação heterocispatriarcal. Estas são características essenciais do momento histórico em que vivemos. A compreensão disto inclui uma proposta de reformulação da noção de classe trabalhadora e da própria luta de classes, implicando a reformulação das estratégias de luta e dos mecanismos materiais que possibilitam sua união em uma dimensão transnacional – sem que suas especificidades de raça, gênero e sexualidade sejam subsumidas ou hierarquizadas, tanto na teoria quanto na prática.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo”, *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015, pp. 33-58.
- _____. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019 [2010].
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEALE, Francis. “Double jeopardy: to be black and female” [1969]. In: BAMBARA, Toni; TRAYLOR, Eleanor. *The black woman: an anthology*. New York: Washington Square Press, 2005.
- BENSTON, Margaret. *The political economy of women’s liberation*. Toronto: New Hogtown Press, 1973 [1969].
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017a.
- _____. “How not to skip class: social reproduction of labor and the global working class”. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017b, pp. 68-93.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. “The Combahee River Collective Statement” [1977]. In: MORRIS, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, 2017, pp. 176-183.
- CRENSHAW, Kimberle. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, 1989, pp. 139-167.
- DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women’s Movement in England and Italy, 1975 [1971].
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- FAUSTO, Ruy. *Marx – Lógica e Política*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”, *Revista Outubro*, n. 29, 2º semestre de 2017 [2013], pp. 23-59.
- GONÇALVES, Guilherme. “Marx está de volta! Um chamado pela virada materialista no campo do direito”, *Revista Direito e Práxis*, v. 5, n. 9, 2014, pp. 301-341.
- GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta R. de Assis. “Neoliberalismo autoritário em cinco atos” In *Le Monde Diplomatique*, ed. 129, 2/04/2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/neoliberalismo-autoritario-em-cinco-atos/>>. Acesso em 20/12/2019
- HARVEY, David. *Symposium on “Seventeen Contradictions and the End of Capitalism”*, 2015. Disponível em: <<https://syndicate.network/symposia/theology/seventeen-contradictions-and-the-end-of-capitalism/>>. Acesso em: 20/11/2018

- HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" [1975]. In: SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, pp. 1-42.
- HEIDER, Asad. *Race and class in the age of Trump*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018.
- MCNALLY, David. "Intersections and dialectics: critical reconstructions in Social Reproduction Theory". In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857-1858].
- MORTON, Peggy. "Women's work is never done". In: *Women unite! An Anthology of the canadian women's movement*. Toronto: Canadian Women's Educational Press, 1972 [1970].
- O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the state*. New York: St. Martin's Press, 1973.
- ROEDIGER, David. *Class, race and marxism*. New York: Verso, 2017.
- SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.
- SECCOMBE, Waly. "The housewife and her labour under capitalism", *New Left Review*, issue 83, jan-feb, 1974.
- VOGEL, Lise. "Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?" In: SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.
- _____. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].
- THOMPSON, Edward. *Formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.
- YOUNG, Iris. "Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory". In: SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, pp. 43-70.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].

Recebido em 31 de março de 2019
Aprovado em 01 de dezembro de 2019

Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!

Definitely, Marx was not a classic economist!

Adriano Lopes Almeida Teixeira*

Resumo

Fugindo das análises usuais sobre a relação entre Marx e os clássicos, que destacam apenas a incorporação ou a rejeição de aspectos teóricos destes últimos por aquele, o presente artigo busca realçar que a crítica da Economia Política de Marx restou realizada a partir do momento em que ele conseguiu submeter o objeto de pesquisa dos economistas clássicos a uma operação específica, embora de cariz hegeliano. O movimento de suprassunção (*Aufhebung*) comandado pelo método dialético aparece, pois, como recurso inescapável do projeto marxiano, lançando luzes sobre o lugar da Economia Política clássica na obra teórica do autor.

Palavras-chave: Economia Política clássica; crítica da Economia Política; método dialético, suprassunção.

Abstract

*Fleeing from the usual analysis on the relationship between Marx and the classics, which only highlight the inclusion or rejection by Marx of theoretical features of classical authors, this article seeks to emphasize that Marx's critique of Political Economy was accomplished from the moment he managed to submit classical economists object of study to a unique operation, although Hegelian in nature. The superseding (*Aufhebung*) movement entailed by the dialectical method thus appears as an inescapable feature of his project, enlightening the role of classical Political Economy in Marx theoretical works.*

Keywords: *classical Political Economy; critique of Political Economy; dialectical method, superseding.*

* Doutor em Economia pela UFMG/CEDEPLAR. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo

1) Introdução

De forma geral, os manuais de história do pensamento econômico encontram dificuldades em situar Marx na sequência dos capítulos. Quando não reservam para ele um mero apêndice, costumam colocá-lo entre os economistas clássicos, como se isto fosse uma concessão honrosa. É comum também encontrar nos referidos manuais apenas indicações de que o pensamento de Marx melhor se define como obra de cunho filosófico ou político.

Todo este incômodo não é necessariamente sem razão. Embora seja resultado de preconceitos ou de desconhecimento, o desdém a ele imputado naquelas obras se revela despropositadamente apropriado quanto mais se conhece a obra de Marx, pois, de fato, ele não se enquadra aos parâmetros usuais de classificação dos grandes autores do pensamento econômico. É preciso, pois, recorrer à biografia pessoal do autor e à própria história.

Quando, em 1841, Frederico Guilherme IV ocupa o trono da Prússia, propagou-se uma expectativa de abertura democrática na Alemanha, que logo se frustrou. Num contexto em que até a Universidade de Berlim foi tomada por esse espírito reacionário, com a destituição de diversos professores ligados a Marx, este parte de Berlim para Colônia, onde vai trabalhar num jornal chamado *Gazeta Renana*. Chegando ao posto de editor-chefe e tendo que dar conta das novas questões político-econômicas, Marx vai logo perceber que nem a sua bagagem filosófica, nem argumentos políticos ou jurídicos, seriam suficientes para a empreitada que se colocava a sua frente.

Marx tinha sido colocado diante de questões concretas que demandavam conhecimentos sobre a vida material da sociedade, passíveis de serem satisfeitos apenas pela emergente ciência da Economia Política, como muitos anos mais tarde ele admite no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política (Contribuição)*, de 1859:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...] mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política (Marx, 1986a, p. 24).

Se, por um lado, Marx entende que é preciso recorrer à Economia Política, por outro ainda iria permanecer ocupado por alguns anos no ajuste de contas com a filosofia de seu tempo. Começa um processo complexo. Marx critica a teoria do Estado de Hegel e a especulação subjacente, propósito para o qual Feuerbach lhe era útil, mas logo se dá conta que este também precisava ser criticado. A

crítica da Economia Política começa a sofrer reiterados adiamentos, muitas vezes explicados apenas pelas idiosincrasias de Marx.

Ele logo se deu conta de que precisava se aparelhar, se munir do melhor da Economia Política, sem se desfazer-se das possibilidades que as outras áreas do conhecimento lhe ofereciam. O caráter mistificado da sociedade capitalista teria que ser incorporado à análise. Esse caráter mistificado teria que ser analisado, enfrentado, cotejado, pois, como ele vai dizer muitos anos depois, “nas estruturas sociais anteriores, essa mistificação econômica era menor [...]” (Marx, 1985a, p. 954).

A obra de Marx, porém, não seria uma mera continuidade da Economia Política clássica. Esta também não seria para Marx uma espécie de porão para onde ele pudesse se dirigir e lá encontrar um compartimento estanque de conhecimentos. Era necessário recuperá-los, incorporá-los, mas também rejeitá-los, num movimento de suprassunção¹, que permitiria a Marx fazer a crítica da Economia Política. Sem esse tipo de crítica, a escolha das categorias obedecendo a critérios subjetivos e convenientes denotaria um procedimento que aponta para o capitalismo como um sistema natural diretamente inteligível e tão explícito como foram, em certa medida, o escravismo e o feudalismo.

A crítica da Economia Política restou realizada a partir do momento em que Marx consegue, finalmente, submeter o objeto da Economia Política a uma operação específica, embora de cariz hegeliano. Por isso, fugindo das análises usuais sobre a relação entre Marx e os clássicos, que destacam apenas a incorporação ou a rejeição de aspectos teóricos, o presente artigo busca realçar o movimento de suprassunção como recurso inescapável da crítica da Economia Política de Marx. Para tal, a próxima seção apresentará, de modo sumário, alguns aspectos do caráter mistificado da sociedade capitalista. Em seguida, questões relacionadas ao método dialético de Marx serão discutidas, para, na última seção, abordar os elementos considerados centrais da relação que Marx estabeleceu com os economistas políticos clássicos, com ênfase no caso da mais-valia.

¹ “Com efeito, para Marx, como para Hegel, o trabalho da crítica é uma operação de apropriação, de suprassunção, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo em que se descarta o que no objeto está perfeitamente morto” (De Paula e Cerqueira, 2013, p. 9). Sobre o debate em torno da tradução para o português do termo alemão *Aufhebung*, as ponderações feitas pelo tradutor da *Sagrada Família*, Editora Boitempo, são bastante esclarecedoras: “Suprassunção [...] é a palavra que mais se aproxima de abranger as diferentes facetas do conceito dialético original: a eliminação, a manutenção e a sustentação qualitativa do ser que suprassume [...]. Se *Aufhebung* significa, em seu sentido pleno, ‘superar’, ‘subsumir’ e ‘reter traços’ em direção à fase seguinte do processo dialético – salto com conservação, conforme já se disse – ‘suprassunção’ não está longe de alcançar a integridade deste conceito” (Backes, 2011, p. 12).

2) O caráter mistificado da sociedade capitalista

Marx herdou dos economistas clássicos, notadamente Adam Smith e David Ricardo, um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista que lhe seria útil, como ele reconhece ao longo de toda a sua vida. Categorias como o trabalho, salário, lucro, renda da terra, capital, e outras, não foram pioneiramente escolhidas ou inventadas por Marx. Além de serem categorias visíveis na realidade econômica, o trabalho de Adam Smith e David Ricardo em torno delas legaria a Marx um rico conjunto de informações e conhecimentos, que serviriam como ponto de partida e de confronto ao longo de sua trajetória intelectual. Tendo deles recebido a teoria do valor-trabalho, cuja ideia central era que o valor de troca das mercadorias era medido pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las² e que os seus preços oscilam em torno dos seus valores de troca, Marx fica

profundamente impressionado com a semelhança que existe entre esse tema central dos economistas e a doutrina central da Filosofia da História de Hegel: *a ação dos homens produz algo completamente diferente do que eles pretendem, do que conhecem e do que desejam* (Dobb, 2003, p. 65).

Se o capitalismo tinha em comum com os sistemas anteriores o fato de ser um sistema de classes, por outro lado, diferenciava-se por se apoiar numa dicotomia entre possuidores dos meios de produção e trabalhadores que nada possuíam, a não ser sua força de trabalho. O modo de produção feudal entrou em esfacelamento, e junto com ele as classes e o conjunto das relações sociais que o caracterizavam. Era possível perceber que a relação entre capitalistas e trabalhadores assentava-se em bases diferentes das que existiam entre senhores proprietários e servos de outras sociedades, mesmo que também divididas em classes.

Na sociedade feudal as conexões sociais apareciam abertas, visíveis a olho nu. Se o servo trabalhava três dias por semana nas terras do senhor feudal e o restante da semana para si, tornava-se explícita e incontestável a exploração a que ele era submetido, por destinar cerca de metade do seu tempo a gerar excedente para outrem. Ainda que algum grau de mistificação pudesse existir (basicamente a mistificação religiosa), não necessariamente se deveria considerar enigmático o instituto da *corveia* ou da *talha*, por exemplo. No caso destes, parte do tempo de trabalho ou da produção obtida era repassada para o proprietário do feudo, recebendo o servo como contrapartida o direito à parte restante. Quando o servo usasse os fornos, moinhos e demais instalações do castelo, ficava obrigado

² Posteriormente, no âmbito do debate trabalho incorporado *versus* trabalho comandado, Ricardo corrige Smith dizendo que o valor, em qualquer época, não é medido pelo que o trabalho pode comandar, mas pelo tempo de trabalho incorporado às mercadorias.

a pagar a *banalidade*. Se os pais dos servos morressem e estes quisessem continuar vivendo o feudo, teriam que pagar uma taxa chamada *mão-morta*, para poderem continuar vivendo no feudo. Vê-se que a aparência exterior desses impostos e taxas já deixava transparente por si só o conjunto das relações sociais existentes. “No regime feudal [...] as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, antes produtos do trabalho” (Marx, 1989, p. 86)³.

Em muitos aspectos, as taxas e impostos supracitados assemelham-se a institutos ou categorias específicas do capitalismo, embora estas últimas estejam envoltas por uma roupagem que mistifica sua origem e nubla suas conexões interiores, gerando contradições entre a forma como eles aparecem e a essência íntima do sistema. Se na sociedade feudal a percepção das relações sociais ficava facilitada por existirem relações permanentes de produção entre o servo e o seu senhor, bem como pelo fato de que a relação social de subordinação tinha raízes no direito consuetudinário, por outro lado, na sociedade capitalista, as relações de produção diretas entre as partes envolvidas são continuamente restabelecidas, dado que essas relações não são permanentes. O capitalista precisa periodicamente comprar o direito de usar o trabalho do trabalhador, que aparentemente tem liberdade de escolher para quem quer trabalhar.

Referindo-se à mistificação econômica, Marx (1985a, p. 954) esclarece que

Pela natureza das coisas está excluída, primeiro, onde predomina a produção voltada para o valor-de-uso, para o consumo próprio e imediato; segundo, onde a escravatura ou a servidão constitui a extensa base da produção social, como na Antiguidade e na Idade Média: o domínio das condições de produção sobre os produtores está aí implícito nas relações entre senhores e servos, as quais parecem ser e evidentemente são as molas diretas do processo de produção. Nas comunidades primitivas, onde reina comunismo natural, e mesmo nas antigas comunidades urbanas são as próprias coletividades com suas condições que se apresentam como a base da produção, que tem por fim último reproduzi-las. Mesmo nos grêmios medievais, nem o capital nem o trabalho se patenteiam livres; suas relações aparecem determinadas pelo sistema corporativo, pelas vinculações do sistema e pelas correspondentes ideias de obrigações de ofício, mestría, etc. Só ao chegar o modo capitalista de produção é que... (Marx, 1985a, p. 954).

³ Para citações referentes ao livro I de *O Capital*, serão usados ora a edição da Bertrand Brasil (Marx, 1989), ora a da Nova Cultural (Marx, 1996a; 1996b), quando se julgar que determinada tradução acolhe de forma melhor os argumentos ali desenvolvidos.

Como a troca de mercadorias e as relações mercantis já existiam em outras formações sociais, o que interessava a Marx era apreender o que havia de específico na sociedade capitalista, pois as trocas de mercadorias não foram capazes de alterar estruturalmente as sociedades anteriores. Nas palavras de Lukács,

o que importa aqui é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade. Portanto, a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade não pode ser tratada como uma simples questão quantitativa – conforme os hábitos modernos de pensamento, já reificados sob a influência da forma mercantil dominante (Lukács, 2003, p. 194).

Os fundamentos sociais que explicam a produção de mercadorias ficam obscurecidos e as relações sociais aparecem como relação entre coisas. É de se notar que Marx não estava em momento algum creditando esse fenômeno às vicissitudes da mente humana, mas sim ao caráter específico do sistema social capitalista que, pela sua natureza anárquica, subverte a ordem como as relações entre os homens e entre as coisas aparecem. Eis a pergunta que ele faz: “O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta, ao assumir a forma de mercadoria, donde provém?” Em seguida responde, como se óbvio fosse, que a explicação está na mercadoria: “Dessa própria forma, claro” (Marx, 1989, p. 80). É evidente que nada há de óbvio no fetichismo da mercadoria, como ele admite por diversas vezes, e a expressão “claro” aparece ali talvez como um protesto contido de Marx quanto à indolência do homem prático que vive sem refletir sobre sua vida. Por isso, eles igualam valores, e não os seus trabalhos; “fazem isto, sem o saber”. (*ibidem*, p. 82). Os agentes econômicos são vítimas de uma fantasmagoria em que o caráter social do trabalho é apresentado como qualidade material dos produtos.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (Marx, 1989, p. 81).

Fica obscurecido que o fetichismo da mercadoria é resultado de um desenvolvimento histórico-social, interessando aos donos de mercadorias apenas o quanto podem receber por elas. Por isso, sendo essas proporções fixadas pelo costume, a aparência que se manifesta é a de que as equivalências se baseiam na

própria natureza dos produtos do trabalho. “O que é verdadeiro apenas para essa determinada forma de produção, a produção de mercadorias [...] parece aos produtores de mercadorias como algo natural e definitivo” (*ibidem*, p. 83). Com isso, a produção capitalista de mercadorias adquire aparência aistórica, fazendo com que as formas sociais estabelecidas não apareçam como produtos históricos. Este é mais um traço distintivo entre o método dos clássicos e o de Marx, conforme será tratado mais adiante. Como resume Rubin,

a atenção dos economistas clássicos estava dirigida à descoberta das bases técnico-materiais de formas sociais que eles tomavam como dadas, e não sujeitas à análise posterior. O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo técnico-material a um dado nível e desenvolvimento das forças produtivas (Rubin, 1987, p. 56).

Recusando-se a enfrentar direta e precocemente um sistema de conexões turvas, Marx levaria a termo constantes adiamentos do que considerava sua maior contribuição à causa proletária: seu livro sobre Economia Política. Se é verdade que Marx não tinha, quando dos seus primeiros contatos com a Economia Política, consciência das dificuldades que enfrentaria, é verdade também que o rigor que ele aplicava aos seus estudos não permitiria que ele publicasse sua *magnum opus* antes de se sentir preparado para tal. Isto significava para Marx não somente já ter empreendido as investigações mínimas necessárias, com os devidos levantamentos de informações e estatísticas, coleta e compilação dos dados de forma a descobrir todas as determinações categoriais do objeto, mas também encontrar uma forma de exposição que não anulasse suas descobertas, que fosse capaz de reproduzir idealmente a realidade.

No final de 1844, o jornalista radical Heinrich Bürgers atesta que Marx tinha iniciado “investigações profundas no campo da Economia Política com um projeto de escrever uma obra crítica que iria refundar a ciência econômica” (Musto, 2011, p. 35). Apesar do apelo de Engels, em sua primeira carta a Marx, escrita no início de outubro de 1844, insistindo para que ele se assegurasse de publicar o mais rápido possível o material que tinha coletado, pois, dizia ele, “já está mais do que na hora!” (Marx e Engels, 1982, p. 6), Marx só publicaria sua primeira obra nesse campo em 1859, com a *Contribuição*.

Uma carta de Marx escrita a Lassalle em 22 de fevereiro de 1858 esclarece os motivos de ordem científica para que tivesse adiado tantas vezes o seu projeto:

Na verdade, tenho trabalhado nos estágios finais há alguns meses. Mas a coisa toda prossegue muito vagarosamente, pois assim que se pensa em alguns assuntos, que foram estudados durante anos, já fo-

ram tratados, eles começam a revelar novos aspectos que exigem tratamento mais detalhado [...] (Marx e Engels, 1983, p. 270).

Além dos obstáculos representados pelo seu engajamento no embate político e pelos problemas financeiros e de saúde, era preciso invocar as forças de uma ciência que tivesse compromisso com o real, “aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1985a, p. 939).

3) O itinerário teórico de Marx: método de investigação *versus* método de exposição

A *Contribuição à crítica da Economia Política (Contribuição)*, em 1859, foi antecedida por um prefácio em que Marx descreve sua trajetória teórica desde os tempos da *Gazeta Renana*. Desistindo do projeto de escrever um tratado metodológico, opta pelo referido prefácio, em detrimento da clássica *Introdução de 1857* – texto que começou a escrever em 23 de agosto de 1857 e concluiu em meados de setembro. Justifica-se da seguinte forma:

Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral (Marx, 1986a, p. 24).

O prefácio, datado de janeiro de 1859, não deixa de ter contornos metodológicos, na medida em que também contém um resumo dos “princípios metodológicos estruturantes do projeto marxiano, sob a forma tanto da centralidade das determinações materiais da vida social quanto do conceito de modo de produção” (De Paula, 2010, p. 90). Por isso, ele aparece como um “convite metodológico”, ao mesmo tempo uma espécie de advertência, onde Marx deixa claro ao leitor que, se desejar segui-lo, deve antes observar que a trilha metodológica inerente à sua teoria impõe que se percorram as mesmas etapas que seu autor percorreu, um caminho que vai do particular para o geral (Marx, 1986a, p. 24). Ou seja, o método dialético de Marx só pode ser apreendido simultaneamente à leitura de suas obras, especialmente *O capital*⁴.

De forma semelhante, o problema é traduzido por Marx no prefácio da edição francesa de *O Capital*, escrito em 18 de março de 1872, quando diz: “Não há

⁴ “O mais conhecido exemplo de aplicação do método de Marx é seu exame crítico do capitalismo em *O Capital*” (Fine e Saad Filho, 2010, p. 5).

entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (Marx, 1996a, p. 143). Do ponto de vista do processo de constituição da crítica da Economia Política de Marx, não é possível estabelecer previamente o ponto de chegada da dinâmica do conceito, pois é apenas no decurso do seu próprio movimento que a realidade torna-se passível de apreensão.

É controversa a questão do quanto Marx teria, de fato, abandonado, por inconveniente ou equivocada, a elaboração de uma introdução metodológica à crítica da Economia Política, seguindo a prescrição hegeliana de que o modo correto de expor o método é o que resulta da exposição do conceito em sua odisseia, em suas sucessivas metamorfoses que perfazem o caminho do abstrato ao concreto, da totalidade simples à totalidade complexa. De todo modo, mesmo depois de dizer, no prefácio de 1859, que teria abandonado o projeto de exposição metodológico, suas correspondências revelam que esse plano nunca foi afastado inteiramente.

Porém, se a partir de 1859, essa convicção pode ser atribuída à sua herança hegeliana, ao seu conhecimento do método dialético, não se pode dizer que Marx tivesse total consciência dessa questão em 1842, quando enfrentava o que para ele eram novas e complexas questões do mundo material.

Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas (Marx, 1986a, p. 24).

Marx já tinha lido Hegel antes⁵, mas parece atribuir importância decisiva ao fato de ter feito uma releitura da *Ciência da Lógica*, como informa a Engels em carta de 16 de janeiro de 1858: “Quanto ao método de elaboração do material, me

⁵ Sobre o conhecimento anterior que Marx tinha de Hegel, mencione-se não apenas o conhecimento da Filosofia do Direito daquele autor expresso nas suas duas críticas escritas em 1843, *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* e *Introdução - Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, como também o conhecimento da *Ciência da lógica* expresso na *Miséria da filosofia*, quando se arroga a condição de corrigir o “hegelianismo defeituoso” de Proudhon. Em carta a Schweitzer, diz Marx: “Durante minha estância em Paris, em 1844, travei conhecimento pessoal com Proudhon. Menciono aqui o fato porque, em certa medida, sou responsável pela sua *sophistication*, como os ingleses chamam à adulteração de mercadorias. Em nossas longas discussões, que frequentemente duravam noites, contagiei-o, para grande desgraça sua, com o hegelianismo que, por seu desconhecimento da língua alemã, não podia estudar a fundo” (Marx, 2009, p. 260).

foi de grande utilidade o fato de, por casualidade (*by mere accident*), ter novamente folheado a Lógica de Hegel” (Marx e Engels, 1983, p. 249). E a casualidade se deu porque Freiligrath, um poeta radical, seu companheiro de militância política, “encontrou alguns livros de Hegel que haviam pertencido a Bakunin e os enviou para mim como presente” (*ibidem*).

Reveste-se de maior significado o fato de Marx, referindo-se à *Contribuição*, escrever carta a Engels em 29 de novembro de 1858, apontando a mercadoria como ponto de partida:

Finalmente: a primeira parte resultou mais importante porque, dos dois primeiros capítulos, o *primeiro*, *A mercadoria*, não estava redigido em absoluto no projeto inicial, e o *segundo*, *Dinheiro*, ou *Circulação simples*, não estava escrito senão esquematicamente, e depois foram tratados com mais detalhes que eu pensava a princípio [...] (*ibidem*, p. 358).

Interessante notar que, muito tempo depois, a ênfase que Marx confere à mercadoria como ponto de partida nas *Glosas Marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolph Wagner*, de 1880 – considerado por muitos o último texto econômico de Marx – dá a impressão que esta questão não tivesse sido para ele tão problemática no passado a ponto de consumir tantos anos de pesquisa: “De início, eu não começo nunca dos ‘conceitos’, nem, por isso mesmo, do ‘conceito de valor’, [...] Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a ‘mercadoria’” (Marx, 1977, p. 176).

Advirta-se, porém, que, embora a mercadoria tenha se tornado o ponto de partida da exposição teórica de Marx, a sociedade capitalista permanece como seu objeto principal de pesquisa por toda a sua vida. Na verdade, a descoberta da mercadoria como ponto de partida é legatária da busca incansável de Marx por desvendar os segredos do modo de produção capitalista. Com efeito, a mercadoria como ponto de partida não foi, para Marx, resultado de uma ação arbitrária. Ela ali foi posta justamente porque ele, como investigador, não estabeleceu *a priori* a lógica de exposição do objeto. Antes, acompanhando o objeto, encontrou nele a lógica que permitiu colocar a mercadoria naquela posição.

Marx, ao escolhê-la, estava aplicando o que aprendera com Hegel ao recorrer à ideia da totalidade. A mercadoria como ponto de partida, não é uma escolha arbitrária. Ela, como célula elementar do capitalismo, constitui uma totalidade simples, uma categoria ontológica, que contém em si própria, ainda que num patamar altamente abstrato, toda a trama de relações e contradições existentes na sociedade capitalista. Marx não arbitrou uma forma de começar a ciência, nem formulou uma introdução metodológica, ainda que tenha cedido parcialmente à tentação com *A Introdução de 1857*.

Faz todo sentido, pois, que Marx, no posfácio à segunda edição alemã de *O Capital* de 24 de janeiro de 1873, use da distinção entre método de investigação (ou método de pesquisa) e método de exposição para responder aos críticos do seu método dialético. Adverte ele que os resultados de sua pesquisa poderiam aparecer como uma “construção *a priori*” e que, por isso

é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (Marx, 1996a, p. 140).

Para além de resgatar a diferenciação entre método de investigação e método de exposição, o que essa discussão pretende é realçar que, embora superficiais e descabidas, as contestações quanto à originalidade do método de Marx devem se situar no âmbito do primeiro. Desde a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, Marx colocava em prática uma técnica de estudo aprendida ainda nos seus anos de Universidade que era copiar trechos de outras obras e, logo após, expor seus comentários críticos. Durante os anos de extensa pesquisa, Marx teve por prática examinar quaisquer fontes de informação, dados e estatísticas que julgasse relevantes para a sua pesquisa. Fazia parte do processo de construção da sua própria teoria o diálogo com outras estruturas teóricas, o confronto, a incorporação, a rejeição e a suprassunção. Nesse sentido, a distinção feita entre investigação e exposição, contribui para clarear não apenas a originalidade do seu método de exposição, como também o momento em que Marx se sente pronto para expor sua teoria, que foi quando sua crítica finalmente suprassumiu o objeto da Economia Política.

4) Marx com e contra os clássicos: o emblemático caso da mais-valia

Sem desconsiderar que a *Contribuição* representou uma tentativa de exposição da teoria, seria em *O Capital*, com método dialético já refinado, que Marx finalmente se distinguiria dos economistas que ele leu. Referindo-se, por exemplo, à mais-valia,⁶ diz que “A Economia clássica, devido à análise deficiente do processo de trabalho de valorização, nunca compreendeu adequadamente esse importante momento da reprodução, como se pode ver em Ricardo” (Marx,

⁶ Por limitação de espaço, o presente artigo não descreve a trama categorial que levou Marx a descobrir a mais-valia, nem também a forma como, metodologicamente, essa categoria é apresentada em *O capital*. Sobre isso, consultar Teixeira (2014).

1996b, p. 239). Não conseguiram apresentar uma teoria em que a descrição do processo de reprodução global do capital ultrapassasse os limites dados pela ótica do agente econômico; daí, portanto, a “arquitetônica errônea da obra de Smith e Ricardo, que são incapazes de revelar a articulação das categorias no próprio movimento do valor” (Muller, 1982)⁷, permanecendo eles como “prisioneiros da aparência”. Por isso, diz Marx sobre a Economia Política clássica:

Ainda assim, mesmo seus melhores porta-vozes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos no mundo da aparência que sua crítica extinguiu e, por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconsequentes, semiverdades e contradições não-solucionadas” (Marx, 1985b, p. 280).

Segundo Marx,

a coisa muda de figura tão logo consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social (Marx, 1996b, p. 204).

Mais adiante, em citação semelhante, Marx qualifica melhor seu argumento ao trazer à luz a categoria da totalidade que, no universo capitalista, estaria definitivamente distante da percepção individual dos agentes. Diz ele:

Todavia, a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade, a classe capitalista e, diante delas, a classe trabalhadora. Mas com isso aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias (Marx, 1996b, p. 220).

Era evidente, para Marx, que as duas perspectivas de análise, a individual e a global, precisavam ser consideradas, num movimento de imbricação em que uma determina e é determinada pela outra. O que os agentes econômicos notavam, a olho nu, eram as trocas acontecidas entre indivíduos em um determinado período de tempo e no âmbito de uma sociedade anárquica, sem controle

⁷ Como o acesso ao texto de Muller se deu apenas pelo site indicado nas referências bibliográficas, onde não há demarcação de páginas, as citações serão acompanhadas apenas do ano.

central. Este é o padrão de medida. As trocas não acontecem entre as classes de forma global, isto é, toda a classe capitalista comprando de forma coordenada de toda a classe proletária ou vice-versa.

Esta exposição que Marx faz no *Capital*, vital para que se entenda a produção e a distribuição da mais-valia, parece ser um desdobramento da análise feita por ele na *Introdução de 1857* em que, já na seção primeira, argumenta que produção e distribuição não são esferas isoladas, mas constituem partes de um todo orgânico. Os economistas burgueses acertaram em perceber produção e distribuição como esferas da vida material, mas não foram capazes de incluí-las na mesma totalidade. Na seção seguinte, prossegue no argumento protestando contra o procedimento seguido por John Stuart Mill, que separou indistintamente essas esferas: “o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma mesma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (Marx, 1986b, p. 13). Para Marx, era imperativo que essas esferas se mostrassem articuladas organicamente, por um procedimento dialético, “mediante a exposição de um silogismo em que a produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão” (*ibidem*, p. 7). A estrutura econômica só pode ser apreendida por um procedimento que reconheça não somente esse encadeamento lógico, mas principalmente as determinações reais que expressam a impossibilidade de cada esfera ser autônoma e independente das outras. Significa dizer que “produção é também consumo; que produção é distribuição; que troca é circulação, e que troca é produção” (De Paula, 2010, p. 99).

Apesar das insuficiências dos clássicos⁸, Marx não deixa de reconhecer os avanços teóricos proporcionados por eles através da temática do trabalho. Desde a obra de Engels, *Esboço de uma Crítica da Economia Política* – qualificada por Marx no prefácio da *Contribuição* como “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 1986a, p. 26) – as contribuições dos clássicos já são consideradas:

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fos-

⁸ Reconhecendo a cientificidade da Economia Política clássica, Marx estabelece diferença entre esta ciência e a economia vulgar: “E para esclarecer de uma vez por todas, entendo como Economia Política clássica toda economia desde W. Petty que investiga o nexo interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexo aparente, ruma constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos, por assim dizer, mais grosseiros e para o uso caseiro, da burguesia, e limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as ideias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam sobre seu mundo, para eles o melhor possível” (Marx, 1996a, p. 206).

se subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesmas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana (Engels, 1979, p. 3).

A economia clássica, que coloca o trabalho como elemento criador de riqueza, oferece o elemento a partir do qual a riqueza é dessacralizada, tornando possível uma crítica ao regime de propriedade privada, e também o confronto da mistificação que acometia mercantilistas e fisiocratas. Por isso, diz Marx:

O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, à medida que reduz os juros a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de tal modo que ambos coincidem na mais-valia (Marx, 1985b, p. 280).

Em suma, diria Marx, os economistas clássicos tiveram méritos, pois deram o alerta, anunciaram o advento de um novo tempo, porém, erraram ao extrapolar para o plano global aquilo que, apesar de ser uma manifestação fenomênica verdadeira, precisaria ser articulado dentro de uma totalidade visando trazer a essência à tona.

Os clássicos, na visão de Kofler, foram vítimas da individualização e atomização crescentes do processo social, pois “em nenhuma sociedade pôde o fenômeno da função fragmentadora do entendimento colocar-se como problema com tanta radicalidade quanto na sociedade [burguesa]” (2010, p. 98 e 100). Referindo-se às sociedades pré-capitalistas, Kofler esclarece que

elas se caracterizam pelo fato de, no âmbito das relações entre os homens e como resultado da relativa transferência do processo econômico, fenômeno e essência coincidirem em maior ou menor medida, ou, pelo menos, exibirem uma relação recíproca mais simples e imediata [...] justamente por isto tampouco existiu uma oposição essencial entre o pensamento fragmentador e o pensamento da totalidade (Kofler, 2010, p. 97).

Na sociedade capitalista, “surgem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico” (Lukács, 2003, p. 72). A mais-valia, como que por excelência, se vale da

sua tendência a dissimular-se, de ficar oculta e imperceptível àqueles que repousarem seus olhos nas relações acontecidas entre indivíduos. Por isso, diz Marx:

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham (Marx, 1996a, 293).

Marx nunca tratou as categorias econômicas como algo óbvio. No nível em que se encontrava como pesquisador, extrair essas categorias diretamente da sociedade, era lidar com o que ele veio a chamar na *Introdução de 1857* de um “todo caótico”. Com efeito, o estudo do sistema capitalista precisaria de uma ferramenta especial, diferente, que fosse inédita em sua aplicação na Economia Política. Não seria correto olhar diretamente para a realidade complexa capitalista e extrair dela, aleatoriamente ou não, conscientemente ou não, as categorias mais representativas.

Como já dito, as categorias não estariam em compartimentos estanques cada uma delas esperando a sua vez de ser analisada. Não estariam numa sala de espera em que impreterivelmente cada uma delas seria chamada no devido tempo para sofrerem a devida análise. Por isso que, quando se olha para a obra madura de Marx, especialmente *O capital*, o que se verá é uma obra que, embora dividida em capítulos com seus respectivos títulos, será perpassada em todo o seu conjunto pelas mesmas categorias. Uma categoria como o valor não ficará restrita aos capítulos iniciais, mas, como alma que transpassa paredes, pulará de um capítulo para o outro, indo e voltando sempre, para atender as exigências de um método que precisa seguir o objeto como ele é e como ele se apresenta em suas determinações internas. Foi a descoberta desse método – método aqui entendido não como um conjunto de regras epistemológicas – que conferiu a Marx condições de dar o salto para fora do campo *strictu sensu* da Economia Política. Prescindir desse método seria abrir mão de compreender a realidade capitalista.

Vale ressaltar a complexidade da missão a que Marx se entregou. Tratava-se primeiramente de se apoderar de um método que lhe permitisse superar as limitações conferidas à “natureza específica da capacidade humana de pensar, à estrutura do entendimento” (Kofler, 2010, p. 81-2). Não era uma questão nova. Como indica Kofler, Vico já tinha observado a tendência que o entendimento tem de fragmentar a realidade unitária, o que o levou a descobrir o significado metodológico da totalidade. Nesse sentido, não surpreende o fato de Marx, em maior ou menor grau, ter como pano de fundo de suas análises a questão do método,⁹ exercício que expressava o esforço de um teórico que se preparava não

⁹ Isto é um traço característico do projeto de elaboração de uma crítica específica que tem como ponto de partida a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*, de 1843.

somente para refutar ou incorporar os economistas clássicos, mas, principalmente, para fazer uma crítica interna que fosse ao mesmo tempo apropriação e supressão.

Em 1844, em meio a seus primeiros estudos de Economia Política, Marx escreve em Paris, um conjunto de nove cadernos com notas, seguidas de comentários críticos, referentes às obras de Smith e Ricardo, além de autores como Jean-Baptiste Say e James Mill.

Insista-se na peculiaridade do projeto de Marx, que já se insinuava autônomo em relação aos clássicos e que desembocaria não numa continuidade ou no aperfeiçoamento da Economia Política clássica, mas na instauração da crítica da Economia Política. Na *Introdução de 1857*, Marx diferencia o método dos economistas do século XVII e o dos economistas dos séculos XVIII e XIX. Os primeiros usam grandes constelações tais como população, nações, trocas entre nações e chegam, pela abstração, ao que Marx chama de “relações gerais abstratas”, que são categorias como divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. Por esse método, o olhar parte de cima para baixo, onde se vê uma massa amorfa, a população, por exemplo, como algo difuso, e depois vai percebendo a existência daquelas categorias. Assim, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas [...]” (Marx, 1986b, p. 14). O método correto, para Marx, é o dos economistas do século XVIII e XIX, que começam inversamente, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (*ibidem*). Partem de categorias como a divisão do trabalho, valor, dinheiro, capital e outras, que são “as determinações abstratas [que] conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (*ibidem*).

Entretanto, apesar de Marx indicar este último como o método correto, como método científico, ele se mostrava insuficiente para um teórico que desejava fazer uma crítica para a qual a mera aplicação de princípios dedutivos não seria suficiente. Era, portanto, do ponto de vista de Marx, correto, mas insuficiente, pois produzia um conhecimento abstrato incapaz de atender ao projeto de sua crítica, que intentava apreender o modo de ser da sociedade capitalista, o que requeria caminhar em direção ao todo. Os clássicos, com suas abstrações, produziam conhecimentos isolados, pertencentes à esfera fenomênica, sem articulação com quaisquer processos de totalização. Esse proceder levaria fatalmente a arbitrariedades pois, se “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (*ibidem*), a cada instante teriam os clássicos que eleger novos pontos de partida.

Era, sim, necessário “fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1986b,

p. 14). Entretanto, o método que faria de Marx não um economista, como os clássicos, ou um filósofo, como Hegel, mas um crítico da Economia Política, não poderia ser tributário de determinados defeitos. É certo que Marx reconhece os serviços prestados no campo metodológico pela Economia Política dos séculos XVIII e XIX. Porém, reivindica que o método deles seja modificado para sanar as arbitrariedades pela incorporação da concepção hegeliana do concreto, por sua vez também modificada. Se, por um lado, o conhecimento fragmentado da realidade foi abstraído do todo pelo pensamento, por outro, essas abstrações precisam ser rearticuladas ao todo concreto e, nesse sentido, era imprescindível recorrer a Hegel, “e exigir que o ponto de partida da ciência fosse inteiramente legítimo, isto é, não arbitrário, perfeita presentificação do universal, da generalidade [...]” o que implicava na “ideia de totalidade, inteiramente estranha ao seu [dos clássicos] universo conceitual” (De Paula, 2010, p. 104).

Referindo-se aos clássicos, Marx diz, em 1865,¹⁰ que as verdades científicas por eles legadas precisariam ser depuradas, pois elas “serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (Marx, 1986c, p. 158). Quanto ao método analítico usado por eles, acentua que “a economia clássica procura pela análise reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre si, à unidade intrínseca delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentes umas das outras,” (Marx, 1985c, p. 1538) através de generalizações mentais, em que algumas categorias são arbitrariamente escolhidas para análise posterior, por possuírem relações ou propriedades comuns, como por exemplo, o trabalho, o salário, os juros, etc.

Algumas linhas adiante, Marx acrescenta:

A economia clássica não tem interesse em analisar como nascem as diferentes formas, mas em convertê-las, pela análise, à unidade delas, pois parte dessas formas como pressupostos dados. Mas a análise é o requisito indispensável para se revelar a gênese, para se compreender o processo real de formação nas diferentes fases. Por fim, a economia clássica é falha e carente ao conceber a *forma básica do capital* – a produção destinada a se apropriar do trabalho alheio – não como forma *histórica* e sim como *forma natural* da produção social [...] (Marx, 1985c, p. 1538).

Como assinala Muller,

¹⁰ Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta fala de Marx se deu durante conferência por ele proferida em duas sessões do Conselho Geral da Associação, em 1865, que depois foi reunida na obra *Salário, Preço e Lucro*.

não sabendo utilizar o método genético, a economia política burguesa toma as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas econômicas em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais (Muller, 1982).

Em relação a Hegel, tratava-se de recorrer a ele “para legitimar os procedimentos metodológicos da Economia Política” (De Paula, 2010, p. 102), através do uso do seu conceito de totalidade que não fosse o resultado da absolutização do espírito. Se em Hegel quem totaliza é a ideia, a consciência, o espírito, em Marx quem faz a totalização é o ser social, concretamente, no viver. É no processo mesmo de viver, de experimentar e de interagir, que o ser social transforma o mundo. Enfim, em Hegel está a categoria da totalidade, que pode retirar o vício dos economistas clássicos de sempre incorrer em arbitrariedades, mas que, segundo Marx, não era apropriada para dar conta do processo da gênese do concreto, que não podia estar assentado em bases idealistas. Por isso, diz Marx,

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (Marx, 1986b, p. 14-5).

Em suma, a simples apropriação de Hegel por Marx não daria a este condições de fazer a suprassunção da Economia Política. Como um teórico que não queria fazer simplesmente fazer mais do mesmo, ou seja, ser mais um economista político, mas que queria, por outro lado, era fazer a crítica da Economia Política, mostrava-se necessário buscar outro caminho, o caminho de uma crítica centrada em determinações materiais que não se posta externamente ao objeto, mas que caminha com ele. Se assim não fosse, o resultado daquela forma de fazer ciência seria a naturalização do que é histórico, sacralizando as relações sociais de produção burguesas como se perfeitas e eternas fossem.

O método “correto” dos economistas clássicos não atenderia aos propósitos de Marx, pois seu objetivo era mais amplo: tratava-se de descobrir as leis que explicam a gênese, o desenvolvimento, a crise e o colapso da sociedade capitalista. Por isso, como diz De Paula, “o projeto marxiano não busca ser uma versão mais bem acabada da Economia Política, senão que pretendeu ser a sua “suprassunção”, ser uma *crítica da economia Política*”. (De Paula, 2010, p. 103). Ou, como diz Heinrich,

Em termos da substância de sua teoria, Marx é visto como um representante da escola clássica que encerra conclusões diferentes de Smith e Ricardo [...] Todavia, como o subtítulo de *O Capital* deixa claro, a intenção de Marx não foi fornecer uma “economia política” alternativa, mas uma “crítica da economia política (Heinrich, 2004, p. 33).

Dito de outra forma, Marx percorre as etapas da Economia Política, perfaz o caminho dos seus representantes, para poder mais à frente sair dela. Ele mostra o caminho incorreto, o dos economistas do século XVII, mostra o correto, o dos economistas dos séculos XVIII e XIX, e mostra, ao final, que o seu método não era nem um nem outro. Marx, pressentindo que o caminho seria tortuoso, cheio de rugosidades, desiste de publicar o seu plano de viagem: *A Introdução de 1857*. Por isso, como que anunciando uma exitosa chegada ao destino, ele ilustra a ciência como cimos luminosos, alcançável apenas depois de se trilhar um caminho permeado de escarpas abruptas (Marx, 1996a, p. 143).

Marx, portanto, se diferencia dos economistas políticos não somente porque contesta suas ideias ou simplesmente por ter apresentado sua interpretação sob outro enfoque, mas por ter se colocado no terreno da Economia Política munido dos recursos legados pela tradição filosófica alemã, especialmente sob a influência de Hegel, que lhe permitiria mais adiante, aplicando método inovador, colocar a mercadoria como ponto de partida e, assim, iniciar a exposição de sua crítica.

Qualifique-se melhor o argumento já exposto sobre o Marx que “sai” da Economia Política. É verdade que, “ao se aproximar, como já foi dito, a partir de 1842, das fontes da Economia Política inglesa, Marx se aproximava também da tradição empirista” (Vaz, 1983, p. 151). Porém, deve-se reiterar que seu afastamento do empirismo não consistia numa rejeição de sua cientificidade – até porque ficou evidente para Marx o quão fundamental fora aquela aproximação para a evolução dos seus conhecimentos sobre a sociedade capitalista – mas era parte de um movimento dialético, em que deles se afasta por já tê-los incorporado naquilo que lhe tinha sido útil e até imprescindível, para, mais a frente, continuar sua trajetória, porém por uma perspectiva distinta.

O método de Marx propugnava acompanhar o objeto em seu desenvolvimento, envolver-se com ele, investiga-lo, descobrir suas determinações essenciais, o que era estranho ao método dos clássicos, que, por sua vez, se mantiveram reféns da unidimensionalidade dada pela perspectiva externa ao objeto, pela aparência. Era necessário, pois, se preparar para perseguir o objeto e, depois de encontrá-lo, dar o devido tratamento, “desenvolver as suas determinações categoriais a partir do seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado” (Muller, 1982), considerando que o objeto estaria sempre em movimento e inacessível aos recursos

típicos das ciências naturais, que isolam o objeto e protegem-no das influências externas¹¹.

Daí, entender o método é essencial, pois foi justamente a ausência dessa compreensão que, nas palavras de Lukács, alimentou a compreensão da teoria social de Marx como uma elaboração predominantemente epistemológica, com o conseqüente abandono ou “negligência da crítica da Economia Política e sua substituição por uma economia simples entendida como ciência no sentido burguês” (Lukács, 2012, p. 260). É nesse sentido que se vai defender o caráter original da crítica de Marx, como uma crítica ontológica que, se compreendida, poderia permitir uma compreensão mais profunda de aspectos do capitalismo contemporâneo que ficam ocultos aos instrumentos da economia convencional, conferindo à teoria econômica de Marx o seu real valor.

Vale registrar como a não compreensão daquele caráter ontológico tem incidência nos currículos dos cursos de economia, e também nos manuais de história do pensamento econômico, onde Marx aparece em seções bastante específicas nestes, e em disciplinas optativas e desvinculadas das demais naqueles. No dizer de Lukács, “a economia do Marx maduro pareceu à ciência burguesa e aos modos de consideração por ela influenciados, inclusive entre adeptos do marxismo, uma ciência particular” (2012, p. 250). Note que esse ponto de vista já estava presente no Lukács de 1923: “os fenômenos são reduzidos à sua pura essência quantitativa, à sua expressão em número e em relações de número. Os oportunistas jamais se dão conta de que faz parte da essência do capitalismo produzir os fenômenos dessa maneira” (Lukács, 2003, p. 71-2).

O lugar de destaque dado pelo próprio Marx à sua teoria da mais-valia em relação ao conjunto de suas descobertas realça o quanto central ela foi. Não somente faz afirmação direta sobre isto, conforme citações já feitas aqui anteriormente, como, após tê-la descoberto nos *Grundrisse*, sente-se preparado para confrontar seus opositores nas *Teorias da Mais-Valia*, de 1861-1863 através de extenso estudo crítico sobre a história do pensamento econômico. Efetivamente, a teoria da mais-valia coincide com o próprio momento chave de instauração da crítica da Economia Política. Ou seja, a teoria da mais-valia permite a Marx, ali nos *Manuscritos de 1861-1863*, se confrontar com os principais autores de Economia Política, superando o máximo do pensamento crítico burguês representado pela Economia Política clássica.

¹¹ No prefácio à 1ª edição de *O Capital*, Marx adverte: “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos [...] O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (Marx, 1996a, p. 130)

Considerações finais

Apesar de a Economia Política clássica ter avançado em relação aos fisiocratas ao compreenderem o excedente em termos de valor – trabalho transferido ao produto – e não em termos físicos, permanecia sem explicação o enigma da conciliação entre troca de equivalentes e valorização do capital, que só seria resolvido com a proclamação feita por Marx do advento de uma mercadoria singular, a força-de-trabalho, como a única capaz de criar valor. Com isso, Marx abstraía a mais-valia de suas formas particulares, representadas pela renda da terra, lucro e juros, que seriam analisadas no livro III.

Em relação aos objetivos da Economia Política, a proposta de Marx era muito mais profunda, além de radicalmente original em sua essência. Ele não negava a aparência como uma das dimensões do real, mas também não era envolvido e contido pelo seu caráter dissimulador. Böhm-Bawerk, um insuspeito detrator de Marx, dá o seguinte parecer sobre a obra marxiana: “[...] sua força criadora prova-se no fato de ele conseguir fazer acréscimos originais à ideia, assim construindo uma doutrina viva e coerente” (Böhm-Bawerk, 2010, p. 28).

Os acréscimos originais à ideia, como citado acima por Böhm-Bawerk, são, na verdade, o resultado de uma iniciativa sem precedentes na forma de aplicar o método dialético no conjunto das relações materiais da sociedade. Marx incorporava os clássicos, mas se negava a permanecer prisioneiro da aparência, incapaz de superar o caráter mistificado do modo de produção capitalista, “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas” (Marx, 1985b, p. 280).

Com efeito, Marx entra na seara dos clássicos, mas lá não permanece. Ou, dito de outro modo,

ele não quis construir uma teoria que se chocasse com as teorias existentes, mas sim que pretendesse reconstruir dialeticamente, com grande coerência e espírito crítico, do ponto de vista da classe trabalhadora, o material categorial e empírico produzido pela economia política clássica, o qual continha elementos de verdade entremeados de falsidades e confusões (Prado, 2012, p. 8).

Por fim, sobre a crítica da Economia Política feita por Marx, permita-se um tipo de analogia bem familiar à forma literária de Marx, a saber, as metáforas teológicas. Caminhando por terras estranhas ao longo de quarenta anos, os hebreus iam passo a passo se aproximando da nova terra que justificaria tantos anos de enfrentamento das intempéries do deserto e da hostilidade dos povos estranhos. Como na tumultuada fuga do Egito, a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel* demarca a saída de Marx de terras familiares e o início de uma longa jor-

nada pelas terras da Economia Política, numa trajetória de provações que forja um crítico que se recusa a permanecer naquelas terras e que caminha resolutamente rumo a uma construção teórica original.

A caminhada no deserto é a própria negação do Egito. Mas essa negação não acontece sem que Moisés, que um dia saiu como foragido, para lá retorne e resgate os elementos de uma futura emancipação humana que o acompanharia até os limites da terra, ainda que a cada nova adversidade as facilidades do Egito fossem lembradas como alternativa de vida mais fácil. De fato, teria sido mais fácil para Marx se o objetivo fosse apenas o de se tornar mais um economista político. Isto não exigiria uma redefinição completa do objeto, no sentido hegeliano de crítica.

Marx alcança seu objetivo de vida porque, assim como Moisés – egípcio e hebreu ao mesmo tempo, que pouco a pouco perde essa dupla identidade para se transformar apenas no Moisés israelita – chega ao fim não sendo nem o Marx filósofo, nem o Marx economista, mas o Marx crítico da Economia Política.

Referências

- BACKES, Marcelo. Nota à tradução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 09-13.
- BÖHM-BAWERK, Eugen von. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2. ed., 2010.
- DE PAULA, João. A. A “Introdução” dos Grundrisse. In: _____. (Org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da Economia Política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 89-108.
- DE PAULA, João. A. e CERQUEIRA, H. E. A. da G. *Isaac I. Rubin e sua história do pensamento econômico*. Textos para discussão nº 469. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pequisas/td/TD%20469.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2015.
- DOBB, Maurice. Marx como economista. In: *Marx e o socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 57-95.
- FINE, Ben.; SAAD FILHO, Alfredo. *Marx's 'capital'*. Londres: Pluto Press, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Esboço de uma crítica da Economia Política*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's capital*. Nova York: Monthly Review Press, 2004.
- KOFLER, Leo. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: ensaios sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Boitempo Editorial, 2012.
- MARX, Karl. Glosas Marginales al “Tratado de Economía Política” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El Capital*. 2. ed., México: Siglo XXI, 1977, pp. 169-183.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro III, v. VI. São Paulo: Difel, 4. ed., 1985a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro III, v. III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*, livro IV, v. III. São Paulo: Difel, 1985c.
- MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986a, pp. 23-7.
- MARX, Karl. Introdução [à crítica da Economia Política]. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986b, pp. 3-21.
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: _____. *Para a crítica da Economia Política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1986c, pp. 133-79.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. I. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 13. ed., 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I, v. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. Moscou: Progress, v. 38, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. Moscou: Progress, v. 40, 1983.
- MÜLLER, Marcos L. Exposição e método dialético em O Capital. In: *Boletim SEAF*, n. 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982. Disponível em: <<http://orientacao-marxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.
- MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à Economia Política: dos estudos de 1843 aos *Grundrisse*, *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 33, 2011, pp. 31-65.
- PRADO, Eleutério F. S. *Do dinheiro ao capital*. Artigo 19, 2012. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/11/marx-do-dinheiro-ao-capital.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015.
- RUBIN, Isaac. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- TEIXEIRA, Adriano L. A. *A Genealogia da mais-valia: Filosofia, Economia e crítica*

Definitivamente, Marx não foi um economista clássico!

da Economia Política. Tese de Doutorado. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014, 224 p.

VAZ, Henrique. L. Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx, *Revista Nova Escrita*. São Paulo, ano V, n. 11/12, 1983, pp. 147-60.

Recebido em 26 de abril de 2019
Aprovado em 28 de junho de 2019

Lenguaje y política en *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx

Language and Politics in Marx's Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte

Javier Balsa*

Resumen

Este artículo analiza el papel que Marx reserva al lenguaje en *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Más específicamente, se procura responder qué posición ocupa el lenguaje en relación a las clases sociales y la dinámica política, cuál es la propuesta de Marx acerca del lenguaje revolucionario, si es posible pensar en un lenguaje a ideológico o neutral, si la acción revolucionaria podría prescindir de los recursos epidícticos o de un *pathos* heroicizante, y, finalmente, cuál sería el papel de la ambigüedad vinculada a la retórica y a los significantes tendencialmente vacíos o imprecisos.

Palabras claves: Marx; Lenguaje; Dieciocho Brumario

Resumo

Este artigo analisa o papel que Marx reserva à linguagem em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Mais especificamente, procura-se responder qual posição ocupa a linguagem em relação com as classes sociais e a dinâmica política, qual é a proposta de Marx sobre a linguagem revolucionária, se é possível pensar numa linguagem a-ideológica ou neutral, se a ação revolucionária poderia prescindir dos recursos epidícticos ou de um *pathos* heroicizante, e, finalmente, qual seria o papel da ambigüidade relacionada à retórica e aos significantes tendencialmente vazios ou imprecisos.

Palavras-chave: Marx; Linguagem; Dezoito de Brumário

Abstract

This article analyzes the place that Marx gives to the language in The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. More specifically, it tries to answer which position the language occupies in relation with the social classes and the political dynamic, which is Marx's proposal about the revolutionary language, if it is possible to think an unideological or neutral language, if the revolutionary action can manage without epidictic resources or a heroicizing pathos, and, finally, which could be the role of the ambiguity associated with the rhetoric and with signifiers tendentially empty or imprecise.

Keywords: Marx, Language; Eighteenth Brumaire

* Profesor Titular del área de Sociología y Director del Instituto de Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea de la Universidad Nacional de Quilmes, e Investigador Independiente de CONICET, Argentina.

Introducción

A poco de acontecido el golpe de Estado de diciembre de 1851 y su posterior legitimación plebiscitaria, Marx escribió *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* [en adelante, *18B*], un pequeño libro que reúne una serie de artículos en los que procura dar cuenta de todo el proceso político francés que siguió a la revolución de 1848¹. Esta obra intenta explicar por qué la revolución, en vez de terminar en una república de tipo popular, finalizó en un régimen autoritario con dominio de la burguesía (aunque no a través de sus representantes más orgánicos), sancionado incluso a través del sufragio universal (masculino). Como lo dice el propio Marx, “todo un pueblo que creía haberse dado un impulso acelerado por medio de una revolución, se encuentra de pronto retrotraído a una época fenecida...” (Marx, 1973b [1852], pp. 17-18).

Nos interesa particularmente esta obra ya que consideramos que, como ha planteado Jessop (2002), contiene una serie de elementos que podrían ser la base de una teoría marxista del análisis político. En este artículo nos centraremos en estudiar el papel que Marx reserva al lenguaje, ya que, como veremos, tiene una función clave para explicar el proceso. Como preguntas más específicas que guiarán nuestro examen, trataremos de responder qué posición ocupa el lenguaje en relación a las clases sociales y la dinámica política, cuál es la propuesta de Marx acerca del lenguaje revolucionario, si es posible pensar en un lenguaje aideoológico o neutral, si la acción revolucionaria podría prescindir de los recursos epidícticos o de un *pathos* heroicizante, y, finalmente, cuál sería el papel de la ambigüedad vinculada a la retórica y a los significantes tendencialmente vacíos o imprecisos². Como será fácil de apreciar, pensamos que en el *18B* se encuentra en germen una teoría de la hegemonía, que procura comprender la dominación burguesa en contexto republicano. Por este motivo, nuestra argumentación se deslizará, a menudo, hacia las elaboraciones de Antonio Gramsci.

Antes de adentrarnos en el análisis, resumamos brevemente la secuencia de los acontecimientos a fin de dar un marco general a los fragmentos que luego comentaremos. En febrero de 1848, una revolución acabó con el sistema monárquico parlamentario francés, basado en un sufragio censitario sumamente restringido, e instauró una república con participación universal masculina. El sentido de esta república se encontró abierto a una disputa que progresivamente se fue definiendo en favor del dominio de los representantes republicanos burgueses, a partir de las elecciones generales, en abril, de la Asamblea Nacional

¹ El texto fue escrito entre diciembre de 1851 y marzo de 1852. Todas las referencias a páginas serán a la edición española de la editorial Anteo (Marx, 1973b [1852]).

² Aclaremos que no nos adentraremos en un análisis del estilo y la estrategia genérica empleada por Marx, ni tampoco del lugar del enunciador que se construye Marx, tal como hacen, entre otros, Riquelme (1980), Harries (1995) y White (2011).

Constituyente, y, sobre todo, luego de la feroz represión desatada en junio contra los sectores populares parisinos. Para finales de 1848, en las elecciones presidenciales convocadas en diciembre, sorpresivamente se impuso Luis Bonaparte, el sobrino de Napoleón, logrando el apoyo electoral de una gran diversidad de sectores que procuraban impedir el triunfo del candidato del oficialismo republicano burgués. Bonaparte, con una base muy escasa de legisladores propios, gobernó apoyándose en los dos partidos monárquicos (divididos por sus preferencias en relación a la casa de Orleans o de los Borbones, y también por su vinculación con la burguesía financiera o los terratenientes, respectivamente). Esta alianza, denominada por Marx como “partido del orden”, logró derrotar, primero, a los sectores republicanos de izquierda (conformados por los unificados sectores pequeño-burgueses y proletarios), que habían logrado un claro avance electoral a mediados de 1849. El partido del orden los empujó a la lucha en las calles, pero al darla en forma pacífica y poco decidida, fueron derrotados en junio de 1849. Luego sería el turno de los republicanos burgueses, que no pudieron reaccionar en forma efectiva cuando se suprimió el sufragio universal y se dictó una ley de prensa autoritaria, en mayo de 1850. Entonces, progresivamente, Bonaparte, cuya reelección estaba impedida constitucionalmente, entró en tensiones cada vez más fuertes con los dos partidos monárquicos, que además no lograban unificar su accionar. El presidente pidió la restauración del sufragio universal, y la Asamblea Nacional lo rechazó, pero por escaso margen. Finalmente, en diciembre de 1851, organizó un golpe de Estado, legitimado luego a través de un plebiscito. Ya fuera del período analizado por Marx en este libro, en noviembre de 1852, el proceso terminó en la sanción plebiscitaria de un Imperio, entronizándose como Napoleón III.

La lucha por las significaciones como elemento central de la dinámica política

A lo largo de todo el *18B* es posible observar que, para Marx, el lenguaje cumple un papel ineludible en la dinámica política y en la definición del resultado del enfrentamiento entre las clases sociales. Como hipótesis explicativa central podemos decir que la falta de un lenguaje adecuado es identificada, ya al comienzo del *18B*, como el motivo por el cual, ganada la instauración de una república democrática, los mayoritarios sectores populares no pudieron imponerse políticamente. Esta carencia de un lenguaje acorde a las nuevas realidades permite dar cuenta de por qué, a pesar de existir el sufragio universal (masculino), se retrocedió hasta la instauración del autoritarismo bonapartista³. En este

³ Este no fue el único factor causal de la derrota, pues Marx también señala la debilidad económico-social de un proletariado industrial naciente y relativamente circunscripto a París.

sentido, como plantea Jessop, es posible leer todo el *18B* como un análisis de las limitaciones discursivas que tuvo la representación de los intereses de clase, y de las implicancias que los desfases de ellos derivados generaron en la dinámica política (Jessop, 2002, p. 182).

Marx dedica las primeras páginas del *18B* a dejar en claro esta cuestión. En el segundo párrafo de la obra, luego de afirmar que los hombres hacen su historia “bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y transmite el pasado”, agrega que esta dinámica opera a través de las limitantes que generan las representaciones tradicionales: “la tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla el cerebro de los vivos” (p. 15). Por lo tanto, cuando se disponen a hacer la revolución “conjuran temerosos en su auxilio los espíritus del pasado, toman prestados sus nombres, sus consignas de guerra, su ropaje, para, con este disfraz de vejez venerable y ese lenguaje prestado, representar la nueva escena de la historia universal” (pp. 15-16). De modo que las “tradiciones” se traducen en símbolos, en lenguajes. Es que, como señala Jessop, para Marx, los hombres están condicionados por el repertorio semiótico que han heredado del pasado (Jessop, 2002, p. 190). Norman Fairclough y Phil Graham interpretan conceptualmente este proceso como un reconocimiento de Marx de la heteroglosia social, de la intertextualidad, y de cómo los cambios involucran una recontextualización selectiva y una apropiación interdiscursiva de los discursos existentes y de todo esto como un proceso que está socialmente situado, en relación a las diferentes posiciones sociales (Fairclough y Graham, 2002, pp. 40-41). El problema fue que esta simbología antigua funcionó como una “herencia restrictiva”, como una “poesía” limitante que dio cuenta de la realidad de modo desfasado, pensándola con categorías anacrónicas.

Este desfase Marx lo explica haciendo referencia a los casos en que, cuando somos hablantes recién iniciados en una nueva lengua, debemos todo el tiempo traducir a nuestro idioma nativo y, de este modo, no logramos una clara comprensión de la nueva realidad. La falta de un dominio del lenguaje apropiado al nuevo contexto impidió una producción/acción realmente libre:

[el tomar el lenguaje prestado] es como el principiante que ha aprendido un idioma nuevo: lo traduce siempre a su idioma nativo, pero sólo se asimila el espíritu del nuevo idioma y sólo es capaz de producir libremente en él cuando se mueve dentro de él sin reminiscencias y olvida en él su lengua natal (p. 16).

Estos desfases fueron, para Marx, la principal causa del fracaso de la revolución de 1848: la falta de conceptos que permitiesen comprender lo novedoso de la nueva realidad social de mediados del siglo XIX, que ya no era como la de fines del siglo XVIII. Un contexto que abría la posibilidad de una revolución pro-

letaria, de características cualitativamente diferentes a la revolución de 1789, pero que no pudo ser así conceptualizada por la carencia de un lenguaje adecuado a las tareas que eran necesarias para impulsar este proceso de profundo cambio social. Un lenguaje que diera cuenta de la discontinuidad esencial entre la revolución proletaria y el modelo burgués de revolución (Basso, 2009, p. 68).

A diferencia de los textos previos, en el *18B* hay una fuerte valorización del proceso ideológico necesario para lograr la toma de conciencia. Es que los intereses de las clases no emergen de forma automática, ni siquiera son develados por la mera lucha política⁴. Hasta el texto *La lucha de clases en Francia de 1848 a 1850* [en adelante, *LCF*] (Marx, 1973a [1850]), parecía que, para Marx, la propia dinámica de la lucha permitiría lograr la toma de conciencia de los intereses de clase. Como dice Frosini, el encuentro político no dejaba intacta la ideología, sino que la exponía a su “veracidad efectual” (Frosini, 2009, p. 83). Sin embargo, para este filósofo italiano, en el *18B* hay un quiebre en el que desaparece todo el juego entre verdadero y falso dentro de la política. Por este motivo, Marx afirma que si bien “la sociedad parece haber retrocedido más allá de su punto de partida [por el triunfo de Luis Bonaparte]; en realidad, lo que ocurre es que tiene que empezar por crearse el punto de partida revolucionario” (p. 19). Y si bien podría estar mencionando cuestiones más estructurales, a continuación hace referencia a que “las revoluciones proletarias [...] se critican constantemente a sí mismas” (p. 20)⁵. Por eso destaca Frosini que, a partir del *18B*, queda en claro que la revolución proletaria solo podrá nacer de una crítica preliminar de la ideología: de este modo, el contenido podrá devenir al primer plano y el pasado dejará de pesar. Es que, para Marx, ya no es en la mera práctica, en tanto acciones materiales, donde se puede constituir la verdad, sino en la lucha ideológica (Frosini, 2009, p. 86).

De esta importancia del plano ideológico se deriva el papel clave del lenguaje y de la necesidad de representantes que den cuenta del mejor modo posible de la realidad y así contribuyan a esta toma de conciencia⁶. En un proceso que implica, por un lado, que la propia clase posea una correcta comprensión de lo que está en disputa, pero también acciones por las cuales se logran imponer, a

⁴ Aunque también en algunos fragmentos del propio *18B* pareciera que la lucha y las derrotas construyen conciencia. Así Marx sostiene que la propia “derrota de los insurrectos de Junio”, “había puesto de manifiesto que en Europa se ventilaban otras cuestiones que la de ‘república o monarquía’. Había revelado que aquí *república burguesa* equivalía a despotismo ilimitado de una clase sobre otras clases” (p. 26).

⁵ Sobre la idea de la revolución proletaria como resultado de un proceso de “destilación”, a través de un indefinido “purgatorio”, en tanto opuesta a la repentina revolución burguesa, ver Wendling (2003), donde encontramos una crítica al componente teleológico de este esquema de Marx.

⁶ Los conceptos de “representantes” y de “representación” implícitos en el *18B* son de una extraordinaria riqueza y trabajan a través de la yuxtaposición de tres ideas: la representación como terciarización, como defensa de intereses y como construcción de los intereses de las clases. Un análisis más detallado sobre esta cuestión puede consultarse en Balsa (2019a).

las demás clases, las significaciones de los fenómenos más propicias para consolidar el dominio de la propia clase. En este sentido, podemos decir que el *18B* contiene en germen la teoría de la hegemonía desplegada por Antonio Gramsci. Se observa que, para Marx, la lucha política se resuelve, en términos de eficacia y de sentido, no en la mera materialidad de determinados procesos, sino en la significación que sobre los mismos se logra establecer en forma generalizada.

Marx analiza cómo esta disputa por las significaciones de los fenómenos sociales se abrió ya con el propio estallido revolucionario de febrero de 1848. Recordemos que los acontecimientos se precipitaron en un “afortunado golpe de mano” a partir de unas jornadas que “proponíanse primitivamente como objetivo una reforma electoral” (p. 23). Por lo tanto, en la medida en que la revolución no fue planificada, cada partido procuró fijar su propia interpretación de la misma (“cada partido la interpreta a su manera”).

La disputa por las significaciones se da no solo acerca de cómo conceptualizar todo el proceso político, sino también en torno a cómo interpretar acontecimientos puntuales. De modo que la clave explicativa no estará en el mero acontecimiento fáctico, sino en la interpretación que logre imponerse sobre los hechos⁷. Así, por ejemplo, cuando los partidos monárquicos, con su mayoría parlamentaria, habían conseguido la victoria sobre los republicanos reprimiendo la movilización del 13 de junio de 1849, el presidente Luis Bonaparte supo disputar exitosamente (a través de afiches) la representación de quién había triunfado, y esto fue, finalmente, lo clave:

El partido del orden había conseguido la victoria y Bonaparte no tenía que hacer más que embolsársela [...] El 14 de junio pudo leerse en los muros de París una proclama en la que el presidente, como [...] obligado simplemente por la fuerza de los acontecimientos, sale de su recato claustral, se queja, como la virtud ofendida, de las calumnias de sus adversarios, y, mientras parece identificar a su persona con la causa del orden, identifica a la causa del orden con su persona (p. 60).

En la última proposición es posible observar cómo Marx señala la construcción, por parte de Luis Bonaparte, de una relación equivalencial entre el orden y su persona. Ambos significantes, que obviamente no son idénticos, son presentados como tales a través de la construcción de una relación equivalencial recíproca. Entonces, a través de ciertas estrategias comunicacionales, el presidente creó (o, mejor dicho, procuró crear) un vínculo entre significantes que no

⁷ Como afirmará más tarde Voloshinov, “no es la vivencia la que organiza la expresión, sino por el contrario, es la expresión la que organiza la vivencia, le da por primera vez una forma y una determinación del sentido” (Voloshinov, 1929, p. 120).

tenían ninguna relación de reciprocidad por sí mismos; y esta nueva significación de su persona y del orden la intentó imponer como la significación válida acerca de las causas de un fenómeno ya pasado (recientemente). A esta operación de construcción de vínculos equivalenciales, Laclau y Mouffe (1987) la propondrán como clave en la construcción de toda hegemonía, aunque sin hacer ninguna referencia a estas elaboraciones de Marx (tal vez porque hubieran complejizado la visión relativamente simplificada del marxismo, que estos autores proponían “superar”).

Para finalizar este análisis de la forma en que Marx destaca el papel del lenguaje en su impacto en la dinámica política, podemos observar que la conceptualización de las opciones de acción y la imposición de una determinada significación tienen efectos futuros sobre las conductas legítimas o plausibles. Así, la construcción de una mirada estigmatizante hacia toda insurrección en defensa del sistema constitucional produjo enormes limitaciones para defenderse frente al golpe de Estado. Marx analiza de qué manera la burguesía, en este caso representada por el “partido del orden” (los diputados monárquicos), al haber instalado en la opinión pública, frente a las acciones de los republicanos, que toda defensa armada de la Constitución era equivalente a la “anarquía”, se auto-despojó de las armas para defenderse del golpe de Estado que daría Luis Bonaparte en su contra, poco tiempo después:

[...] al estigmatizar la insurrección en defensa del régimen constitucional como anárquica, como un movimiento encaminado a subvertir la sociedad, la burguesía cerraba a sí misma el camino del llamamiento a la insurrección, tan pronto como el Poder ejecutivo violase la Constitución [como ocurrió el diciembre de 1851] (p. 59).

Pensar el lenguaje como lucha por las significaciones (y no como una estructura basada en el par significado/significante) será uno de los principales aportes que Voloshinov (1929) realizará a los estudios lingüísticos, y que constituyen una base para pensar una lingüística marxista. Lo interesante de destacar es que este enfoque está ya implícitamente presente a lo largo de este texto de Marx.

El lenguaje como mediación entre las clases y la dinámica política

Tan destacado es el papel que Marx reserva al lenguaje a lo largo del *18B*, que ha generado una lectura en clave posmarxista que sostiene que este papel implica una capacidad performativa tal que anula la importancia de las clases sociales. Así, por ejemplo, Terrell Carver (2002, pp. 126-127) califica todo el *18B* como un breve tratado sobre el poder performativo de las alusiones anacrónicas y las invocaciones. Mientras que James Martin señala que los parámetros de la

política son definidos por procesos que son de naturaleza performativa (Martin, 2002, p. 130). Esta capacidad performativa del lenguaje, llevada a un extremo, tornaría completamente innecesario y hasta errado mantener el análisis en términos de las clases sociales⁸.

Considero que, claramente, esta no es una interpretación compatible con lo escrito en el *18B*. Aquí las clases sociales (y sus fracciones) están permanentemente presentes y definidas a partir de la relación de los sujetos con los medios de producción y los procesos de circulación y distribución. Es más, como dice Boito (2002), una de las claves del *18B* es la forma en la cual Marx lee la escena política en términos de clases e intereses de clase, y propone evitar el oscurecimiento del juego de estos intereses cuando solo se observan las fuerzas de izquierda o derecha, progresistas o conservadoras. Resaltar este plano de clases no niega, sino que, por el contrario, permite destacar los procesos complejos a través de los cuales estas clases y fracciones se constituyen en actores en la escena política⁹.

El lenguaje, justamente, aparece mediando entre las clases definidas por la posición en relación con los medios de producción, y la dinámica política. Los “representantes políticos y literarios” de las clases tienen como tarea central procurar construir la clase-para-sí a través del uso de un lenguaje adecuado a la toma de conciencia de sus verdaderos intereses. Un intento que podemos conceptualizar como siempre fallido debido a, al menos, dos procesos simultáneos (falla que, en alguna medida, torna inadecuado el concepto de “clase-para-sí”). En primer lugar, la dinámica política misma complejiza la idea de “toma de conciencia”, pues la propia lucha (por la hegemonía) provoca la permanente interpenetración de las interpelaciones ideológicas, que además siempre contienen tradiciones y un pasado lingüístico que es imposible ignorar (de modo que nunca es posible lograr el acceso “transparente” a los “verdaderos intereses de clase” y a una conciencia de clase-para-sí). Y, en segundo lugar, una discursividad que procure la hegemonía tiene que saber interpelar a las otras clases y, por lo tanto, debe tener en cuenta sus intereses, de modo que no puede ser una pura propuesta clasista y, en este sentido, una pureza de clase correría el riesgo de caer en lo que Gramsci denominó planteos meramente corporativos y que no contribuirían positivamente a la construcción de la hegemonía. Como dice Vacca, “el

⁸ Tal vez el intento posmarxista más desarrollado en el sentido de negar la importancia de las clases sociales en tanto pre-constructoras de subjetividades políticas ha sido el de Ernesto Laclau (ver al respecto, Gómez, 2014, pp. 130-144). De todos modos, a Laclau, las clases se le reintroducían todo el tiempo cuando hablaba de sectores populares (Balsa, 2010).

⁹ Sobre el análisis de la dinámica política en términos de “escenario”, puede consultarse Balsa (2019b). Una interesante defensa de la utilidad del análisis en términos de clases, frente a tanta renuncia por parte de autores incluso de tradición marxista, puede encontrarse en Jameson (2013, pp. 184-185).

concepto de hegemonía se basa en la elaboración del principio de interdependencia.” (Vacca, 2017, p. 70).

En todo caso, la toma de conciencia depende de los procesos de representación, en los cuales el lenguaje juega un papel clave. La construcción discursiva de estos intereses va sedimentando en tradiciones que luego son difíciles de dejar de lado en coyunturas específicas, en particular por parte de los “representantes políticos o literarios”. Entonces, si la clase evalúa que están descolocados en relación con sus intereses, puede terminar despidiéndolos, es decir, no considerándolos más como sus representantes, tal como aconteció con la burguesía (que procuraba un orden que las tensiones entre el parlamento y el presidente no le garantizaba) y los parlamentarios del “partido del orden”:

El partido del orden dentro del parlamento se había divorciado del partido del orden *fuera* del parlamento. Los portavoces y escribas de la burguesía, su tribuna y su prensa, en una palabra, los ideólogos de la burguesía y la burguesía misma, los representantes y los representados aparecían divorciados y ya no se entendían más (p. 110).

[...] más inequívocamente todavía que el divorcio con sus *representantes parlamentarios*, ponía de manifiesto la burguesía su furia contra sus representantes literarios, contra su propia prensa (pp. 113-114).

Estos divorcios nacen, entre otras causas, debido a que, como analiza Marx, los actores no se dan cuenta de las limitaciones que les imponen los lenguajes heredados. En este sentido es que podría interpretarse que el lenguaje ocupa un plano relativamente estructural, no visible para los actores y un tanto fuera del control de los mismos, quienes tienen que cargar con esa “tradicción” y no llegan a ser conscientes de cómo el lenguaje pone límites a las formas en que se pueden describir los eventos y personajes, explicar los fenómenos y planificar la acción. De modo que el lenguaje constituiría otro plano estructural, que limita y determina. Podría decirse que Marx repone esta centralidad del lenguaje, retornando a lo que Jameson vincula con una visión aristotélica, frente al lugar destacado que había tenido el Espíritu dentro del esquema hegeliano (Jameson, 2013, p. 95).

Ahora bien, aunque este sea un plano poco consciente, es posible operar sobre él; podría ser controlado en la medida que se trabaje en el nivel consciente. Marx señala que es posible “inventar” una “nueva poesía” para las nuevas revoluciones. Un lenguaje de clase que deleve la dominación y permita trazar cursos de acción que se aproximen mejor a los intereses objetivos de las clases¹⁰. Por lo

¹⁰ No podemos desarrollar aquí la cuestión de los denominados “intereses objetivos de las clases”, pero su postulado, al menos en un carácter especulativo, resulta esencial para un análisis marxista de la dinámica social. Simplemente aclaramos que lo “objetivo” de dichos intereses no debería interpretarse en el sentido de que existan en forma dada, sino que son postulados por el/la analista crítico como una especulación acerca de qué opción sería más conveniente para una determinada clase. Un desarrollo breve, pero un poco más extenso, de esta idea se encuentra en Balsa (2019a).

cual, para LaCapra (1987), el *18B* contiene una propuesta de crítica del lenguaje: los hombres están condicionados por el repertorio semiótico del pasado, pero pueden ser creativos en relación con ese repertorio.

En este sentido, podría leerse el *18B* como un claro intento de explicitar este papel del lenguaje en la lucha política/lucha de clases. Jessop lo considera una “contribución a la crítica de la economía semiótica” (Jessop, 2002, p. 182). Incluso, podemos pensarlo como una especie de “manual” (por cierto, más entretenido que didáctico, en tanto su conceptualización no está explicitada como tal) para educar al proletariado en cómo hacer un análisis crítico de los discursos políticos. De este modo, el proletariado podría dotarse de un lenguaje político apropiado para formular sus demandas y sus análisis de la dinámica política. Un lenguaje, diferenciado del lenguaje democrático-burgués, propio de las revoluciones del siglo XVIII y que, para mediados del siglo XIX, era característico de la pequeña burguesía. Pues, como veremos, las limitantes de este lenguaje democrático-burgués para dar cuenta de la lucha de clases propia del siglo XIX habrían sido la causa de la falta de claridad de los sectores populares para resolver la revolución de 1848 en su provecho.

¿Postulación (o no) de un lenguaje “neutral”?

Entonces, para Marx se debería partir de un análisis crítico de las formas discursivas heredadas del pasado, develar sus vinculaciones con las posiciones de clase y proponer un nuevo lenguaje. Este lenguaje debería estar relativamente controlado y tendría que dejar de lado las “supersticiones” y la “veneración del pasado”:

La revolución social del siglo XIX no puede sacar su poesía del pasado, sino solamente del porvenir. No puede comenzar su propia tarea antes de despojarse de toda veneración supersticiosa por el pasado. Las anteriores revoluciones necesitaban remontarse a los recuerdos de la historia universal para aturdirse acerca de su propio contenido. La revolución del siglo XIX debe dejar que los muertos entierren a sus muertos, para cobrar conciencia de su propio contenido. Allí, la frase desbordaba el contenido; aquí, el contenido desbordaba la frase (pp. 18-19).

Este párrafo, en particular, y otras formulaciones presentes en el *18B* han dado lugar a dos cuestiones en debate: si Marx está proponiendo desarrollar un lenguaje por fuera de lo ideológico y si el lenguaje revolucionario podría evitar el uso de las figuras heroicizantes. Abordaremos en este apartado la primera cuestión, dejando la segunda para el siguiente.

El citado fragmento contiene elementos que han sido interpretados por algunos como producto de una ilusión positivista de poder acceder a la realidad (y

a elaborar propuestas para el futuro) sin mediaciones ideológicas. Para los marxistas más ortodoxos esta es la posibilidad que abre el marxismo en tanto “ciencia”. En cambio, los críticos posmarxistas denuncian el error de Marx de creer en un lenguaje neutral. Según Martin, Marx pensaba que se podía acceder a la “realidad” y transformarla, sin el recurso a la fantasía, la imaginación y el discurso (Martin, 2002, p. 140). Por su parte, Derrida plantea que Marx quiso *conjurar* los fantasmas, dejar de heredarlos (Derrida, 1995, p. 61). Así, el contenido propio de la revolución proletaria ya no se ocultará, reprimido bajo una retórica, y, por el contrario, se anticipará y “ganará por la mano a los signos” (*ibidem*, pp. 130-133).

Es cierto que la postulación de un lenguaje aideoológico es una lectura que el texto de Marx habilita. Sin embargo, como sostiene Harries, si bien Marx intenta, con la propuesta de un nuevo lenguaje, escapar de las alusiones y sus confines repetitivos, finalmente, el texto no desarrolla esta noción del lenguaje, y Marx nunca declaró haber descubierto el lenguaje revolucionario del siglo XIX (Harries, 1995, pp. 37, 61-62).

Por su parte, Jessop (2002) afirma que Marx plantea que no hay lenguaje neutral, que todo movimiento político necesita encontrar su discurso y simbolismo apropiados como medio de expresión política para desarrollar sus intereses.

Varios giros presentes en el propio texto sugieren que el lenguaje no sería neutral para Marx. Nunca plantea que el lenguaje del proletariado deba ser aideoológico, ni reducido a una ciencia. Es más, sus referencias son siempre a una “nueva poesía”. Además, no solo habría “representantes políticos” de las clases, sino también “representantes literarios” (pp. 53, 113-114). Y, como el propio Derrida destacó, Marx formula su propuesta de conjurar los fantasmas, con “una de las más inagotables fraseologías de la humanidad moderna” (Derrida, 1995, pp. 130-133).

Ahora bien, considero que reconocer que el nuevo lenguaje no será aideoológico no implica necesariamente dejar de perseguir el ideal de procurar la verdad e intentar basarse en una metodología científica para validar lo afirmado. En este sentido, todo discurso científico debe procurar explicitar y, a la vez, controlar el peso de las ideologías en sus descripciones y explicaciones de los fenómenos, sin dejar de lado la preocupación por una metodológica sistemática. En la misma línea, también todo discurso político se presenta como verdadero, como fundado en el acceso a lo que realmente ocurre¹¹. El propio Derrida, a pesar de la crítica a la ilusión de ganarle “por la mano a los signos”, señala que “no ha habido nunca un *scholar* que, en tanto que tal, no crea en la distinción tajante entre lo real y lo no-real, lo efectivo y lo no-efectivo, lo vivo y lo no-vivo, el ser y el no-ser

¹¹ Más allá de las modalizaciones que puedan atemperar el componente asertivo con objetivos de cortesía o concesión, siempre empleados en función de mejorar la capacidad interpelativa hacia los/as paradesinarios/as.

[...] Más allá de esta oposición, no hay para el *scholar* sino hipótesis de escuela, ficción teatral, literatura y especulación” (*ibidem*, p. 25). En este sentido, el marxismo no tiene por qué pedir disculpas por presentarse como un discurso verdadero (o que tiende a la verdad) y, además, por procurar brindar un fundamento más científico a sus análisis y propuestas. Los discursos que no procuran aproximarse a la verdad corren el riesgo contrario de, como dice Jameson, caer en el eterno comentario. Es esto lo que hacen las propuestas deconstructivas, que escapan a esta problemática, a través de elaborar textos que solo refieren críticamente a otros textos, sin capacidad de elaborar una propuesta propia (Jameson, 2013, pp. 157-158).

En todo caso, es razonable que el discurso político pretenda descartar las “supersticiones”, incluso trabajar críticamente sobre el sentido común y, en especial, sobre sus aspectos más conservadores. Lo cual no puede ser interpretado como la certeza de haber alcanzado “la verdad”. Cabe aclarar que este nunca fue el planteo de Marx, o incluso el de Engels. Este último, en *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*, sostenía que

La “verdad absoluta”, imposible de alcanzar por este camino [hegeliano] e inasequible para un solo individuo, ya no interesa, y lo que se persigue son las verdades relativas, asequibles por el camino de las ciencias positivas y de la generalización de sus resultados mediante el pensamiento dialéctico (Engels, 1975 [1888], pp. 21-22)

...en nuestras investigaciones [...] tendremos en todo momento la conciencia de que todos los conocimientos que obtengamos serán forzosamente limitados y se hallarán condicionados por las circunstancias en las cuales los obtenemos [...] sabemos que [...] lo que hoy reputamos como verdadero encierra también un lado falso, ahora oculto, pero que saldrá a la luz más tarde, del mismo modo que lo que ahora reconocemos como falso guarda su lado verdadero... (*ibidem*, pp. 63-64).

En similar sentido, décadas más tarde, Antonio Gramsci profundizará estas elaboraciones frente un marxismo crecientemente dogmático, y afirmará que siempre hay que recordar que toda verdad ha tenido orígenes prácticos. Y Gramsci sostendrá que esta afirmación “es válida también para la misma filosofía de la praxis”, aunque sea “muy difícil hacer comprender ‘prácticamente’ [...] semejante interpretación”, “sin hacer tambalear aquellas convicciones que son necesarias para la acción” (Gramsci, 1986, tomo 4, p. 334 [CC11§62]). Como señala Thomas (2009, p. 254), a pesar de registrar estas dificultades, Gramsci nunca planteó la posibilidad de abandonar la obligación de aplicar los métodos de una crítica histórica-ideológica al propio marxismo. Es que el peligro era (y es), como dice

Gramsci (1986, tomo 4, pp. 334-335 [CC11\$62]), que el marxismo se convirtiese en una ideología en su peor sentido, dogmática y, al mismo tiempo, negadora de su carácter ideológico al enunciarse desde el pretendido lugar de la ciencia neutral. La forma que propone Gramsci para sortear este dilema es, justamente, mantener la tensión, no negarla (Balsa, 2018). De modo que hay que combinar creencia con criticismo: “la cuestión es sobre las dosis de ‘criticismo’ y de ‘historicismo’ que están contenidas en cada forma de pensamiento” (Gramsci, 1986, tomo 4, p. 317 [CC11\$45]).

¿Necesidad (o no) de un *pathos* heroicizante?

Del párrafo transcrito anteriormente acerca de que se “debe dejar que los muertos entierren a sus muertos, para cobrar conciencia de su propio contenido”, nace también la cuestión de si es posible desterrar las pasiones y abandonar el lenguaje heroico, siempre presente en la “veneración supersticiosa por el pasado”. La cual, necesariamente, debe esconder defectos y agrandar virtudes de los “héroes” a honrar, no solo en tanto figuras del pasado, sino, especialmente, en tanto actores del presente. Y, en este sentido, surge el interrogante de si podría desarrollarse una discursividad, para volver al párrafo citado, en la que lo importante no sean las “frases”, sino el “contenido” (p. 19).

Para Marx, la burguesía no pudo obviar el lenguaje heroico para consolidar su dominio político. Como analiza al comienzo del *18B*, “por muy poco heroica que la sociedad burguesa sea, para traerla al mundo habían sido necesarios, sin embargo, el heroísmo, la abnegación, el terror, la guerra civil y las batallas de los pueblos” (p. 17), y para ello resultaba imprescindible “mantener la pasión” en un nivel alto. Por ello, para Marx, la burguesía había requerido de estas invocaciones al pasado romano:

Y sus gladiadores encontraron en las tradiciones clásicamente severas de la República Romana los ideales y las formas artísticas, las ilusiones que necesitaban para ocultarse a sí mismos el contenido burguesamente limitado de sus luchas y mantener la pasión a la altura de la gran tragedia histórica (p. 17).

Pero si en las revoluciones inglesa y francesa esta “resurrección de los muertos” fue “para glorificar las nuevas luchas”, “para exagerar en la fantasía la misión trazada” y para “encontrar de nuevo el espíritu de la revolución”, en la coyuntura de 1848-1851 sólo fue para “parodiar las antiguas [luchas]”, para “retroceder en la realidad” y para “hacer vagar otra vez” al “espectro” de la revolución (p. 17).

Al parecer, el proletariado no requeriría de estas operaciones. Solo necesitaría de una teoría y una visión clara de sus intereses. Por eso Marx sostiene que

debe “despojarse de toda veneración supersticiosa del pasado” (p. 19). Según Boito, en el caso de los partidos proletarios, “su relación de representación excluye cualquier relación de disimulación. Al proceder de este modo, los partidos obreros lanzan una luz nueva sobre el conjunto de la escena política. Hacen que cada partido aparezca, a los ojos de los obreros organizados, como aquello que son realmente, en contra del trabajo de la ideología que encubre los intereses profundos de cada partido y de cada corriente política burguesa y pequeño-burguesa” (Boito, 2002, pp. 138-139).

Entonces, queda planteada la cuestión de si es posible una práctica política revolucionaria sin un *pathos* heroicizante procurado a través del empleo del género epidíctico, es decir, tal como lo planteó Aristóteles (quien también lo denominó “demostrativo”), el género propio del elogio (o el vituperio), y cuyo recurso típico es la amplificación, añadiendo grandeza y moralidad a las descripciones, tanto positivas (de los propios) como negativas (hacia los contrarios)¹².

Estamos en presencia de la tensión entre la función exhortativa del estudio de la historia como cantera para encontrar ejemplos heroicos que puedan excitar las pasiones revolucionarias (imprescindibles para arriesgarse en acciones en las que se requiere dedicar gran parte de la vida e, incluso, muchas veces arriesgarla) y la historia como el conocimiento científico del pasado para una mejor comprensión del presente. Y esta tensión se traslada a la cuestión de las identidades políticas, en las que una idealización de figuras y procesos puede llevar a graves errores de apreciación sobre el mejor curso de acción. Pero, en el otro extremo, un análisis desapasionado y/o crítico-deconstructivo conduce más al descrédito y la inacción. Como plantea Webb, “el problema (metodológico y político) de generar una esperanza radical y capturar el espíritu de la revolución *sin* la ayuda de engañosas frases utópicas (en otras palabras, el problema de argumentar persuasivamente de modo que se presente un contenido emancipatorio para ser alcanzado, pero que trascienda todo intento profético para expresarse) es uno de los más complejos y significativos problemas que nos ha dejado Marx” (Webb, 2002, p. 255). Consideramos que, nuevamente, Gramsci aporta una propuesta que implica el reconocimiento de esta tensión, y no su negación. Se propone, entonces, transitar esta tensión a través de la combinación de “saber” y “pasión”, de crítica científica, pero, al mismo tiempo, de recuperación de las vivencias y las tradiciones populares. Sin embargo, no podemos dejar de señalar que con la cuestión del “mito” y su centralidad en el planteo gramsciano se mantiene la problemática de cómo poder combinar creencia apasionada con análisis crítico.

Del análisis del *18B* se observa que pareciera que es imposible un movimiento revolucionario que no requiera de una discursividad con un *pathos* he-

¹² Aristóteles (2005, libro primero, cap. IX).

roicizante. Como plantea Derrida, Marx está proponiendo olvidar “el espectro y la parodia”, pero sin caer en la “simpleza burguesa”, es decir, hay que olvidar solo “lo suficiente como para ‘recuperar *el espíritu* de la revolución sin hacer volver su *espectro*”. Es que hay que distinguir el espíritu de la revolución de su espectro (Derrida, 1995, pp. 127-129). Así Marx señala, en relación a las *idées napoléoniennes* que mantenían los campesinos, que “no son más que las alucinaciones de su agonía, palabras convertidas en frases, espíritus convertidos en fantasmas” (p. 141).

Marx no cae en estas ilusiones de un discurso ajeno a los mitos. Incluso, hacia el final del libro, él mismo formula algunas construcciones de tipo mítico, como hablar de “la Revolución” como un sujeto de la historia, o de un “viejo topo” que socaba invisiblemente el orden burgués, a pesar del evidente triunfo de Luis Bonaparte y la recomposición de dicho orden:

[...] la revolución es radical, está pasando todavía por el purgatorio. Cumple su tarea con método. Lleva primero a la perfección el Poder parlamentario, para poder derrocarlo. Ahora, conseguido ya esto, lleva a la perfección el Poder ejecutivo, lo reduce a su más pura expresión, lo aísla, se enfrenta con él, como único blanco contra el que debe concentrar todas sus fuerzas de destrucción. Y cuando la revolución haya llevado a cabo esta segunda parte de su labor preliminar, Europa se levantará, y gritará jubilosa: ¡bien has hozado, viejo topo! (pp. 130-131).

Este tipo de metáforas exalta las posibilidades de triunfo revolucionario, a riesgo de efectuar enormes errores evaluativos de las fuerzas propias. Cuando fueron conceptualizadas como construcciones discursivo-metafísicas, es decir, con carácter de sujetos reales de la historia, se fueron constituyendo en graves problemas para el pensamiento marxista. Con este tipo de razonamiento, toda derrota se convierte en coyuntural, toda liquidación de militantes y fuerzas políticas en algo superable, y toda centralización del poder favorece a “la revolución” porque permite “concentrar todas sus fuerzas” en la destrucción de este “único blanco”. Y, en todo caso, aunque no podamos comprender ni observar este proceso, “la Revolución” “cumple su tarea con método”¹³. Gramsci será sumamente crítico acerca del empleo de estas fórmulas teleológicas, que, si bien reconoce que pueden dar esperanzas a los sectores populares en momentos de derrota, obnubilan la correcta comprensión de los procesos históricos y no los preparan

¹³ Semejantes enfoques teleológicos pueden conducir a enormes errores en la estrategia política. Así, es casi imposible no asociarlos con los ejemplos de los años setenta en Argentina, con esa confianza ciega en el advenimiento de una revolución que podría sobreponerse a cualquier tipo y grado de represión y terrorismo estatales, que incluso podían llegar a facilitar la visualización del enemigo. Y todo ello cuando el ejemplo chileno ya lo había desmentido claramente. Estos razonamientos, que funcionaron para blindar las voluntades frente a cualquier retroceso, al mismo tiempo sirvieron para subvalorar las posibilidades de una derrota catastrófica.

para convertirse en sus propios dirigentes. Reflexionando desde la derrota, destacó los errores a los que conducía este tipo de argumentaciones que calificaba “deterministas”, “fatalistas”, “mecanicistas” y con un “‘aroma’ ideológico inmediato”:

[...] se convierte en una fuerza formidable de resistencia moral, de cohesión, de perseverancia paciente y obstinada. “Yo estoy derrotado momentáneamente, pero la fuerza de las cosas trabaja para mí a largo plazo, etcétera”. La voluntad real adopta la apariencia de un acto de fe, de una cierta racionalidad de la historia, de una forma empírica y primitiva de finalismo apasionado que aparece como un sustituto de la predestinación, de la providencia, etcétera, de las religiones confesionales [...] el mecanismo aparece en cierto punto como un peligro inminente [...] Ciertamente no. [...] siempre hay que demostrar la futilidad del determinismo mecánico... (Gramsci, 1986, tomo 4, p. 255 [CC11§12]).

Pero, más allá de los problemas que trajeron estas mitificaciones, lo que es claro para nuestra pregunta es que el lenguaje de Marx no era ajeno al uso de figuras imaginarias. Además, el discurso epidíctico está siempre presente, si no como elogios, sí como vituperios: el discurso de Marx está cargado de ironías y críticas mordaces. Por dar solo un ejemplo, Luis Bonaparte es descrito como “el aventurero que esconde sus vulgares y repugnantes rasgos bajo la férrea máscara de muerte de Napoleón” (p. 17).

La no búsqueda de un lenguaje neutro, ni carente de exaltaciones e ironías, el empleo de metáforas y demás figuras, nos conduce a la última de las cuestiones que queremos abordar en este artículo: el papel de la retórica en el proceso emancipatorio.

Retórica y significantes en la dinámica política

Jessop (2002) destaca que Marx pensaba la teatralidad de la política no sólo como metáfora, sino también como práctica política de autoconciencia, pues los actores políticos deben persuadir e impresionar a su audiencia. Varios autores destacan cierta admiración de Marx hacia la capacidad de Luis Bonaparte para manipular el simbolismo que entrañaba su apellido y para controlar el escenario político, “para hacer su propia historia, a su gusto y bajo las circunstancias por él elegidas” (Harries, 1995, pp. 42-44). Es que, para Marx, si “la burguesía representaba la comedia más completa, pero con la mayor seriedad del mundo”, “a medias convencida de la solemnidad de sus acciones y representaciones dramáticas, tenía que vencer por fuerza el aventurero que tomase lisa y llanamente la comedia como tal comedia” (p. 81).

Como dicen Fairclough y Graham (2002, p. 39), Bonaparte logró ver la “per-

formance”, la farsa mítica, de los políticos burgueses y se aprovechó para manipularlos. Sin embargo, para Marx, finalmente, Bonaparte cayó en su propia trampa al terminar creyéndose en el papel que se había reservado (Myers, 2003, p. 19), fue víctima de sus propias frases, de los elementos de su propia “ideología” (Fairclough y Graham, 2002, p. 39), tal como se observa en el siguiente fragmento:

En un momento en que la misma burguesía representaba la comedia más completa, pero con la mayor seriedad del mundo [...], tenía que vencer por fuerza el aventurero que tomase lisa y llanamente la comedia como tal comedia. Sólo después de eliminar su solemne adversario, cuando él mismo toma en serio su papel imperial y cree representar, con su careta napoleónica, al auténtico Napoleón, solo entonces es víctima de su propia concepción del mundo, el payaso serio que ya no toma a la historia universal por una comedia, sino su comedia por la historia universal (p. 81).

Esto nos plantea el problema de la necesaria exterioridad del *retor*, del orador que hace uso de la retórica, en relación con el empleo de las figuras o las argumentaciones retóricas. La retórica, en su versión clásica, implica un orador que procura persuadir y para ello hace uso de razonamientos retóricos que, aunque parecen ser deducciones lógicas, no lo son, sobre todo porque se basan en *topoi*, o lugares comunes, que sin ser enunciados permiten completar la argumentación. En otros casos, apela a las figuras retóricas y a la ambigüedad por ellas posibilitada, que permite construir relaciones equivalenciales. Entonces, hay una estrategia retórica (o, al menos, una táctica, en tanto que operación más coyuntural). Y, para ello, Marx propone una exterioridad del político en relación a estas operaciones retóricas (Harries, 1995, p. 43)¹⁴.

El problema que emerge es que para que estas operaciones sean persuasivas, tiene que existir cierta creencia en las mismas por parte del orador, y, por lo tanto, es difícil mantener esta exterioridad (incrédula), tal como le termina pasando a Luis Bonaparte. Y este problema es mucho mayor en el caso de sujetos políticos colectivos, que tienen que consustanciarse con estas creencias. Abordaremos esta cuestión en relación a dos tipos de significantes que Marx estaría proponiendo como claves para la dinámica política: los significantes (tendencialmente) vacíos y los colectivos de identificación ambiguos.

Para el primer caso, Marx brinda el ejemplo de un significante que era tan vacío que logró concitar una enorme capacidad interpelativa. Tal como desarrolla en el siguiente fragmento de *La lucha de clases en Francia de 1848 a 1850*, la

¹⁴ Todas estas cuestiones se disuelven si toda enunciación es retórica o si, al menos, no hay grados de retoricidad, como le ocurre a Laclau. Pero, entonces, el problema se agrava (Balsa, 2019c).

figura del propio Luis Bonaparte, justamente por su vacuidad, tuvo la virtud de lograr un amplio abanico de apoyos electorales:

[...] vino a resultar [...] que el hombre más simple de Francia adquirió la significación más compleja. Precisamente porque no era nada, podía significarlo todo, menos a sí mismo. Sin embargo, por muy distinto que pudiese ser el sentido que el nombre de Napoleón llevaba aparejado en boca de diversas clases, todos escribían con este nombre en su papeleta electoral: ¡Abajo el partido de *National*, abajo Cavaignac, abajo la Constituyente, abajo la república burguesa! (Marx, 1973a [1850], p. 90).

Y explica que cada clase social lo votó por distintas ideas: los campesinos buscando un nuevo Napoleón, que les redujera impuestos, contra la “república de los ricos”; “para el *proletariado*, la elección de Napoleón era la destitución de Cavaignac [candidato presidencial del oficialismo], el derrocamiento de la Constituyente, la abdicación del republicanismo burgués, la cancelación de la victoria de junio [la feroz represión de ese mes de 1848] dirigida por Cavaignac”; “para la *pequeña burguesía*, Napoleón era la dominación del deudor sobre el acreedor”; “para la mayoría de la *gran burguesía*, la elección de Napoleón era la ruptura abierta con la fracción [de los republicanos más consecuentes] de la que había tenido que servirse un momento contra la revolución, pero que se hizo insoponible tan pronto como quiso consolidar sus posiciones del momento como posiciones constitucionales”, Napoleón “era, para ella, la monarquía en lugar de la república, el comienzo de la restauración monárquica”, y finalmente, “el *ejército*, al votar a Napoleón, votaba contra la Guardia Móvil, contra el idilio de la paz, por la guerra” (pp. 89-90).

El análisis se convierte, como ha señalado Martín (2002), en una anticipación del concepto de “significante vacío” de Laclau (podemos agregar que resulta tan parecido que es posible hipotetizar que Laclau lo habría posiblemente adquirido de forma no consciente en la lectura de un texto seguramente por él visitado)¹⁵. Vemos así cómo determinadas tradiciones-ilusiones pueden jugar un papel relativamente independiente en la dinámica política, constituyendo un punto de encuentro entre grupos sociales carentes, transitoria o estructuralmente, de un centro político, pero que, al mismo tiempo, quieren manifestar su oposición al oficialismo de turno.

La cuestión que queda abierta es que este tipo de significantes, tendencialmente vacíos, posee un gran poder de interpelación, pero, al mismo tiempo, permite conjugar falsas ilusiones en torno a una figura política. Por este motivo, ten-

¹⁵ A diferencia de Martín, Jessop lo confunde con un significante flotante (Jessop, 2002, p. 182).

dría un impacto negativo sobre las dinámicas emancipatorias. Marx, aunque reconoce su eficacia, es crítico de estos significantes vacíos como forma de construcción política¹⁶.

En similar sentido, y en este caso con críticas más explícitas, Marx analiza el problema de los colectivos de identificación ambiguos, más específicamente el uso del significante “pueblo” en la dinámica política. Tal vez sea el caso más grave de cómo un determinado significante puede confundir la percepción de la realidad. En particular, en este ejemplo, obnubila a los demócratas pequeño-burgueses:

[...] los demócratas [...], con todo el resto de la nación que los circunda, forman *el pueblo*. Lo que ellos representan es *el derecho del pueblo*. Por eso cuando se prepara una lucha, no necesitan examinar los intereses y las posiciones de las distintas clases. No necesitan ponderar con demasiada escrupulosidad sus propios medios. No tienen más que dar la señal, para que *el pueblo*, con todos sus recursos inagotables, caiga sobre *los opresores* (p. 57).

Según los demócratas, todo es lucha simple entre republicanos y monárquicos, “reacción” versus “eternos derechos humanos”, sin ver el enfrentamiento entre las clases (p. 48). Aunque Marx no lo plantea tan claramente, podemos ver que el primer engaño es que caen presos del halo semántico del significante “pueblo”: el “pueblo” son todos los ciudadanos que deberían actuar como un solo hombre, porque son uno solo actor: *el pueblo*. Pero esto luego no acontece pues no existe esta unicidad, como una esencia metafísica, sino que tan solo funciona si el significante “pueblo” tiene eficacia interpelativa sobre las masas. Esto los conduce al segundo error de creer que no es necesario medir las relaciones de fuerzas, pues el pueblo es invencible, “con todos sus recursos inagotables”. Y, como tercer autoengaño, terminan pensando que toda decisión legal del parlamento, en tanto resultado de la soberanía popular, se concreta necesariamente sobre la realidad. El colmo de esta disociación entre relaciones de poder reales y resoluciones parlamentarias fue lo acontecido en esos mismos años en Alemania, donde la Asamblea Nacional Alemana aprobaba resoluciones que ningún gobierno ejecutaba, tal como analizó Engels (1976 [1851-1852])¹⁷.

¹⁶ Hay en Marx una criticidad que en Laclau no logra constituirse, a pesar de que el ejemplo que brinda sobre el retorno de Perón a la Argentina en los años setenta tuvo un resultado sumamente trágico, tal como el propio texto de Laclau lo describe (Laclau, 2005).

¹⁷ En el *18B*, Marx define al “cretinismo parlamentario” como una “enfermedad que desde 1848 viene haciendo estragos en todo el continente”, “que aprisiona como por encantamiento a los contagiados en un mundo imaginario, privándoles de todo sentido, de toda memoria, de toda comprensión del rudo mundo exterior”, cuando están “obligados a moverse estrictamente dentro de los límites parlamentarios” (p. 98).

Empleando los términos de Ernesto Laclau para abordar esta cuestión, podemos decir que “pueblo” es un significante que trabaja con la duplicidad semántica de “pueblo” como sectores populares (*plebs*), y de “pueblo” como conjunto de la ciudadanía (*populus*)¹⁸. Ahora bien, si se idealiza esta identidad, podría llegar a pensarse que las posiciones políticas del “pueblo”, base del sistema democrático republicano, deberían resolver automáticamente toda disputa y hacerlo en favor de los sectores populares. Justamente, para Marx, la pequeña burguesía y sus dirigentes demócratas tienden a confundir todos estos niveles. Por un lado, se autoconvencen de la aparente identidad entre *plebs* y *populus* (por lo cual nunca prevén el triunfo democrático de las minorías con poder). Y, por otro lado, confían en que la resolución de la dinámica política se dé sólo en términos legales. Es decir, que la sanción legal de una política implica automáticamente su realización en términos de relaciones de poder. Lo cual supone que esta aprobación tendría la capacidad de lograr que el aparato estatal acompañe y haga efectiva toda legislación aprobada, y que, además, lo estatal se imponga sobre cualquier otro poder que exista en la sociedad (dos suposiciones altamente improbables en la dinámica política dentro del capitalismo).

La articulación de ambas creencias (de la identidad entre *plebs* y *populus*, y de un omnímodo poder democrático) hace que los “demócratas” consideren que el pueblo es invencible, lo cual vuelve innecesarios los análisis políticos, el estudio de las correlaciones de fuerzas y, obviamente, una política militar. Por eso Marx afirma que “ningún partido se engaña a sí mismo como los pequeño burgueses” (p. 56).

[...] los republicanos de viejo cuño [...] veían en toda Francia, o por lo menos en la mayoría de los franceses, *citoyens* con los mismos intereses, el mismo discernimiento, etc. Tal era su *culto al pueblo*. En vez de este pueblo *imaginario*, las elecciones [de abril de 1848] sacaron a luz del día al pueblo *real*, es decir, a los representantes de las diversas clases en que éste se subdivide (Marx, 1973a [1850], pp. 66-67).

Para evitar estos engaños, frente al discurso democrático burgués centrado en el concepto de “pueblo”, Marx va a proponer que las nuevas fuerzas políticas desarrollen un lenguaje propio, que dé cuenta de la lucha entre las clases sociales y evite los términos que la ocultan. En este sentido, el marxismo va a tomar distancia del concepto de “pueblo”, por estos efectos negativos. En esta línea, Engels, en la “Introducción” a la *LCF*, afirma que “la ‘democracia vulgar’” contaba con

¹⁸ Para este autor, esta duplicidad semántica es la base de la retórica populista (y para Laclau de toda retórica política), que permite presentar a la *plebs*, el pueblo bajo, como idéntico al *populus*, conjunto de la ciudadanía, o, al menos, como el *populus* legítimo, en tanto conforma su mayoría (Laclau, 2005).

una “victoria pronta, decisiva y definitiva del ‘pueblo’ sobre los ‘opresores’”; mientras que ellos pensaban en “una larga lucha... entre los elementos contradictorios que se escondían dentro de este mismo ‘pueblo’” (Engels, 1973 [1895], pp. 15-16).

Pero, con esta operación de crítica al concepto de “pueblo”, el marxismo va a terminar regalando este significante a la burguesía¹⁹. Según el agudo análisis de Arthur Rosenberg, “la fuerza y la debilidad del antiguo movimiento democrático se hallaba en el hecho de que había sido una movilización del ‘pueblo’”. Esto explicaría “por un lado, la nebulosidad verbal de la mayor parte de los antiguos demócratas sobre el problema social; pero, por el otro, también la apasionada energía que tenía unidos bajo una sola bandera democrática a obreros y campesinos, artesanos y estudiantes” (Rosenberg, 1938, p. 164)²⁰.

En *LCF*, Marx escribe un párrafo en el que, si bien señalando que era “una coalición de diferentes intereses”, destaca la fuerza de la confluencia de los distintos sectores populares contra el gobierno de Bonaparte y el “partido del orden” y su potencialidad para, a través de las “instituciones democrático-republicanas”, empujar la “transformación”:

Hemos visto cómo, unos tras otros, los campesinos, los pequeños burgueses, las capas medias en general, se iban colocando junto al proletariado, cómo eran empujados a una oposición abierta contra la república oficial y tratados por ésta como adversarios. *Rebelión contra la dictadura burguesa, necesidad de un cambio de sociedad, mantenimiento de las instituciones democrático-republicanas como instrumentos para la transformación, agrupación en torno al proletariado como fuerza revolucionaria decisiva*: tales son las características generales del llamado partido de la socialdemocracia, del partido de la república roja (Marx, 1973a [1850], pp. 155-156).

¹⁹ Como también lo hizo, en el siglo XX, con el concepto de “democracia”.

²⁰ “El movimiento democrático había fracasado siempre a causa de sus propias contradicciones sociales. Pero había tenido el gran mérito inicial de sacudir al pueblo, de despertar la voluntad de las masas hasta el punto de dar su vida por la libertad y por un futuro mejor” (Rosenberg, 1938, p. 164). Por el contrario, el obrerismo de la II Internacional empujó (en una operación que califica como “absolutamente antimarxista”) al resto de los sectores populares hacia la burguesía, a través de una “división del pueblo en una masa proletaria-socialista y una masa llamada burguesa, en la que por ‘burgués’ se entiende cualquiera que no es obrero de fábrica o vota contra los socialdemócratas”. Para Rosenberg, por el contrario, “Marx construye su doctrina sobre la oposición entre el proletariado y la burguesía en cuanto clase en sentido específico, pero no sobre la contraposición entre socialistas y ‘burgueses’. La burguesía en sentido marxiano era únicamente una pequeña minoría de la población. Estaba constituida por los poseedores de los medios de producción socialmente importantes” (Rosenberg, 1938, p. 283).

El propio Engels, en la misma “Introducción” a la *LCF*, manifiesta las trágicas consecuencias de no poder interpelar, desde el proletariado, de forma exitosa al conjunto del “pueblo”:

Una insurrección con la que simpaticen todas las capas del pueblo se da ya difícilmente; en la lucha de clases, probablemente ya nunca se agruparán las capas medias alrededor del proletariado de un modo tan exclusivo, que el partido de la reacción que se congrega en torno a la burguesía constituya, en comparación con aquéllas, una minoría insignificante. El “pueblo” aparecerá, pues, siempre dividido, con lo cual faltará una formidable palanca, que en 1848 fue de una eficacia extrema (Engels, 1973 [1895], p. 30).

Incluso, esta falta de apelación a la idea de “pueblo” tendrá efectos directos, y negativos, sobre la dinámica de la lucha militar. Engels otorga un papel muy significativo al cambio en las representaciones que los soldados tenían de los integrantes de las barricadas revolucionarias. Sin el “pueblo” como significante que apela a una unidad de los sectores populares, se pierde el efecto táctico-disuasivo que tenían las barricadas sobre el accionar del aparato represivo. Así, si a mediados del siglo XIX, “el soldado [...] veía detrás de ella al ‘pueblo’”; para 1895, veía a “rebeldes, a agitadores, a saqueadores, a partidarios del reparto, a la hez de la sociedad...”. Por lo cual, Engels evalúa que “la barricada había perdido su encanto”, y su efectividad político-militar (*ibidem*, p. 29). Se observa que el plano de lo militar es un plano político-militar, en el cual las creencias y las representaciones juegan un papel clave²¹.

Lamentablemente, ni Marx ni Engels pudieron extraer las consecuencias teóricas que se derivarían del abandono del uso del significante “pueblo”, con su enorme capacidad interpelativa, tanto para construir una unidad de los sectores populares, como para disputar la legitimidad democrática. Esto nos conduce a una cuestión más general: cómo abordar el problema de emplear significantes ambiguos de gran capacidad interpelativa para construir colectivos mayoritarios, sin perder por ello capacidad de análisis crítico acerca de la diversidad de intereses que se aglutinan en torno a ellos. En particular, considero que habría que saber recuperar el significante “pueblo” de un modo que no oculte las contradicciones de clases, pero que sepa usufructuar con las tradiciones populares el sentido de separación y la ambigüedad semántica del pueblo como *populus* y como *plebs*.²² En términos más generales, queda abierta la cuestión de la tensión, ineludible, entre retórica y política emancipatoria.

²¹ Tal como luego analizará Gramsci en relación con el momento político-militar (Gramsci, 1986, tomo 5, p. 38 [CC13§17]).

²² Sobre la fuerza disruptiva de esta lógica del populismo, ver Balsa (2010).

Conclusiones

Marx era consciente del papel clave que jugaba el lenguaje en la dinámica política. Desde las primeras páginas del *18B* queda claro que fue la falta de un lenguaje adecuado una de las principales causas de la derrota de los sectores populares en el ciclo revolucionario 1848-1851. El lenguaje constituye un plano de mediación entre las clases sociales y la lucha política, en el cual se da la disputa por cómo significar los procesos o los eventos puntuales (ya que no tienen un significado unívoco que nazca de su mera materialidad). Las formas de representar los fenómenos inciden directamente en las creencias que guían las acciones de los contendientes en la lucha política.

En esta confrontación es clave el lugar que desempeñan los “representantes literarios” y la posibilidad (o no) que tienen para dar a la clase una visión autónoma y adecuada de lo que está en juego. En este sentido, si bien no siempre los actores son conscientes de las limitaciones que le impone la herencia lingüística en la que se inscriben, para Marx es posible desplegar una crítica que favorezca la toma de consciencia, y el desarrollo de una “poesía” propia. Esto no implica postular la posibilidad de un lenguaje ideológico, pero sí el ideal de perseguir una discursividad más cercana a la verdad a través de la crítica y del uso de metodologías científicas que ayuden a contrastar las afirmaciones. De todos modos, quedan abiertas dos cuestiones vinculadas. Por un lado, está la tensión entre una discursividad más científica y la necesidad del recurso a elementos epidícticos que vituperen a las figuras enemigas y glorifiquen a las propias e, incluso, exalten las posibilidades de triunfo revolucionario, a riesgo de hacer caer en errores evaluativos a las fuerzas propias. Por otro lado, se encuentra la eficacia interpelativa del uso de significantes ambiguos o tendencialmente vacíos, y su articulación conflictiva con procesos colectivos emancipatorios que requerirían un lenguaje más preciso y conjuntamente controlado.

Referencias

- ARISTÓTELES. *El arte de la retórica*. Buenos Aires: EUDEBA, 2005.
- BALSA, Javier. “Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista”, *Revista de Ciencias Sociales*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, n. 17, 2010, pp. 7-28.
- BALSA, Javier. “Aspectos discursivos de la construcción de la hegemonía”, *Identidades*. Comodoro Rivadavia: Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco, n. 1, 2011, pp. 70-90.
- BALSA, Javier. “La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el *Cuaderno 11*”, *International Gramsci Journal*. Wollongong: University of Wollongong Vol. 2, n. 4, 2018, pp. 3-36.

- BALSA, Javier. “La cuestión de la representación en *El 18 Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx”, *Materialismo Storico*. Urbino, vol. VI, n. 1, 2019a, pp. 76-107.
- BALSA, Javier. “La metáfora de la política como escenario y la valoración de la república parlamentaria en *La lucha de clases en Francia* y en *El 18 Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx”, *Utopía y praxis latinoamericana*. Maracaibo, n. 85, 2019b, pp. 220-238.
- BALSA, Javier. “La retórica en Laclau: perspectivas y tensiones”, *Simbiótica*. Vitoria: Universidade Federal do Espírito Santo, Vol. 6, n. 2, 2019c.
- BASSO, Luca. “Politica e contingenza in Marx: il 1848” En: FROSINI, F. & VINALE A. (ed.). *Verità, ideologia e politica*. Nápoles: Cronopio, 2009, pp. 53-70.
- BOITO, Armando Jr. “Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista - comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*”, *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 15, 2002, pp. 127-139.
- CARVER, Terrell. “Imagery/Writing, Imagination/Politics: Reading Marx through the *Eighteenth Brumaire*” En: COWLING M. & MARTIN, J. (ed.). *Marx’s Eighteenth Brumaire*. Londres: Pluto Press, 2002, pp. 113-128.
- _____. “Marx’s *Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* – Eliding 150 Years”, *Strategies*, Los Angeles, vol. 16 (1), 2003, pp. 5-11.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Madrid: Trotta, 1995.
- ENGELS, Friedrich. “Introducción” En: MARX, K. *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Buenos Aires: Anteo, 1973 [1895].
- _____. *Revolución y contrarrevolución en Alemania*. Buenos Aires: Editorial Polémica, 1976 [1851/2].
- _____. *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*. Buenos Aires: Anteo, 1975 [1888].
- FAIRCLOUGH, Norman & Phil GRAHAM. “Marx as a Critical Discourse Analyst: The genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital”, *Sociolinguistic Studies, Estudios de Sociolingüística*, Vigo, vol. 3 (1), 2002, pp. 185-229.
- FROSINI, Fabio. *Da Gramsci a Marx. Ideología, verdad e política*. Roma: DeriveApprodi, 2009.
- GÓMEZ, Marcelo. *El regreso de las clases. Clase, acción colectiva y movimientos sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Editorial Era, 1986.
- HARRIES, “Martin Homo Alludens: Marx’s Eighteenth Brumaire”, *New German Critique*, Durham, n. 66, Fall, 1995, pp. 35-64.
- JAMESON, Fredric. *Valencias de la dialéctica*. Buenos Aires: Eterna Cadencia editor, 2013.
- JESSOP, Bob. “The Political Scene and the Politics of Representation: Periodizing

- Class Struggle and the State in *The Eighteenth Brumaire*” En: COWLING, M. & MARTIN, J. (ed.). *Marx's Eighteenth Brumaire*. Londres: Pluto Press, 2002, pp. 179-194.
- LACAPRA, Dominick. “Reading Marx: The Case of *The Eighteenth Brumaire*” En: LACAPRA, D. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, pp. 268-290.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.
- MARTIN, James. “Performing Politics: Class, Ideology and Discourse in Marx's *Eighteenth Brumaire*” En: COWLING, M. & MARTIN, J. (ed.). *Marx's Eighteenth Brumaire*. Londres: Pluto Press, 2002, pp. 129-142.
- MARX, Karl. *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Buenos Aires: Anteo, 1973a [1850].
- _____. *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1973b [1852].
- RIQUELME, John. “*The Eighteenth Brumaire* of Karl Marx as Symbolic Action”, *History and Theory*, Middletown, vol. 19 (1), 1980, pp. 58-72.
- ROSENBERG, Arthur. *Democracia y socialismo*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 86, 1981 [1938].
- THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment. Philosophy, Hegemony and Marxist*. Leiden: Brill, 2009.
- VACCA, Giuseppe. *Modernità alternativa. Il Novecento di Antonio Gramsci*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2017.
- VOLOSHINOV, Valentin. *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Madrid: Alianza, 1992 [1929].
- WEBB, Darren. “Here Content Transcends Phrase: The *Eighteenth Brumaire* as the Key to Understanding Marx's Critique of Utopian Socialism” En: COWLING, M. & MARTIN, J. (ed.). *Marx's Eighteenth Brumaire*. Londres: Pluto Press, 2002, pp. 243-257.
- WENDLING, Amy. “Are All Revolutions Bourgeois?”, *Strategies*, Los Angeles, vol. 16 (1), 2003, pp. 39-49.
- WHITE, Hayden. “El problema del estilo en la representación realista: Marx y Flaubert” En: WHITE, H. *La ficción de la narrativa*. Buenos Aires: Eterna Cadencia editora, 2011, pp. 313-338.

Recebido em 23 de abril de 2019
Aprovado em 11 de novembro de 2019

Economia de Troca de Presentes. Para uma Teoria do Modo de Produção Pré-Capitalista (parte 2)

Gift Economy. Proposal for a Pre-Capitalist Mode of Production Theory

João Bernardo*

Resumo

Ao classificar a troca de presentes como um “sistema de prestações totais” [“système des prestations totales”], Marcel Mauss lançava as bases para a definição de um vasto modo de produção prévio ao capitalismo. Neste artigo, retomo o mesmo quadro de análise do primeiro volume de *Poder e dinheiro* ampliando-o a outras sociedades, épocas e tipos de organização econômica. A troca de presentes regeu tanto sociedades praticamente desprovidas de Estado como outras em que as instituições políticas adquiriram um elevadíssimo grau de autonomia, viabilizando o desenvolvimento tanto da forma de exploração assente em relações de tipo servil como outras em que prevalecia a independência camponesa. Permitindo inserir todas estas situações diferentes num quadro explicativo único, o modelo da troca de presentes aparece com o caráter de generalidade, e ao mesmo tempo de operacionalidade conceptual, que se requer à teoria de um modo de produção.

Palavras-Chave: troca de presentes; modo de produção; pré-capitalismo

Abstract

*When Marcel Mauss classified the gift exchange as a “système des prestations totales” he laid the foundations of a vast mode of production that existed before capitalism. In this article, I return to the same theme of the first volume of *Poder e dinheiro*, extending it to other societies, epochs and forms of economic organization. Gift exchange ruled over societies almost without State as well as over other societies in which the political institutions acquired a very high degree of autonomy. This allowed the development of servitude relations and of the exploitation based on peasantry independence. Allowing to insert all these different situations into a single explanatory framework, the model of gift exchange appears with the character of generality, and at the same time conceptual operationality that is required to the theory of a mode of production.*

Keywords: gift economy; mode of production; pre-capitalism

* Professor em universidades públicas brasileiras de 1984 a 2009; autor, entre outras obras de *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial*, séculos V-XV. 3vols., Porto, Afrontamento, 1995, 1997, 2002. Texto concluído em 2009.

9. Comércio

Uma questão muito importante, e que não é simples de resolver, diz respeito à relação entre o sistema de troca de presentes e o mercado de compra e venda.

Procedendo um pouco à maneira do “tipo ideal” weberiano, podemos imaginar um regime que conjugasse transações entre povos vizinhos, através das quais se obtinham bens de consumo corrente e bens de estatuto médio, com transações a longa distância, graças às quais se obtinham artigos verdadeiramente luxuosos, que iam ser usados pelas pessoas de estatuto mais elevado. As transações entre povos vizinhos podiam realizar-se apenas mediante o escambo e não necessitavam da intervenção de quaisquer mercadores profissionais. Pelo contrário, as transações a longa distância exigiam um corpo de mercadores profissionais e, embora pudessem se operar através da troca de artigos de luxo nos lugares de destino final das caravanas, pelo menos no meio fechado dos mercadores profissionais geravam-se condições propícias ao desenvolvimento de formas de dinheiro fiduciário. Finalmente, note-se que os artigos conseguidos graças aos mercadores profissionais, enquanto símbolos de status, destinavam-se ou a ser exibidos ou a ser objeto de presentes e de *potlatch*. Deste modo, os mercadores profissionais e o dinheiro fiduciário, que constitui precisamente a forma pecuniária mais evoluída, eram um elemento integrante da reprodução do sistema de troca de presentes.

Aliás, como poderemos distinguir sob o ponto de vista econômico entre, por um lado, as caravanas de mercadores de longo curso que levavam produtos de luxo para os trocar por outros produtos de luxo, que traziam de volta, e, por outro lado, os enviados diplomáticos que procuravam um povo distante carregados de presentes e regressavam trazendo ofertas não menos valiosas? Esta semelhança entre um mercador e um diplomata é posta em relevo pela tão difundida instituição dos mercadores do palácio, ou seja, mercadores que, embora pudessem igualmente negociar por conta própria, serviam de agentes mercantis de um monarca e gozavam dos privilégios inerentes a esta função. De uma maneira mais extrema ainda, aquelas sociedades que se notabilizavam pela especialização nas funções mercantis e estavam como que enquistadas nas fronteiras entre grandes impérios assemelhavam-se elas mesmas a um vasto corpo de mercadores do palácio. Graças à atividade destas sociedades, que conjugava ao mesmo tempo as caravanas de longo curso e as embaixadas, os imperadores vizinhos podiam dispor de um fornecimento regular de artigos de luxo.

A civilização Hopewell, centrada no vale do rio Ohio, e que atingiu proporções continentais, fundamentava a sua homogeneidade ideológica numa rede de tráfico regular de longo curso. Ora, está documentado arqueologicamente que muitas das preciosidades importadas acabavam por ser enterradas em túmulos. Conhece-se mesmo um caso em que quase a totalidade da obsidiana importada foi depositada num único túmulo. “Então programas funerários criaram

uma demanda regular para artigos que circularam no sistema de comércio Hopewell, uma demanda que não seria a mesma caso os bens fossem entesourados como riqueza e transmitido aos herdeiros”¹, conclui uma equipe de historiadores (Coe et al., 1988, p. 52; tradução do editor). Quer se considere o depósito de bens em túmulos como um ato de troca simples quer como um *potlatch*, temos aqui um caso em que uma modalidade inserida no sistema de troca de presentes servia de estímulo às relações mercantis.

Segundo Nigel Davies, no império inca os mercadores não constituíam um corpo legal claramente estabelecido e dispondo de status (Davies, 2000 b, p. 294 e 297-299), mas entre os aztecas, pelo contrário, os mercadores dispunham de uma posição social muito importante, beneficiando de leis específicas e de tribunais próprios (*ibidem*, 2000 a, p. 151), e a sua atividade teria sido inseparável das próprias conquistas militares (*ibidem*, p. 139, 146-148; 188). Aliás, é possível que já antes, no Estado de Teotihuacan, que floresceu entre os séculos II e VII da nossa era, o mais poderoso e o mais influente que alguma vez existiu na América central, tivesse havido uma classe de mercadores-guerreiros capaz de assegurar a expansão territorial e de fundar elites governantes entre povos vizinhos (Coe et al., 1988, p. 115-116). Ora, se as conquistas, enquanto fonte de tributo, iam alimentar a distribuição de presentes, é necessário mostrar a relação econômica entre os mercadores e o sistema de troca de presentes. Por um lado, os comerciantes serviam ao monarca de mercadores do palácio, negociando em nome do rei mercadorias que lhe pertenciam e recebendo em troca um estatuto privilegiado (Davies, 2000 a, p. 148). Por outro lado, sucedia que o monarca usasse os mercadores do palácio para venderem numas províncias o tributo que havia sido entregue por outras, empregando os resultados da transação para adquirir outros bens no mercado (*ibidem*, p. 149). A inserção dos mercadores no sistema de troca de presentes era tão completa que eles praticavam mesmo regularmente o *potlatch* (*ibidem*, p. 150-151).

Se o sistema de troca de presentes era perfeitamente compatível com as relações mercantis, ou se podia mesmo ser reforçado por elas, conclui-se que a expansão europeia, com a formação de um mercado mundial, jamais poderia por si só destruir o sistema de troca de presentes. Contrariamente ao modelo adotado por Marx, não foi através do mercado que o capitalismo liquidou os outros regimes econômicos e subjogou as populações que até então os haviam adotado. Para isso foram necessárias a ocupação dos territórios e a violência exercida sobre os seus habitantes, alterando diretamente as suas relações sociais e os seus modos de trabalho.

¹ Texto original: “Thus burial programs created a steady demand for the goods that moved in the Hopewell trading system, a demand that could not have been equaled if goods had been hoarded as wealth and passed on to heirs”.

10. Crédito e juro

Quem dava um presente esperava receber outro, quem procedia a um *potlatch* desafiava outrem a executar no futuro um *potlatch* ainda maior, de tal maneira que estava sempre implícita a noção de desfasamento, quer através do decurso temporal resultante da possível dilação da reciprocidade quer através da ausência de equivalência entre os bens trocados. Fossem necessários ou de luxo os bens transferidos, o sistema admitia um desfasamento entre as duas operações e possibilitava, por isso, o quadro de existência do crédito. Marcel Mauss afirmou que “é [...] da natureza do presente a operação a prazo. O ‘tempo’ é necessário para realizar qualquer contraprestação. A noção de prazo está, portanto, logicamente pressuposta. [...] De fato, o ponto de partida [do crédito] [...] é o presente [...]; o presente implica necessariamente a noção de crédito” (Mauss, 1923-1924, p. 92-93; tradução do editor)². Nesta definição elementar, o crédito não era mais do que a confiança na reciprocidade dos atos de transferência, decorrente do fato de os intervenientes estarem já unidos por elos duradouros. Como sublinhou Lorraine Barić,

Há muitas similaridades entre as concomitâncias sociais da troca de presentes e as concomitâncias sociais do crédito nas sociedades com relações sociais variadas. [...] em tais sociedades, quem quer que, como resultado de uma transação com retorno diferido, esteja efetivamente em posse dos bens em questão assume uma obrigação como receptor. Isso se aplica tanto à troca de presentes quanto às relações de crédito (Barić, 1964, p. 50; tradução do editor).

O crédito corresponde a um desfasamento no interior de um quadro pene de relações sociais. Referindo-se ainda ao crédito, Marcel Mauss, depois de escrever que “o ponto de partida [...] é o presente”³ e que “o presente implica necessariamente a noção de crédito”, acrescentou: “A evolução não transitou do direito da economia de troca à venda e da última para a operação a prazo. É sobre um sistema de presentes dados e entregues a prazo que se edificaram, por um lado, a troca, para simplificação, pelo tempo de reconciliação anteriormente disjuntivo, e, por outro lado, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também o empréstimo”. (Mauss, 1923-1924, p. 93; tradução do editor)⁴.

² Texto original: “il est [...] de la nature du don d’obliger à terme. [...] Le ‘temps’ est nécessaire pour exécuter toute contre- prestation. La notion de terme est donc impliquée logiquement [...] En fait, le point de départ [do crédito] [...] c’est le don [...] le don entraîne nécessairement la notion de crédit.”

³ Texto original: “le point de départ [...] c’est le don” e que “le don entraîne nécessairement la notion de crédit”.

⁴ Texto original: “L’évolution n’a pas fait passer le droit de l’économie du troc à la vente et celle-ci du comptant au terme. C’est sur un système de cadeaux donnés et rendus à terme que se sont édiflés d’une part le troc, par simplification, par rapprochements de temps autrefois disjoints, et d’autre part, l’achat et la vente, celle-ci à terme et au comptant, et aussi le prêt”.

A forma como o crédito funcionava no interior do sistema de troca de presentes é elucidada por um exemplo da Índia muçulmana na primeira metade do século XIV.

Chegando a Multan, então a cidade fronteira do reino de Muhammad bin Tughluq, em 1333, *Ibn Batuta* [...] percebeu como as casas bancárias hindus de Multan haviam enriquecido adiantado para os desesperançados sem dinheiro da Ásia Central aqueles presentes que eram apropriados para serem dados ao sultão – cavalos, escravos brocados, joias. O sultão, invariavelmente, retribuía com um presente mais valioso com o qual o recém-chegado poderia pagar com juros os agentes de Delhi de seu patrocinador multani”. (Keay, 2003, I, p. 307; tradução do editor)⁵.

Na competição de prestígios implícita no sistema de presentes, a figura mais importante replicava com um presente mais importante, e uma parte da diferença de valor entre o presente oferecido pelo suplicante e o presente retribuído pelo monarca constituía o lucro do banqueiro.

As dívidas acumuladas no interior do sistema de troca de presentes tinham uma dupla função muito importante. Por um lado, reforçavam a coesão e a integração sociais. Por outro lado, serviam de quadro tanto para a desigual distribuição dos bens dentro das hierarquias da classe dominante como para o processo de exploração. Ambos os aspectos se encontram conjugados no templo de Rajarajeshvara, em Tanjore, erigido durante o reinado dos Chola, uma dinastia que conseguiu hegemonizar o sul da Índia no final do século X da nossa era e durante os dois séculos seguintes. Recebendo abundantíssimas dádivas do monarca e da corte e ainda de outros membros da elite militar e religiosa, este templo acumulou não só tesouros esplêndidos como também obteve o direito a cobrar os rendimentos de numerosas aldeias. Em sentido inverso, o templo usou parte das suas riquezas como empréstimos às aldeias dele dependentes (*ibidem*, p. 245). E assim esta dependência tornava-se ainda mais estrita.

O templo [...] era como uma comunidade metropolitana que servia como centro tanto para a redistribuição de riqueza quanto para a integração do reino Chola. Não menos importante, dado que a supervisão da economia do templo era realizada por funcionários reais, isso

⁵ Texto original: “Arriving at Multan, then the frontier city of Muhammad bin Tughluq’s kingdom, in 1333, Ibn Batuta [...] noted how Hindu banking-houses in Multan grew wealthy by advancing to penniless hopefuls from central Asia such gifts as were suitable for presentation to the sultan – horses, slaves, brocades, jewels. The sultan invariably returned a far more valuable present from which the newcomer could repay with interest the Delhi agents of his Multani backer”.

também ‘proporcionava uma base para que os reis interviessem nos negócios locais’. (*ibidem*, p. 245; tradução do editor)⁶.

Quando ocorria em contextos de desigualdade social, o crédito implicava a existência do juro. O valor não era uma característica que se atribuísse a um artigo, mas à relação específica que o veiculava. Quando alguém, a meio do ano agrícola, no momento mais afastado da colheita de um dado produto, ou por ocasião de más colheitas, no momento em que o produto escasseava, sentia a sua falta e o solicitava a quem dele dispusesse, comprometendo-se a restituí-lo mais tarde, o que deveria entregar não era um volume idêntico, mas um igual valor. Quando chegasse uma época de relativa abundância, em que os devedores podiam encarar a hipótese de pagar as dívidas, as condições que determinavam o valor dos gêneros haviam se modificado. Os devedores que numa altura crítica haviam contraído uma dívida no valor de x , correspondente a um volume y de produto, pagavam na época de abundância o mesmo valor x , mas correspondente então a um volume ny .

O juro existia igualmente, embora através de processos diferentes, na troca de artigos de luxo. Quanto mais acentuada fosse, ou pretendesse ser, a diferença de estatutos entre os intervenientes, ou quanto mais vincada fosse a rivalidade entre eles, maior seria o desfasamento entre o valor dos bens recíprocos e mais considerável seria o juro. Portanto, neste domínio era o *potlatch* a exigir os juros mais elevados. Já Franz Boas deixou claramente estabelecida a relação do *potlatch* com o crédito: “Contrair dívidas por um lado, pagar dívidas por outro, isso é o potlatch” [“Contracter des dettes d’un côté, payer des dettes de l’autre côté, c’est le potlatch”] (Mauss, 1923-1924, p. 91 n. 4; tradução do editor). Marcel Mauss observou que “normalmente o potlatch deve sempre ser feito de modo usurário e mesmo o presente deve assumir uma forma usurária” [normalement le potlatch doit toujours être rendu de façon usuraire et même tout don doit être rendu de façon usuraire”] (*ibidem*, p. 108; tradução do editor). Referindo-se também ao *potlatch*, Raymond Firth observou que “a entrega dos bens materiais não é necessariamente o fim; pode constituir um item em uma série complexa de transações de crédito mediante as quais, em algum momento futuro, outros bens materiais terão de ser devolvidos, talvez com incremento. (Firth, 1964, p. 23)⁷.

Assim, o crédito e o juro não decorreram exclusivamente do escambo ou da

⁶ Texto original: “The temple [...] was like a metropolitan community which served as a centre for both the redistribution of wealth and the integration of the Chola kingdom. No less important, since the supervision of the temple’s economy was undertaken by royal officials, it also “provided a foothold for the kings to intervene in local affairs.”

⁷ Texto original: “the handing over of the material goods is not necessarily the end; it may constitute an item in a complex series of credit transactions by which at some future time other material goods may have to be returned, perhaps with increment.”

compra e venda, mas do sistema geral de troca de presentes, em todas as suas formas. Do mesmo modo, o dinheiro podia intervir no crédito independentemente de qualquer possível utilização nas compras e vendas. Quando o juro resultava do desfasamento temporal entre os dois atos de uma troca envolvendo pessoas ou grupos de estatutos diferentes, o dinheiro servia para correlacionar o montante do juro com o decurso do tempo, exprimindo a taxa de juro. Nada permite compreender melhor esta função do que o conhecimento de certos tipos de dinheiro, constituídos por bens cujas características se alteravam regularmente com a passagem do tempo, e sendo o valor convencionalmente atribuído às unidades deste dinheiro tanto maior quanto mais a sua aparência revelasse a progressão dos meses e dos anos. Paul Einzig descreveu um tipo de dinheiro empregado nas Novas Hébridas para os pagamentos de maior prestígio. Era constituído por porcos machos, não castrados e com as presas recurvas, sendo nelas que se concentrava o símbolo do dinheiro. Independentemente do tamanho e da qualidade do animal, quanto mais compridas fossem as suas presas, maior era o valor do porco como dinheiro. Praticava-se o crédito neste dinheiro-porcos, medindo-se a taxa de juro pelo comprimento a que teriam crescido as presas durante o período do empréstimo, e consistindo o pagamento da dívida na entrega ao credor de porcos com presas maiores do que as dos emprestados (Einzig, 1948, p. 58-62). Na ilha de Maewo, igualmente nas Novas Hébridas, usava-se para os pagamentos de maior prestígio um tipo de dinheiro composto por tapetes. Quanto mais antigos eles fossem, mais valiosos eram, e o juro dos empréstimos exigia a entrega ao credor de tapetes com um aspecto mais velho do que os inicialmente adiantados (*ibidem*, p. 62). Nestes casos ocorria uma verdadeira fusão física entre o dinheiro e a expressão da taxa de juro.

11. Processo de exploração

A clivagem implícita no sistema de troca de presentes ressalta com clareza num provérbio corrente no México colonial: “Dar es señorío, recibir es servidumbre” (Manrique, 1981, p. 671). Mas se no domínio dos presentes de prestígio a superioridade de estatuto era afirmada por meio da oferta de bens com um valor superior ao dos bens recebidos, ou por meio da destruição de uma quantidade de bens superior aos destruídos pelos rivais, como podia o sistema manter-se? Como era possível que alguém, sem se arruinar, desse sempre mais do que recebia?

Uma porção de cereal não era um artigo de luxo para o magnata que o distribuía a camponeses numa ocasião de más colheitas ou para o personagem principal de uma cidade que o repartia entre a plebe faminta, mas para quem o recebia esse cereal constituía um verdadeiro artigo de luxo. Esta dualidade ocupava o lugar central nos mecanismos da exploração. Nas relações entre a elite das

classes dominantes e os elementos mais miseráveis das classes exploradas, uns dispunham facilmente de bens que para os outros eram de luxo, sem que estes jamais conseguissem obter bens que fossem considerados de luxo nos estratos superiores das hierarquias sociais.

Ora, quem não conseguisse corresponder a um presente com outro de valor igual ou superior perdia o estatuto e integrava-se na clientela da pessoa ou da família para quem estava em dívida, ou via confirmado o seu estatuto inferior e continuava em situação de dependência. “A operação de retribuir com dignidade é imperativa” [“L’obligation de rendre dignement est impérative”], explicou Marcel Mauss. “A sanção da obrigação de retribuir é a escravidão por dívida. [...] O indivíduo que não podia restituir o empréstimo ou o potlatch perde sua posição e até aquela de homem livre” (Mauss, 1923-1924, p. 108; tradução do editor)⁸. Nestes casos prologava-se indefinidamente o prazo da reciprocidade e, padecendo o devedor de um estatuto subalterno, ele ia pagando os juros devidos pela demora. Este pagamento era efetuado com aquilo de que o devedor dispunha, com a execução de serviços que estivessem ao seu alcance ou com a prestação de gêneros de consumo corrente. Todavia, por mais que estes serviços e artigos se repetissem, eles nunca podiam representar o recíproco do artigo recebido. Os magnatas recebiam bens comuns em troca de artigos que, para quem os tinha recebido, e na ocasião em que os recebera, haviam constituído bens de luxo. Quanto aos serviços de trabalho, eles tinham um estatuto desonroso tanto nas sociedades guerreiras, em que a primazia cabia aos militares, como nas sociedades burocráticas, em que prevaleciam os letrados. E quanto às prestações de bens comuns, não estava nas possibilidades da plebe entregar de cada vez senão uma pequena quantidade deste tipo de artigos, enquanto para os magnatas apenas uma desmesurada acumulação de bens comuns se tornava evidência do luxo. Assim, a maior parte dos devedores encontrava-se prisioneira da incapacidade de converter as execuções sucessivas de serviços e as prestações sucessivas de gêneros, que para quem os recebia eram serviços vis e gêneros correntes, na prestação de um bem de incontroverso luxo. Em suma, pagavam-se juros eternos, porque não se conseguia pagar o principal.

A perpetuação do crédito constituiu o elemento central do processo de exploração em todas as sociedades regidas pelo sistema de troca de presentes, desde os grandes Estados despóticos, passando pelas sociedades em que o poder soberano se encontrava fracionado por potentados regionais e locais, até sociedades caracterizadas por um elevado grau de igualitarismo. Assim, por exemplo, um dos ministros do duque Wen, de Jin, o mais poderoso dos chefes regionais na China do final do século VII antes da nossa era, quando o império se desagregava

⁸ Texto original: “La sanction de l’obligation de rendre est l’esclavage pour dette. [...] L’individu qui n’a pu rendre le prêt ou le potlatch perd son rang et même celui d’homme libre.”

sob os Zhou orientais, descreveu a concepção de hegemonia do seu senhor como “para retribuir boas ações, para acudir aqueles ameaçados de desastre e, ao fazê-lo, para obter autoridade” [“to repay good deeds, to give aid to those threatened with disaster and by so doing to obtain authority”] (Blunden et al., 1983, p. 63; tradução do editor). E no outro extremo do leque das formações políticas, entre os aborígenes da Austrália, as dívidas “nunca eram canceladas, mas construídas de modo a forma um sistema complexo de troca [“were never canceled out, but were built upon to form a complex system of exchange”] (Nile et al., 1995, p. 39; tradução do editor). O crédito sustentava a tal ponto o processo de exploração que em várias sociedades era considerado insultuoso pagar as dívidas, o que equivaleria a deixar de prestar serviços ou tributos ao credor e sair da esfera do seu poder. “[...] o credor pode preferir manter a superioridade de status que o empréstimo lhe confere. Nas sociedades em que os papéis são múltiplos, pode ser um insulto ao seu credor desejar pagá-lo” (Bari, 1964, p. 50; tradução do editor)⁹. Com efeito,

Gregório de Tours menciona que o bispo de Verdun, Desideratus, obteve um empréstimo do rei Theudebert de 7.000 peças de ouro garantidas pelos mercadores da cidade [...] o bispo conseguiu tentar pagar o empréstimo com juro. O rei recusou o pagamento, dizendo que não tinha necessidade disso (Geary, 1988, p. 101; tradução do editor)¹⁰.

E Patrick Geary, que nos transmitiu a história, comentou que o monarca [preferia ter a cidade em dívida política com ele] [“preferred to have the city in his political debt”] (*ibidem*).

A regra da reciprocidade no domínio da troca de presentes de luxo exprimia, por um lado, a rivalidade entre os magnatas para o estabelecimento das hierarquias. Mas este aspecto era economicamente acessório, podendo apenas ser compreendido ao verificarmos que, por outro lado, a regra se referia à situação de subalternização ou de dependência em que passavam definitivamente a encontrar-se os que se viam obrigados a aceitar presentes que para eles eram de luxo, não o sendo para o ofertante. E porque não dispunham da capacidade de retribuí-los, não possuíam também força para os rejeitar. Tinham de aceitar o que selava a sua inferioridade social. Por isso o poder de alguém se media pelo

⁹ Texto original: “[...] the creditor may prefer to maintain the status superiority that lending gives him. In societies in which roles are multiplex it may be an insult to your creditor to wish to repay him.”

¹⁰ Texto original: “Gregory of Tours mentions that the bishop of Verdun, Desideratus, obtained a loan from king Theudebert of 7,000 gold pieces guaranteed by the merchants of the city [...] the bishop was able to attempt to repay the loan with interest. The king refused repayment, saying that he had no need of it.”

número dos seus devedores, fossem eles simples clientes, servos ou escravos, consoante as modalidades específicas de exploração. “A riqueza parecia ocasionalmente consistir na acumulação de bens ou obrigações por um homem, de modo que a comunidade inteira é dependente dele, às vezes por suas distribuições luxuosas, de modo que todos tivessem em dívida com ele” (Quiggin, 1949, p. 5)¹¹.

Esta situação explica que se considerassem como unidades constitutivas de um Estado não as pessoas isoladamente nem a terra sozinha, mas a produção. Depois de recordar que “terra e trabalho geraram a riqueza da Índia; e do sucesso com o qual esses recursos puderam ser comandados, e seu excedente mobilizado e distribuído, dependeu a estabilidade de cada regime dinástico”, Key advertiu que “seria errado, no entanto, concluir que terra e trabalho foram então considerados as unidades básicas da economia”, e concluiu que “Na Índia, desde as primeiras evidências de que uma parte da colheita era doada para fins rituais, produzir – não as pessoas, nem as propriedades – era o que importava”. (Key, 2003, II, p. 369; tradução do editor)¹². Do mesmo modo, no *Poder e dinheiro* insis- ti diversas vezes no fato de o poder senhorial basear-se em conjuntos de terras com os servos capazes de as cultivar. Era o processo de exploração a determinar as células constitutivas dos Estados.

A dupla face da reciprocidade permitia aos magnatas afirmarem-se como tal, dando presentes sempre mais valiosos, porque os celeiros e os armazéns onde fundavam a riqueza iam se encontrando cada vez mais repletos.

Por outro lado, os magnatas procediam também sistematicamente a operações de saque, quer grandes expedições militares quer simples razias, que tanto podiam atingir outros povos como magnatas vizinhos ou ainda famílias camponesas. A obrigação de guerrear caracterizava os homens da elite ao mesmo título que a obrigação de dar presentes, o que confirma a íntima relação entre estes aspectos. Mas é imprescindível observar que nem nos processos reais nem nas ideologias coevas se operava qualquer demarcação nítida entre a cobrança regular de tributos e as pilhagens ocasionais. Basta pensar – um exemplo entre muitos possíveis – que *dizimar*, que passou ao nosso vocabulário com a acepção de *chacinar*, sobretudo *chacinar inimigos*, significava originariamente *cobrar o dízimo*.

Em suma, era possível que um magnata desse sempre mais do que recebia

¹¹ Texto original: “Wealth sometimes appears to consist in the amassing of goods or obligations by one man, so that the entire community is dependent on him, sometimes by his lavish distributions, so that all are in his debt”.

¹² Texto original: “land and labour generated the wealth of India; and on the success with which these resources could be commanded, and their surplus mobilised and distributed, depended the stability of every dynastic regime.” “it would be wrong, though, to conclude that land and labour were therefore considered the basic units of the economy.” “In India, ever since the earliest evidence of a share of the crop being donated for ritual purposes, produce – not people, not property – was what mattered.”

e, apesar disto, não se arruinasse, porque extorquia tributos regulares e serviços periódicos a todos os que não conseguiam corresponder de outra forma à sua interessada generosidade, e ao mesmo tempo pilhava sistematicamente os bens alheios. O sistema de presentes de prestígio manteve-se devido a ambas estas formas, direta e indireta, de exploração. Patrick Geary observou que “saque e generosidade formaram duas partes do sistema de troca e circulação de bens [...]” [“plunder and generosity formed the two parts of the system of exchange and circulation of goods [...]”] (Geary, 1988, p. 112; tradução do editor), e Aron Gurevitch explicou: “As pessoas tomavam como certa a atitude de um senhor que gastava sem fazer conta e sem se preocupar com o equilíbrio entre suas despesas e sua renda. A diferença sempre pode ser compensada por novas exações, por extorsões, por multas, por pilhagem ou por espólio de guerra” (Gurevitch, 1977, p. 16; tradução do editor)¹³.

12. Metafísica da troca de presentes

A emulação na troca de presentes de prestígio manteve-se devido à espoliação, quer a exploração quer os saques e as pilhagens. Esta situação era refletida pela moral vigente quando se considerava a generosidade e a coragem como as maiores virtudes de um magnata. Uma não podia existir, neste sistema, sem a outra. O sábio viajante marroquino Ibn Batuta escreveu que Muhammad bin Tughluq, o sultão de Delhi que governou no segundo quartel do século XIV, se salientava por duas coisas, “dar presentes e derramar sangue” [“giving presents and shedding blood”] (Keay, 2003, I, p. 298; tradução do editor). Era impossível exprimir mais sinteticamente os dois aspectos do sistema de troca de presentes, as dádivas e as espoliações, pois sem derramar sangue não podia manter-se submissa a plebe nem se conseguia saquear as sociedades vizinhas. A moral não foi diferente noutra grande área religiosa. Étienne Delaruelle observou que, na cristandade ocidental, até ao começo do segundo milênio da nossa era, se o mérito consistia em oferecer, e nomeadamente em oferecer esmolas, o bom cristão seria o rico, pois o pobre era incapaz de cumprir o preceito da caridade (Delaruelle, 1965, p. 228-229). Mas o rico, para ser caridoso, tinha de desenvolver a capacidade de acumulação, e para isso necessitava de audácia e coragem física, ou necessitava pelo menos de dispor de tropas corajosas. Referindo-se aos francos da época merovíngia, Patrick Geary escreveu que “um líder demonstrava sua nobreza com sua generosidade assim como com sua capacidade de liderar seus seguidores contra os inimigos na aquisição de riqueza [...] que ele depois distribuía”

¹³ Texto original: “People took for granted the attitude of a lord who spent without counting and without worrying about the balance between his expenses and his income. The difference could always be made up by new exactions, by extorsions, by fines, by pillage or by war booty.”

(Geary, 1988, p. 112; tradução do editor)¹⁴. Reciprocamente, e a propósito da mesma época, Philip Grierson observou que “a maldade disputa com a covardia como o mais vergonhoso dos defeitos humanos” [“meanness vies with cowardice as the most shameful of human defects”] (Grierson, 1959, p. 138; tradução do editor), repetindo noutro lugar que, segundo a literatura popular anglo-saxónica, “a avareza rivaliza com a covardia entre os defeitos humanos mais vergonhosos” [“l’avarice rivalise avec la lâcheté parmi les défauts humains les plus honteux”] (Grierson, 1961, p. 357; tradução do editor). Assim, os comentários morais coevos levam a crer que as pessoas daquele tempo não ignoravam para que servia a coragem nem desconheciam o que sustentava a generosidade. O verniz ideológico aqui consistia apenas em desviar a acepção de *coragem* para o confronto com os inimigos exteriores e em esquecer, ou pelo menos subentender, a ferocidade que sempre ameaçava os camponeses. Para este tipo de concepções, os humildes eram tão abjetos que nem mereciam ser vítimas da coragem dos magnatas.

Outros aspectos da metafísica da troca de presentes revelaram-se igualmente rentáveis para os seus promotores. Referindo-se ao antigo Egito, escreveram John Baines e Jaromír Málek: “As oferendas foram feitas diante do deus e, ‘depois que ele se satisfiz com elas’, legou primeiro para santuários menores e depois para os sacerdotes, que consumiam seus resíduos menos espirituais” (Baines et al., 1984, p. 215; tradução do editor)¹⁵. Marco Polo observou uma situação semelhante no Maabar, na costa sudeste da Índia, em que o presente, na sua essência espiritual, era consumido pelo espírito e, na sua aparência material, pelos servidores do espírito.

Permitam-me dizer-lhes ademais que eles têm muitos ídolos em seus mosteiros, tanto machos quanto fêmea, e para esses ídolos muitas donzelas são oferecidas da seguinte maneira. Sua mãe e seu pai os oferecem a certos ídolos, àquele que mais os agrada. Uma vez oferecidos, então sempre que os monges desses mosteiros de ídolos exigirem que eles venham aos mosteiros para entreter os ídolos, eles vêm como são solicitados; e cantam e proporcionam um entretenimento animado. E há um grande número dessas donzelas, porque elas formam grandes grupos. Várias vezes por semana em todos os meses, eles trazem comida para os ídolos aos quais são dedicados; e explicarei como eles o trazem e como eles dizem que o ídolo comeu. Algumas dessas donzelas de quem falei preparam saborosos pratos de carne e

¹⁴ Texto original: “a leader showed his nobility in his generosity just as he did in his ability to lead his followers against his enemies in acquiring the wealth [...] which he then distributed.”

¹⁵ Texto original: “Offerings were laid before the god and, ‘after he had satisfied himself with them’, reverted first to minor shrines and then to the priests, who consumed their less spiritual residues.”

outros alimentos e os levam aos seus ídolos nos mosteiros. Em seguida, colocam a mesa diante deles, servindo a refeição que trouxeram e a deixam por algum tempo. Enquanto isso, todos cantam, dançam e praticam o esporte mais divertido do mundo. E após se divertirem durante tanto tempo quanto um grande senhor pode gastar comendo uma refeição, dizem que o espírito dos ídolos comeu a substância da comida. Depois disso, eles pegam a comida e comem juntos com grande regozijo e alegria. Finalmente eles retornam – cada um para sua própria casa (*The Travels...*, p. 229-230; tradução do editor)¹⁶.

E assim as hierarquias metafísicas e as hierarquias materiais, sendo inversas, satisfaziam a coerência do sistema, porque o clero podia apropriar-se da realidade econômica das dádivas, ao mesmo tempo que a apresentava como subordinada à ficção ideológica. Graças a esta metafísica os servidores (servidores ideais dos deuses) eram na verdade senhores (senhores dos deuses, de cujos bens se apoderavam materialmente).

Mas nem sempre a metafísica do sistema de presentes funcionou num sentido materialmente favorável aos seus promotores. J. Dumarcay citado por John Keay chamou a atenção para o fato de que “a construção de um templo, hindu ou budista, era um importante ato político [“the construction of a temple, Buddhist or Hindu, was an important political act”] e R. Inden, citado pelo mesmo autor, indicou igualmente que essa construção era “um ato de guerra, tanto quanto um ato de paz” [“as much an act of war as it was an act of peace”]. (Keay, 2003, I, p. 201; tradução do editor) Partindo destes pressupostos, Keay escreveu:

À medida que novos desafiadores islâmicos se aventuravam pelos desertos de Sindh e pelo Indocuche, as dinastias da Índia pareciam lamentavelmente indiferentes, pois esbanjavam todos os recursos disponíveis, não em fortes e cavaleiros, mas em vôos de fantasia arquitetônica. De fato, eles estavam enfrentando a nova ameaça com

¹⁶ Texto original: “Let me tell you further that they have many idols in their monasteries, both male and female, and to these idols many maidens are offered in the following manner. Their mother and father offer them to certain idols, whichever they please. Once they have been offered, then whenever the monks of these idol monasteries require them to come to the monasteries to entertain the idols, they come as they are bidden; and sing and afford a lively entertainment. And there are great numbers of these maidens, because they form large bevvies. Several times a week in every month they bring food to the idols to which they are dedicated; and I will explain how they bring it and how they say that the idol has eaten. Some of these maidens of whom I have spoken prepare tasty dishes of meat and other food and bring them to their idols in the monasteries. Then they lay the table before them, setting out the meal they have brought, and leave it for some time. Meanwhile they all sing and dance and afford the merriest sport in the world. And when they have disported themselves for as long a time as a great lord might spend in eating a meal, then they say that the spirit of the idols has eaten the substance of the food. Whereupon they take the food and eat together with great mirth and jollity. Finally they return – each to her own home.”

uma afirmação gloriosamente desafiadora de autoconfiança em sua soberania superior. (*ibidem*; tradução do editor)¹⁷.

A disputa de arquiteturas funcionara perfeitamente só entre rivais da mesma cultura religiosa, e os islâmicos não responderam a esta forma de *potlatch* artístico por um *potlatch* equivalente, mas pela força dos seus exércitos. E assim, passado algum tempo, a metafísica do sistema de presentes acabou por ficar sem efeito, como sucede a todas as metafísicas que se defrontam com uma incredulidade – ou com uma outra crença – materializada em atos.

13. Reprodução simples e reprodução ampliada

Entregue a si só, qualquer economia centralizada regida pelo sistema de troca de presentes parece tender a reproduzir-se de maneira simples, sem contração nem expansão.

Depois de enumerar as autoridades maiores e menores, laicas e religiosas, que tinham direito a cobrar tributo sobre o produto agrícola da Índia durante o império mogol, John Keay advertiu:

Embora a teoria fosse a de que todos esses beneficiários tivessem direito a certa percentagem do rendimento, deixando o resto para o cultivador, a realidade era que todo o rendimento, à exceção apenas do que era considerado necessário para a sobrevivência do cultivador, era passível de apropriação. (Keay, 2003, II, p. 369; tradução do editor)¹⁸.

Assim, os camponeses eram deixados no mero nível da subsistência, sem disporem de meios suficientes para aumentar o volume da produção.

Por outro lado, o excedente ficava totalmente afastado da atividade agrícola e não se destinava a ser investido. Com efeito, o fruto das exações que não era consumido pelo monarca, pela sua corte, pela burocracia estatal e pelo exército destinava-se ou a ser redistribuído enquanto presentes; ou a ser entesourado e, portanto, retirado da circulação; ou a ser esbanjado, quer sob a forma de dádivas especiais quer sob a forma de destruição, o que constituía uma retirada de circulação mais drástica ainda; ou a ser congelado na forma de monumentos, o que representava uma síntese do entesouramento e do esbanjamento. Se o *potlatch*

¹⁷ Texto original: “As new Islamic challengers ventured across the deserts of Sind and over the Hindu Kush, India’s dynasties appeared to be woefully indifferent as they lavished all available resources not on forts and horsemen but on flights of architectural fantasy. In fact they were meeting the new threat by a gloriously defiant assertion of self-belief in their superior sovereignty.”

¹⁸ Texto original: “Although the theory was that all these beneficiaries were entitled to a certain percentage of the yield, leaving the remainder to the cultivator, the reality was that the entire yield, minus only what was deemed necessary for the cultivator’s survival, was liable to appropriation.”

era, como atrás o defini, a forma extrema do sistema de presentes, então o desenvolvimento deste sistema, em vez de ocasionar o investimento dos excedentes na reprodução ampliada de bens, levava à destruição dos excedentes. Por outras palavras, o lugar assumido pelo *potlatch* no sistema implicava que este fosse passível apenas de uma reprodução simples. John Baines e Jaromír Málek ilustram bem o dilema ao escreverem, a propósito do Egito na época das primeiras dinastias:

Onde o rei e sua organização eram fortes, os recursos do país podiam ser importunados da maneira mais impressionante, provavelmente através do trabalho *corvéé*. Quando ele era fraco, o padrão de subsistência normal continuou sem prejudicar o tecido econômico do país, mas sem dedicar seu potencial ao mesmo fim duradouro (Baines *et al.*, 1984, p. 32; tradução do editor)¹⁹.

De acordo com um modelo de equilíbrio deste tipo, a população gozaria sempre do mesmo nível de subsistência, e eram as variações do excedente que justificavam as diferenças na opulência exibida pelo soberano consoante as épocas. No âmbito do Estado o desequilíbrio só poderia ser provocado pela desmedida opulência, sem que houvesse jamais um desequilíbrio inverso, ou seja, sem que uma parte do excedente saísse dos projetos suntuários e fosse aplicada na atividade produtiva. Na China do império Shang, por exemplo, o segundo império registrado na tradição histórica, que durou desde a passagem do primeiro para o segundo quartel do segundo milênio antes da nossa era até ao último ou penúltimo século desse milênio, enquanto as fainas rurais continuavam a ser feitas com instrumentos de pedra, de osso e de madeira, os guerreiros usavam já extensivamente o bronze (Blunden *et al.*, 1983, p. 56). Essa restrição do metal aos instrumentos diretos da sustentação do poder, que julgo ter caracterizado igualmente outros Estados durante o longo período de transição do neolítico para a era dos metais, revela a indiferença das classes dominantes perante a produtividade agrícola. Aliás, se o período de transição do uso da pedra para o uso do metal foi longo isto se deveu ao fato de o Estado pretender reservar para si o emprego exclusivo dos metais. E quando já não o conseguiu fazer, o Estado procurou pelo menos controlar o emprego do metal pelos camponeses. No Estado de Qi, durante a primeira metade do século VII antes da nossa era, quando era este o centro hegemônico num império em desagregação, o Estado supervisionava a manufatura dos utensílios agrícolas de ferro (*ibidem*, p. 63).

Segundo este modelo, não era fomentando a produtividade agrícola que o

¹⁹ Texto original: “Where the king and his organization were strong the country’s resources could be harassed in a most impressive way, probably through *corvéé* labor. When he was weak the normal subsistence pattern continued without harming the economic fabric of the country, but without dedicating its potential to the same enduring end.”

Estado despótico recolhia um maior volume de exações, mas guerreando os vizinhos. A reprodução ampliada só era possível, na esfera individual da classe dominante, mediante o saque e, na esfera estatal coletiva, mediante a guerra. A troca de malefícios, em suma, seria o modo de acumulação ampliada no sistema estatal de troca de presentes. Se for este o modelo de equilíbrio característico de uma economia centralizada regida pelo sistema de presentes, ela difere do capitalismo sobretudo pelo fato de o capitalismo supor a reprodução ampliada. E se for exato que os mecanismos da exploração constituem o motor de todo o regime econômico, então o modo de exploração capitalista, ou seja, a extorsão de mais-valia, supõe por si só a reprodução ampliada.

Aceitando o modelo do equilíbrio estático, a produção assegurava regularmente a subsistência da população, e todo o excedente que o monarca conseguisse extorquir através da força do Estado destinava-se a ser usado fora da esfera da reprodução econômica. Um equilíbrio deste tipo podia ser posto em causa quando as despesas perdulárias eram superiores ao excedente e, portanto, comprometiam a própria reprodução simples da economia. Foi o que sucedeu há mais de dois mil e duzentos anos com a construção da colossal sepultura de Qin Shi Huangdi (Ts'in Che Huang-ti), o célebre unificador da China imperial. Foram requisitados setecentos mil trabalhadores para construir os palácios e o túmulo, e esta força de trabalho ficou definitivamente perdida porque todos foram enterrados vivos para manter secreto o lugar da sepultura imperial. Se incluirmos as outras obras destinadas também a exibir a grandeza do soberano, foram ao todo dois milhões de pessoas sujeitas ao trabalho forçado, o que equivalia a dez por cento da população do império.

A esta enorme quantidade de gente retirada das fainas rurais acrescentavam-se várias centenas de milhares de soldados e meio milhão de operários empregado na construção de uma Grande Muralha de cinco mil quilômetros de extensão, a primeira versão de sucessivas barreiras edificadas para contenção das populações e proteção do império. O próprio prosseguimento da atividade agrícola acabou por ficar comprometido, o que levou a uma crise econômica grave e suscitou uma revolta camponesa generalizada, que pôs termo à dinastia (*ibidem*, p. 83; Wu *et al.*, 1993, p. 10). Sob o ponto de vista político e ideológico a edificação de um tal túmulo e das outras obras era perfeitamente racional, servindo para exprimir a centralização do império e a liquidação dos regionalismos e das veleidades de autonomia das aristocracias locais; mas numa perspectiva econômica foi um empreendimento muito superior às possibilidades.

O equilíbrio podia igualmente ser posto em causa quando a tendência a cobrar cada vez mais excedentes deixava os camponeses sem meios para proceder aos investimentos agrícolas necessários. François Bernier, um médico

francês que visitou a Índia na década de 1660, observou que uma exploração excessiva afugentava muitos camponeses da terra e prejudicava a produtividade dos que ficavam. “Como o solo raramente é lavrado, a não ser por compulsão”, escreveu ele, “e como não se acha alguém disposto e capaz de reparar as valas e canais para o abastecimento de água, acaba que o país inteiro é mal cultivado e uma grande parte se torna improdutivo por necessidade de irrigação”. (Keay, 2003, II, p. 370; tradução do editor)²⁰. John Keay considerou exagerada a apreciação de Bernier. “Sua Índia dos 1600’s ainda estaria se recuperando de uma sucessão de crises que resultaram da guerra civil”. E se a situação no Decão era ainda conturbada, em muitas regiões do norte e do centro do país prevalecia já a estabilidade política.

A população estava crescendo gradualmente, assim como a produtividade. Mesmo as aldeias abandonadas percebidas pelo doutor podem ter ficado desertas simplesmente porque os cultivadores as deixaram subitamente para desenvolver novas terras nas quais as estimativas de receita eram mais suaves. Com tais incentivos, pode-se imaginar que muitas terras abandonadas foram recuperadas para o cultivo durante o século dezessete” (*ibidem*, II, p. 370-371; tradução do editor)²¹.

Porém, um pouco mais à frente, o mesmo historiador admitiu que a situação dos camponeses “pode ter piorado durante a vigência da pax mogol” [“may have been worsened by the prevailing pax Mughala”] e que as reformas centralizadoras empreendidas por Akbar haviam promovido “uma integração de cima para baixo que ignorou a situação de penúria do produtor e tentou aumentar a produtividade pelo aumento da exploração [“an integration from above which ignored the plight of the producer and sought increased productivity through increased exploitation”] (*ibidem*, II, p. 372-373; tradução do editor). Chegara-se a uma situação em que era necessário estacionar nas várias regiões do império um número colossal de tropas encarregadas de assegurar a cobrança das exações, e ao mesmo tempo tinham de ser cobradas exações cada vez mais volumosas para sustentar as tropas. Tratava-se, como resumiu Tapan Raychaudhuri, de “um

²⁰ Texto original: “As the ground is seldom tilled otherwise than by compulsion, and as no person is found willing and able to repair the ditches and canals for the conveyance of water, it happens that the whole country is badly cultivated and a great part rendered unproductive for want of irrigation.”

²¹ Texto original: “His India of the 1660s would be still recovering from a succession crisis which amounted to civil war.” “The population was gradually increasing and so was productivity. Even the derelict villages noticed by the doctor may have been deserted simply because the cultivators had decamped to develop new lands on which the revenue assessment was lighter. Under such incentives much wasteland is thought to have been reclaimed for cultivation during the seventeenth century.”

círculo vicioso de coerção ajudando a manter uma máquina de coerção”. [“a vicious circle of coercion helping to maintain a machinery of coercion”] (*ibidem*, II, p. 375; tradução do editor).

Se a situação de sobre-exploração se prolongasse por muito tempo, ela relegava a esmagadora maioria da população para um estado crônico de subalimentação. Daqui resultava, antes de mais, um enfraquecimento progressivo, com a conseqüente diminuição do esforço de trabalho, o que levava ao declínio gradual da capacidade produtiva. Além disso, a subalimentação causava uma propensão a contrair doenças epidêmicas, o que suscitava periodicamente conseqüências catastróficas na produção. De uma forma ou outra, ocorria uma verdadeira contração da economia.

Referindo-se ao império chinês, mas consoante um modelo que pode igualmente ser aplicado às outras burocracias despóticas regidas pelo sistema de presentes, Caroline Blunden e Mark Elvin apresentaram o quadro de uma população rural que, se fosse pressionada pelas exações estatais para além do nível da subsistência, procuraria o apoio das figuras mais poderosas de cada localidade, que a protegessem dos cobradores do tributo. A posição destas personalidades locais era contraditória, afirmaram os dois historiadores, porque, por um lado, elas representavam o Estado e partilhavam os interesses da burocracia cobradora de impostos; mas, por outro lado, quanto mais estendessem a sua proteção aos camponeses das imediações mais estes acabavam por cair na sua dependência. Assim, se prevalecesse a última tendência e fosse eficaz a proteção garantida pelas pessoas mais ricas de cada localidade ou de cada região, reduzir-se-ia a base tributária do Estado e tornar-se-iam mais pesadas as exações sobre a população que se mantivesse ainda na dependência direta do poder central, o que a levaria por sua vez a procurar resguardar-se detrás dos poderosos das suas localidades. A forma terminal deste processo de descentralização e fragmentação acarretaria a crise do Estado central (Blunden *et al.*, 1983, p. 91; 125). Foi assim que surgiu na Europa o regime senhorial. O mesmo sistema de troca de presentes que havia ditado as regras da centralização estatal passara a reger a cobrança descentralizada de tributos e serviços pelos potentados locais.

Até aqui, nesta análise da reprodução das economias estatais tenho considerado exclusivamente a iniciativa do Estado, mas na realidade o sistema supunha também a iniciativa privada. Enquanto regime de exações, o Estado despótico estendia a todo o império uma infra-estrutura de serviços administrativos e vias de comunicação que lhe permitia cobrar tributos, recrutar força de trabalho e soldados e manter a ordem. Mas a atividade produtiva era geralmente deixada decorrer no seu plano próprio, sem depender de uma intervenção direta e permanente do Estado, ficando a cargo de coletividades locais, de famílias, ou de conjuntos formados por um senhor e pela sua clientela ou pelos seus dependen-

tes. Ora, podia suceder que esta dualidade cobrisse diferentes regimes econômicos, ou seja, que Estados despóticos de configuração semelhante se conjugassem na base com unidades produtivas de tipo diferente, ou que sob um mesmo Estado despótico as unidades produtivas fossem capazes de proceder a uma evolução econômica ou até a uma transformação. Com efeito, o sistema geral de troca de presentes era suficientemente maleável para permitir um sem fim de variantes práticas, e o próprio fato de o conhecimento desse sistema se aplicar tanto à análise de grandes impérios como à análise de povos desprovidos de Estado revela a sua enorme plasticidade. Assim, as operações da troca de presentes permitiam que o mesmo tipo de Estado se conjugasse com diferentes tipos de unidades produtivas, tal como permitiam diferentes tipos de conjugação entre o Estado central e as unidades produtivas.

Coloca-se então a questão de saber em que medida num sistema de economia dupla em que as unidades produtivas fossem capazes, ou se tornassem capazes, de proceder no seu próprio âmbito a uma reprodução ampliada esta situação não arrastaria o Estado a iniciar também formas de reprodução ampliada. A outra alternativa consiste em admitir que todo o aumento de excedentes resultante da capacidade de reprodução ampliada das unidades produtivas fosse cobrado pelo Estado sob a forma de exações e que, no seu próprio plano, o Estado despótico continuasse a obedecer exclusivamente aos mecanismos da reprodução simples.

Na Índia meridional durante o final do século X da nossa era e ao longo dos séculos XI e XII, sob a dinastia dos Chola, parece terem-se verificado as condições para uma expansão econômica global propiciada pela dualidade originária do Estado e das unidades de produção locais. Os monarcas procediam a numerosas concessões de terras aos brahmins, o que, se por um lado assegurava o apoio desta casta e reforçava a unidade do Estado, por outro lado constituía uma forma de estimular a produtividade agrícola, pois os brahmins tinham conhecimentos de hidráulica e podiam aplicá-los em obras de irrigação.

Os cholas parecem ter explorado essas doações de modo bastante sistemático, de forma que dois ou três de tais assentamentos brahmins foram implantados em cada distrito de seu reino. Com efeito, as brahmadeyas [as concessões fundiárias dos brahmins] tornaram-se “os núcleos locais da estrutura de poder dos cholas, sendo sua função integrar e controlar as aldeias não-brahmadeyas circunvizinhas. (Keay, 2003, I, p. 246-247; tradução do editor)²².

²² Texto original: “The Cholas seem to have exploited such grants quite systematically so that two or three such brahman settlements became implanted in every district in their kingdom. In effect brahmadeyas became ‘the local nuclei of the Chola power structure, their function being to integrate and control the surrounding non-brahmadeya villages’”.

Talvez este modelo de uma economia dupla, em que um mesmo tipo de Estado despótico se articulava na base com unidades produtivas suscetíveis de obedecer a regimes econômicos distintos, explique a reprodução ampliada da economia verificada em certas épocas da China imperial. Com efeito, sucedeu por vezes que, na China, o poder de Estado, sem abandonar o quadro geral do sistema de troca de presentes e sem abdicar da acumulação através do saque e da pilhagem, ou conferindo até um lugar de grande importância à guerra e aperfeiçoando a estratégia e a organização militar, estimulasse igualmente a produção dos camponeses e dos artesãos de maneira a que o resultado das exações fosse mais volumoso. Aliás, em *San Guo zhi yanyi (San Kouo tche yen-yi), a Amplificação da crónica dos três reinos*, atribuída a Luo Guanzhong (Lo Kouan-tchong), aparecem várias vezes conselheiros de monarcas a propor uma política de benevolência e de cuidados com a população, para que aumentasse a produção e, deste modo, aumentassem os tributos também. Já no período dito das Primaveras e dos Outonos, durante o reinado dos Zhou orientais (Dong Zhou ou Tong Tcheou), entre 770 e 481 antes da nossa era, quando o imperador acabara por ser remetido para funções meramente rituais e a desagregação do império se consolidara numa pluralidade de Estados rivais, a teoria política mencionou a promoção do bem-estar das populações entre os deveres dos governantes; e os registos históricos narram que nos meados do século VI antes da nossa era o primeiro-ministro do Estado de Chu (Tch'ou) ordenou que o ministro da Guerra tomasse medidas práticas, incluindo obras hidráulicas, no sentido de ampliar os solos cultiváveis e melhorar a agricultura (Blunden *et al.*, 1983, p. 61). Em seguida, durante a época dos Reinos Combatentes, o fato de se atribuir uma importância ímpar à organização militar não impediu que prosseguissem também obras de irrigação destinadas a aumentar a fertilidade do solo (*ibidem*, p. 68). No reino de Qin (Ts'in), um dos principais reinos em que a China estava dividida nesta época, o primeiro-ministro Shang Yang (Chang Yang) tomou nos meados do século IV antes da nossa era uma série de medidas jurídicas e administrativas destinada a estimular o interesse do camponês pela terra que cultivava e a aumentar a produtividade do seu trabalho, criando uma sociedade em que o elevadíssimo grau de centralização estatal e de militarização não impedia a busca da riqueza individual, com o conseqüente aumento do volume das exações (*ibidem*, p. 68-69; 74). Um século depois procedeu-se no mesmo reino a dois imensos conjuntos de obras de irrigação, que mais ainda aumentaram a produção de alimentos e, portanto, o volume das exações (*ibidem*, p. 72). Tanto maior se torna o contraste com a orientação adotada pouco depois por Qin Shi Huangdi, que se converteu de rei de Qin em primeiro imperador da China unificada, e cujas despesas ostentatórias levaram, como recordei já, à crise econômica e ao fim da dinastia. Parece que Shi Huangdi, se aprendeu a lição política e militar dos seus predecessores, não soube copiar suas medidas econômicas. Bastante mais tarde, ao longo das dinastias

Tang (T'ang) e Song, verificamos que a crescente prosperidade do Estado passou em boa medida a assentar no estímulo prestado à iniciativa das unidades econômicas de base, de modo que foi esta prosperidade individual da população a assegurar a reprodução ampliada do conjunto do sistema econômico, sem que o Estado, por si só, parecesse capaz de abandonar a forma simples de reprodução.

Outra maneira de ampliar a agricultura chinesa consistiu no estabelecimento de colônias de guerreiros-camponeses em lugares estratégicos, consoante uma prática muitas vezes repetida até à segunda metade do século XIX (*ibidem*, p. 93-94; 99). Foi o que fez, por exemplo, um dos imperadores da dinastia Han no final do século II antes da nossa era, quando transferiu setecentos mil guerreiros para uma das principais zonas defensivas do império com ordens de assegurarem a sua própria subsistência (*ibidem*, p. 93). Deste modo o aparelho de Estado ampliava-se sem que precisasse para isso agravar as exações, e uma vez mais é elucidativa a comparação com a política prosseguida por Shi Huangdi, pois a mesma quantidade de homens que num caso foi retirada do trabalho produtivo foi no outro caso inserida no trabalho produtivo.

O caso da Índia antiga é mais ambíguo, em virtude das dificuldades de documentação com que deparam os historiadores. Apesar disso, analisando as tradições épicas que nos chegaram através das múltiplas versões do *Mahabharata* e do *Ramayana*, alguns especialistas concluíram que, nos meados do primeiro milênio anterior à nossa era, várias sociedades no que são hoje o Bihar e o Uttar Pradesh abandonaram o cumprimento integral dos sacrifícios védicos, que requeria formas rigorosas de *potlatch*, e em vez de liquidarem maciçamente a produção excedentária passaram a aplicá-la no desenvolvimento da administração, na urbanização, na atividade manufatureira e mercantil (Keay, 2003, I, p. 54). Ora, estas sociedades não eram governadas por monarcas e obedeciam a governos de base mais ampla, não se sabe se oligarquias ou alguma modalidade de república (*ibidem*, p. 53), e por isso podemos admitir que as novas aplicações do produto excedente não se destinassem apenas a enaltecer a elite e que as manufaturas e as redes mercantis não se destinassem apenas ao fabrico e transporte de artigos de luxo. Esta interpretação parece ser confirmada pelo fato de as primeiras moedas, surgidas precisamente naquela época, nos meados do primeiro milênio anterior à nossa era, ostentarem símbolos que verossimilmente identificavam grupos profissionais, mercados e cidades. Nas palavras de Romila Thapar, tratava-se de “uma forma de transição entre as insígnias emitidas pelos mercadores como unidades de valor e o curso legal emitido pela realeza” [“a transitional form between traders’ tokens as units of value and legal tender issued by royalty”] (*ibidem*, p. 58; tradução do editor). Este tipo de moedas, todavia, só pode classificar-se como “uma forma de transição” se admitirmos como natural e inelutável o desenvolvimento das redes mercantis pluricentradas em monarquias centralizadas, o que não me parece ser absolutamente confirmado pelos exem-

plos históricos disponíveis. De qualquer modo, para o problema que agora me ocupa o importante é que aquelas sociedades se baseavam em unidades econômicas detentoras de um grau de autonomia próprio, e por isso capazes de proceder a investimentos. Se esta suposição for exata, deduz-se que teria então ocorrido uma transição de uma reprodução simples da economia para uma reprodução ampliada.

Nesta perspectiva é elucidativo saber que “imperceptivelmente, termos como bali, que originalmente significava uma oferenda preparada para o descarte sacrificial do chefe do clã, passou a denotar uma contribuição fixa e regular que, quando sujeita a registro e medição, converteu-se devidamente em imposto” (*ibidem*, p. 56; tradução do editor)²³. Restaria definir em que medida este tipo de reprodução ampliada, pressupondo investimentos produtivos da parte da autoridade central, teria influenciado as formas político-econômicas posteriores, incluindo as monarquias de tendência imperial. As observações de John Keay a propósito da doutrina budista parecem apontar neste sentido. Siddhartha Gautama, o Buda, nasceu e peregrinou naquelas sociedades de tipo oligárquico ou republicano, e os seus ensinamentos refletiram um sistema de reprodução ampliada, passando-o à posteridade como modelo idealizado de comportamento. “De fato, a concepção budista do ‘mérito’ como algo a ser conquistado, acumulado, ocasionalmente transferido e eventualmente realizado parece inconcebível sem uma aquiescência próxima com uma economia monetizada”. (*ibidem*, p. 71; tradução do editor)²⁴. Um contacto não exatamente com uma economia pecuniária, corrijo eu, mas com uma economia em que o dinheiro veiculava a acumulação ampliada da riqueza e em que o Estado se ocupava em promovê-la. “O budismo [...] passou a ser identificado com o comércio e a manufatura. Não apenas a doutrina budista encorajou o investimento de recursos que poderiam de outra forma ser gastos em sacrifícios; ele também negou os tabus de casta sobre comida e viagem que tornaram o comércio tão problemático para os ortodoxos” (*ibidem*, p. 143; tradução do editor)²⁵. Não era decerto ocasional que o título da grande compilação de preceitos políticos, *Arthashastra*, significasse literalmente a ciência da riqueza, ou seja, a teoria econômica (*ibidem*, p. 101). Megasthenes, o embaixador enviado por Seleucus Nikator à corte do império Maurya, descreveu

²³ Texto original: “imperceptibly terms like bali, which originally meant an offering intended for the clan-chief’s sacrificial disposal, came to denote a fixed and regular contribution which, when subject to record and assessment, duly became a tax.”

²⁴ Texto original: “Indeed, the Buddhist concept of ‘merit’ as something to be earned, accumulated, occasionally transferred and eventually realised seems inconceivable without a close acquaintance with the moneyed economy.”

²⁵ Texto original: “Buddhism [...] had become identified with commerce and manufacturing. Not only did Buddhist doctrine encourage the investment of resources which would otherwise be wasted on sacrifices; it also denied caste taboos on food and travel which made trade so hazardous for the orthodox.”

o exército como um corpo permanente de mercenários profissionais, recrutado, treinado e mantido pelo Estado, de maneira a não onerar os agricultores (*ibidem*, p. 105). A mesma situação parece ter-se verificado mais tarde, do século VI ao século VIII da nossa era, uma época de proliferação de dinastias e de fragmentação das soberanias, mas em que “as tropas [...] parecem ter sido formadas por guerreiros profissionais que, embora dependentes dos suprimentos e transporte locais, deixavam em paz as classes agrícolas [...]” (*ibidem*, p. 193; 213; tradução do editor)²⁶.

Pelo menos nas civilizações em que a agricultura dependia de obras hidráulicas, a arqueologia pode fornecer indicações que ajudem a confirmar ou a infirmar o modelo de reprodução ampliada de uma economia dupla – do Estado e das coletividades locais – assente no sistema de troca de presentes. Quando o Estado se limitava a manter em funcionamento os diques e os canais de irrigação e a restaurar os que ruíam, então parece confirmar-se a ausência de iniciativa do Estado na reprodução ampliada. Mas quando o Estado ampliava as obras hidráulicas, estava investindo produtivamente uma parte do excedente em vez de o gastar todo em manifestações de opulência, estimulando portanto a reprodução ampliada. No primeiro caso, temos de concluir que originariamente as obras hidráulicas se haviam devido às comunidades locais e que o Estado se limitara a concentrar sob a sua tutela uma infraestrutura agrícola que já estava construída. Por exemplo, entre os persas numa época arcaica o sistema de irrigação, baseado em galerias subterrâneas e poços, não requeria nenhuma intervenção global do Estado e era efetuado na esfera local (Vidal-Naquet, 1964, p. 15-16 n. 4). Neste tipo de casos, e quando muito, o Estado promoveria as obras necessárias à centralização do sistema, acima de tudo a rede de transportes, para que o tributo pudesse ser cobrado dispersamente e acumulado centralmente.

Neste quadro convém distinguir entre os canais destinados à irrigação dos solos cultiváveis e os canais destinados a facilitar o transporte de grandes volumes de bens. Na China, por exemplo, nos começos do século VII, sob a dinastia Sui, foram empregados serviços de trabalho gratuito para construir um grande canal que permitisse enviar o arroz cultivado no sul para a capital do império, a atual Xi'an, e para as tropas aquarteladas no nordeste. Mais tarde, quando a dinastia Yuan estabeleceu a sua capital política onde hoje se situa Pequim, uma grande parte daquele canal teve de ser reconstruída, de maneira a que o arroz pudesse ser levado para o novo centro do império. Na sua forma final, o sistema estatal de transporte fluvial de cereais chegou por vezes a empregar cento e cinquenta mil soldados só enquanto guarnição dos barcos, e um número muito maior de civis era obrigado a prestar serviços de trabalho de maneira a reparar e

²⁶ Texto original: “the troops [...] seem to have been professional warriors who, while dependent on local supplies and transport, otherwise left the agricultural classes alone [...]”

manter os canais (Blunden *et al.*, 1983, p. 19). Ora, por um lado, pode-se afirmar que, na medida em que se destinavam a promover a sustentação do soberano e da sua corte, estas obras hidráulicas se inseriam unicamente nas despesas de ostentação e portanto não implicavam nenhuma reprodução ampliada da economia. Por outro lado, porém, na medida em que muitos dos funcionários que rodeavam o imperador na capital política se dedicavam aos serviços administrativos e, entre outras tarefas, eventualmente promoviam as obras de irrigação e de melhoria geral da agricultura, talvez o sistema de canais destinado a levar arroz para esse centro se inserisse, em parte, na reprodução ampliada. A opção por uma ou outra alternativa depende de saber em que medida a burocracia orientava investimentos produtivos. De qualquer forma, como o grande canal podia igualmente ser usado por barcos particulares, ele promovia também o comércio (*ibidem*, p. 19).

Ainda a este respeito é interessante considerar dois exemplos. Vejamos em primeiro lugar o caso de Necho II, faraó do Egito desde 610 até 595 antes da nossa era, que mandou iniciar um canal destinado a ligar o delta do Nilo ao Mar Vermelho. Darius I, rei da Pérsia, quando sucedeu a seu pai, Cambises, como monarca do Egito em 521, mandou completar esse canal, que passou a assegurar uma ligação marítima direta entre a Pérsia e o Egito e, embora indiretamente, permitiu também as comunicações entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho (Baines *et al.*, 1984, p. 51). Empreendimento de grande envergadura, e precisamente num país cuja agricultura dependia de obras hidráulicas, este canal servia exclusivamente objetivos que nada tinham a ver com a produção de alimentos, destinando-se a promover a centralização do poder no império persa e a facilitar o fluxo de artigos de luxo que a atividade mercantil de longo curso trazia para benefício do soberano e para maior opulência do Estado. Compare-se a construção daquele canal com o outro exemplo que desejo aqui evocar, o das inovações agrícolas introduzidas pela dinastia ptolomaica. Os três primeiros Ptolomeus generalizaram uma técnica que garantia duas colheitas por ano e além disto usaram os mercenários estrangeiros para abrir novos solos ao cultivo, fundando colônias de guerreiros-camponeses. Foi assim que, por iniciativa régia, imigrantes gregos procederam ao conjunto de obras hidráulicas que converteu Faiyum numa das mais prósperas áreas agrícolas (*ibidem*, p. 52-53 e 131). Será que estes monarcas, herdeiros da monarquia macedônia, e estes colonos, oriundos da Macedônia ou formados pelas antigas cidades-Estados da Grécia, representavam um sistema com outras prioridades, distinto do império faraônico e do império persa? Note-se, contudo, que durante a décima segunda dinastia, nos dois séculos iniciais do segundo milênio anterior à nossa era, se havia já procedido a obras em Faiyum, com o objetivo de ampliar a área cultivável. Mas como este empreendimento se relacionou com a transferência da capital egípcia para um lugar próximo (*ibidem*, p. 131), parece-me talvez admissível que aqueles desbravamentos fossem

mais ditados pelas necessidades imediatas do faraó e da sua corte do que por qualquer interesse em promover a situação econômica geral.

E quando leio que entre os quatro ministérios criados por Akbar, o grande imperador mogol da Índia, havia um encarregado do palácio e das obras públicas (Keay, 2003, II, p. 373), parece-me poder deduzir-se que esses empreendimentos não tinham como objetivo a reprodução ampliada da economia.

Se se confirmar que em certos casos os Estados despóticos, sem deixarem de se reger pelo sistema de troca de presentes, foram capazes de efetuar investimentos produtivos, ou que, mesmo sem procederem a este tipo de investimentos, permitiram que as unidades econômicas de base assegurassem a reprodução ampliada da economia, podemos talvez considerar que a transição para o capitalismo se operou com mais facilidade onde se dispunha já de mecanismos de acumulação internos.

A solução desta hipótese depende antes de mais do estudo do mercantilismo europeu, que além de ter representado uma forma clássica de acumulação através da pilhagem, garantida neste caso pela expansão marítima a todo o mundo, parece ter representado também uma forma de acumulação interna, através da economia de plantação, ou seja, de uma produção escravista dirigida para o novo mercado mundial. Estaria assim explicada a razão por que a transição para o capitalismo se operou primeiro na Europa e nas áreas diretamente organizadas pelos europeus; e em seguida se operou mais facilmente em certos impérios, sobretudo o chinês, o otomano e o indiano, que também eles haveriam beneficiado, embora sob uma forma atenuada, de acumulação interna.

Na Índia meridional deve-se assinalar a via de desenvolvimento prosseguida pelo reino de Mysore sob a condução de Haidar Ali Khan e sobretudo do seu filho, Tipu Sultan. Parecendo quase uma antecipação da Restauração Meiji, Tipu começou a empreender uma modernização do seu regime, adotando as tecnologias europeias e uma parte das formas de organização social e econômica que as sustentavam. Desde 1749 Haidar Ali começara a interessar pelas técnicas de guerra europeias e pela forma como os britânicos e os franceses disciplinavam os seus exércitos (*ibidem*, p. 452), mas o acontecimento mais elucidativo parece-me ser a embaixada que Tipu enviou à corte de França em 1788, e graças à qual obteve a colaboração de peritos em munições e artilharia e também de peritos na manufatura de porcelana, de vidro, de relógios, de tapeçaria e de têxtil de linho, bem como jardineiros e sementes de plantas (*ibidem*, p. 456-457). “Haidar Ali had turned Mysore’s forces into a professional army, trained, equipped and paid along European lines. Tipu was determined similarly to modernise his state’s economy», escreveu John Keay.

Haidar Ali transformou as forças de Mysore em um exército profissional, treinado, equipado e pago de acordo com as linhas europeias. Tipu estava determinado de forma similar a modernizar a economia de seu estado[, escreveu John Keay]. Sozinho entre seus contemporâneos reinantes, ele identificou algo da dinâmica que está por trás da eficiência uniformizada dos regimes europeus e começou a copiá-la. O comércio era obviamente importante. Para esse fim, ele estabeleceu uma empresa comercial estatal, encorajou os investidores a comprar ações desta empresa e organizou uma rede de “fábricas” no exterior localizadas ao redor do Mar da Arábia e no Golfo Pérsico. Modelados com base nas empresas comerciais europeias, elas incluíam tanto uma equipe comercial quanto um estabelecimento militar. [...] Para aumentar a variedade de exportações de Mysore, Tipu buscou novas culturas, experimentando sementes e plantas de toda a Ásia e também da França. [...] Sendo o século dezoito a era da ‘melhoria’, ele se interessou mais por esses esquemas do que qualquer ‘aprimorador’ europeu e foi pessoalmente responsável por introduzir a sericicultura em Mysore. Os bichos-da-seda foram obtidos da Pérsia, o plantio de amoreira recebeu incentivo oficial e foi montada uma fábrica para processamento e tecelagem de seda. Outras fábricas produziram açúcar, papel, pólvora, facas e tesouras. [...] Como Tipu se gabava a um correspondente francês, Mysore era autossuficiente em armas. (*ibidem*, p. 456-457; tradução do editor)²⁷.

Não foi aos mecanismos da concorrência que a Companhia das Índias recorreu para aniquilar o perigo que Mysore representava para a expansão comercial britânica, mas à força das armas, o que revela os limites do mercado, mesmo para os mercadores. Referindo-se à situação da Índia durante o século XIX, John Keay afirmou que As indústrias embrionárias da Índia – principlamente juta, al-

²⁷ Texto original: “Haidar Ali had turned Mysore’s forces into a professional army, trained, equipped and paid along European lines. Tipu was determined similarly to modernise his state’s economy”. “Alone amongst his reigning contemporaries, he identified something of the dynamic which lay behind the uniformed efficiency of the European regimes and set about duplicating it. Trade was obviously important. To this end he established a state trading company, encouraged investors to buy shares in it, and organised a network of overseas “factories” located around the Arabian Sea and in the Persian Gulf. Modelled on those of the European trading companies, they included both a commercial staff and a military establishment. [...] To increase the variety of Mysore’s exports Tipu sought new crops by experimenting with seeds and plants from all over Asia as well as from France. [...] The eighteenth century being the age of ‘improvement’, he took as close an interest in these schemes as any European ‘improver’, and was personally responsible for introducing sericulture into Mysore. The silkworms were obtained from Persia, mulberry- planting received official encouragement, and a factory for silk-processing and -weaving was set up. Other factories turned out sugar, paper, gunpowder, knives and scissors. [...] As Tipu boasted to a French correspondent, Mysore was self-sufficient in arms.”

godão, fibra de coco e carvão – precisavam de proteção; os britânicos insistiram no livre comércio] [“India’s embryonic industries – principally jute, cotton, coir and coal – needed protection; the British insisted on free trade”] (*ibidem*, p. 516). Mas esta insistência no livre comércio só ocorreu depois de as guerras e a repressão terem colocado em pleno funcionamento as instituições administrativas, militares, fiscais e judiciárias impostas pelos colonizadores. Só a partir de então, e desde que se mantivessem tais condições, é que passou a bastar a ação normal do mercado para assegurar a troca desigual.

Do mesmo modo, na primeira metade do século XIX, no Egito governado por Muhammad ‘Ali sob a soberania nominal dos otomanos, o Estado estimulou o desenvolvimento autóctone das manufaturas têxteis. O atraso tecnológico e a pequenez do mercado interno não explicam o insucesso desta industrialização, porque durante algum tempo as manufaturas egípcias conseguiram produzir para a exportação. Num contexto em que os mecanismos da concorrência econômica se revelaram insuficientes para garantir a supremacia da indústria britânica, o governo inglês teve de recorrer a formas de intervenção políticas e, mais tarde, militares (Hourani, 2009, p. 308-309).

Talvez se possa analisar na mesma perspectiva o que acabou por suceder no império chinês. Na época da dinastia Song o caráter empresarial que se divulgava na agricultura em certos meios sociais, a multiplicação das atividades mercantis, o aparecimento de empresários industriais mobilizando em alguns casos vários milhares de operários, a criação de enormes manufaturas estatais onde se aplicava o sistema da produção em série e a acumulação de inovações tecnológicas pareciam ter criado alguns dos pressupostos que noutras sociedades vieram a ser exigidos pela gênese do capitalismo. Talvez se possa atribuir a interrupção deste processo de desenvolvimento à ocupação da China setentrional pelos jin ruzhen, ou jürçcen, e depois à conquista de todo o império pelos mongóis. Mas a hostilidade provocada pelo programa de reformas aplicado no terceiro quartel do século XI por Wang Anshi (Wang Ngan-che), primeiro conselheiro privado do imperador Shenzong (Chen Tsong), da dinastia dos Song, mostra que, se existiam no interior da sociedade chinesa forças interessadas numa intervenção do Estado despótico no sentido de estimular a reprodução econômica ampliada, colocando-se ao serviço do que poderia vir a ser um capitalismo, não faltavam forças mais poderosas ainda e capazes de se opor a um tal rumo de desenvolvimento. Sintetizando o programa de Wang Anshi, escreveram Caroline Blunden e Mark Elvin:

O núcleo de suas ideias era racionalizar o aparato burocrático e usá-lo em parte como uma espécie de banco de desenvolvimento econômico nacional. Ele acreditava num orçamento expandido, equilibrado pelo incentivo da economia à crescer e produzir mais rendimento,

do que em economias mãos-de-vaca [cheese-paring economies]²⁸.
(Blunden *et al.*, 1983, p. 130-131; tradução do editor)

Neste sentido ele mandou reformular os exames efetuados para os altos postos da carreira burocrática, dando-lhes um conteúdo mais prático, e pretendeu converter os burocratas de níveis inferiores em funcionários assalariados, pondo fim ao hábito de proverem à sua remuneração mediante o arrendamento de certos rendimentos estatais.

Sua comissão de planejamento financeiro, que por pouco tempo foi o centro de poder da administração, realizou uma pesquisa econômica do império e de suas perspectivas. Ele iniciou várias obras hidráulicas em larga escala e realizou um ressurgimento das terras aráveis, cujo registro para fins fiscais era grosseiramente inadequado. Vários encargos tributários foram simplificados ou tornados mais razoáveis. Os esquemas mais críticos e ambiciosos, no entanto, foram os de fornecer crédito estatal à taxa de juros então tida como baixa de 20% para todos os agricultores incapazes de se financiar durante o período difícil anterior à colheita principal, e para todos os pequenos comerciantes que, pressionado pelo tempo e pela falta de recursos, teriam de vender seus produtos a preços absurdamente baixos a corretores bem-financiados (*ibidem*; tradução do editor)²⁹.

No mesmo sentido, a *Encyclopædia Universalis* considerou que o que dá originalidade ao pensamento de Wang Anshi “é o ideal de uma economia em expansão, impulsionada pela intervenção do Estado, permitindo-lhe aumentar substancialmente seus impostos e aumentar em retorno a prosperidade da população” (*Encyclopædia Universalis, Thesaurus – Index*, 3689; tradução do editor)³⁰.

²⁸ Texto original: “The core of his ideas was to rationalize the bureaucratic apparatus and to use it in part as a sort of national economic development bank. He believed in an expanded budget, balanced by encouraging the economy to grow and yield more revenue, rather than by cheese-paring economies.”

²⁹ Texto original: “His finance planning commission, which was for a short time the power-center of the administration, undertook an economic survey of the empire and its prospects. He initiated several large-scale hydraulic works, and had a resurvey made of the arable land, the registration of which for tax purposes was grossly inadequate. Various tax burdens were simplified or made more reasonable. The most critical and ambitious schemes, though, were those to provide state credit at what was then the low interest rate of 20 per cent to all farmers unable to finance themselves across the difficult period preceding the main harvest, and to all small merchants who, pressed by time and a lack of resources, would otherwise have had to sell their goods at unreasonably low prices to well-financed brokers”

³⁰ Texto original: “c’est l’idéal d’une économie en expansion, poussée par l’intervention de l’État, permettant à celui-ci d’augmenter substantiellement ses prélèvements et d’accroître en retour la prospérité de la population.”

Mas contra este programa ergueram-se, por um lado, os interesses usurários dos grandes proprietários, que graças ao crédito conseguiam estender incessantemente as redes de clientela e de dependência; e, por outro lado, os interesses da própria burocracia estatal, sobretudo dos seus elementos regionais e locais, demasiadamente ligados a essas redes de usura e de clientela, que serviam através do arrendamento dos rendimentos públicos (Blunden *et al.*, 1983, p. 131). E assim, apesar de os partidários das reformas terem conseguido manter uma considerável influência no governo imperial até à queda dos Song do Norte no início do segundo quartel do século XII, o programa completo e sistemático proposto por Wang ficou desarticulado e frustrou-se uma das mais avançadas tentativas de atribuir ao Estado despótico o lugar de comando na reprodução ampliada da economia.

Mais tarde, na segunda metade do século XVIII, durante o reinado de Qianlong (K'ien-long), detecta-se de novo uma tendência do Estado para suscitar a gênese e o crescimento de um capitalismo industrial moderno, tanto mais fácil de gerar quanto as grandes revoltas camponesas ocorridas nos meados do século XVII no vale do Yangzi (Yang-tseu) haviam acelerado o desaparecimento da servidão e ajudado a colocar num novo pé a relação entre a força de trabalho rural e os donos da terra (*ibidem*, p. 134). “Com apenas um pequeno número de exceções” afirmaram os dois historiadores aqui citados, “a China imperial pós-1700 era uma sociedade de homens livres, e muito mais próxima nesse respeito ao menos à Europa ocidental do que à Europa oriental ou à Rússia czarista”. (*ibidem*, p. 134; tradução do editor)³¹. Por que razão, então, não se gerou autonomamente na China o capitalismo? “Nem Marx, nem Weber, nem Nurkse ou quaisquer outros teóricos do desenvolvimento, observaram aqueles dois historiadores, tem explicações satisfatórias a oferecer para o fracasso da China em gerar internamente um capitalismo industrial” (*ibidem*, p. 147; tradução do editor)³². Será que neste caso a resposta é exterior, e não interna à situação chinesa? Talvez possamos interpretar as intervenções políticas e as expedições militares das potências europeias e do Japão contra a China no século XIX não só como uma forma de garantir a obtenção de matérias-primas e a abertura de mercados, mas acima de tudo como uma maneira de liquidar o desenvolvimento independente de um potencial centro capitalista.

Se assim tivesse sido, então o capitalismo não resultou apenas da evolução do regime senhorial europeu e estava a gerar-se também no âmbito daqueles

³¹ Texto original: “With only a small number of exceptions imperial China after 1700 was a society of free men, and so much closer in this respect at least to Western Europe than to either Eastern Europe or Czarist Russia.”

³² Texto original: “Neither Marx, nor Weber, nor Nurkse nor other development theorists have explanations to offer that satisfactorily account for the Chinese failure to generate internally an industrial capitalism.”

Estados despóticos em que o sistema de troca de presentes incluía mecanismos de acumulação produtiva. Mas para testar esta hipótese será necessário estudar concretamente e em detalhe se existiu uma relação sistemática entre a acumulação produtiva em sistema de presentes e a difusão do assalariamento. Com efeito, não existe capitalismo sem relações sociais de exploração estabelecidas no quadro do assalariamento. Se fosse possível desenvolver a reprodução ampliada mobilizando apenas uma força de trabalho servil ou escrava, e se fosse possível fundar neste quadro manufaturas detidas pelo Estado ou por empresários ligados estreitamente ao Estado através de um sistema de encomendas, então não se sairia da troca de presentes e da centralização despótica e não se passaria ao modo de produção capitalista.

14. O sistema de troca de presentes na América pré-colombiana

Apesar de isolados desde o final da última época glacial até ao final do século XV relativamente ao conjunto civilizacional constituído pela Ásia, a Europa e a África, os povos americanos não criaram formas de organização, nem aparentemente sistemas ideológicos, fundamentalmente diferentes dos que ocorreram no resto do mundo. Os mesmos modos de produção e as mesmas leis económicas que vigoraram no conjunto euroasiático e na África encontravam-se também no continente americano, apesar de o isolamento deste continente ter começado muito antes da gênese daquelas economias. Basta o fato de no México os conquistadores espanhóis terem aproveitado os sistemas nativos de tributação e de serviços de trabalho como base para o estabelecimento das *encomiendas*, inspiradas pela forma tardia do regime senhorial europeu, para provar que não existia nenhum hiato entre os mecanismos de funcionamento económico das sociedades de um e outro lado do mar. As civilizações americanas nativas demonstraram na sua evolução, alheia a quaisquer influências externas significativas, que o marxismo tem razão ao supor que a humanidade dispôs de um leque muito limitado de possibilidades de transformação social. Este é um dos argumentos de maior peso que se pode invocar em abono do estabelecimento de regras gerais do desenvolvimento histórico.

Aliás, importa recordar que já Thomas More na *Utopia* atribuíra ao carácter universal da razão humana a explicação do fato de as civilizações nativas americanas terem chegado espontaneamente às mesmas descobertas matemáticas que os povos do Velho Mundo (Gandillac, 1999, p. 196). Nascido cerca de três décadas mais tarde, Guillaume Postel, capaz de uma vastidão mental que beirou a insanidade de espírito e preocupado em tecer através da globalidade da história humana os fios de um sincretismo de todas as grandes tradições e de todas as grandes religiões, encontrou também nas civilizações do Novo Mundo uma outra prova da unidade humana (*ibidem*, p. 285). No caso que aqui me ocupa, veremos

que o sistema de troca de presentes funcionou na América pré-colombiana de maneira substancialmente idêntica à que defini nas páginas anteriores.

María de Diéz Canseco Rostworowski sugeriu que graças às riquezas que conseguiu saquear aos chancas Pachacutec pôde conceder presentes magníficos aos potentados locais, os quais perderam assim a autonomia e lhe ficaram subordinados (Davies, 2000 b, p. 157). Resumindo o desenvolvimento deste sistema, outro historiador afirmou que o Inca conseguia subordinar as províncias à capital através de um complexo que conjugava a recolha de tributos, a distribuição de presentes e a realização de sacrifícios de carácter sagrado (Bray, "Introduction", *apud ibidem*, XX). Sabe-se que o Inca agraciava com dádivas de ouro e outros artigos suntuosos os aristocratas que o rodeavam, os chefes militares vitoriosos e os potentados locais em visita à capital (Davies, 2000 b, p. 235; 272; 288), e a função destas dádivas na preservação das hierarquias era tão importante que os governadores estavam obrigados por lei a depender exclusivamente das dádivas do imperador para a obtenção de um certo número de artigos de luxo (*ibidem*, p. 274). Eram enviadas para a capital quantidades colossais de tecidos de luxo e outros artigos sunptuosos, em volume muito superior ao que seria necessário para o consumo ostentatório do monarca e da aristocracia sediada em Cuzco, e estes bens só eram acumulados no centro do império para poderem em seguida ser distribuídos como dádivas a partir desse centro (*ibidem*, p. 292). De igual modo, ao reivindicar a propriedade de todas as terras, mesmo aquelas cuja posse cabia de fato aos potentados locais (*ibidem*, p. 280-281), o Inca afirmava o preva- lecimento ritual do sistema de troca de presentes, porque tudo se passava como se o detentor originário das terras as entregasse ao soberano, o qual depois as concedia a quem as tinha oferecido. Esta troca de presentes pode nos parecer hoje fictícia, mas naquela civilização ela constituía o quadro legal em que era pensada a propriedade fundiária, tal como na Europa um sistema idêntico de trocas aparentemente fictícias servira para justificar uma boa parte das concessões vassálicas. Não se tratava da adoção de medidas de confisco, mas da apresentação da posse como uma dádiva.

Também os monarcas aztecas acumulavam através da imposição de tributos volumes colossais de variados artigos de luxo, joias e metais preciosos, tecidos e penas, que serviam de símbolos de status e eram distribuídos coletivamente como presentes por ocasião de festivais religiosos ou, de forma individual, aos potentados de passagem (Davies, 2000 a, p. 122; 219). E as distribuições rituais serviam ainda para ligar aos interesses do império os chefes dos povos vizinhos convocados para receber as dádivas preciosas (*ibidem*, p. 220).

Até que ponto, porém, é que as distribuições de presentes realizadas pelo Inca incluíam igualmente bens de consumo corrente, concedidos a grupos populacionais? Nos armazéns centrais do Inca acumulava-se um grande volume de artigos correntes (Davies, 2000 b, p. 98), e um dos cronistas referiu ao recolhimento

de tributos, em especial de enormes quantidades de *maís* (*ibidem*, p. 234). Segundo outras fontes, porém, as prestações não assumiriam a forma de tributos mas de serviços de trabalho, executados nomeadamente no fabrico de tecidos e também na produção de bens de luxo (*ibidem*, p. 234). Todavia, o fato de em Cuzco, a capital, não existirem mercados (*ibidem*, p. 216) e de não haver no conjunto do império uma classe de mercadores dotada de privilégios legais e caracterizada por um estatuto elevado (*ibidem*, p. 294 e 297-299) leva a crer que a distribuição de todo o tipo de bens se processava ou de maneira estritamente administrativa ou consoante o sistema de troca de presentes. Nos seus estudos dos vestígios arqueológicos dos armazéns, Craig Morris chegou à conclusão de que a maior parte dos tributos compostos por bens de subsistência comuns não era dirigida para a capital, acumulando-se antes nos principais centros provinciais, onde estes gêneros serviam sobretudo para sustentar a atividade do Estado e onde, além disso, eram também concedidos aos chefes locais, que por sua vez podiam dá-los como presentes a outros chefes administrativos ou a comandantes militares de passagem no território (*ibidem*, p. 292). Em suma, tanto em Cuzco como nos centros provinciais os gêneros de subsistência seriam na maior parte distribuídos administrativamente no interior do aparelho de Estado, e acessoriamente seriam concedidos como dádiva a membros das classes dominantes, enquanto os camponeses, que estavam na origem de toda aquela enorme massa tributária, não receberiam em troca nenhuma porção dos bens de subsistência através do sistema de troca de presentes.

Quanto maior fosse a dimensão atingida pelo recolhimento centralizado de tributos e pela distribuição centralizada de presentes tanto mais ampla tinha de ser a capacidade de armazenagem. Nas civilizações em que o sistema de troca de presentes assumia uma forma descentralizada cada armazém limitava-se a conter os cereais e os outros bens em quantidades necessárias para a reprodução dos ciclos agrícolas na área em redor, para evitar as fomes entre a população local nos anos de más colheitas e para assegurar ao chefe local e à aristocracia da região a possibilidade de consumir com abundância e de proceder a despesas ostentatórias. Mas se uma grande parte dos tributos convergisse para a capital e se o soberano distribuísse sistematicamente bens a partir do seu palácio, então tinham de ser construídos armazéns de enormes dimensões ligados ao centro do Estado. Mesmo quando a documentação existente não permite analisar com detalhe o funcionamento econômico de uma dada civilização, a presença ou a ausência de centros de armazenagem muito vastos, por comparação com o tamanho dos armazéns locais, é um dado arqueológico fundamental a partir do qual pode deduzir-se o grau de centralização do sistema de troca de presentes. A comparação entre o sistema de armazenagem muitíssimo elaborado desenvolvido pelos incas e a insuficiente capacidade de armazenagem dos cereais que dificultava as operações militares dos aztecas e quase ia provocando a extinção

do império nos meados do século XV, durante o reinado do primeiro Moctezuma, revela a diferença entre o grau de centralização dos dois Estados (Davies, 2000a, p. 100; 200-201).

Nos casos em que a distribuição centralizada de presentes dizia apenas respeito a artigos de luxo, ou seja, símbolos de poder e de status, a área de armazenamento central podia não ser muito considerável. Mas um sistema deste tipo ligava unicamente o soberano aos potentados locais, e deixava a população de cada província e de cada região na dependência exclusiva desses potentados, sem relação direta com o poder central. Tratava-se de uma forma de império menos rígida, mais federativa, do que aquela em que a distribuição centralizada de presentes incluía os cereais. E se for exato que no império inca os camponeses não recebessem regularmente dádivas de cereais a partir da capital, como parece que não as recebiam também a partir dos centros provinciais, compreende-se que os soberanos tivessem recorrido a outros fatores para reforçarem o seu poder relativamente aos potentados regionais, desenvolvendo uma completíssima rede de vias de comunicação, que atingiu muitos milhares de quilómetros de extensão e foi usada tanto para fins administrativos e econômicos como para fins militares e até para peregrinações de carácter religioso (Davies, 2000 b, p. 255).

Entre as instituições incas contavam-se as *panacas*, que talvez se tivessem já encontrado no reino de Chimor (*ibidem*, p. 86)³³. Quando um Inca morria, o seu corpo era mumificado e continuava a ser servido ao longo de sucessivas gerações por uma vasta domesticidade de familiares, descendentes e subordinados. O Inca vigente atribuía a cada uma destas *panacas* conjuntos de terras, com os respectivos servos, ou escravos, que asseguravam a sua sustentação (*ibidem*, p. 138)³⁴. Não existindo escrita entre os incas e sendo a memória dos acontecimentos preservada exclusivamente através da tradição oral, a existência paralela de várias *panacas* fazia com que subsistissem várias tradições históricas, cada uma delas destinada a manter o prestígio de um Inca defunto, e todas concorrentes umas com as outras e com a própria tradição emanada do Inca vigente. Nigel Davies pretendeu que cada Inca, logo que era entronizado, mandava compor novas baladas para celebrar os seus feitos, reais ou imaginários, e que as compostas por ordem do monarca anterior eram suprimidas, sob pena de severos castigos; até os *quipus* herdados do reinado precedente ficavam obrigatoriamente

³³ Na p. 169 este autor admitiu que “*some equivalent institution may well have existed many centuries before the Incas in Peru*”. Todavia, ao descreverem Chan Chan, a capital do reino de Chimor, M. Coe et al. (1988, p. 195) limitaram-se a afirmar que “*on the demise of the ruler, his residence became his sealed mausoleum*”, sem especificar se se instituíam ou não grupos para familiares encarregados de cuidar destes monumentos funerários.

³⁴ Segundo este autor em p. 228, 231 e 289, ignora-se se os *yanas* eram uma força de trabalho escrava ou servil. Mas talvez possa presumir-se que era a servidão que prevalecia numa sociedade em que os prisioneiros de guerra eram sacrificados, em vez de escravizados.

postos de lado (*ibidem*, p. 106). Todavia, não me parece que um tal controle monolítico da história pudesse ser exercido num contexto em que se perpetuavam as tradições de cada Inca, asseguradas pelas respectivas *panacas*³⁵. E a concorrência era tanto maior quanto todas as *panacas* se situavam na capital, Cuzco, que mais do que um centro administrativo era um verdadeiro centro sagrado, e celebravam aí a memória dos monarcas defuntos graças a cantos e rituais executados em cerimónias a que presidia o próprio monarca reinante (*ibidem*, p. 138).

Aliás, é talvez possível levantar a hipótese de se ter devido a esta crescente concorrência de versões históricas – cada uma dotada, no entanto, de vocação de exclusividade – a peculiar ausência de escrita na civilização inca. Com efeito, os incas criaram com o *quipu* uma forma de registro contabilístico muito minucioso e capaz de conservar um número enorme de informações, e é estranho que essa modalidade de registro não se tivesse ampliado para uma técnica destinada a consignar fatos de outro tipo. Segundo esta hipótese, o controle durável exercido pelo Inca e por cada *panaca* sobre os seus próprios mitos e o fato de estes mitos serem diferentes uns dos outros teria impedido o desenvolvimento de um registro histórico unificado, ou seja, de uma escrita. E quando constatamos que os *quipus*, apesar de apropriados à conservação de todo o tipo de dados numéricos, não foram usados para registrar dados cronológicos referentes aos vários reinados (*ibidem*, p. 196-198), só podemos concluir que nesta civilização a história de cada imperador era deliberadamente excluída dos registos materiais e consignada apenas a tradições orais concorrentes.

O certo é que as *panacas* introduziam um forte elemento de instabilidade na vida política, cada uma delas podendo facilmente aspirar a uma modificação em seu benefício da linha de sucessão ao trono (*ibidem*, p. 138 e 304-305). Neste contexto, seria interessante saber em que medida cada *panaca* procedia também a distribuições de presentes. Sabe-se que cada uma dispunha de um enorme tesouro de ouro e prata, acumulado pelo monarca cuja memória celebrava (*ibidem*, p. 213), mas se destinariam estas riquezas a ser repartidas sob a forma de presentes? Se as *panacas* não tivessem autoridade para proceder a essas distribuições poderíamos concluir que o Inca beneficiava de uma esfera de poder exclusivo, e seria precisamente o sistema centralizado de troca de presentes a assegurar-lhe o predomínio perante a concorrência das clientelas dos Incas defuntos. No caso contrário, porém, a especificidade do poder do Inca vigente en-

³⁵ Escreveu Nigel Davies em p. 105 que “versões alternativas tenderam a sobreviver, perpetuadas pelos descendentes leais dessas famílias (*panacas*) [“alternative versions tended to survive, perpetuated by the loyal scions of these households (*panacas*)”]. E na p. 148, depois de relatar que “Cabello de Balboa escreve que Pachacutec era tão odiado após o assassinato arbitrário de seu irmão que todos ansiavam por sua morte” [“Cabello de Balboa writes that Pachacutec was so hated after the wanton killing of his brother that all longed for him to die”], Davies comentou que “tais declarações podem refletir certos ressentimentos por parte de descendentes de *panacas* rivais” [“such statements might reflect certain grudges on the part of descendants of rival *panacas*”].

contrar-se-ia seriamente comprometida, distinguindo-se apenas pelo grau em que mobilizava o sistema centralizado de troca de presentes.

Quando a distribuição ritual de presentes era acompanhada por sacrifícios humanos, o sistema pressupunha uma estratégia militar que consistia em poupar os inimigos no campo de batalha e aprisioná-los, para os matar ritualmente mais tarde. Esta forma de conduzir a guerra, conhecida em várias civilizações³⁶, parece ter sido generalizada em muitos povos da América do Sul (Coe *et al.*, 1988, p. 158). Encontramo-la já na civilização moche, assim denominada porque os seus primeiros achados se situam no vale do rio Moche, no noroeste do atual Peru, mas que se expandiu muito além e durou desde o século I até ao século VI da nossa era. Embora as batalhas fossem um tema frequentemente documentado na cerâmica moche, jamais se mostra um morto, mas apenas prisioneiros. Por isso o punhal que os guerreiros tinham preso no cinto não era usado nas batalhas e as armas principais eram a moca, destinada a derrubar o inimigo sem o matar, e a funda, que permitia derrubar o inimigo à distância (Davies, 2000b, p. 22 e 261; Coe *et al.*, 1988, p. 189). Mais tarde os prisioneiros eram sacrificados por degolação, sendo o seu sangue consumido por todos os presentes na cerimônia (Davies, 2000b, p. 31). O fato de os incas terem desprezado os arcos e flechas usados por outros povos dos Andes e terem recorrido a fundas e mocas de tipo comparável às empregadas na civilização moche, além de lanças curtas (*ibidem*, p. 261), revela que estavam interessados sobretudo em capturar os inimigos e não em matá-los no campo de batalha.

Também entre os maias, pelo menos na época clássica desta civilização, as cidades-Estados mantinham uma situação de guerra permanente não tanto para ampliarem os seus territórios como sobretudo para poderem aprisionar inimigos de estatuto elevado e sacrificá-los depois ritualmente (Coe *et al.*, 1988, p. 121). Esta obsessão com a captura de inimigos viria a caracterizar igualmente os aztecas que, tal como os moches e o incas, fizeram da moca um dos principais instrumentos de guerra, destinado a imobilizar um adversário que se pretendia prender para sacrificar depois. Nos exércitos do império asteca os arcos e as flechas eram usados apenas pelos mercenários otomí, herdeiros das tradições de um povo nômade de caçadores (*ibidem*, p. 134; 145). Ora, encontra-se dificilmente uma civilização que tivesse levado mais longe do que a asteca o caráter ritual da guerra, e esta utilização dos cativos enquanto elementos sacrificáveis é tanto mais notável quanto os povos mesoamericanos não tinham domesticado animais de trabalho (Carrasco, 1981, p. 181-182) e, em princípio, poder-se-ia imaginar que fosse pouca toda a mão-de-obra disponível. Mas não sucedeu assim. Desde a declaração

³⁶ Segundo R. Nile *et al.* (1995, p. 90), em certas regiões da Nova Guiné e em algumas das ilhas Salomão o corte de cabeças podia ser um dos motivos principais para desencadear uma guerra, já que estes troféus eram necessários para dados tipos de ritual.

de hostilidades, que incluía várias cerimônias espaçadas ao longo de um período relativamente longo (Davies, 2000a, p. 70), passando pela maneira como as batalhas eram conduzidas, em que a quantidade de prisioneiros era o objetivo principal (*ibidem*, p. 203) e se atribuía à captura um significado religioso da mais alta relevância (*ibidem*, p. 185-187), até ao destino final dos prisioneiros, votados geralmente todos eles ao sacrifício (*ibidem*, p. 87; 97-98), a guerra era determinada entre os aztecas sobretudo – ainda que não exclusivamente – por considerações rituais. Os próprios ciclos bélicos podiam obedecer a este tipo de motivos, e foi para garantirem uma oferta regular de vítimas para as cerimônias religiosas, inaugurando assim uma época de sacrifícios de massas e não já individuais, que o primeiro Moctezuma e Tlacaelel, os dois principais soberanos conjuntos da tripla aliança que governava o Estado azteca, decidiram estabelecer um sistema de guerra perpétua contra certos povos vizinhos (Coe et al., 1988, p. 145; Davies, 2000a, p. 103-105). Estes ciclos bélicos aceleraram-se e ampliaram-se no reinado de Ahuitzotl, que elevou os sacrifícios de massas a verdadeiras carnificinas (Davies, 2000a, p. 173, 180 e 183). E as implicações profundas destas cerimônias avalliam-se ao sabermos que a captura instaurava uma relação de tipo parafamiliar entre o guerreiro vencedor e o vencido, convertendo-se um como que em pai adotivo do outro, a tal ponto que em dados tipos de sacrifício o captor transformado em pai se abstinha de acompanhar os restantes guerreiros no ato de devorar ritualmente a carne do seu prisioneiro sacrificado, porque isso equivaleria a comer a carne de um filho e portanto a sua própria carne (*ibidem*, p. 115; 185; Carrasco, 1981, p. 202-203; 256). A ambivalência do vencido assumia uma verdadeira dimensão teológica, pois era levado para o sacrifício enquanto representante do deus a quem ia ser sacrificado, ou identificava-se mesmo com ele, e assim como as roupagens dos sacerdotes imitavam a imagem da divindade, também a vítima ia coberta por roupas semelhantes (Bernal, 1981, p. 157; Carrasco, 1981, p. 255).

Se for exato que na Mesopotâmia e no Egito a roda surgiu primeiro nos carros de guerra e só depois começou a ser aplicada às atividades econômicas e ao transporte civil, talvez a forma de conduzir as batalhas na América pré-colombiana explique o desinteresse por formas de ataque mais rápido e móvel e, portanto, contribua para explicar o fato de estas civilizações não terem conhecido a roda³⁷.

Além disso, é possível que o elevado grau de centralização dos impérios azteca e inca tivesse facilitado posteriormente o seu controle pelos conquistadores espanhóis (Coe *et al.*, 1988, p. 136; 141), mas esta centralização não explica

³⁷ Note-se, no entanto, que na maior parte do Oriente Próximo, com a expansão árabe e a implantação do islamismo, a roda deixou de ser usada e o transporte passou a ser feito por camelos. Ver A. Hourani (2009, p. 51).

o fato de os poderosos exércitos imperiais terem sido desde início destruídos tão facilmente. Nigel Davies atribuiu uma importância decisiva às determinantes ideológicas da estratégia militar para explicar a rápida derrota dos exércitos aztecas e incas perante o reduzido número de invasores espanhóis, que não se embaraçavam com considerações de ordem ritual e estavam sempre prontos a levar uma batalha até às suas consequências mais extremas (Davies, 2000a, p. 105; 270-271; 292; 298-299; 306; Davies, 2000b; p. 314-315). O guerreiro azteca ou inca, para desferir um golpe com a moca, tinha de levantar o braço e deixava o corpo exposto à espada ou à lança manuseadas velozmente pelo espanhol, cuja preocupação exclusiva era matar o inimigo o mais depressa possível, e não incapacitá-lo para prendê-lo e retirar seu coração mais tarde ou o degolar (Davies, 2000a, p. 270; Davies, 2000b, p. 316). Mesmo num confronto em que haviam perdido toda a artilharia e se encontravam praticamente desprovidos de cavalaria, os espanhóis triunfaram no corpo a corpo (*ibidem*, p. 270; *ibidem*, p. 316). Em conclusão, a guerra encontrava justificação entre os aztecas e os incas sobretudo na necessidade de abastecer rituais de sacrifícios humanos de grande importância não só ideológica como econômica também, na medida em que se inseriam no sistema de cerimônias da troca de presentes, enquanto para os invasores europeus, que haviam projetado o sacrifício humano exclusivamente para as abstrações religiosas da eucaristia, a guerra fornecia a ocasião para massacrar o inimigo no próprio campo de batalha. Do choque destes dois universos culturais, que até então não se haviam encontrado, resultou o rápido triunfo de um sobre o outro no plano estritamente militar, que veio depois a determinar a supremacia nos restantes planos. É sob este ponto de vista que assume todo o significado o apoio prestado inicialmente às tropas de Hernán Cortés pelos tlaxcalanos, um dos povos contra quem os monarcas aztecas haviam decidido manter um estado perpétuo de guerra destinado a alimentar em cativeiro os sacrifícios humanos (Davies, 2000a, p. 269)³⁸. No sul do continente, os araucanos – a quem os critérios usuais da historiografia atribuem um nível civilizacional muito inferior ao dos incas, embora tivessem sido eles a impor ao império inca o limite meridional da sua expansão – não se preocuparam com considerações rituais para conduzir a guerra e, adotando rapidamente o cavalo e usando armas letais, conseguiram resistir durante séculos aos espanhóis e aos seus sucessores do Chile pós-colonial (Davies, 2000b, p. 331). Também os maias, apesar de na época clássica se terem dedicado ao aprisionamento e ao sacrifício dos cativos, conseguiram mais tarde resistir durante quase duzentos anos aos invasores espanhóis, e a última batalha que travaram com os britânicos ocorreu no final do terceiro quartel do século XIX (Hammond, 2000, p. 125).

³⁸ Acerca da decisão tomada pelo primeiro Moctezuma e por Tlacaélel de manterem um estado de guerra perpétuo contra os tlaxcalanos ver a p. 103.

No entanto, pelo mero fato de as guerras se destinarem à captura de prisioneiros votados ao sacrifício não se pode assumir que estejamos perante um sistema centralizado de troca de presentes. Assim, por exemplo, na civilização nazca, localizada no sudoeste do atual Peru e que durou aproximadamente desde o século II antes da nossa era até ao século VI, sabe-se que eram muito difundidas as guerras rituais e muito frequente a prática de decapitar os prisioneiros, cujas cabeças serviam de troféus (Davies, 2000b, p. 40). Mas apesar disto não se encontraram nenhuns vestígios de grandes centros de armazenagem (*ibidem*, p. 39), e a cerâmica nazca, contrariamente ao que sucede com a cerâmica moche, não fornece indícios indubitáveis da existência de uma hierarquização social (*ibidem*, p. 40).

Referências

- BAINES, John e MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 1984.
- BARI, Lorraine. “Some aspects of credit, saving and investment in a ‘non-monetary’ economy (Rossel Island)”. In: FIRTH, Raymond e YAMEY, B. S. (orgs.). *Capital, saving and credit in peasant societies*. Studies from Asia, Oceania, the Caribbean and Middle America. Chicago: Aldine, 1964.
- BERNAL, Ignacio. “Formación y desarrollo de Mesoamérica”. In: *Historia general de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- BLUNDEN, Caroline e ELVIN, Mark. *Cultural Atlas of China*. Oxford: Equinox, 1983.
- CARRASCO, Pedro. “La Sociedad Mexicana antes de la Conquista”. In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- COE, Michael; SNOW, Dean e BENSON, Elizabeth. *Atlas of Ancient America*. Oxford: Equinox, 1988.
- DALTON, George. “Aboriginal economies in stateless societies”. In: EARLE, Timothy K. e ERICSON, Jonathon E. (orgs.). *Exchange systems in Prehistory*. Nova Iorque, San Francisco e Londres: Academic Press, 1977.
- DAVIES, Nigel. *The aztecs*. Londres: The Folio Society, 2000a.
- DAVIES, Nigel. *The incas*. Londres: The Folio Society, 2000b.
- DELARUELLE, Étienne. “Les ermites et la spiritualité populaire”. In: Centro di Studi Medioevali, *L'Eremitismo in Occidente nei Secoli XI e XII*. Settimana Internazionale di Studio, II. Milão: Vita e Pensiero, 1965.
- EINZIG, Paul. *Primitive money in its ethnological, historical and economic aspects*. Londres: Eyre & Spottiswoode, 1948.
- Encyclopædia Universalis*, 27 vols. Paris: Encyclopædia Universalis, 1992-1995.
- FIRTH, Raymond. “Capital, saving and credit in peasant societies: a viewpoint from economic anthropology”. In: FIRTH, Raymond e YAMEY, B. S. (orgs.). *Capital, saving and credit in peasant societies*. Studies from Asia, Oceania, the Caribbean and Middle America. Chicago: Aldine, 1964.

- GANDILLAC, Maurice de. “La Philosophie de la “Renaissance”. In: BELAVAL, Yvon (org.). *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. I: La Renaissance. L’Âge Classique. Paris: Gallimard (Folio), 1999.
- GEARY, Patrick J. *Before France and Germany*. The creation and transformation of the Merovingian World. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GRIERSON, Philip. “La fonction sociale de la monnaie en Angleterre aux VII^e-VIII^e Siècles”. In: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, *Moneta e Scambi nell’Alto Medioevo*, Settimane di Studio, VIII, Spoleto, 1961.
- GUREVICH, A. “Representations of property during the High Middle Ages”, *Economy and Society*, VI, 1977.
- HAMMOND, Norman. *The maya*. Londres: The Folio Society, 2000.
- HOURANI, Albert. *A history of the Arab Peoples*. Londres: The Folio Society, 2009.
- KEAY, John. *India*. A history, 2 vols. Londres: The Folio Society, 2003.
- MANRIQUE, Jorge Alberto. “Del Barroco a la Ilustración”. In: *Historia general de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- MAUSS, Marcel. “Essai sur le don”. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques, *L’Année Sociologique*, nova série, I, 1923-1924.
- NILE, Richard e CLERK, Christian. *Cultural Atlas of Australia, New Zealand and the South Pacific*. Oxford: Andromeda, 1995.
- QUIGGIN, A. Hingston. *A survey of primitive money*. The beginnings of currency. Londres: Methuen, 1949.
- The Travels of Marco Polo*. Tradução: Ronald Latham. Londres: The Folio Society, 1968.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. “Avant-Propos”. In: WITTFOGEL, Karl A. *Le despotisme oriental*. Étude comparative du pouvoir total, Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- WU Xiacong e GUO Youmin. *L’esercito di Terracotta*, [s. l.]. Casa Editrice del Turismo Cinese, 1993.

Recebido em 2 de junho de 2019

Aprovado em 25 de novembro de 2019

As revoltas por democracia socialista no “bloco soviético” e as transformações do stalinismo (1953-56)

The revolts for Socialist democracy in the “Soviet Bloc” and Stalinism’s transformations (1953-56)

Marcio Lauria Monteiro*

Resumo

Após a Segunda Guerra Mundial, a URSS expandiu para o Leste Europeu seu modelo econômico e social de uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo dotada de um regime de ditadura da burocracia (stalinismo), formando assim o “bloco soviético”. Após a morte de Stalin, a burocracia necessitou realizar concessões como forma de evitar uma revolta. Isso originou um “novo curso”, de suposta “de-stalinização”. As mudanças geraram conflitos na cúpula de muitos regimes, entre “conservadores” e “reformadores”. Dotadas de grandes expectativas por mudanças, entre 1953-56, a classe trabalhadora e setores da intelectualidade de diferentes países aproveitaram a situação para demandar uma genuína democracia socialista, através de revoltas ou mesmo revoluções, só parcialmente e temporariamente contidas após a brutal repressão da Revolução Húngara. Esse conjunto de eventos é central para a compreensão das contradições dessas formações sociais, e para melhor compreender seu colapso no final dos anos 1980.

Palavras-chave: Bloco soviético; stalinismo; democracia socialista.

Abstract

After the Second World War the USSR expanded to part of East Europe its socio-economical model of a society of transition between capitalism and socialism with a regime of dictatorship of the bureaucracy (Stalinism), thus creating the “Soviet bloc”. After Stalin’s death, the bureaucracy had to make concessions as a way to avoid a popular revolt. This originated a “new course”, of supposed “de-Stalinization”. The changes generated conflicts between “reformers” and “conservatives” on the top echelons of many regimes. Imbued with high hopes for changes, between 1953-56, the workingclass and sectors of the intelligentsia of different countries took on the opportunity to demand genuine socialist democracy, through revolts or even revolutions, only partially and temporarily contained by the brutal repression of the Hungarian Revolution. These events are central for the comprehension of those social formations’ contradictions, as well as for the best understating of their collapse on the end of the 1980s.

Keywords: Soviet bloc; Stalinism; socialist democracy.

* Mestre e doutorando em História Social pelo PPGH-UFF. Contato: marciolmonteiro@gmail.com.

A Revolução Soviética de 1917 não conseguiu construir a “livre associação dos produtores” (autogoverno proletário) a que almejavam os bolcheviques. As explicações para tal não são simples, mas se destacam como elementos causais o baixo desenvolvimento das forças produtivas do Império Russo, se comparadas aos dos centros imperialistas de então; a dura guerra contrarrevolucionária internacional a que a nascente formação social foi submetida entre 1918-1921; o isolamento internacional que ela enfrentou com a derrota da onda revolucionária que acarretou na Europa ocidental; a militarização decorrente desse isolamento; e o desânimo e desgaste que isso tudo gerou no proletariado que protagonizou a revolução.

Fruto desses elementos, ao longo dos anos 1920 foi sendo erguido um regime político marcado por uma crescente autonomização do aparato administrativo em relação à classe trabalhadora e ao próprio Partido Comunista (PC). Esse regime foi consolidado ao longo dos anos 1930, através de enorme brutalidade contra a classe trabalhadora, os camponeses e o próprio partido, assassinando sua “velha guarda”.

Leon Trotsky, na fase madura de seu pensamento¹, caracterizou tal regime como uma “ditadura da burocracia” sobre o proletariado, porém assentada sobre as relações de propriedade e produção criadas pela revolução. Esse regime era o equivalente ao bonapartismo capitalista em uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo, travando tal transição. Para Trotsky, ele era fruto de um processo “termidoriano”, através do qual tal burocracia expropriara politicamente o proletariado, mas sem operar uma contrarrevolução social (restauração capitalista). Encaramos ser esse o melhor arcabouço de análise da formação social soviética e suas equivalentes posteriores.

O stalinismo, assim definido, buscava defender as conquistas sociais da revolução (em especial a propriedade estatizada) através de seus próprios métodos brutais, ao mesmo tempo em que preservava e aprofundava os privilégios do grupo social da burocracia administrativa, cuja forma de vida estava assentada sobre a propriedade estatizada, com ela mantendo uma relação parasitária. Tais métodos, ressaltou Trotsky, tinham o pesado custo de gerar desequilíbrios diversos e colocar em permanente risco a sobrevivência daquelas conquistas, além de se tornar cada vez mais um freio ao desenvolvimento, por conta da supressão da liberdade de iniciativa e afastamento do proletariado do controle da produção e sua organização.

Ademais, buscando se autopreservar, a burocracia passou a buscar uma impossível convivência pacífica com as potências imperialistas, transformando

¹ As análises e posicionamentos de Trotsky acerca da burocratização da URSS e do stalinismo mudaram ao longo de 1923-33, em meio à sua luta oposicionista e às mudanças desses fenômenos (Monteiro, 2017).

a Internacional Comunista, de “Partido Mundial de Revolução Socialista”, em braço da política externa do Kremlin. Assim, utilizando o peso do aparato da Internacional e sua dependência material frente ao regime da URSS, tal burocracia implementou uma profunda mudança de linha nos PCs do mundo todo, da perspectiva revolucionária e internacionalista para o “etapismo” nacional-reformista, sacrificando revoluções como a Chinesa (1925-27) e Espanhola (1936-39), e deixando o proletariado alemão desorientado diante da ascensão fascista.

Para Trotsky, a única forma de regenerar a democracia soviética na URSS era através de uma “revolução política”, que restaurasse o poder direto dos *soviets* e submetesse a burocracia administrativa ao autogoverno do proletariado. Isso se fazia fundamental, não só pelos desequilíbrios internos e sabotagens internacionais, mas também, pois setores da burocracia tendiam a posições restauracionistas, para passarem de “gestores” a proprietários dos meios de produção. Sem a restauração da democracia proletária, a URSS corria sério risco de uma contrarrevolução interna ou externa.

Na obra em que sintetiza tais ideias, “A Revolução Traída”, de 1936, Trotsky vaticinou que não tardaria para explodir uma revolta da classe trabalhadora contra o stalinismo, provavelmente começando por demandas econômicas básicas em prol de melhores condições de vida e logo desaguando em uma luta por liberdades democráticas e pelo controle da política e da economia. (Trotsky, 2005) Uma revolta geral como essa não chegou a ocorrer na URSS propriamente dita, mas se fez presente no “bloco soviético” nas décadas de 1950-60, em especial nos anos 1953-56.

A morte de Stalin e o “novo curso” da burocracia stalinista

Ao longo de quase três décadas de comando hipercentralizado, Stalin foi o homem-forte da burocracia. Liderou o aparato estatal-partidário no processo de industrialização acelerada e coletivização forçada do campo na virada dos anos 1920-30, nos massivos expurgos da “velha guarda” revolucionária, em meados dos anos 1930; no enfrentamento à invasão militar alemã na Segunda Guerra Mundial; e na expansão burocrático-militar da formação social soviética pelo Leste Europeu após a Guerra, formando o “bloco soviético”.

Inicialmente almejando manter o capitalismo na região, na forma de “democracia populares” dotadas de governos de coalizão com elementos burgueses, sustentados pelas tropas de ocupação, a burocracia acabou por liquidar todo e qualquer resquício que ainda restara do capitalismo na região a partir de 1948, quando os EUA intensificaram a ofensiva que daria lugar à “Guerra Fria”. Assim, o “bloco soviético” passou a mimetizar a URSS de Stalin: expurgos em massa; terror sistemático; industrialização acelerada; coletivização forçada do campo; foco na indústria pesada; militarização. Esse processo foi operado pela própria

cúpula da URSS, a partir da seleção cuidadosa de aliados locais em cada país. (Monteiro, 2016, p. 138-141)

Com a morte de Stalin, fortes abalados vindos de baixo e de cima atingiram os regimes stalinistas no interior do “bloco soviético”. Ela ocorreu em 5 de março de 1953, devido a uma hemorragia cerebral. No mesmo dia, o Comitê Central (CC) se reuniu para reorganizar a cúpula do poder. O modelo de enorme concentração individual de poder que ele Stalin construído ao redor de si foi desfeito e emergiu uma liderança compartilhada, com destaque para o triunvirato formado por Georgi Malenkov, Lavrenti Beria e Nikita Khrushchev. Mas “direção coletiva” era muito frágil, fruto de acordos resultantes de intensas lutas de cúpula entre representantes de diferentes grupos de interesses, e não demorou a ocorrerem rupturas e expurgos em seu interior. (Broué, 1996, p. 151-152 e Berend, 1996, p. 94)

Em paralelo à instabilidade na cúpula, havia gritantes contradições entre a propaganda ufanista dos regimes do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético” acerca das condições de vida sob o “socialismo” e a realidade. A maior parte dos países do “bloco” era marcada por falta generalizada de bens de consumo (em especial alimentos para além do básico), más condições de habitação e outros problemas gerados pela industrialização acelerada e pela coletivização forçada, além dos investimentos massivos no setor militar. Já na URSS, apesar da devastação da Segunda Guerra, o momento era marcado pela atenuação do isolamento que o país enfrentara desde 1917 e a expansão da capacidade produtiva, acompanhada de maior qualificação da mão de obra, de forma que havia grandes expectativas por melhorias nas condições de vida.

Não possuindo a mesma autoridade moral de Stalin perante as massas, os novos líderes realizaram de imediato uma série de concessões visando aliviar a tensão social latente, em especial reabilitações de figuras de destaque dos primeiros anos de existência da URSS e libertação de dezenas de milhares de presos políticos. (Broué, 1996, p. 140-151 e Berend, 1996, p. 94).

Iniciava-se um suposto “novo curso”. Oficialmente anunciado em agosto de 1953, através de um discurso de Malenkov, a nova orientação envolveria a perspectiva de coexistência pacífica com o “mundo capitalista” (com ênfase na “resolução pacífica” de conflitos de interesses), medidas para elevar o padrão de vida da população (nova política agrícola para aumentar o estoque de comida e desaceleração da industrialização, aliviando a carga de trabalho do proletariado fabril), liderança coletiva na cúpula do regime (ressalta-se que, a essa altura, Beria já havia sido removido, em julho) e restituição do império da lei (“legalidade soviética”). Tratava-se, portanto, do fim da ditadura pessoal, do terror e das arbitrariedades legais, combinado a concessões materiais e políticas à população. (Berend, 1996, p. 59)

Esse “novo curso” foi também aplicado ao conjunto do “bloco soviético”,

em alguns casos por iniciativa dos próprios PCs locais², em outros através da pressão de Moscou. As burocracias desses países amenizaram o terror, realizaram “autocríticas” de “excessos” do passado, reabilitaram figuras expurgadas e realizaram algumas concessões econômicas (revisão de normas de trabalho, redução de preços) e políticas (redução da censura e da atuação da polícia política).

O “novo curso” vindo da URSS levou a uma caça a bodes expiatórios nos demais PCs do “bloco soviético”, acarretando lutas internas, entre “reformadores” (ou “liberais”) e “stalinistas linha-dura” (ou “conservadores”, “antirrevisionistas”). Em alguns casos, setores da base partidária (principalmente das organizações juventude), também entraram na disputa, com demandas por concessões mais amplas e democratização. No interior do próprio PC da URSS também ocorreu um duro conflito. Neste, de um lado, Beria teve a iniciativa de propor concessões, de outro Kruschev foi contra – mais tarde, os papéis mudariam e Kruschev seria o principal proponente de mudanças e Viacheslav Molotov a principal voz conservadora. (Broué, 1996, p. 158-159)

Foi nesse contexto de mudanças que eclodiram as primeiras revoltas por um socialismo que colocasse as massas trabalhadores no controle da política e da economia e que lhes garantisse boas condições de vida. Vendo os conflitos no topo do regime e de seus respectivos partidos, a classe trabalhadora e setores da intelectualidade de diferentes países do “bloco soviético” não tardaram em aproveitar a situação para demandar uma mudança profunda. Os anos 1953-56 foram, assim, marcados por forte agitação social: operários, camponeses, intelectuais e estudantes, todos passaram a deixar vazar suas frustrações com as contradições sociais, falta de liberdades e dificuldades materiais.

Diversos PC's passaram por intensas disputas, não só nas cúpulas, mas nas bases, em especial nas organizações de juventude, de onde vinham propostas de reformas mais “radicais” e mesmo de um “retorno à Lenin”. Organizações como sindicatos de escritores passaram a publicar manifestos demandando o fim da censura. No chão das fábricas, os trabalhadores passaram a realizar paralisações e greves, forçando seus sindicatos a defenderem seus interesses ou então formando comitês de base para organizar a luta.

Em alguns casos, a agitação assumiu a forma de levantes proletários (Pilsen, na Tchecoslováquia, e RDA em 1953; Polônia em 1956) ou mesmo revoluções, com a aparição de um embrião de Estado paralelo, baseado em conselhos proletários (Hungria em 1956). As burocracias à frente dos regimes stalinistas realizaram então concessões secundárias (mudança de pessoas, mais “autocríticas”,

² Em geral, estes haviam adotado outros nomes após os processos de unificação forçada com os partidos social-democratas e outras organizações políticas locais, como forma de instituir um regime de partido único (a partir de 1948). Para fins de simplificação, os partidos à frente dos regimes stalinistas do “bloco soviético” serão aqui chamados de PC's.

pequenas melhorias de vida), mas o período seguiu sendo marcado por “aguda instabilidade política e social”, conforme destaca Fernando Claudín, até que a dura repressão à Revolução Húngara conteve temporariamente o dissenso. Não obstante, ele voltou à tona nos anos 1960, com destaque para a Tchecoslováquia e a “Primavera de Praga” (1968), também brutalmente suprimida. (Claudín, 1983, p. 150-152)

Invariavelmente, a imprensa dos PC's de todo o mundo tratou essas revoltas e revoluções proletárias como “provocações imperialistas”, ou mesmo “fascistas”, e como tentativas de restauração capitalista. Contraditoriamente, na imprensa dos países onde elas ocorriam, os PC's locais eram forçados a reconhecer que se tratava de trabalhadores demandando melhores condições de vida e participação na política do país, dentre outras coisas. Com frequência, tais eventos também foram deturpados pelos liberais, que buscavam reduzi-los a uma “rebelião civil contra o totalitarismo comunista” – para logo perderem o entusiasmo ao verem os trabalhadores defendendo a manutenção da propriedade socializada e até expulsando elementos pró-capitalistas das ruas, assembleias e conselhos. Em grande parte por conta dessas pressões políticas falsificadoras, ainda hoje a historiografia carece de um bom estudo sobre tais processos.

1953: greves na Tchecoslováquia, revolta na RDA e levante nos campos de trabalho da URSS

Os primeiros abalados significativos ocorreram na Tchecoslováquia e, principalmente, na “Alemanha Oriental” (RDA). A industrialização acelerada e a coletivização forçada dos anos 1948-53 levaram a uma série de desequilíbrios nos países do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético”. Na Tchecoslováquia, o regime buscou lidar com a crescente inflação aumentando os preços dos bens de consumo em janeiro de 1953 e implementando uma reforma monetária que prejudicaria o poder de compra dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, cotas de trabalho foram elevadas e o subsídio à alimentos racionados abandonado.

Essa reforma foi oficialmente anunciada na noite de 31 de maio e, na mesma noite, os trabalhadores da Skoda, em Pilsen, um dos maiores complexos industriais do país, entraram em greve. Na manhã seguinte, esses trabalhadores saíram em marcha rumo à prefeitura e se insurgiram, tomando o prédio e erguendo barricadas ao seu redor. Ao longo do dia, outros trabalhadores e também estudantes se juntaram ao movimento, que passou das demandas econômicas contra as mudanças recentes para demandas políticas por eleições democráticas. Algumas unidades policiais se solidarizaram com os revoltosos, mas houve dura repressão, com mais de 200 feridos até o final dos conflitos, que duraram até 2 de junho. Através da lei marcial, mais de 2 mil revoltosos foram presos.

A revolta em Pilsen atingiu outras cidades, com greves ocorrendo em outras

19 plantas industriais nas regiões da Bohemia e Morávia, mas sem chegarem à insurreição. No total, cerca de 360 mil trabalhadores pararam e 250 mil protestaram nas ruas entre 31 de maio e 2 de junho. O regime tratou tudo como fruto de “provocadores imperialistas”, mas recuou em parte das medidas anunciadas no dia 31. (Kramer, 1999, p. 16-22)

Algo semelhante ocorreu pouco depois na RDA, começando com uma forte greve em Berlim Oeste e tornando-se uma revolta proletária em várias cidades. Entre 1950-51, o regime havia intensificado o ritmo do trabalho nas fábricas e, em 1952, quando foi anunciado o início da “construção socialista”, o foco em investimentos para expansão da indústria de base e a construção de um exército próprio fez o nível de vida da população cair consideravelmente. Os setores médios responderam através de uma massiva emigração para a “Alemanha Ocidental”, o que agravou ainda mais a situação.

Em 9 de junho de 1953, já sob pressão de Moscou e seu “novo curso”, o regime fez um giro e realizou uma série de concessões políticas e econômicas à burguesia remanescente, à pequena burguesia e aos setores médios em geral, mas não aos trabalhadores industriais. Ao contrário, um decreto de 28 de maio, que aumentava as cotas de produção em 10% e vinculava os salários à produtividade, foi mantido e entrou em vigor em certos setores no dia 10 de junho, levando a uma redução dos salários de muitos trabalhadores. No caso da construção civil, que então empregava massivamente na devastada Berlim Oeste, a queda salarial foi de 10-15%.

Ainda em 28 de maio havia ocorrido uma paralisação parcial nos canteiros de obra de Berlim contra o aumento das normas. Os primeiros dias de junho foram marcados por intensos debates nas empresas e canteiros. Foram os trabalhadores da construção civil que iniciaram a rebelião: ela começou com trabalhadores dos canteiros da Stalinalle, no dia 16 de junho. Após uma grande assembleia, eles decidiram caminhar até a sede do governo nacional para entregar suas demandas a Walter Ulbricht em pessoa. No caminho, milhares de trabalhadores se juntaram e a marcha assumiu slogans contra o regime (“Eleições livres!”, “Queremos ser livres, não escravos!”).

Ao chegarem à Casa dos Ministérios, já eram dez mil e foram prontamente recebidos por funcionários do segundo escalão, que garantiram que o aumento das cotas de produção seria suspenso. Mas a multidão não se dispersou, exigiu a presença de Ulbricht e apresentou mais demandas, como eleições livres, democratização do PC e do regime e aumento do nível de vida em geral³. Após certo debate, a multidão marchou pela cidade convocando todos a uma greve geral para assegurar a vitória.

³ As demandas, enumeradas pelo jornal francês *L'Observateur*, estão reproduzidas em Germain (1953).

À noite a notícia se espalhou pelo país e, no dia seguinte, assembleias ocorreram em inúmeras empresas de várias cidades, deflagrando greve e organizado comitês para negociar com os gestores demandas como readmissão de operários demitidos e demissão de funcionários administrativos abusivos, além de organizarem a expansão do movimento. Às demandas apresentadas pela multidão em Berlim no dia anterior se somaram outras, em especial a redução dos salários dos funcionários governamentais e que o governo de Ulbricht renunciasse. (Dale, [2017])

Em várias cidades, após as assembleias de greve, os trabalhadores saíram em marcha, com adesão de outros setores sociais, culminando em grandes concentrações nas praças centrais, ou ainda em ocupação dos prédios governamentais locais. Em alguns casos, centrais telefônicas e de rádio e televisão também foram ocupadas e mensagens foram transmitidas com as demandas dos grevistas. Ao total, cerca de meio milhão de trabalhadores participaram da greve, com cerca de 10% da população participando dos protestos de rua em apoio. (Dale, [2017]) Muitos membros do PC (então nomeado “Partido Socialista Unificado da Alemanha”), participaram e até o jornal do partido se alinhou às demandas econômicas dos trabalhadores. (Pelz, 2016, p. 174-175)

Em alguns lugares, os comitês de greve conseguiram se ligar uns aos outros, formando um embrião de poder político proletário. Em Bitterfeld-Wolfen, um conselho central foi formado e coordenou a tomada das fábricas, repartições públicas e instituições policiais, organizando os estoques de alimentos, libertando os presos políticos e prendendo o prefeito, o chefe de polícia e pondo sob custódia os altos funcionários locais. Assegurado o controle da cidade, o conselho enviou delegações de agitadores a cidades vizinhas e emitiu demandas de caráter nacional, em particular a demissão do governo e formação de um “governo provisório de trabalhadores progressistas”, que deveria dissolver as forças armadas, as fronteiras com a RFA e organizar eleições livres. Em Gorlitz ocorreu algo similar.

Na avaliação de Dale Garteth, por mais que tenha tido caráter espontâneo, o levante nacional foi fruto da atuação de ativistas experientes, que haviam passado pelas fileiras do SPD, do KPD, da resistência antinazista ou outros agrupamentos, e a base possuía sólida memória coletiva das perspectivas socialistas enraizadas nos trabalhadores da época pré-nazista. (Dale, [2017])

Apesar das manifestações terem sido pacíficas, o governo mobilizou suas forças policiais, não obstante, em muitos lugares a massa sublevada os desarmou e houve até locais onde estes se solidarizaram com os revoltosos. Foi necessário então recorrer à lei marcial e ao uso das tropas da URSS estacionadas no país. Com a falta de centralização e a entrada em ação da repressão, o movimento refluíu. (Dale, [2017] e Pelz, 2016, p. 174-175)

O governo respondeu de forma dupla ao levante grevista, por um lado fa-

zendo concessões importantes nas condições de vida e trabalho, e por outro lado prendendo os grevistas mais combativos e as lideranças do levante. (Dale, [2017]) Além de algumas dezenas de trabalhadores fuzilados pelas tropas da URSS, houve 25 mil prisões e 46 condenações à morte. (Broué, 1996, p. 155)

A repressão, apesar de dura, não quebrou o espírito combativo dos trabalhadores, que seguiu se expressando nas assembleias de fábrica organizadas pelo PC local ao longo das semanas seguintes para divulgar as concessões do governo e tentar acalmar os ânimos. Em 7-8 de julho, dessa vez demandando a libertação dos grevistas presos, após reconhecimento do direito de greve pelo Ministro da Justiça em entrevista a um jornal, mas não tiveram a mesma radicalidade e adesão da revolta de junho. (Sprenger, 1953)

O governo e os PC's ao redor do globo trataram o movimento da forma que seria o padrão diante das demais revoltas contra os regimes stalinistas nos anos 1950-60: acusando-o de ser obra de agentes imperialistas e fascistas.

As repercussões da revolta alemã na URSS foram rápidas. Beria, então o principal defensor na cúpula da política de concessões, foi culpado pela situação e removido de suas funções. Preso, foi executado ao final do ano. Parte dos grevistas punidos foi deportada para campos de trabalho na URSS, onde espalharam as notícias da revolta. (Broué, 1996, p. 155-156 e p. 164)

A mensagem de que o regime se encontrava fragilizado e de que lutar era possível levou a uma greve de uma semana no importante campo de trabalho de Vorkuta (destino de muitos trotskistas nos anos 1930), com um comitê de greve eleito e com programa pela redução da jornada de trabalho, fim das discriminações e anistia aos presos políticos. O movimento se espalhou para outros campos, como Karaganda. Somado à queda de Beria, principal gestor do poderoso aparato repressivo, que desnorteou os administradores dos campos, e às concessões feitas para evitar uma rebelião na URSS, resultou na libertação de milhares de presos políticos.

As novas concessões envolveram aumento na oferta de bens alimentícios de qualidade (carne, manteiga), quintuplicação do preço pago aos produtos dos *kolkhozi*, anulação de dívidas, baixa dos preços de bens de consumo, dentre outros pontos. No plano externo, medidas de distensão foram adotadas entre julho e agosto visando aliviar os gastos militares e expandir as relações diplomáticas e comerciais. (Broué, 1996, p. 155-156)

Mas isso não foi suficiente. O ar no “bloco soviético” seguiu denso ao longo dos anos seguintes, com greves eclodindo aqui e ali. Apesar das concessões, conforme permaneceu a contradição fundamental entre a propriedade coletivizada e a gestão e poder políticos expropriados dos trabalhos, só foi possível atingir, nas palavras de Pierre Broué, um “equilíbrio instável entre as massas e a burocracia”, caracterizado pela preocupação desta em “manter a ordem”. (Broué, 1996, p. 157)

Ademais, conforme destaca Claudín, a marca fundamental dos regimes do Leste Europeu era seu “caráter importado e dependente”, de forma que, às demandas econômicas por melhores condições de trabalho e de vida (que tendiam a facilmente se tornarem demandas políticas por autogestão e democracia direta), se somavam demandas por soberania nacional. Não bastasse tais dificuldades para a burocracia, as disputas em seu interior não cessaram. (Broué, 1996, p. 159 e Claudín, 1983, p. 147)

1956: o “relatório Krushev” e sua repercussão na Polônia e Hungria

Passados três anos, Krushev realizou seu conhecido ataque à Stalin em uma sessão secreta do XX Congresso do PC da URSS (fevereiro de 1956), através de um “relatório” “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”. Enfatizando o caráter “pessoal” do regime de Stalin, atribuía os crimes da ditadura burocrática entre 1924-53, tratados como “excessos”, a “falhas” e “fraquezas” pessoais dele. (Broué, 1996, p. 160-161)

Além da reescrita da história, novas concessões foram feitas, como a redução da jornada de trabalho, prolongamento de feriados, gratuidade do ensino superior para os que nele já haviam ingressado, redução da polícia política e anistia para muitos presos políticos. Eram sinais de que a burocracia – que tinha uma poderosa polícia política vigiando os “humores” da sociedade – percebia que precisava ceder mais um pouco de terreno para evitar revoltas.

Novamente, quase todos os PC’s da região fora o da URSS foram perpassados por intensas disputas entre dirigentes “reformadores” e “conservadores”. Na URSS ocorreu uma reativação não intencional da sociedade civil (sindicatos, assembleias, reuniões diversas). Os setores sociais desejosos de mudanças no “bloco soviético” como um todo tiveram novo impulso. Na Polônia, ocorreu um levante em moldes muito similares ao da RDA em 1953 e uma onda de mobilização popular. Os eventos poloneses, por sua vez, engatilharam uma verdadeira revolução na Hungria, ambos processos fortemente marcados pelo desejo de democratização do regime político e das relações de produção, bem como por soberania nacional frente à URSS. (Broué, 1996, p. 164-168)

A insurreição de Poznan e o “outubro polonês”

Na Polônia, a cúpula do PC decidiu que o “relatório” deveria ter uma circulação mais ampla do que almejava o PC da URSS quando o entregou aos demais partidos do “bloco soviético” (foi pela Polônia que ele vazou à imprensa ocidental). Com o aval do CC, entre fins de março e começo de abril, diversas reuniões ocorreram nas bases do partido para debater novos rumos para o regime, em um contexto no qual ainda vigorava o “relaxamento” do “novo curso” de 1953.

Nessas reuniões começou a ganhar força um sentimento antirrusso, dado todo o histórico negativo da URSS com o país. As bases passaram a demandar que as tropas da URSS se retirassem, bem como seus muitos agentes na cúpula do regime; que o parlamento passasse a funcionar forma autônoma; que um novo congresso partidário fosse convocado; e retorno ao CC de líderes expurgados. (Brown, 2009, p. 277)

A esse fermento político, que logo extrapolou as fileiras partidárias, somava-se uma situação comum aos demais países do “bloco soviético” à época: a piora da situação econômica da população devido à “construção socialista” do começo dos anos 1950. Dentre outros elementos, em 1951 fora implementado o racionamento de alimentos e, em 1953, houve um aumento de preços de bens de consumo, que fez com que os salários reais caíssem (em 1955, eram apenas 36% dos de 1949). (Crampton, 1997, p. 248)

A liderança do PC polonês havia acabado de passar por um baque, com a morte do Primeiro-secretário Boleslaw Beirut (12 de março). Seu substituto, Edward Ochab, buscou um meio caminho entre os “conservadores” e os “reformadores” (os quais tinham uma forte posição em prol de um “comunismo nacional” – autonomia em relação à URSS). (Brown, 2009, p. 277) Ochab respondeu ao crescente descontentamento e sentimento antirrusso com a libertação de dezenas de milhares de prisioneiros políticos, maior liberdade para o parlamento e também para a atuação pública da Igreja Católica. Mas não foi o bastante para conter a crescente tensão social. (Crampton, 1997, p. 285)

Essa tensão se transformou em revolta na cidade industrial de Poznan, onde trabalhadores fabris já vinham realizando há quase um ano certa agitação contra o aumento das normas de produção, irregularidades no cálculo dos salários e desorganização administrativa. Em 23 de junho, uma delegação foi à Varsóvia, retornando no dia 26 crendo que algumas das demandas seriam atendidas, mas, no dia 27, o próprio ministro compareceu a uma assembleia de uma grande fábrica em Poznan e retirou boa parte das promessas feitas à delegação.

Em resposta, na manhã do dia 28 teve início uma greve espontânea nas Indústrias Metalúrgicas Josef Stalin, com os trabalhadores saindo em marcha até o centro da cidade. No caminho, muitos outros se juntaram, somando uma multidão de cerca de 100 mil protestando por comida, melhorias das condições de trabalho e de vida. Às bandeiras econômicas dos grevistas, somaram-se ainda slogans políticos: “liberdade política”, liberdade para o cardinal Wyszynski e “Rusos, voltem para casa!”. A marcha, inicialmente ordeira, se tornou insurrecional devido à disparos da polícia local.

Os trabalhadores dominaram parte das forças armadas locais e tomaram a sede da polícia, a central radiofônica, a prisão e o tribunal. Para conter a situação foram necessários oficiais da URSS e tropas de outras cidades. No dia 29, o Primeiro-Ministro, Józef Cyrankiewicz, chegou à cidade e proferiu duras ameaças

na rádio local. Mas os protestos continuaram até o dia 30, sendo necessários mais de 10 mil soldados e um total de 746 revoltosos presos e mais de 50 fuzilados para que a revolta fosse suprimida. (Crampton, 1997, p. 285; Brown, 2009, p. 287; Claudín, 1983, p. 154)

Sob efeito dessa revolta, em Varsóvia os intelectuais e trabalhadores passaram a se reunir abertamente para debater a política do país, e logo a onda de contestação se espalhou por toda a Polônia. As principais reivindicações eram por soberania nacional frente à URSS (que logo se tornaram manifestações de nacionalismo), dissolução da polícia política e democratização do regime. Muitas manifestações de rua ocorreram em diferentes cidades e, em alguns casos, tornaram-se insurreições pontuais, logo debeladas.

Setores da intelectualidade, que já vinham sendo porta-vozes da insatisfação popular com o regime desde o “relaxamento” de 1953, tiveram importante papel de agitação nesse contexto, em especial a revista radical *Po Prostu* (Falando Francamente), que chamou à formação de conselhos proletários e um autogoverno dos trabalhadores. Os católicos também se sentiram mais à vontade, reunindo-se na Cracóvia em agosto para celebrar o terceiro centenário da padroeira da Polônia, na casa de 1 milhão de peregrinos. (Claudín, 1983, p. 154-155; Crampton, 1997, p. 284)

Nesse contexto, Wladyslaw Gomulka, líder do PC na época da resistência antinazista, que havia caído em desgraça em 1948 e sido reabilitado em 1955, se tornou porta-voz dos “reformadores” da cúpula partidária. Estes desejavam seu retorno à liderança do partido e a dos elementos diretamente ligados à Moscou, em especial o Ministro da Defesa, Konstantin Rokossovski. (Claudín, 1983, p. 154-155) Reunido em julho, o CC respondeu à situação com concessões em termos de menor centralização das indústrias desde acima e menos investimentos no setor da indústria pesada, promessa de aumentos salariais em até 50%, desaceleração da coletivização do campo, retorno de Gomulka ao CC e redução do número de administradores do partido, as quais começaram a ser implementadas nas semanas seguintes. (Crampton, 1997, p. 285)

Não obstante, em setembro os trabalhadores da fábrica de carros Zeran, próxima da capital, começaram a organizar conselhos sob a influência da revista *Po Prostu* e a iniciativa se espalhou para outros locais. Uma das demandas comuns desses conselhos era que Gomulka assumisse a liderança do partido. (Crampton, 1997, p. 286) Na própria cúpula do PC a disputa entre a ala “reformadora” e a ala “conservadora” pelo controle do CC se tornou mais aguda, enquanto, nas bases, muitos militantes se engajaram em manifestações. (Claudín, 1983, p. 154-155)

Em 19 de outubro, o CC se reuniu novamente, com a ala “reformadora” pretendendo reintegrar Gomulka ao órgão e entregar-lhe a liderança do partido. O PC da URSS solicitou o adiamento da reunião, pois não desejava o retorno de

Gomulka e estava focado nos eventos que então já se desenrolavam na Hungria. Diante da negativa, a URSS aproximou suas tropas na Polônia da capital e posicionou navios de guerra no porto de Gdansk. O governo respondeu pondo suas tropas em estado de alerta e chegou a distribuir armas a alguns destacamentos de trabalhadores.

A reunião ocorreu mesmo sob o clima de possível invasão pela URSS, com a presença surpresa de uma delegação composta por Krushev, Anastas Mikoian, Molotov, Lazar Kaganovich, mais o comandante do Pacto de Varsóvia, Ivan Konev. Gomulka foi reintegrado ao CC e também foi nomeado Primeiro-secretário, após os “reformadores” convencerem a delegação da URSS de que ele seria o melhor nome para evitar uma revolta que colocasse o regime em risco (mesmo que para Moscou isso significasse perder o controle direto sobre o PC e o governo poloneses). Em 22 de outubro, massivos protestos pró-Gomulka ocorreram em várias cidades, envolvendo até 100 mil pessoas em certos locais. No dia 24, cerca de meio milhão se manifestou em Varsóvia.

Mesmo depois dessa reunião, uma supressão militar da situação chegou a ser cogitada pela cúpula do PC da URSS, mas encararam que um conflito armado seria demasiado complicado e prolongado. Ademais, Gomulka e os “reformadores”, por mais que demandassem autonomia, asseguravam a permanência da Polônia no Pacto de Varsóvia e do PC polonês no “movimento comunista internacional”, sem alterar a característica essencial do regime stalinista – a ditadura da burocracia. (Claudín, 1983, p. 155-156; Crampton, 1997, p. 286; Brown, 2009, p. 277 e 279)

Gomulka realizou diversas reformas, prometendo desenvolver uma “democracia socialista” e assegurar relações autônomas frente à URSS. Em 14 de novembro, foi assinado um acordo com a URSS, que previa não-interferência nos assuntos poloneses, melhores termos nos acordos comerciais e retorno de todos os “consultores” da URSS atuantes na Polônia. Também legalizou os conselhos de fábricas (mas rigidamente limitados a funções econômicas), descoletivizou a terra, reconheceu a liberdade religiosa e reduziu a censura. Mas não alterou o unipartidarismo, não estabeleceu eleições democráticas, nem interferiu na política política. (Claudín, 1983, p. 154-156; Crampton, 1997, p. 287)

Após a supressão da Revolução Húngara, no começo de novembro – da qual Gomulka foi previamente informado pelo governo da URSS, sem ter se oposto a ela publicamente (Kramer, 1998, p. 203) – boa parte das concessões foram revertidas, na forma de uma campanha contra o “revisionismo”. Ela liquidou parte dos ganhos da revolta de outubro e eliminou os “reformadores” mais “radicais” do comando do partido. As únicas coisas que permaneceram do “outubro polonês” foram a relativa autonomia em relação à URSS, o recuo no uso da repressão ao nível de terror, a descoletivização da terra e a liberdade de atuação para a Igreja Católica.

Os conselhos proletários rapidamente foram postos sob o domínio do PC polonês e os ganhos salariais foram perdidos para a inflação, apesar de alguns aumentos posteriores. Em agosto de 1957, diante de novas agitações nas fábricas, o CC condenou as greves que seguiam ocorrendo e, em abril de 1958, as tornou ilegais. A censura foi retomada gradualmente e intelectuais radicais voltaram a ser perseguidos. (Claudín, 1983, p. 230; Crampton, 1997, p. 287)

Apesar da ala Gomulka da burocracia ter conseguido conter uma revolta nacional na Polônia barganhando certa autonomia com a URSS e realizando concessões às massas trabalhadoras, à pequena-burguesia e à Igreja Católica, o “outubro polonês” foi o gatilho para a Revolução Húngara. Esta, por sua vez, ao tomar as atenções de Moscou, certamente ajudou na resolução pacífica da crise entre Moscou e o PC polonês.

A Revolução Húngara dos conselhos proletários

Tal qual os demais países do “bloco soviético”, a Hungria passou por uma certa distensão a partir de 1953. Entre 1953-55, o regime suspendeu o terror sistemático, desacelerou a industrialização e reverteu fundos para melhorar os níveis de vida, reviu o código trabalhista, permitiu relações de mercado no campo e na cidade (em pequenas atividades) e reduziu a censura.

A aplicação do “novo curso” na Hungria foi encabeçada por Imre Nagy, principal nome da ala “reformadora” do PC húngaro (então nomeado “Partido Húngaro dos Trabalhadores”). Típico “comunista de Moscou” durante o exílio na URSS, chegando inclusive a ser informante da NKVD entre os emigrados húngaros, após a libertação do regime nazista, Nagy atuou como Ministro da Agricultura entre 1944-45, do Interior entre 1945-46 e Presidente da Assembleia Legislativa entre 1947-49. Tratava-se, portanto, de um sólido integrante da burocracia húngara.

Em 1953, por pressão de Moscou sobre a liderança do PC húngaro, Nagy assumiu como chefe de governo (Presidente do Conselho de Ministros). Nessa posição, expressou ideias em prol do que nomeou de um “novo estágio do socialismo”, caracterizado por maior liberdade pessoal, economia orientada para bens de consumo, vigência da lei, reabilitação de pessoas condenadas injustamente, libertação de prisioneiros políticos e liberdade religiosa. (Crampton, 1997, p. 289-290; Brown, 2009, p. 279)

Seu governo durou apenas dois anos. Apesar de removidos da liderança do partido e do governo em 1953 por pressão de Moscou, os dirigentes “conservadores”, liderados pelo até então todo-poderoso Mátyás Rákosi, mantiveram uma série de postos-chave. Essa ala da burocracia foi um entrave constante à política do “novo curso”, até que conseguiu reassumir o controle do CC e mudou o governo, em março de 1955. Sua obstinação chegou a resultar em uma repreensão de

Moscú à Rákosi, em janeiro de 1954, após a qual os “conservadores” alteraram sua tática e focaram em criticar a nova política econômica, que estava gerando inflação e desemprego.

Nagy respondeu à essa resistência tentando construir uma base de apoio popular através de novas concessões e, às vésperas do congresso partidário de 1954 (realizado em março), revivendo a “Frente Popular Independente” da época do governo de coalização dos anos 1940. Batizada “Frente Popular Patriótica”, aceitava filiações individuais e sua liderança não era ligada à cúpula do PC. No congresso, uma disputa dissimulada foi travada entre Nagy e Rákosi, na forma da defesa do “novo curso” e perspectiva de menos interferência estatal no dia a dia da população, por parte do primeiro, e críticas à nova política econômica por parte do segundo. Já no pleno de dezembro do CC, a disputa ocorreu de forma mais aberta e direta, no contexto da queda de Malenkov na URSS (que fortaleceu os “conservadores” lá e alhures).

Nagy foi removido da chefia do governo e substituído pelo aliado de Rákosi, András Hegedüs. Pouco depois, ele foi expulso do partido. Com a mudança na cúpula, o “novo curso” húngaro foi em parte revertido, o que tornou Rákosi muito impopular, ao passo que Nagy se tornou cada vez mais adepto de uma perspectiva de “comunismo nacional” e com mais liberdades (nos limites do “novo curso”), permanecendo como uma figura popular, ao ser visto como uma alternativa.

Não obstante o sucesso da ala de Rákosi em retomar o controle, após a revolta de Poznan, Moscú novamente interferiu no PC húngaro. A posição de Rákosi à frente do PC se tornou insustentável não só devido à sua crescente impopularidade, como também por conta do “relatório Krushev” e da perspectiva de “de-stalinização”, uma vez que ele fora um fiel aliado de Stalin. (Crampton, 1997, p. 289-292; Berend, 1996, p. 102-103; Broué, 1996, p. 157; Claudín, 1983, p. 157-158; Broué, 2006, p. 105-108)

Antes de ser removido do comando, um dos últimos atos de Rákosi foi a concessão para que a juventude do PC formasse um grupo de debates voltado à intelectualidade. Batizado em homenagem a um poeta nacionalista do século XIX, o “Círculo Petöfi” rapidamente extrapolou seus propósitos, tornando-se um polo de reunião e debate daqueles que desejavam a democratização do regime através de reformas. Suas reuniões debatiam diversos temas relacionados à política nacional e internacional e congregavam até 6000 participantes por sessão. O Círculo se tornou importante porta-voz da oposição à Rákosi-Hagëdus, defendendo o retorno de Nagy ao partido e à chefia do governo. (Broué, 2006, p. 106; Brown, 2006, p. 280; Crampton, 1997, p. 293)

Outra concessão impactante dos últimos momentos de Rákosi no poder foi a admissão de erros passados do regime e a reabilitação, também em março, de László Rajk, antigo Ministro do Interior executado durante os expurgos de fins dos anos 1940. Todavia, Rákosi havia sido o algoz de Rajk, de forma que a concessão

só gerou mais contradições. Em junho, em um massivo debate sobre liberdade de imprensa convocado pelo Círculo Petöfi, a viúva de Rajk tomou a palavra para declarar que não bastava reabilitá-lo: era necessário punir os culpados. Nesse mesmo mês, a imprensa se rebelou contra a tentativa do regime de reverter a liberdade anteriormente concedida.

Então ocorreu a revolta de Poznan. Credo que Moscou apoiaria um recrudescimento do regime diante do cenário na Polônia, Rákosi fechou o Círculo Petöfi e preparou um expurgo de 400 apoiadores de Nagy no PC, mas Moscou não permitiu que isso fosse levado à cabo. No dia 17 de julho, o homem de Moscou no *Politburo* húngaro, Anastas Mikoyan, demandou a saída de Rákosi do comando do PC, o qual se mudou para Moscou no dia seguinte. (Crampton, 1997, p. 294)

Rákosi foi substituído por Ernö Gëro, que era um aliado seu, de forma que a mudança não agradou nem aos “reformadores”, nem aos “conservadores”, tampouco à população húngara, que mais uma vez viu sua soberania violada pela URSS e a promessa de mudanças deixada de lado. No dia 30 de junho, o jornal do sindicato dos escritores publicou um artigo de um porta-voz dos trabalhadores da importante fábrica Csepel de Budapeste, no qual declarava que havia chegado a hora dos trabalhadores também participarem da disputa por liberdades e punição dos culpados dos crimes da era Stalin. (Broué, 2006, p. 108; Brown, 2006, p. 279)

No dia 6 de outubro as tensões chegaram a um clímax, quando ocorreu em Budapeste um funeral simbólico para Rajk. A data era bastante significativa: tratava-se do aniversário da execução de 13 generais húngaros pelo Império Russo em 1849, após o fracasso da revolução liberal de 1848. A procissão fúnebre contou com mais de 240 mil pessoas, com Nagy à frente. Ao final, um protesto de cerca de 500 estudantes, com slogans mais radicais contra o regime, foi duramente reprimido pela polícia. (Brown, 2006, p. 280; Crampton, 1997, p. 295; Crampton, 1983, p. 157-158)

No dia 13, Nagy foi reintegrado ao PC sob forte clamor popular, mas isso não foi suficiente para acalmar os ânimos contra o regime. No dia 22, o Círculo Petöfi publicou um programa de 10 pontos inspirado nas propostas de Gomulka e convocou uma manifestação para o dia seguinte, em solidariedade ao povo polonês. Nesse mesmo dia, foi fundada uma nova organização de juventude, independente do PC, em uma assembleia realizada na Universidade Politécnica de Budapeste. Com cerca de 5 mil estudantes presentes, foi emitida ainda uma declaração com 16 demandas por mudanças, mais radicais do que aquela emitida pelo Círculo Petöfi. (Claudín, 1983, p. 157-158; Crampton, 1997, p. 295; Brown, 2009, p. 281; Broué, 2006, p. 107-109)

Estava declarada a guerra dos estudantes e intelectuais ao regime. Em linhas gerais, os estudantes demandaram a democratização através de eleições secretas e formação de uma nova Assembleia Nacional com participação de

vários partidos; formação de um novo governo sob o comando de Nagy; liberdade de imprensa e de crítica; punição dos dirigentes que houvessem cometido crimes e retorno de Rákosi ao país para ser julgado por um tribunal popular; saída das tropas da URSS do país e estabelecimento de relações autônomas frente à URSS; revisão das normas de trabalho na indústria, das normas de requisição agrícolas e do plano econômica com foco em melhorar as condições de vida da população; atendimento das demandas salariais de trabalhadores manuais e intelectuais; reconhecimento do direito de greve; retorno das insígnias militares e feriados nacionais ligados ao nacionalismo da revolução de 1848 e remoção da estátua de Stalin de Budapeste e construção no seu lugar de um monumento aos mártires de 1848-49.

A assembleia também declarou solidariedade ao povo polonês em sua luta por democracia e independência e convocou todos os estudantes da Hungria para formarem seções locais da nova organização de juventude. Por fim, convocou envio de delegações de todo o país para reunir um “parlamento da juventude” em Budapeste no dia 27⁴.

No dia seguinte, a manifestação convocada pelo Círculo Petöfi foi abraçada pelos estudantes. Proibida pelo governo, mas liberada no último momento após a adesão da organização de juventude do PC, ela se dirigiu à estátua do general polonês Józef Bem, herói de 1848. Os manifestantes carregavam retratos de Lenin, gritavam slogans contra Rákosi e o stalinismo, e demandavam o retorno de Nagy, além de cantarem uma parte do mais famoso poema de Pëtofi, que diz “Jamais seremos escravos novamente”. No horário de saída dos trabalhadores das fábricas, estes se juntaram aos manifestantes e todos seguiram para o Parlamento, onde Nagy apareceu na sacada e fez um discurso apaziguador, prometendo que levaria as demandas populares para debate no CC.

Às 20h, com as ruas da capital ainda lotadas de manifestantes, Gëro se pronunciou através do rádio, anunciando que o CC iria se reunir no dia 31 para debater as demandas e, ao mesmo tempo, insultou os manifestantes de “chauvinistas”, “canalhas” e os acusou de querer “abrir as portas ao capitalismo”. Em resposta às ofensas, uma parte dos estudantes se dirigiu à central radiofônica para exigir a transmissão de suas demandas e outra para a estátua de Stalin, derrubando-a. Os slogans tornaram-se mais duros: “Russos, voltem para casa!”, “Morte à Gëro!” e “Morte à ÁVH!” (“Autoridade de Proteção do Estado”, a polícia política húngara).

Após uma confusão no prédio da rádio, membros da ÁVH dispararam contra a multidão, matando três. Um agrupamento do exército chegou pouco após, mas se solidarizou com os manifestantes, inclusive lhes entregando armas. Na

⁴ A declaração encontra-se reproduzida em Broué (2006, p. 111-112).

sequência, trabalhadores saíram pela cidade em busca de mais armas, tanto nas fábricas bélicas quanto nos quartéis, muitos dos quais lhes abriram as portas. Iniciou-se, assim, a Revolução Húngara, com barricadas sendo erguidas por toda Budapeste pelos trabalhadores e estudantes armados. Em paralelo aos conflitos de rua, os delegados estudantis se reuniram em um “Comitê revolucionário de estudantes em armas”, que passou a coordenar as ações da insurreição na capital.

À meia-noite, o CC do partido se reuniu emergencialmente e nomeou Nagy chefe do governo e removeu parte dos “linha-dura” do órgão, integrando “reformadores” em seu lugar (entre eles György Lukács). Ao mesmo tempo, solicitou intervenção das tropas da URSS e estabeleceu lei marcial. Na madrugada, Nagy fez um pronunciamento de rádio – segundo alguns relatos, com um revólver russo apontado para a cabeça –, no qual prometeu mudanças por democracia, porém anunciou a solicitação de intervenção militar da URSS e também a declaração de lei marcial, estabelecendo toque de recolher e dando permissão para o exército realizar execuções sumárias. Na manhã do dia 24, 6 mil soldados e 700 tanques da URSS entraram em Budapeste, juntando-se à ÁVH na tentativa de suprimir a insurreição. Com isso, boa parte das tropas, até então aquarteladas, se juntaram aos insurretos, sob comando do coronel Pál Maléter. (Crampton, 1997, p. 296-297; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 281-282; Broué, 2006, p. 112-117)

Com a entrada das tropas da URSS, a insurreição se expandiu para os bairros operários. Trabalhadores e soldados se juntaram ao Comitê revolucionário dos estudantes, que se tornou o Estado-maior da insurreição em Budapeste. No dia 25, em meio a uma massiva manifestação em frente ao prédio do parlamento, as tropas da URSS e da ÁVH realizaram um fuzilamento em massa, com mais de 300 mortos. O Comitê revolucionário respondeu com um chamado à greve geral, que terminava com um “Viva ao novo governo sob a direção de Imre Nagy!”.

Além de milhares de panfletos convocando a greve, o Comitê produziu similar quantidade em russo, convocando os soldados da URSS a se solidarizarem com a revolução e reforçando que se tratava de uma luta por um “socialismo democrático”. A estrela vermelha e o martelo cruzado com um ramo de trigo, emblemas associados à URSS, foram removidos das bandeiras húngaras, que passaram a ser agitadas nas ruas com um buraco no meio. Uma rejeição ao stalinismo e a Moscou, não ao socialismo.

Enquanto o conflito seguia na capital, no resto do país, trabalhadores organizaram conselhos de empresas em diversas cidades. Em alguns lugares, diante do colapso do poder central, esses órgãos atuaram organizando a distribuição de víveres e garantindo o funcionamento dos serviços básicos no decurso da greve geral. Em algumas cidades, os conselhos de empresa se unificaram em órgãos centrais de delegados e assumiram o inteiro controle da cidade.

Em Miskolc, primeira cidade a cair sob controle dos trabalhadores, ainda nos dias 24-25, o conselho central emitiu um chamado à formação de conselhos

proletários por todo o país e sua unificação na forma de um conselho central nacional. Em Győr, demandas por mudanças foram emitidas e chegou-se a ameaçar uma marcha sobre Budapeste caso Nagy não as implementasse: eleições secretas, liberdade para formação de partidos, retirada das tropas da URSS do país, saída da Hungria do Pacto de Varsóvia e libertação do cardinal Mindszenty. Essas demandas foram assumidas, com uma ou outra variação, por todos os conselhos que surgiam país à fora. Muitos deles reforçavam, em suas declarações, confiança em Nagy para implementar a demanda principal: uma Hungria socialista, democrática e soberana.

No dia 25, o presidente do Conselho revolucionário de Budapeste, o professor de psicologia Ferenc Mérey, se reuniu com Nagy e apresentou demandas adicionais para o cessar-fogo: saída imediata das tropas da URSS; julgamento público dos responsáveis pelo “banho de sangue”; libertação de todos os presos políticos; dissolução da ÁVH. Nesse mesmo dia, com a benção dos enviados de Moscou, Mikoian e Mikhail Suslov, foram anunciadas a anistia para os que baixassem as armas e a troca de Gëro no comando do partido por János Kádár. Substituto de Rajk no Ministério do Interior e posteriormente também expurgado, com o “novo curso” Kádár integrou a ala “reformadora” da burocracia. Ele fez um pronunciamento no rádio anunciando as medidas, mas se referiu à insurreição como “contrarrevolução”.

À noite, quando nenhum batalhão militar respondia mais ao governo, caminhões militares distribuíram panfletos na capital demandando um novo “exército provisório revolucionário” e um novo “governo nacional provisório revolucionário” com representantes das juventude insurreta; imediata anulação do Pacto de Varsóvia; imediata saída das tropas da URSS; anistia geral; democracia verdadeira para o socialismo húngaro; e reconhecia Nagy e Kádár como novo “governo revolucionário”.

No dia 26, mais uma vez sob a benção de Moscou, que ainda via possibilidade de uma solução negociada, Nagy anunciou uma série de concessões adicionais para tentar apaziguar a situação: reconhecimento legal dos conselhos de empresa, reconhecimento de “erros e crimes do passado” e anúncio de que negociaria o estabelecimento de relações soberanas com a URSS, além de formar um governo multipartidário baseado na Frente Popular Patriótica. (Broué, 2006, p. 118-135; Crampton, 1997, p. 297-298; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 281-282)

Apesar do recuo na ofensiva militar da URSS, a revolução se espalhou pelo país e se aprofundou, com a generalização dos conselhos por praticamente todas as empresas e cidades. Na capital, os odiados membros da ÁVH foram caçados, linchados e assassinados. Todavia, os trabalhadores, senhores de fato da situação, ainda apostavam na transição democrática prometida por Nagy.

No dia 27, Nagy anunciou a formação de um novo governo, sem membros

da ala “linha-dura” do PC e composto de líderes de antigos partidos, em especial o Partido dos Pequenos Proprietários, ligado ao campesinato. Os socialdemocratas se recusaram a participar. Os vários conselhos lançaram críticas à sua composição, encarando que Nagy seguia recuado e não apostando na mobilização popular. Na madrugada do dia 27 para o 28, Nagy então se reuniu novamente com o Comitê revolucionário de Budapeste e aceitou integralmente suas demandas. Através do rádio, anunciou que as tropas da URSS deixariam o país, que os conselhos seriam parte integrante do regime, na condição de órgãos autônomos de poder local, que a ÁVH seria dissolvida e que um novo exército seria formado a partir das milícias insurretas.

Ao longo do dia 28, vários conselhos saudaram a decisão de Nagy e enviaram delegações à capital para apresentar as demandas dos trabalhadores para reconhecerem o novo governo. Ao longo dos dias 28 e 29, as promessas de Nagy foram entrando em prática: dissolução da ÁVH, liberação para formação de novos partidos, formação de um novo exército, libertação de todos os presos políticos. O novo governo foi composto por “reformadores” do PC, líderes da insurreição (como Maléter, novo Ministro da Defesa), líderes dos refundados Partidos Social-democrata, dos Pequenos Proprietários e Nacional Campesino. A saída das tropas da URSS foi anunciada. Até então, todas essas concessões tiveram a anuência de Mikoian e Suslov e, portanto, de Moscou.

Novos partidos também surgiram, como o Católico, o Cristão-democrático e o Democrático Popular. Os vários conselhos exigiram a refundação do PC, sem participação dos implicados nos crimes do regime stalinista. Sem ter opção, Kádár declarou aceitos os termos dos trabalhadores. Todavia, era impossível “renovar” o partido, que havia rachado entre os membros do aparato, que tomaram o lado da ÁVH e das tropas da URSS, e a sua base, que tomou o lado da revolução. Poucos dias depois, Kádár, Nagy e seus aliados fundariam um novo partido.

Com o anúncio de que os conselhos seriam parte integrante do regime, no dia 30 foi formado ainda um Comitê revolucionário do exército, eleito a partir de comitês de base. De forma semelhante, comitês surgiram em todas as repartições públicas. A radicalização da sociedade foi tamanha que mesmo porta-vozes dos setores reacionários, como o recém-liberto cardeal Mindszenty, ou de setores pró-capitalistas, como porta-vozes dos antigos partidos camponeses, fizeram pronunciamentos em prol dos trabalhadores e do socialismo. Jornais recém-fundados que veiculavam propostas pró-capitalistas foram logo suprimidos pelos próprios trabalhadores das gráficas. A Rádio *Free Europe*, financiada pela CIA, incitou atos de violência com o propósito de causar caos e, assim, enfraquecer a imagem da URSS, mas não obteve sucesso. (Brown, 2006, p. 281-282; Crampton, 1997, p. 297-299; Claudín, 1983, p. 157-158; Pelz, 2016, p. 175-176; Broué, 2006, p. 136-154)

A cúpula da URSS estava alarmada com o desenrolar da Revolução Húngara.

No dia 30, ela decidiu que poderia retirar as tropas da Hungria caso Nagy assegurasse a permanência do país no Pacto de Varsóvia e normalizasse a situação. Nesse mesmo dia, as tropas em Budapeste recuaram para os limites da cidade. Todavia, no dia 31, os líderes da burocracia da URSS voltaram atrás e resolveram retomar a ofensiva militar. Archie Brown avalia que pesou sobre essa decisão a crescente tensão na Romênia e Tchecoslováquia, países com minorias húngaras, e, especialmente, a pressão da Iugoslávia e da China. No próprio dia 31, Krushev, Malenkov e Moltov fizeram uma série de voos pelo Leste Europeu, reunindo-se com as lideranças dos regimes locais para avisar da decisão e assegurar que não haveria reação contrária da parte dos demais PCs (incluindo Gomulka, que concordou que a “contrarrevolução” precisava ser suprimida, discordando apenas que isso deveria ser feito pela URSS – Kramer, 1998, p. 203).

Enquanto as viagens da cúpula do PC da URSS ainda ocorriam, já havia movimentação nas tropas da URSS estacionadas na Hungria e Suslov e Mikoian deixaram o país. Nagy protestou ao embaixador da URSS, Iuri Andropov e, diante da iminência de uma nova intervenção militar, após deliberação do CC, às 19h declarou no rádio que a Hungria se retirava do Pacto de Varsóvia e declarava “neutralidade”, além de que buscaria auxílio da ONU contra a URSS. A reunião do CC também votou pela dissolução do partido e a fundação de um novo, o “Partido Socialista Húngaro dos Trabalhadores”. Boa parte dos “linha-dura” fugiu para Moscou, enquanto os “reformadores” se dividiram entre uma ala mais moderada, próxima de Kádár, e uma mais favorável aos conselhos, ao redor de Nagy.

Ao final do dia, Kádár e parte de seus aliados no governo desapareceram. Apesar de ter votado pelas medidas do CC, ele resolveu mudar de lado e viajou à URSS. Mesmo mantendo posições pró-reforma, aceitou cumprir o papel de tentar apaziguar a situação após a supressão da revolução. Uma revolução vitoriosa era ameaça muito maior à burocracia reformadora do que Moscou.

Enquanto Nagy fazia seu pronunciamento, os mais importantes conselhos regionais já articulavam a resistência, fortalecendo suas milícias e emitindo chamados internacionalistas às tropas da URSS e aos trabalhadores dos países vizinhos para que não permitissem uma agressão à revolução em curso.

No dia 3, Maléter e parte do Estado-maior foram sequestrados, ao negociarem com oficiais da URSS. Na madrugada para o dia 4, cerca de 6 mil tanques adentraram o território húngaro. Nagy e outros membros do governo buscaram abrigo na embaixada iugoslava. As tropas encontraram dura resistência da parte do exército revolucionário e, principalmente, nos bairros operários, mas conseguiram se impor.

Além do massacre dos revolucionários, ocorreram deportações em massa de prisioneiros. No dia 7, Kádár reapareceu, anunciou na rádio a formação de um novo governo e formalizou um pedido de auxílio militar à URSS. No dia 11, esse governo anunciou que negociaria a saída das tropas da URSS e chamou por um

cessar-fogo. Não obstante, os conflitos duraram até o dia 14, com os conselhos resistindo à brutal repressão e mantendo a greve geral de pé.

Em Budapeste, o conjunto de conselhos locais formou um Conselho Central, verdadeiro senhor da capital, que passou a negociar com Kádár o fim da greve geral. Suas exigências principais foram o reconhecimento do direito de greve, retorno de Nagy ao poder, saída das tropas da URSS, eleições livres, liberdades para os partidos que aceitassem o sistema de propriedade estatizada e independência frente à URSS. No dia 12, seus membros votaram por não terminar a greve até que essas demandas fossem atendidas. A reunião foi interrompida por soldados da URSS e Kádár interviu para apaziguar a situação, conquistando, assim, os membros dispostos à conciliação.

Sob a dureza do conflito e da greve, bem como animados por promessas de Kádár, os trabalhadores da importante CsepeI decidiram se retirar da greve. Ainda na noite do dia 15, sob o impacto dessa decisão, uma apertada maioria do Conselho Central decidiu findar a greve geral no dia 17. Mas os conselhos de base reagiram, trocando seus representantes e demandando a formação de um Conselho Central Nacional. O Conselho de Budapeste então convocou a formação de um Conselho Nacional, cujos delegados, vindos das bases radicalizadas fora da capital, tentaram se reunir no dia 21, mas foram impedidos pelas tropas ocupantes. Diante da situação, em reunião ampliada com participação desses delegados, o Conselho de Budapeste chamou a retomar a greve por 48h, pelo reconhecimento do Conselho Nacional e reafirmando as demandas do dia 15. Como a CsepeI não aderiu, o Conselho de Budapeste novamente recuou.

Diante dessas vacilações, Kádár tentou ganhar tempo. No dia 21, declarou firmado um acordo com a URSS para a saída segura de Nagy e seus aliados da embaixada iugoslava. A partir do dia 22, passou a minar a autoridade dos conselhos no interior dos ministérios. No dia 23, ao deixar a embaixada, a comitiva de Nagy foi sequestrada pelas tropas da URSS.

Não obstante, o Conselho de Budapeste seguiu com uma linha conciliadora – mas, ao mesmo tempo em que recuou da greve geral, demandou, no dia 26, autorização para ter sua própria milícia e periódico. Diante da negativa, conclamou um boicote ao periódico oficial do regime. Kádár retomou a ofensiva contra os conselhos nos dias 4 e 5 de dezembro. Ele prometeu permissão para funcionarem nas empresas, estritamente limitados a questões econômicas, mas prendeu as principais lideranças radicais e decretou a dissolução dos comitês revolucionários.

Em resposta à onda repressiva, greves começam a eclodir por todo o país e o Conselho de Budapeste novamente chamou por uma greve de 48h, que ocorreu, com força total, nos dias 11 e 12, a despeito da implementação de lei marcial e da dura repressão sobre os conselhos e comitês. Mesclando concessões (similares às de Gomulka) e repressão, Kádár por fim conseguiu derrotar a revolução.

Mesmo assim, manifestações e paralisações esporádicas se estenderam até janeiro de 1957. (Broué, 2006, p. 136-182; Claudín, 1983, p. 157-158; Brown, 2006, p. 282-288; Crampton, 1997, p. 299-300)

Conforme destaca J. R. Crampton, algumas consequências da revolução derrotada foram a de-coletivização da terra por ação direta dos produtores; um grande êxodo para fora do país, de mais de 200 mil pessoas; um grande expurgo nas forças armadas; execução de 2500 revolucionários após julgamentos-relâmpago; e cerca de 3 mil mortes em combate. (Crampton, 1997, p. 301-302)

Na avaliação de Broué, a ausência de uma liderança revolucionária, na forma de um partido marxista enraizado na classe trabalhadora, permitiu que lideranças conciliadoras assumissem a frente da revolução e desperdiçassem suas energias com negociações e vacilações que deram tempo à burocracia stalinista para recuperar o poder. Essa avaliação é compartilhada por um dos protagonistas da revolução, Bálasz Nagy (mais conhecido como “Michel Varga”), um dos líderes do Círculo Petöfi, que foi ganho para o trotskismo após se exilar na França e ter contato com Broué. Em um texto de 1966, Nagy faz uma autocrítica do fato da liderança da revolução ter tido uma orientação reformista e gradualista e não ter almejado erguer um poder político próprio dos conselhos proletários. (Broué, 2006, p. 182-187; Nagy, 2006, p. 212-217) Não obstante, a Revolução Húngara demonstrou o enorme potencial revolucionário da classe trabalhadora em sua luta contra o stalinismo, por um socialismo verdadeiro, internacionalista e baseado no autogoverno da classe trabalhadora.

Desdobramentos e deslocamentos

O “outubro polonês” e a Revolução Húngara levaram ao fortalecimento de vozes opositoras na URSS, ainda que com alcance limitado. Nas universidades de Moscou e Leningrado houve grande agitação estudantil ao longo do segundo semestre de 1956, e surgiram diferentes grupos clandestinos reivindicando um “retorno a Lenin” e falando em “neobolchevismo”. O regime respondeu duramente e centenas de estudantes foram expulsos de Moscou e 2 mil de Leningrado.

De forma mais ampla, o regime na URSS passou por recrudescimento como forma de evitar possíveis rebeliões. Isso se deu principalmente na forma de uma campanha contra o “revisionismo”. Ao mesmo tempo, novas concessões materiais foram feitas e tanto a Polônia quanto a Hungria receberam grandes recursos da URSS para fazer o mesmo. (Broué, 1996, p. 169-173)

Não obstante, em 1957, no XXII Congresso do PC da URSS, Krushev ensaiou outra rodada de “de-stalinização”. Assim, em termos gerais, o imediato pós-1956 no “bloco soviético” foi marcado por uma nova fase repressiva, que combinou concessões econômicas secundárias com ofensiva contra o “comunismo nacional” e o “revisionismo”. Mas não se tratou de um retorno ao terror dos anos 1930-40.

Claudín ressalta que se deu um “esgotamento da via stalinista clássica”, baseada no terror e no rígido controle dos Estados-satélites. A década de 1960 como um todo, tanto pelas pressões vindas de baixo, quanto pela orientação vinda de Moscou, foi um período de regimes mais “moderados” e marcados por particularidades nacionais, no lugar da centralização extrema na URSS (com exceção da Albânia e Romênia). Tais pressões de baixo atingiram um novo ápice em 1968, ano em que também foi encerrado o novo ciclo contestatório, com o esmagamento da “Primavera de Praga” tchecoslovaca.

Já os anos 1970 e, em especial, 1980, foram marcados por intensos protestos e degradação da capacidade da burocracia de manter o controle, em um contexto de deterioração da economia em decorrência da gestão burocrática, e fortalecimento dos nacionalismos. Todavia, nos anos 1980, ocorreu uma crescente associação pela população do “bloco soviético” entre socialismo e stalinismo, de forma que as revoltas dessa época se deslocaram da defesa de um socialismo democrático para a de retorno do capitalismo, igualado a democracia e boas condições de vida. Ao mesmo tempo, setores da burocracia atuaram em prol de uma restauração, para virarem burguesia.

Referências

- BEREND, Ivan. *Central and Eastern Europe, 1944-1993: Detour from the periphery to the periphery*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- BROUÉ, Pierre. “La revolución de los consejos obreros” [1956]. In: YANG, Elizabeth Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.
- BROUÉ, Pierre. *União Soviética da revolução ao colapso* [1996]. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BROWN, Archie. *Rise and Fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. *A oposição no “socialismo real”: União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-eslováquia, 1953-80* [1981]. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CRAMPTON, R. J. *Eastern Europe in the Twentieth Century - and After* [1994]. New York: Routledge, 1997.
- DALE, Gareth. *17 de junio de 1953* [17/06/2017]. Disponível em <<https://www.vientosur.info/spip.php?article12755>>. Acessado em 02/02/2019.
- GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. “Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale”. *Quatrième Internationale*, n. 62, juillet 1953.
- KRAMER, Mark. “The Early Post-Stalin Succession Struggle and Upheavals in East-Central Europe: Internal-External Linkages in Soviet Policy Making (Part 1)”. *Journal of Cold War Studies*, vol 1, n. 1, 1999, 16-22.
- KRAMER, Mark. “The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland:

Reassessments and New Findings”. *Journal of Contemporary History*, v. 33, n. 2, April 1998.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, p. 1380141, março de 2016.

MONTEIRO, Marcio Lauria. “As análises de Trotski sobre a URSS e o stalinismo”. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, v. 23, n. 2, ano XII, p. 176-207, nov. 2017.

NAGY, Bálasz. “La actualidad del Programa de Transición” [1966]. In: YANG, Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.

PELZ, William. *A People's History of Modern Europe*. London: Pluto, 2016.

SPRENGER, William. E. “German Workers Shake Party Bosses. Struggles Reaching New Heights”. *Socialist Outlook*, n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída. O que é e para onde vai a URSS [1936]*. São Paulo: Sundermann, 2005.

Recebido em 31 de março de 2019

Aprovado em 18 de novembro de 2019

Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina

Fascism and Counter-Insurgency: An outline of the marxist dependency theory contributions on the nature of the states of exception in Latin America

Gustavo Santos da Silva*

Resumo

Neste artigo se almeja recuperar brevemente algumas contribuições da teoria marxista da dependência em torno da questão dos Estados de exceção na América Latina. Ainda pouco explorado no Brasil, o conceito de Estado Contrainsurgência em Ruy Mauro Marini nos permite refletir sobre as particularidades e finalidades que tomam os Estados autoritários (ditaduras ou não) nos países de capitalismo dependente. Como marco histórico, retomarei o debate protagonizado em 1978 no periódico *Cuadernos Políticos* por Pío Garcia, Augustin Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. O fundo histórico da discussão se passa em torno da abertura lenta e gradual da ditadura civil-militar brasileira, simbolizada pela lei de anistia (1979), e a política de direitos humanos promovida pelo presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981), na qual foi modificada a estratégia geopolítica dos EUA para a América Latina.

Palavras-chave: Estado de Contrainsurgência; Fascismo na América Latina; teoria marxista da dependência.

Abstract

This article aims to briefly recover some contributions of the Marxist theory of dependency on the issue of Latin America states of exception. Still poorly known in Brazil, the concept of State Counter-insurgency in Ruy Mauro Marini allows us to reflect upon the particularities and purposes of authoritarian states (dictatorships or not) in the countries of dependent capitalism. As a historical mark, I will retake the debate in 1978's journal "Cuadernos Políticos" by Pío Garcia, Augustin Cueva, Ruy Mauro Marini and Theotonio dos Santos. The historical background of the discussion is about the slow and gradual opening of the Brazilian civil-military dictatorship, symbolized by the Amnesty Law (1979), and the human rights policy promoted by US President Jimmy Carter (1977-1981), in which the US geopolitical strategy for Latin America was modified.

Keywords: Counterinsurgency State; Fascism in Latin America; Marxist theory of dependence.

* Mestrando pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Introdução

Há 40 anos era emitido o decreto de anistia política¹ na ditadura civil-militar que assolava o Brasil desde 1964. Esse processo de 15 anos que conduziu milhares de brasileiros ao cárcere, à tortura e à clandestinidade, também afetou gravemente a formulação do pensamento crítico e social endógeno no país. Toda uma geração (ao menos) foi privada de ter contato com mentes originais que formulavam ciência atrelada a revolução social. O marco desses 15 anos ainda demonstrava o sintoma das profundas transformações pelas quais passou o Brasil ao consolidar seu caráter subimperialista na região durante o período (1964-1979).

Dentro desse contexto, teóricos como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros intelectuais que formularam a original contribuição ao marxismo chamada teoria marxista da dependência foram penalizados não apenas com impossibilidade de viver em suas pátrias, mas também de tornar conhecidas suas elaborações, o que foi agravado por uma série de deturpações de suas formulações por adversários intelectuais/políticos², seja intencionalmente ou por incompreensão da originalidade emitidas

¹ Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979

² Para citar apenas um clássico de deturpação das elaborações dos teóricos marxistas da dependência ver SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique, "As desventuras da dialética da dependência" In: Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979. Artigo esse que centrava as críticas as teses de Marini sob acusação de que essas condenavam as economias latino-americanas a inevitável estagnação. A resposta de Marini foi redigida ainda em 1978 no artigo "As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)" inédito no Brasil até o ano 2000 (Marini, 2000c, pp. 167-241).

nos novos conceitos como: superexploração da força de trabalho³, intercâmbio desigual⁴ e subimperialismo⁵.

³ Confundida com categorias como taxa superior de mais-valor, circulacionismo, sinônimo de mais-valor absoluto, entre outras, a categoria superexploração da força de trabalho é definida por Marini como o fundamento da dependência, que consiste na tendência negativa do valor contida na lei do valor, onde a força de trabalho é submetida a mecanismos que permitem rebaixar seu valor transferindo para o fundo de acumulação através de formas como: o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais, o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais e/ou hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Tal conceito aparece pela primeira vez no ensaio “Dialética da Dependência” (1973): (Luce, 2018, pp. 135-196); (Marini 2000, pp. 105-166).

⁴ Marini define o intercâmbio desigual da seguinte forma: “Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias exprime a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (...) É assim como, por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. Isto se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira se apropriam os capitais individuais do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo a nível da concorrência entre nações industriais e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas de intercâmbio se exercem de maneira plena; isto não quer dizer que não se verifique também entre estas últimas principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção.

No segundo caso- transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta.” (Marini, 2000b, pp.120-121).

⁵ A categoria subimperialismo poder ser compreendida como um estágio desenvolvido do capitalismo brasileiro consolidado com a ditadura civil-militar inaugurada em 1964, onde o traço fundamental se realiza através da cooperação antagônica na integração da economia brasileira ao imperialismo. Tal integração se realiza em posição subalterna, ou seja, sócio menor do imperialismo, sendo chamado por Castelo Branco como “política de interdependência continental” e de “barganha real” por Golbery do Couto e Silva, onde não sendo possível o Brasil escapar da influência dos EUA, cabia somente aceitar de forma consciente a submissão e buscar uma associação vantajosa em que se garantisse um quase monopólio brasileiro no Atlântico Sul. Desse modo Marini compreende o subimperialismo como a extensão do imperialismo estadunidense na América Latina, onde esse caráter que adquire o capitalismo brasileiro demanda de sua burguesia a intensificação da exploração da classe trabalhadora como forma de compensar a baixa competitividade de suas mercadorias nos mercados externos, proporcionando uma extração de uma massa maior de mais-valor. (Marini, 2000b, pp. 49-72).

Em 1978 a revista mexicana *Cuadernos Políticos*⁶ publicava um rico, denso e polêmico debate protagonizado por Pío Garcia, Augustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos sobre a questão do fascismo na América Latina. O debate girava em torno da questão de existência ou não de fascismo na América Latina (principalmente no que se referia as ditaduras então vigentes). Caso a resposta fosse positiva, que tipo de fascismo seria esse? Um fascismo dependente? Um fascismo *criollo*?

Antes de reproduzir as contribuições específicas dos autores citados sobre a questão do fascismo e dos Estados de exceção em países de capitalismo dependente, precederei rumo a uma introdução sobre a necessidade de (re)conhecer e reatualizar o conceito de Estado de Contrainsurgência frente à atual conjuntura histórica latino-americana. Ainda de forma breve, buscarei situar as mudanças de conjuntura geopolítica em que se inseria o debate e o momento em que se encontrava a atuação dos teóricos marxistas da dependência, sobretudo Ruy Mauro Marini em torno do decreto da lei de anistia e distensão política da ditadura brasileira.

Atualidade do debate em torno do caráter dos Estados de exceção na América Latina

Em 2019 se comemora 10 anos do golpe de Estado em Honduras que depôs o presidente Manuel Zelaya. Desde então, Honduras viveu mais dois golpes de Estado, ambos de caráter eleitoral que impediram a oposição de ascender ao governo. Nesses 10 anos a pobreza no país passou de 58% para 70%, chegando a pobreza extrema a afetar 36% da população (UNICEF, 2019)⁷. A crise inaugurada com o processo golpista acentuou ainda a superexploração da força de trabalho e conduziu o país a grave crise humanitária e migratória na América Central, consolidando como a região com o maior índice de homicídios no planeta (Prensa Latina, 2019)⁸. Essa situação foi agravada pelas centenas de assassinatos de

⁶ O periódico *Cuadernos Políticos* foi publicado entre 1974-1990 pela Editorial Era, e reunia em torno de sua elaboração uma ampla gama de intelectuais prestigiados e exilados no México devido as ditaduras que assolavam seus países de origem. Seu conselho editorial era composto por: Bolívar Echeverría, Ruy Mauro Marini, Carlos Pereyra, Adolfo Sanchez Rebolledo e Neus Espresate. Atualmente a leitura é disponível no sítio da Universidad Autónoma de México (UNAM): <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.unicef.org/ODM1.pdf>>, acesso em 27/08/2019.

⁸ Disponível em: <<https://www.prensa-latina.cu/index.php?o=rn&id=289619&SEO=honduras-uno-de-los-paises-mas-violentos-de-centroamerica-segun-onu>>, acesso: 23/08/2019.

líderes sociais, entre os quais o de maior expressão foi o homicídio da líder cam-pesina Berta Cáceres em 2 de março de 2016⁹.

A situação de golpe parlamentar se repetiria em 2012 no Paraguai, des-tituindo o governo de Fernando Lugo, primeiro a quebrar a hegemonia do bi-partidarismo entre Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e Partido Colorado vigente desde dos anos 1870 (fim da Guerra da Tríplice Aliança). Circunstância reprisada sob forma mais sofisticada no Brasil em 2016, com a destituição da pre-sidenta Dilma Rousseff, antecedida pelo ataque econômico-midiático ao pero-nismo, possibilitando a subida de Mauricio Macri à presidência da Argentina. Além disso a obscura ascensão de Lenín Moreno no Equador, que ao sair vitorio-so do pleito como candidato continuador da *Revolución Ciudadana* colocou em prática o programa neoliberal derrotado nas urnas, se alinhando ao Consenso de Washington, esvaziando espaços de integração regional como a UNASUR, para-lisando os acordos de paz entre o governo colombiano e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN); e reforçando em conjunto com os governos filo-fascistas de Ivan Duque (Colômbia), Jair Bolsonaro (Brasil) e o Grupo de Lima o cerco e a hostili-dade imperialista à República Bolivariana da Venezuela, à Nicarágua e a Cuba, *tríade* considerada pelo governo dos EUA como novo “eixo do mal” (RT, 2019)¹⁰.

Essa particular conjuntura, inaugurada com o golpe de Honduras (2009), coincide cronologicamente com a eclosão da crise internacional do capital em 2008 e, nos permite pensar uma reconfiguração da contrarrevolução na América Latina, tendo como premissa que a política de contrarrevolução ou doutrina de contrainsurgência (que abordaremos ao longo do artigo) não é aplicável apenas em casos de possibilidades de rupturas revolucionárias. Também é aplicável quando determinadas reformas implicam modificações desfavoráveis à acumu-lação calcada na superexploração da força de trabalho, assim como quando se modifica a correlação geopolítica em desfavorecimento ao centro imperialista estadunidense e se desenvolvem políticas do ponto de vista estratégico que al-mejam algum tipo de soberania/autonomia nacional sob perspectiva econômica, leia-se a negação à transnacionalização de determinados recursos estratégicos.

Pouco antes da finalização do presente artigo, tomamos conhecimento de

⁹ Berta Cáceres (1971-2016) foi uma destacada liderança popular, indígena, cam-pesina, feminista e ambientalista em Honduras, foi uma das fundadoras do Consejo Cívico de Organizaciones Popu-lares e Indígenas de Honduras (COPINH), sendo ativa na resistência e mobilização popular contra o Golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya em 28 de junho de 2009; foi assassinada por paramilitares em 2 de março de 2016 na cidade hondurenha de La Esperanza, departamento de Intibucá.

¹⁰ Disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/312045-eeuu-imponer-nuevas-sancio-nes-cuba-venezuela>>, acesso: 28/08/2019.

acontecimentos *en pleno desarrollo*¹¹ que serão fundamentais para os desdobramentos das lutas de classes na América Latina e que reforçam a urgência sobre a necessidade de compreensão da natureza das contrarrevoluções e dos Estados de exceção na região. O governo plurinacional da Bolívia, liderado pelo presidente Evo Morales e o Movimiento al Socialismo (MAS) é sucumbido por um golpe militar, no qual perpassam interesses estratégicos geopolíticos/econômicos, sobretudo quanto à produção de lítio (National Geographic, 2019)¹², incrementados por fatores da correlação das classes sociais internas, motivados por um combustível de conteúdo racista, que fornece uma tonalidade ao neoliberalismo na Bolívia semelhante a um tipo de *apartheid* (Kohan, 2019)¹³.

A situação regional se torna ainda mais complexa devido as imensas mobilizações populares como resposta ao genocídio neoliberal em Equador, Chile e Haiti, e com o retorno do peronismo ao governo argentino através da vitória eleitoral de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, que apontam em alguma medida, para uma falência precoce da sustentabilidade de tal modelo econômico sem o uso intensivo da força como método de coerção.

Transição a “democracia viável”, a nova política de direitos humanos de Jimmy Carter para a América Latina

Em 1977, ano que o democrata Jimmy Carter assumiu a presidência dos EUA, Ruy Mauro Marini, em seu segundo exílio no México¹⁴, passou a publicar uma série de artigos sobre a mudança estratégica da política estadunidense para a América Latina. O primeiro desses artigos foi redigido em inglês chamado *A new face of counterrevolution* (Marini, 1977)¹⁵, no qual avaliava as mudanças internas no Brasil e em outros países da região em ritmo que indicava a passagem das ditaduras vigentes para “democracias viáveis” ou “democracias governáveis”,

¹¹ Referência à Walter Martínez, jornalista uruguaio e correspondente de guerra conhecido pelo bordão “en pleno desarrollo” no seu programa televisivo sobre geopolítica chamado Dossier, no ar na televisão venezuelana desde 1990.

¹² Disponível em: <<https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/2042-litio-na-bolivia-a-febre-do-ouro-branco>>, acesso em: 13/11/2019.

¹³ Disponível em: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/golpe-de-estado-en-bolivia-2>>, acesso em: 16/11/2019.

¹⁴ Com o golpe de 1964 Marini se desliga da UnB onde lecionava e se desloca ao Rio de Janeiro onde é preso em maio de 1964 sendo torturado sistematicamente no Centro de Informação da Marinha (Cenimar). Recebendo *habeas corpus* parte para seu primeiro exílio no México, sendo acolhido na UNAM. Em 1969 migra para o Chile devido a perseguição e censura enfrentada na universidade mexicana, onde era ativo tanto politicamente como dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), quanto academicamente no Centro de Estudios Socioeconômicos (Ceso). Com o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile se refugia no Panamá e retorna a UNAM no mesmo ano. Com a lei de anistia (1979) regressa ao Brasil depois de 15 anos e retorna definitivamente a sua pátria de nascimento em 1984.

¹⁵ Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/345_new_face_counterrevolution.pdf>, acesso: 22/08/2019.

na qual a tutela ou a transição para as novas “democracias” poderiam ser geridas por um quarto poder (exercido pelas forças armadas).

A proposição de tal tendência na modificação do semblante dos Estados na América Latina ao ser defendida em encontros como o do Núcleo de Estudos do Caribe e da América Latina (NECLA, 1977) esbarrou com forte resistência e oposição inclusive entre antigos colaboradores de Marini, como André Gunder Frank. O prolífico debate da ocasião acabou resultando em ensaios de magnitude extra-conjunturais, sucedendo não apenas na citada edição de *Cuadernos Políticos*, mas também em outros artigos publicados na *Monthly Review en Castellano* (Espanha), *Cuadernos del Celta* (México), *Socialism in the world* (Iugoslávia), *Boletín de la Asociación Latinoamericana de Información*, entre outros (Marini, 2011, pp. 105-106).

Fugindo de uma interpretação anacrônica, e sabendo que a URSS desaparecia em 1991, e a República Federal da Alemanha (RFA) anexaria a República Democrática Alemã (RDA) um ano antes, é possível recuperar o contexto da segunda metade dos anos 1970 em que os EUA, acumulavam uma série de derrotas, principalmente no plano ideológico na Guerra Fria. Regimes coloniais apoiados pelos EUA eram implodidos por processos de liberação nacional como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, além do desmoronamento de ditaduras como a de Somoza na Nicarágua pelos sandinistas com apoio de Cuba e da URSS (1979), da revolução socialista no Afeganistão em 1978, da Revolução Iraniana em 1979 e da queda de regimes de extrema-direita na periferia da Europa como Portugal, Espanha e Grécia. Os EUA perdiam prestígio e autoridade no plano internacional ao apoiar ditaduras genocidas na América Latina (Brasil, Chile, Uruguai, Argentina) e regimes como o de segregação racial (*apartheid*) na África do Sul.

A chegada de Jimmy Carter na Casa Branca marcaria pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial um governo nos EUA que assumiria a pauta dos direitos humanos (pelo menos enquanto elemento retórico na política externa), ao mesmo tempo em que as ditaduras do Cone Sul ocupavam até então um papel de desenvolvimento atrelado ao capital financeiro-internacional, com o objetivo de desenvolver sua condição subimperialista em posição de sócio menor do imperialismo estadunidense (Brasil), ou então se situavam como laboratório de experiências desindustrializantes/neoliberais (Chile, Argentina), no qual a subordinação ainda buscava liquidar os movimentos revolucionários locais e as bases sociais, sindicais e populares. Essas mesmas ditaduras ganhavam no final dos 1970 contornos não esperados pelo imperialismo, quando passam a almejar alguma autonomia em relação aos EUA, com exceção do Chile, elemento que nos permite traçar a hipótese do por quê justamente a ditadura de Pinochet teria sido a última a cair da cooperação Condor¹⁶.

¹⁶ O Plano Condor foi uma coordenação político-militar de inteligência entre as ditaduras do Cone Sul e a CIA que se articulou entre 1968 e 1989.

O Brasil com a ascensão do grupo do General Geisel à presidência (1974-1979), estabelecia modificações significativas tanto no plano da política interna, quanto da externa. A política de direitos humanos de Carter coincidia com a proposta de Geisel de “distensão lenta, gradual e segura” da ditadura para uma “democracia governável”. No âmbito das relações internacionais, o Brasil com Geisel passava à política do “pragmatismo responsável”, retomando relações com a República Popular da China e com a URSS, reconhecendo a independência das jovens repúblicas que germinavam na África, e se abstendo das sanções a Cuba, e do intervencionismo na Nicarágua e na Guatemala (Moniz Bandeira, 2011, pp. 124-127). Política totalmente contraditória com fatos internos ocorridos na mesma época como a Chacina da Lapa (1976)¹⁷ e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975), apenas para citar dois conhecidos episódios.

Frente à tentativa de relativa autonomia de ditaduras como as de Brasil e Argentina, no final dos 1970, foi inevitável a modificação da estratégia dos EUA para a região. Além das questões diplomáticas citadas acima, o Brasil tentou durante o governo Geisel incrementar o capitalismo de Estado, promovendo tentativas como o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha (Moniz Bandeira, 2011, pp. 123-124), e o acordo tecnológico-comercial com a URSS no valor de US\$ 5 bilhões (1981) (Moniz Bandeira, 2014, pp. 284-292). Essa e outras questões como a reivindicação histórica das Ilhas Malvinas pela Argentina, que resultou no conflito militar com a Inglaterra, que geraram profundo mal-estar entre os EUA e as ditaduras. Esse era o contexto paradoxal e complexo em que Marini, Theotonio dos Santos, Cueva e outros intelectuais se debruçavam para compreender a anatomia dos Estados autoritários e de exceção na América Latina, que se modificam rumo a processos de “redemocratização”.

O Estado de Contrainsurgência e o fascismo na América Latina

Intitulado *La cuestión del fascismo en América Latina*, o debate na revista *Cuadernos Políticos* começava pela exposição introdutória de Pío Garcia, no qual enumerava três questões principais para se debruçar sob o problema. Primeiro, colocava que para além de aceitar ou não a caracterização de fascismo para as ditaduras latino-americanas, tal caracterização implica diretamente a tática e a estratégia de enfrentamento a tais regimes.

Segundo, com o advento de Carter na Casa Branca, se estendiam os esforços e o almejo para a transição das ditaduras às “democracias tuteladas”, no contexto já citado de perda de legitimidade estadunidense no plano geopolítico e

¹⁷ A Chacina ou Massacre da Lapa, foi uma operação do exército brasileiro que executou três membros do Comitê Central do PC do B (Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, no local e João Batista Franco Drummond, sob tortura), quando se reuniam numa casa no bairro da Lapa (São Paulo) em 16 de dezembro de 1976.

das derrotas ideológicas e políticas que vinham sofrendo na Guerra Fria. Seria necessário então o estabelecimento de formas de governos mais flexíveis nos países aliados à estratégia imperialista do país do norte. Por último, se a questão da caracterização como fascista (ou não) das ditaduras na América Latina implicava diretamente a tática e a estratégia de enfrentamento a essas, logo implicaria também o plano das alianças políticas a serem estabelecidas pelos partidos e agrupamentos operários e revolucionários. Frente ampla ou frente de classe?

O equatoriano Augustín Cueva iniciava sua colaboração ao tema retomando a contribuição leninista de Dimitrov, assinalando que a caracterização de um regime como fascista está longe de constituir uma fórmula capaz de revelar qual é a linha política concreta e correta para seguir ao enfrentamento de tais regimes. A caracterização de um governo ou Estado como fascista não encerra a análise da situação nacional. Diria Dimitrov que o fascismo adota formas diferentes em cada país, segundo as condições históricas, econômicas e sociais específicas, de modo que uma ditadura fascista poderia até mesmo manter a estrutura eleitoral da democracia liberal.

En unos países, principalmente allí donde el fascismo no cuenta con una amplia base de masas, y donde la lucha entre los distintos grupos en el campo de la propia burguesía fascista es bastante dura, el fascismo no se decide a acabar inmediatamente con el parlamento, y permite a los demás partidos burgueses, así como a la socialdemocracia, cierta legalidad. En otros países, donde la burguesía dominante teme el próximo estallido de la revolución, el fascismo establece su monopolio político ilimitado, bien de golpe ‘y porrazo, bien intensificando cada vez más el terror y el ajuste de cuentas con todos los partidos y agrupaciones rivales, lo cual no excluye que en el momento en que se agudiza de un modo especial su situación, intente extender su base para combinar —sin alterar su carácter de clase— la dictadura terrorista abierta con una burda falsificación del parlamentarismo. (Dimitrov, 1972, pp.182-183)

Em concordância com Marx (1979) em *Crítica ao programa de Gotha*, onde o “Estado atual” muda de acordo com a fronteira de cada país e com a tese dos “elos mais fracos” do capital contida em *O imperialismo* de Lenin (1984)¹⁸, Cueva fornece a compreensão de analisar o fascismo dentro dos marcos do desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, não através do esquema mecânico (países desenvolvidos x países subdesenvolvidos), mas como processos de

¹⁸ Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>, acesso em: 01/08/2019.

desenvolvimento heterogêneo, em que o Estado pode nesses “elos mais fracos” tomar determinadas formas mais avançadas e complexas, sem que se amadureçam as formas econômicas mais desenvolvidas sob a perspectiva das forças produtivas.

Para Cueva a América Latina consistiria em um desses “elos mais fracos” do capitalismo mundial nos tempos de imperialismo. Diferentemente da Europa um dos “elos fortes” onde o sistema conta com determinadas “reservas” para estancar os efeitos sociais e políticos das crises, de tal modo que as burguesias desses “elos” podem continuar apresentando-se como “hegemônica” mesmo quando permitem escapar determinados aparelhos do Estado para classes antagônicas (sem deixar descarretar em processos revolucionários que comprometam a hegemonia), nas “zonas periféricas” como a América Latina, onde qualquer situação de crise econômica e/ou política conduz a situações objetivas de rupturas, acentua-se a radicalidade das classes subalternas na possibilidade revolucionária.

Desse modo, Cueva sinaliza que o fascismo na América Latina é um sintoma do desenvolvimento desigual das contradições do sistema capitalista, e antes de se avaliar os fatores externos do fascismo na América Latina, deveria buscar-se a dinâmica interna dos “elos mais fracos” do imperialismo nos momentos de crise internacional.

Assim, Cueva apontava que não existe um “modelo” econômico fascista. Para ele o fascismo é uma categoria política. No entanto, existe uma política econômica do fascismo em exercício de sua dominação. Nessa o terror fascista permite acelerar o cumprimento de determinadas tarefas econômicas “obstruídas” pelas lutas de classes e a implementação de algumas políticas econômicas reacionárias atreladas ao capital monopólico necessita de uma boa dose de terror.

O fascismo na América Latina acelera e aprofunda até o limite a acumulação do capital baseada na remuneração do trabalho abaixo de seu valor histórico. Aqui Cueva vai ao encontro do conceito de superexploração de Marini, ainda que fosse crítico do seu uso¹⁹. Podemos negociar essa contribuição de Cueva atualizando-a como possibilidade de pensar o fascismo na América Latina, para o qual uma das tarefas poderia ser a exacerbação da superexploração.

Para Cueva o fascismo ainda teria a incumbência de acelerar o processo de concentração e centralização do capital na formação social em que é implementado, reordenando a estrutura industrial e logo a composição orgânica do capital, implicando num reordenamento do próprio bloco político de poder burguês.

¹⁹ Cueva foi defensor da corrente endogenista do marxismo, ou seja, que pondera os fatores internos na explicação dos fenômenos históricos e sociais, e criticava o conceito de superexploração em Marini, ao que considerava como nada mais que sinônimo de pauperização. Ver: Cueva (1979) e Luce (2018, pp. 145-146).

Desse modo, o fascismo na América Latina ocupa ainda o lugar de precipitar o processo de transnacionalização das economias. Transnacionalização essa que para Cueva não significa “suicídio” das burguesias monopolistas locais, mas sim a possibilidade de estabelecer melhores condições relativas de extração de mais-valor.

Aqui Cueva vai ao encontro outra vez, de Marini, quando esse autor resgata a tese da Interdependência Continental de Castelo Branco e de Costa e Silva (formado pela Fort Benning e chefe da SNI), na qual defendiam que o Brasil deveria aceitar passivamente o papel subalterno no continente dada sua impossibilidade de superar os EUA como potência hegemônica continental, preferindo dessa forma uma associação com o imperialismo em que em contrapartida poderia obter um reconhecimento de “quase” monopólio na América do Sul, “quase” devido as pretensões históricas de subimperialismo argentino (Marini, 2000a, p. 59).

Logo o fascismo na América Latina não se vincularia a uma “burguesia burocrática” como nos casos clássicos europeus, mas sim a uma fração monopolista interna associada ao capital transnacional. Cueva retoma aqui a importante contribuição de Eberhardt Hackethal (1976, pp. 181-186) em pensar as ditaduras que assolaram a América Latina após a crise eclosão da crise de 1929, como o Estado Novo no Brasil ou o período da Década Infame na Argentina. Foram ditaduras de tipo de Estado burocrático-autoritário, pois ainda que usassem métodos fascistas e nutrissem algum tipo de simpatia pelo nazifascismo, essas ditaduras não se apoiavam em elementos monopolistas da burguesia local, e eram muito mais resultado da deformação do desenvolvimento capitalista interno e da correlação de forças das classes exploradoras.

Para Cueva o fascismo na América Latina ocupou o ascenso inequívoco da consolidação de um capitalismo monopolista de Estado, supondo uma redefinição das funções econômicas do Estado, ainda que esse papel centralizado na política de terror estatal pudesse significar a transição de empresas públicas para a privatização em benefício do capital transnacional, desmantelando as políticas de “gastos públicos”, mesclando a face autoritária do Estado com a política econômica ultraliberal. Vale aqui lembrar do caso da ditadura do Processo de Reorganização Argentina (1976-1983), como fruto do fracasso dos golpes da Revolução Libertadora (1955) que derrubou Perón e a ditadura autointitulada Revolução Argentina (1966), que tentou repetir o modelo golpista brasileiro de 1964. A ditadura inaugurada em 1976 se apoiou fundamentalmente em dois pilares: na reorganização econômico-social do país através de uma política de desindustrialização e na liquidação física do movimento popular e revolucionário. Rearranjo esse que resultou na maior dívida externa *per capita* do mundo, forjando na classe dominante uma idealização de um país da *belle époque* portenha (1880-1920), baseada na exportação de carnes e cereais buscando reconstituir um

país bucólico e idílico, sem excesso de população, sem agitação social e importando tudo que necessitasse (Moniz Bandeira, 2014, p.292).

Por fim, Cueva apontava naquele momento de 1978, que as derrotas impostas pelo fascismo na América Latina aos grupos políticos populares e/ou revolucionários conduziam a modificações na organização tática e estratégica das esquerdas, levando também diversos agrupamentos políticos à capitulação com as ilusões “eurocomunistas” e de “democracia como valor universal”, rejeitando as saídas de rupturas e superação revolucionárias, o que James Petras intitularia de metamorfose dos intelectuais latino-americanos e que Luiz Carlos Prestes chamaria de “defesa de democracia abstrata e acima das classes sociais”²⁰, dentro do contexto de transições às “democracias governáveis”, questão que iremos retomar nas considerações finais.

Entremos agora na contribuição de Ruy Mauro Marini e sua importante conceituação de Estado de Contrainsurgência. Marini começava sua exposição atentando ao caráter das ditaduras militares como um processo ramificado em três vertentes que assume a contrarrevolução na América Latina desde a Revolução Cubana (1959) e que apresenta sua primeira forma sob o governo de Rómulo Betancourt na Venezuela, também em 1959.

A primeira vertente da Contrarrevolução latino-americana está no contexto da mudança da estratégia global norte-americana entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, em que as vitórias de processos revolucionários como Argélia, Congo, Cuba, Vietnã, estabeleceram um maior equilíbrio geopolítico na bipolaridade da Guerra Fria (EUA x URSS), tornando necessária a modificação das doutrinas militares por parte de Washington. Nesse contexto se realizou um amplo contingente de transplantação de mecanismos militares e forças convencionais para a América Latina, e seriam criados corpos especializados em guerras não convencionais como os Boinas Verdes (1952). Nascia nesse contexto a Doutrina de Contrainsurgência ancorada em três aspectos: aniquilamento dos adversários, conquista de bases sociais e institucionalização da doutrina.

Na Doutrina de Contrainsurgência, o aspecto do aniquilamento político, conduziria a uma luta política com enfoque militar, semelhante ao fascismo, na qual o inimigo não deveria ser apenas derrotado, mas aniquilado fisicamente. Tal Doutrina via os movimentos revolucionários e/ou insurgentes como um câncer a ser extirpado, suprimido, aniquilado. Porém diferentemente do fascismo clássico, a Contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa. Almeja apenas sua limitação ou suspensão enquanto a subversão deve ser aniquilada. Mediante a reconquista de bases sociais, se deve marchar à fase da institucionalização, restabelecendo a democracia burguesa, após a saúde do organismo social infectado ter sido recuperada.

²⁰ “Cf. Petras (1988, pp. 81-86) e Prestes (1980).”

A segunda vertente da Contrarrevolução latino-americana se realiza como razão da transformação estrutural das burguesias *criollas* em blocos políticos dominantes, nos quais passam a integrar-se economicamente com o sistema de produção imperialista, descarretando num afunilamento das lutas de classes na América Latina. Essa integração corresponde junto à superexploração da força de trabalho, à centralização do capital em um polo da sociedade e à crescente proletarização da pequena-burguesia e dos setores médios.

Esse marco da vertente contrarrevolucionária conduz necessariamente a uma ruptura da política de “Estado de toda burguesia”, que foi um modelo clássico de modernização dos países latino-americanos após a crise de 1929, e de instauração das políticas de substituição de importações e de aliança entre latifúndio e indústria, intermediada pelo Estado. Política essa que possibilitava a acumulação de todas as frações burguesas, ainda que em desigualdade. Porém nessa nova fase de hegemonia oligopólica estadunidense no pós-1945:

las demás fracciones burguesas deben subordinarse a la burguesía monopólica, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopólico, mientras que la pequeña burguesía, aunque sin dejar de ser privilegiada en la alianza de clases en que reposa el nuevo poder burgués, es forzada a aceptar una redefinición de su posición, pierde importancia política y queda, ella también, totalmente subordinada, con sus condiciones de vida vinculadas a las iniciativas y al dinamismo de la burguesía monopólica. (Marini, 1978, p. 30)

A terceira vertente da Contrarrevolução se realizou justamente como resposta à radicalização dos movimentos “populistas” ou policlassistas, ao entrar em contradição com o imperialismo, devido a acentuação do nacionalismo comprometendo em alguma medida o padrão de exploração da mais-valor na região (superexploração). Processos como a Revolução Boliviana em 1952, Revolução Guatemalteca entre 1944-1954, os governos Peronistas na Argentina entre 1946-1955, o governo democrático de Vargas entre 1951 e 1954, e o auge na Revolução Cubana que declararia seu caráter marxista-leninista em 1961, sinalizaram o ascenso dessa vertente contrarrevolucionária, principalmente devido às brechas permitidas nesses estados de “toda nação” à politização, participação e mobilização dos movimentos operários e camponeses, assim como o aumento da influência da pequena-burguesia intelectual progressista.

Diferentemente do fascismo europeu que aglutinou uma ampla massa da pequena-burguesia, de outros setores médios e de parte importante da superpopulação relativa (desempregados e operários sem atividade), a burguesia monopólica na América Latina não reunia qualquer apoio de massas que lhe permitisse

enfrentar nas urnas ou nas ruas o movimento popular. Por isso utilizou-se do aparelho estatal para implementar através da força suas pautas econômicas. Contudo, as camadas burguesas não monopólicas apesar de em alguma medida prejudicadas com o caráter que o Estado toma na América Latina, não deixam de apoiar sua política contrarrevolucionária pois a mesma doutrina é a síntese das relações de exploração em que essa burguesia garante sua sobrevivência.

Marini definia o Estado de Contrainsurgência como o Estado Corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas, independente de regime político ter uma forma “democrática” ou ditatorial. Desse modo esse tipo de Estado que se desenvolveu através das ditaduras que se sucederam após 1964 com o golpe no Brasil, apresentava algumas similitudes com o Estado Fascista. Porém sua peculiaridade era resultante da essência corporativa e da estrutura de funcionamento que dali surgia. Para Marini chamar o Estado simplesmente de fascista não fazia avançar a compreensão de suas particularidades e seu significado.

Em 1978 Marini ressaltava que a contrarrevolução (ao menos no Brasil) entrava em sua fase de institucionalização (terceira fase). Ou seja, já havia passado pelas fases do aniquilamento político dos adversários (torturas, mortes e expulsões da pátria), assim como fundamentado sua base social de apoio, na consolidação do caráter subimperialista do Brasil. Conectado às modificações estratégicas tanto no centro imperialista, quanto na periferia do capital, Marini atentava à necessidade de legitimação de dominação norte-americana que conduzia às ditaduras às “democracias governáveis”.

Na época sinalizava a tutela da transição por um quarto poder, exercido pelas forças armadas, perspectiva que se demonstrou correta desde a lenta e gradual transição que somente seria completada nas eleições presidenciais de 1989, que conduziram o neoliberalismo ao caráter de política de Estado. Outra questão que retomaremos nas considerações finais.

A contribuição de Theotonio dos Santos ao debate no *Cuadernos Políticos*, se limitava a uma breve diferenciação conceitual entre fascismo como movimento político e fascismo como regime político. No entanto, o mesmo autor um ano antes (1977) havia publicado uma seminal obra sobre a questão do fascismo na América Latina sob a perspectiva da teoria marxista da dependência, ainda se debruçando sob uma profunda caracterização da especificidade do bonapartismo nesse tipo de formação social. A obra se chama *Socialismo ou fascismo*.

Nessa obra Theotonio dos Santos divide o fascismo em duas vertentes: uma expansionista e outra defensiva. A primeira é o modelo clássico aplicado principalmente ao nazismo alemão, apoiado no grande capital, onde essa burguesia, após ter esgotado todas as possibilidades apoia o aventureirismo de movimentos calcados na pequena-burguesia e na classe média, (ojeriza a possibilidade futura de proletarização), e estabelece um regime calcado em pretensões expansionistas do seu capital, na política do terror e da ideologia irracionalista.

Em outros países mais atrasados, como Itália, Portugal e Espanha, o fascismo teria tomado sua forma defensiva, através de um sistema corporativo, com o objetivo de se defender do capital estrangeiro e manter sua política colonial, tentando expandir sua indústria através da política da guerra. O fascismo em ambas as vertentes não aplica *ipsis litteris* as ideias confusas e demagógicas dos movimentos que lhe dão origem, pois não conseguiria sobreviver baseado no irracionalismo. Desse modo, como qualquer processo político, é fruto de pragmatismo e não se diferencia essencialmente do Estado liberal, ainda que sua forma seja diferente, visando eliminar a distinção entre sociedade civil e Estado (Santos, 2018, pp. 311-312). No Brasil e na América Latina como um todo o fascismo teria esse caráter defensivo, ou também poderia ser chamado de fascismo dependente.

Theotonio dos Santos ainda ressalta o importante papel que o Brasil passa a ocupar na geopolítica do subcontinente latino-americano, após 1964, como base de apoio a política regional dos EUA, como na ocupação em Santo Domingo em 1966 protagonizado pelo Brasil e a exportação do modelo de golpe, quando na Argentina também em 1966, ascende o governo militar de Onganía ditadura que fracassa frente a encarniçada resistência e organização popular, simbolizada principalmente pelo *Cordobazo* (1969), as atividades guerrilheiras de grupos como a *Acción Revolucionária Peronista* (ARP), o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), os *Montoneros* e o forte aparato sindical. Ainda em 1971 o Brasil ocuparia o protagonismo no golpe na Bolívia, que conduziu o general Banzer à chefia do Estado, e apoiaria ainda os trágicos acontecimentos no Chile em 11 de setembro de 1973, e o novo golpe na Argentina em 1976, autoproclamado Processo de Reorganização Nacional, implantando uma política de extermínio ampliado devido ao fracasso dos golpes de 1955 e 1966 (*ibidem*, pp. 80-81).

Naquela conjuntura de 1977, Theotonio dos Santos não via como passageiros os regimes de direita em vigor na América Latina. Para realizar uma transição a um processo “democrático” seria necessário eliminar todos os perigos que levaram à ascensão do movimento popular no período dos anos 1950-60. Entretanto, Theotonio dos Santos não colocava a contrarrevolução instalada desde 1964 como igual ao fascismo, ainda que pudesse chegar a esse caráter. Ainda mais considerando que o fascismo poderia significar a exacerbação de uma saída bonapartista.

Como complemento é importante resgatar o conceito de *cesarismo* em Gramsci, que em muito dialoga com a ideia do fascismo como bonapartismo exacerbado. Vejamos quando Gramsci sintetiza o cesarismo através da crise orgânica dos partidos políticos:

Num determinado momento de sua história, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização. Com determinados ho-

mens que os constituem representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos, representados pelos homens providenciais ou carismáticos (...)

A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que se verifica entre as classes subalternas. Talvez faça sacrifícios., exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-a momentaneamente e serve-se dele para esmagar a adversário e desbarata seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido cívico, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo rápido e fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser desprovidos, mas nas quais prevalecem a imaturidade das forças progressistas); significa que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe de força para vencer e que também o grupo conservador tem a necessidade de um patrão. (Gramsci, 1968, pp. 55-56.)

Desse modo, levando em consideração as possibilidades do fascismo como uma forma de bonapartismo exacerbado e do conceito de *cesarismo* em Gramsci, podemos ter como ideia que a grande burguesia se aproxima dos movimentos fascistas quando esses demonstram força e as classes dominantes não encontram outra saída para a crise. Impulsionam esses movimentos apoiados na pequena-burguesia e mudam seu caráter, sendo ocupados pelo programa alinhado aos interesses da grande burguesia, que na América Latina é o imperialismo associado a grupos nacionais. Dessa forma o fascismo latino-americano somente pode ser defensivo, basicamente para impedir a revolução popular ou programas econômicos que vão contra os interesses da aliança dos grupos associados ao capital imperialista.

De todo modo o fascismo defensivo de realidades como Brasil e Argentina, também poderia se relacionar com a preservação de suas disputas em torno da hegemonia no Cone Sul. Porém como coloca Theotonio dos Santos esses países sequer conseguem hegemonizar suas economias internas, pois já iniciariam seu desenvolvimento industrial em momento que os países desenvolvidos já possuíam alta concentração orgânica de capital.

Considerações finais

James Petras (1988) em um celebre artigo publicado no final dos anos 1980 intitulado *La metamorfosis de los intelectuales en América Latina*, indicava que as ditaduras ocuparam um papel importante na modificação do mundo intelectual através de táticas empregadas que já citamos na introdução desse artigo. Para além disso essas mesmas ditaduras moldaram um novo campo intelectual atrelado a organizações de financiamento de pesquisa desde Europa, EUA e Canadá, onde a centro-esquerda, diga-se, correntes liberais e social-democratas de formação eurocêntrica passaram a ocupar lugar de destaque nas universidades latino-americanas.

Sobre a chamada transição democrática, Ruy Mauro Marini teve a ousadia de situar como a nova fase da Contrainsurgência, que transitava na sua opinião para um estágio da institucionalização da Contrarrevolução através da formação de “democracias governáveis”, implicava diretamente a perspectiva que a nova esquerda oriunda desse processo histórico passaria a ter do contexto das ditaduras.

Petras avaliava que o primeiro tipo de assistência econômica externa nas universidades dentro do contexto de transição democrática foi dirigida à crítica aos modelos econômico das ditaduras e à denúncia das violações dos direitos humanos pelos militares. A segunda onda se dirigiu aos estudos dos movimentos sociais e a terceira onda aos processos de democratização. Petras avaliava que os estudos se encaixavam num esquema comum: nos traços repressivos das ditaduras e não nos vínculos econômicos entre os militares e as elites empresariais da Europa Ocidental e dos EUA. A violência de Estado nessa perspectiva, qualificava-se sob a ótica da violação dos direitos humanos, não como expressão do domínio de classe, da eliminação física do adversário nas lutas de classes. A questão desde então passava a ser simplificada entre democracia liberal e ditadura militar, dissociando a estrutura de classe do poder ditatorial, promovendo na análise o divórcio entre Estado e sociedade civil. Tal condição acabava por criar um embate na academia que se reduziria em intelectuais orgânicos (tidos como ultrapassados) e intelectuais institucionalizados, condicionados às exigências dos financiadores.

A imagem traçada acima por Petras é exemplificada no retorno de Ruy

Mauro Marini ao Brasil após a anistia em 1979. Marini em seu Memorial (1990), escrito com finalidade acadêmica para ascensão de carreira na Universidade de Brasília (UnB), chegaria à conclusão que no momento de seu regresso ao Brasil (definitivo em 1984) se acentuou o “isolamento cultural(...) lançando-se a um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e na Europa” (MARINI, 2011, pp. 113-114). E ainda:

Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípua de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo – principalmente ao ter início a desagregação do regime, em fins dos anos 1970, uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele qualquer que fosse sua conotação política – que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo. Por outra parte, o ambiente fechado que sufocava o país resultava proveitoso para os que nele podiam entrar e sair livremente, monopolizar e personalizar as ideias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Nesse contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970, marcada por processos políticos de grande transcendência e concluída com uma revolução popular vitoriosa. (Marini, 2011, pp. 114-115)

A citação acima é importante para refletir sobre o desconhecimento da teoria marxista da dependência no Brasil, assim como a prática de claudicar em conceituação e análise estrutural e conjuntural das particularidades da sociedade brasileira e ruminar sobre a desconexão intelectual da academia brasileira com as contribuições de grande parte do pensamento social e crítico latino-americano, que, por fim, implicam incorreções táticas e estratégicas que se repetem, assim como o uso de categorias como fascismo, populismo, colonialismo etc, que apesar de possuírem forte teor emotivo, também conduzem a erros de avaliação sobre a realidade concreta.

Retomar conceitos como de Estado de Contrainsurgência e as especificidades que podem adquirir os Estados de exceção na América Latina, em especial

o fascismo na região, conduz a interpretações mais ricas e complexas para além das preocupações conjunturais, onde se acentua a superexploração da força trabalho e os revezes das políticas neoliberais, que rondam sazonalmente nos países de capitalismo dependente. Cumpre ainda a tarefa de recuperação de um pensamento original autóctone, criativo e não colonizado formulado desde os “elos mais fracos” do capital, resgate que além de abrir possibilidades de potencialização da *práxis*, também pode incrementar culturalmente e intelectualmente a autoestima dos povos.

Marini pensava em 1978 numa nova fase do Estado de Contrainsurgência onde as forças armadas desempenhariam um papel de tutela na transição as “democracias governáveis” se constituindo como um Quarto Poder. Se torna necessário uma atualização de quais são exatamente os poderes excepcionais nas novas contrainsurgências que ascendem na América Latina na última década. Sobretudo com a ampla infiltração nos aparatos judiciários, semelhante ao papel que desempenhou a cooperação Condor na articulação das forças armadas das ditaduras latino-americanas nos 1960-70 intermediado pela inteligência dos EUA, a exemplo do *Projeto Pontes* denunciado pelo Wikileaks em 2009²¹, assim como a atuação desempenhada pelos monopólios midiáticos, sejam eles os tradicionais ou redes sociais.

A crise do capital eclodida em 2008 possui características diferenciadas, pois além dos aspectos cíclicos das crises capitalistas, possui um caráter fundamentalmente orgânico (Bevilaqua, 2015). Ou seja, se revela como crise do valor devido a alta composição orgânica de capital nos países imperialistas, de modo que se tornou necessário mirar-se novamente em processos de ingerência estrangeira visando acentuar o grau da superexploração da força de trabalho como forma de compensação dessa crise e assim extrair uma maior massa de mais-valor desde os países dependentes até os centros imperialistas. Nesse contexto é necessário uma reatualização no conceito de Estado de Contrainsurgência, onde devem ser compreendido além da nova fase do capital, e conseqüentemente o caráter da crise do capital, as novas doutrinas de dominação imperialista, sobretudo a chamada *full-spectrum dominance*²² e a atual fase da dependência latino-americana.

²¹ Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>, acesso em: 22/08/2019.

²² Segundo o Moniz Bandeira (2016) *full-spectrum dominance* consiste na doutrina fundamental de política exterior dos EUA formulada pelos chamados neocons (neoconservadores) do Partido Republicano após o colapso da URSS, e implantada como política de Estado durante o governo de George W. Bush (2001-2009) com a invasão do Afeganistão e do Iraque. Essa doutrina consiste no domínio militar total nos espectros terrestres, marítimos, aéreos e espaciais, cujo o desenvolvimento desemboca nas chamadas “revoluções coloridas”, sob aparatos de guerras psicológicas e culturais, de modo que essa se desdobra sobre o espectro da restrição/anulação das soberanias dos Estados nacionais, instituindo uma governança global, apoiado num aparato de monopólio global da violência (global cop), sob a institucionalidade da OTAN.

Por outro lado, a questão deve ser complexificada através de estudos rigorosos para que não se perca pelas urgências conjunturais, sendo necessário buscar contribuições que transcendam a aplicação de modelos clássicos sobre os estudos do Estado, em especial dos Estados em seu caráter de exceção, contrarrevolucionários e/ou fascistas. Sendo primordial o trabalho de resgate de uma ampla gama de debates realizados desde uma perspectiva latino-americana, não para substituir o eurocentrismo por uma nova proposta de centrismo, mas para que seja possível formular desde as singularidades de cada região e, por conseguinte, examinar como os fenômenos globais apresentam suas particularidades para realidades socioeconômicas distintas.

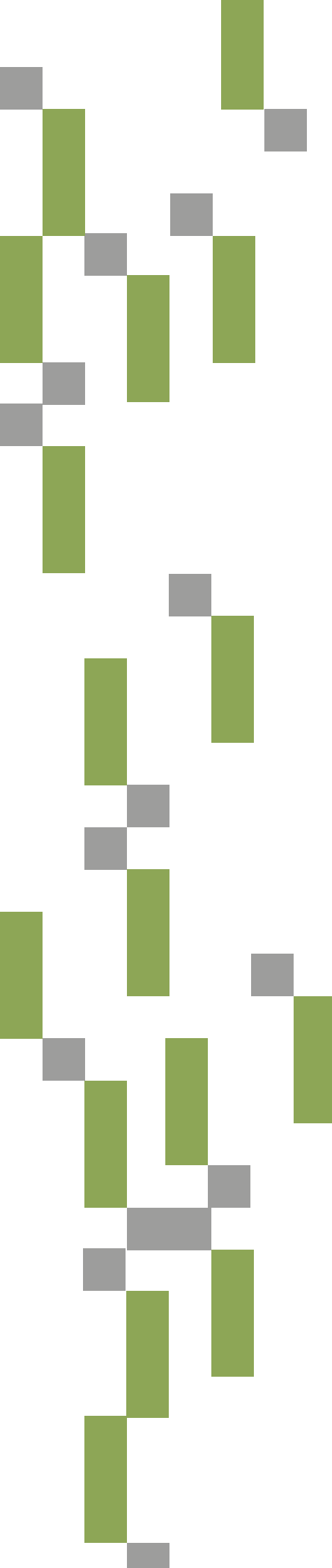
Referências

- BEVILAQUA, Aloisio Pampolha, “A crise orgânica do capital: o valor a ciência e a educação”, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.
- CUEVA, Augustín, “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”, In: CUEVA, Augustín, “Teoría social y procesos políticos en América Latina”, México: Edicol, 1979, pp. 15-39.
- DIMITROV, Georgi, “Selección de trabajos”, Buenos Aires: Estudio, 1972.
- GARCIA, Pio, CUEVA, Augustin, MARINI, Ruy Mauro e SANTOS, Theotonio dos, “La cuestión del fascismo en América Latina”, In: Cuadernos Políticos, nº18, México, D.F: Editorial Era, outubro-dezembro de 1978, pp. 13-34.
- GRAMSCI, Antonio, “Maquiavel, a política e o Estado Moderno”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HACKERTHAL, Eberhardt, “Fascismo y lucha antifascista”, In: Nueva Política, nº1, México, D.F: Fondo de Cultura Económica, janeiro-março de 1976, pp. 181-186.
- KOHAN, Nestor, “Golpe de Estado em Bolívia: debates pendientes y silencios cómplices”, Revista Espolier, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, novembro de 2019 In: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/golpe-de-estado-en-bolivia-2>>, acesso em: 16/11/2019.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>, acesso em: 01/08/2019.
- LUCE, Matias Seibel, “Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica”, São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro, “A new face of counterrevolution”, México, D.F: UNAM, 1977, disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/345_new_face_counterrevolution.pdf>, acesso em: 22/08/2019.
- _____, “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp.11-103.

- _____, “Dialética da Dependência” In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp.105-165.
- _____, “As Razões do Neodesenvolvimentismo”, In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp. 167-241.
- _____, “Memória: Por Ruy Mauro Marini”, In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.), “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 55-128.
- MARX, Karl, “Os 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____, “Crítica del programa de Gotha”, Moscou: Progreso, 1979.
- _____, “O Capital. Crítica da Economia Política, vol.1, Livro 1”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MONIZBANDEIRA, Luiz Alberto, “Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- _____, “Brasil, Argentina, Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- _____, “A Desordem mundial. O espectro total de dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- NATIONAL-GEOGRAPHIC PORTUGAL, “Lítio na Bolívia: A Febre do Ouro Branco”, In: <<https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/2042-litio-na-bolivia-a-febre-do-ouro-branco>>, acesso em: 13/11/2019.
- PETRAS, James, “La metamorfosis de los intelectuales en América Latina” In: Estudios Latino-Americanos, México, D.F: UNAM, vol.2, nº5, 1988, pp. 81-86.
- PRENSA LATINA, “Honduras um de los países más violentos de Centroamérica, según ONU”, disponível em: <<https://www.prensa-latina.cu/index.php?o=rn&id=289619&SEO=honduras-uno-de-los-paises-mas-violentos-de-centroamerica-segun-onu>>, acesso: 23/08/2019.
- PRESTES, Luiz Carlos, “Carta aos comunistas”, São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- RT EN ESPAÑOL, “EE.UU impone nuevas sanciones contra Cuba, Nicaragua y Venezuela”, disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/312045-eeuu-imponer-nuevas-sanciones-cuba-venezuela>>, acesso: 28/08/2019.
- SANTOS, Theotônio dos Santos, “Socialismo ou fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano”, Florianópolis: Insular, 2018.
- SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique, “As desventuras da dialética da dependência” In: Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.
- UNICEF, “Erradicar la pobreza extrema y el Hambre” (2019), disponível em: <<https://www.unicef.org/ODM1.pdf>>, acesso em 27/08/2019.

WIKILEAKS, “BRAZIL: ILLICIT FINANCE CONFERENCE USES THE “T” WORD, SUCCESSFULLY” disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09-BRASILIA1282_a.html>, acesso em: 22/08/2019.

Recebido em 2 de setembro de 2019
Aprovado em 23 de novembro de 2019



NOTAS CRÍTICAS

Bolivia: del progresismo al golpe de Estado y la réplica de Guaidó

Adrián Sotelo Valencia

El 10 de octubre de 2019 se registraron los trágicos acontecimientos que culminaron en el golpe de Estado cívico-militar y sicario contra el presidente constitucional de Bolivia, Evo Morales (hoy presidente en el exilio). El golpe fue perpetrado por la oligarquía reaccionaria, los altos mandos del ejército y fuerzas oscurantistas, fascistas y paramilitares organizadas en “comités cívicos” para dar la apariencia de “oposición ciudadana” al gobierno, y patrocinados por Estados Unidos como revelan, como antecedente, 16 audios difundidos por el medio digital boliviano Erbol de fecha 8 de octubre de 2019 donde se advierte el complot entre la oposición contrainsurgente y el gobierno de Estados Unidos en la planeación del golpe (AUDIOS, 2019, p. 6)¹. Escúchense también 15 audios de distintas reuniones de la conspiración internacional fraguada por personeros de la ultraderecha previa al golpe de Estado en Bolivia (Majfud, 2019).

Para entender la actualidad de los modernos golpes de Estado es útil recuperar un artículo, por lo demás ya clásico, escrito por Ruy Mauro Marini en 1978: “La cuestión del fascismo en América Latina” Revista *Cuadernos Políticos* no. 18, octubre-diciembre de 1978, pp. 21-33) que, junto a otros prestigiados escritores, analiza el origen de la doctrina de contrainsurgencia y la contrarrevolución que conduce a la instauración del golpe de Estado bajo la conducción de la bota militar en América Latina y El Caribe.

Uno de los puntos que aborda el autor es la similitud existente entre el fascismo europeo y el proceso contrarrevolucionario latinoamericano y que consiste en que ambos “...constituyen formas particulares de la contrarrevolución burguesa” (Marini, 1978, p. 22) pero que, en América Latina, asume la forma predominantemente militar.

Indica que la contrarrevolución latinoamericana se despliega en tres vertientes:

- a) Un cambio en la estrategia global del imperialismo norteamericano que ocurre a finales de los años cincuenta y principios de la siguiente década, donde lo básico es la formulación de la doctrina de contrainsurgencia “...que establece una línea de enfrentamiento a los movimientos revolucionarios a desarrollarse en tres planos: aniquilamiento,

¹ Que cita un informe denominado US hands against Bolivia (<<https://backdoors.wordpress.com/2019/10/08/us-hands-against-bolivia-part-i/>>).

conquista de bases sociales e institucionalización”. Y resume tal doctrina como “la aplicación a la lucha política de un enfoque militar”, donde “...el enemigo no solamente debe ser derrotado, sino aniquilado” (*ibídem*).

- b) La transformación estructural de las burguesías criollas que incide en una fuerte modificación en el bloque político del poder dominante que conforma una integración imperialista de la economía y de los sistemas de producción favorable a las inversiones extranjeras y al capital financiero predominantemente norteamericano y monopolístico.
- c) El ascenso del movimiento de masas a la que se enfrenta la burguesía en el curso de los años sesenta del siglo pasado y que agudiza la “violenta reacción de la burguesía y del imperialismo, es decir, de la contrarrevolución”.

De esta manera, sintetiza Marini, el proceso de la contrarrevolución inicia mediante un periodo de desestabilización donde la burguesía intenta agrupar tras de sí a las fuerzas contrarrevolucionarias y sembrar, en el movimiento obrero y popular, la desconfianza y la división entre sus dirigentes; continúa en la concreción de un golpe de Estado perpetrado por las fuerzas armadas y culmina con la instauración de una dictadura militar y del Estado de contrainsurgencia.

Sin embargo, es preciso destacar que el autor aclara que cada sociedad latinoamericana concreta le impone a cada uno de estos momentos su sello particular. Y lo mismo podemos hacer extensivo al proceso histórico: las actuales dictaduras y golpes militares llamados “suaves”, “judiciales”, “parlamentarios”, “cívicos”, etc., por supuesto son distintos a los del pasado, partiendo del golpe de Estado militar contra el gobierno constitucional de Jacobo Árbenz, en Guatemala, en 1954; las modificaciones del Estado en Venezuela durante el gobierno de Rómulo Betancourt, en 1959, y el golpe militar en Brasil en 1964 y los que le sucedieron casi en cascada para proteger y perpetuar los intereses norteamericanos y los de las élites de las burguesías dependientes y subdesarrolladas.

A diferencia de los golpes de Estado pasados, de los años sesenta y setenta, el actual de Bolivia comenzó supuestamente por un “descontento civil” contra un presunto “fraude electoral” que le confirió el triunfo y la reelección al presidente Evo Morales. La cobertura la proporcionó la Organización de los Estados Americanos (OEA) erróneamente aceptada por el gobierno para monitorear la jornada electoral y recontar los votos: y cuyo secretario general, el esperpento Luis Almagro, empleado de Washington, calificó la asonada militar como un “autogolpe” en la Sesión Extraordinaria que esa organización celebró a instancias de México y otros países el 12 de noviembre de 2019 ante el mutismo de los personeros de ese organismo que es en el fondo el Ministerio de Colonias de Estados Unidos. A partir de aquí y paulatinamente, una vez proclamada la renuncia del

presidente, se fue entregando el poder efectivo, primero a la policía y luego al ejército, quien se dio a la tarea de reprimir a los movimientos populares afines al depuesto presidente con el fin de “restablecer el orden constitucional” que ellos mismos violentaron con sus acciones golpistas ordenadas y comandadas por el imperialismo.

Hoy la guerra de quinta generación utiliza los medios de comunicación monopólicamente controlados por los aparatos de Estado desde Estados Unidos para difundir las principales consignas y lineamientos de las fuerzas golpistas. Son vehículos las cadenas golpistas como CNN y NTN24, además de todo tipo de ONGs fantasmas diseñadas en Estados Unidos por los propios conspiradores y cuyos formatos y voceros son furibundos anticomunistas pro-yanquis y racistas que desean el retorno de la historia a las siniestras épocas de las dictaduras y de la muerte donde el neoliberalismo y el mundo de los superricos y multimillonarios sean una sola realidad que excluya al grueso de la población y si es posible la extinga.

Otro elemento “novedoso” respecto al pasado, es la réplica del “modelo Guaidó”, ese presidente bufo inventado por los gringos y que siguiendo sus lineamientos, llevó a la autoproclamación como presidenta de Bolivia, a una senadora de derecha que previamente había solicitado la intervención de las fuerzas armadas supuestamente para “garantizar el orden”, violando y pasando por alto todas las leyes y disposiciones constitucionales, como la ausencia de quórum en la Asamblea Legislativa, instancia legal para tomar decisiones en torno a la elección de un presidente interino.

Pero todo está permitido en la ruta de imponer el golpe y consolidarlo para beneplácito de Estados Unidos.

En el contexto de las actuales movilizaciones populares contra el capitalismo y el neoliberalismo rapaz que ocurren en Ecuador, Chile y Haití, así como en otros países como Costa Rica y Panamá, será nuevamente el pueblo boliviano organizado, con sus intensas luchas, movilizaciones y resistencias quien derrotará el golpe de Estado militar perpetrado por la oligarquía y el imperialismo. Y que cuyo objetivo fundamental es apropiarse de todos los recursos naturales y energéticos bolivianos en la confrontación de Estados Unidos con potencias comerciales y nucleares, como China y Rusia, y además, como una forma de intentar detener el proceso de su decadencia capitalista y la constante pérdida de hegemonía en el plano de las relaciones internacionales.

Referencias

AUDIOS revelan complot opositor con apoyo de Washington para desconocer a Morales. *Periódico La Jornada*, 12 de noviembre de 2019, p. 6. Disponible en: <<https://www.jornada.com.mx/2019/11/12/politica/006n1pol>>. Acceso en: 12/12/2019.

MAJFUD Jorge. El lazo de los conservadores de las Américas y los golpistas en Bolivia. Disponible em: <<https://majfud.org/2019/11/11/el-lazo-de-los-conservadores-de-las-americas-y-los-golpistas-en-bolivia/>>. Acceso em: 12/12/2019.

MARINI Ruy Mauro. “La cuestión del fascismo en América Latina”. Revista *Cuadernos Políticos* no. 18, octubre-diciembre de 1978, pp. 21-33.

El gobierno trucho y la resistencia indígena-popular en Bolivia.

Adrián Sotelo Valencia*

En Bolivia finalmente se consumó el golpe de Estado y se estableció una dictadura cívico-militar, racista y pro-norteamericana con un gobierno trucho, es decir, simulado o falso, como expresa su significado en el acervo popular. El presidente Evo Morales, su vicepresidente y varias autoridades tuvieron que aislarse en embajadas, junto con sus familiares, y acudir a otros países, como México en el caso de los primeros, para salvaguardar sus vidas amenazadas por las fuerzas fascistas que tomaron el poder por la vía de las armas y la represión.

Las movilizaciones pacíficas del pueblo han sido brutalmente reprimidas con un saldo de muertos, heridos, detenidos y desaparecidos ante la indiferencia y complicidad de gobiernos en el mundo, así como de organismos comparsa de Estados Unidos como la OEA, la ONU, la Unión Europea; y los voceros de los gobiernos de derecha, como el de Bolsonaro, de Brasil, que no han tenido empacho en reconocer y justificar la asonada golpista y a sus representantes que se han autonombrado como las autoridades del nuevo régimen dictatorial, también justificado por Luis Almagro al calificar la irrupción golpista como un “autogolpe”. Lo mismo aplica para la señora Michelle Bachelet, la Alta Comisionada de los “Derechos Humanos” de la ONU que, en vez de condenar la represión en Ecuador, Bolivia, en su país Chile y en Haití, ha consagrado sus ataques y críticas contra el gobierno de Venezuela siguiendo el formato de la política de ataques y de agresiones del imperialismo norteamericano.

Replicando las más crueles e infames dictaduras con sus métodos de muerte y de violencia que se impusieron por la fuerza en América Latina durante las décadas de los sesenta y setenta del siglo pasado, en muy poco tiempo el gobierno de facto ha adoptado una serie de medidas neoliberales y pro-imperialistas como la destitución de los embajadores del gobierno de Evo Morales; el anuncio de la ruptura de relaciones diplomáticas con Venezuela y el retiro, mediante decreto, de Bolivia del ALBA, que es una de las principales consignas de Estados Unidos a sus operadores coloniales en los países dependientes, a través de sujetos como Piñera, Bolsonaro y Macri, con el objetivo de minar la integración latinoamericana y fortalecer el dominio imperialista de Washington.

Investida por un ex-comandante de las fuerzas armadas, la autonombrada “presidenta” de facto, la ex-senadora opositora de derecha, Jeanine Áñez, que no

* Investigador del Centro de Estudios Latinoamericanos de la FCPyS de la UNAM.

puede ocultar, ni con maquillaje teñido de rubio, su nítido mestizaje y expresivo racismo anti-indígena - que, junto con los militares, retiró y mancilló la Whipala que es el emblema de los pueblos originarios – expidió un mortífero decreto que exime de toda responsabilidad penal a la policía y a las Fuerzas Armadas en la represión de las protestas en el país; dice así: “El personal de las Fuerzas Armadas, que participe en los operativos para el restablecimiento del orden y estabilidad pública, estará exento de responsabilidad penal cuando en cumplimiento de sus funciones constitucionales, actúe en legítima defensa o estado de necesidad”. De este modo dio rienda suelta y autorizó a las fuerzas armadas para reprimir a placer y con sadismo a los pueblos originarios, y a todos los inconformes contra el golpe de Estado, incluyendo a los que no son partidarios del presidente Evo Morales.

A diferencia de Venezuela, por ejemplo, el gobierno del Movimiento al Socialismo (MAS) no tuvo el cuidado, o tal vez la osadía, de construir fuerzas armadas populares, como los organismos milicianos defensores de la patria, que eventualmente hubieran podido contrarrestar el golpe fascista y la intervención del ejército oligárquico. Los cuales hoy reprimen al pueblo boliviano con saña y furia bajo las órdenes de la autoproclamada presidenta y de militares corruptos que siguen a pie juntillas las órdenes de Washington, para destruir el proyecto social-popular construido por el depuesto gobierno a lo largo de 13 años e instaurar, al mismo tiempo, el fracasado neoliberalismo que hoy arde y se extingue prácticamente por todo el mundo a la luz de la crisis y decadencia del capitalismo histórico.

El presidente Evo Morales en el exilio ha planteado la posibilidad de un retorno para establecer un “diálogo nacional” con vistas a pacificar su país y evitar las masacres que está perpetrando el régimen genocida. Sin embargo, es muy difícil pensar que dicho régimen y sus personeros estén dispuestos a sentarse en una mesa a negociar una transición democrática para restablecer el orden en el país, sobre todo considerando que quien en última instancia toma las decisiones es Estados Unidos. Y más aún cuando la presidenta de facto ha declarado que, de retornar el presidente Morales, sería inmediatamente detenido y sometido a juicio para encarcelarlo. Sin descartar las denuncias probadas acerca de que ya había orden de asesinarlo si permanecía en el país después del golpe.

Otra posibilidad es que el régimen permita que sesione el Congreso, donde el MAS detenta dos tercios de los votos, tanto para evaluar y decidir si se acepta o no la renuncia del presidente Evo Morales y de las demás autoridades como para establecer un calendario electoral que fije el proceso y las fechas para celebrar nuevas elecciones presidenciales. En el entendido de que el régimen ya ha anunciado que no permitirá la participación en dicho proceso del presidente Morales. Además existen denuncias de la persecución de los parlamentarios de ese partido y de su posible proscripción y el encarcelamiento de sus miembros para evitar

una salida constitucional que deponga a la dictadura. De hecho, el régimen anunció el 17 de noviembre de 2019, a través del nuevo “ministro” de facto, un tal Arturo Murillo, la creación de un “aparato especial de la Fiscalía” para detener a congresistas miembros o que son afines al Movimiento al Socialismo (MAS) del presidente Evo Morales que, supuestamente, estarían “incitando” a la violencia. Mientras que, intencionadamente, el 30% de la oposición se niega a entablar negociaciones contra la mayoría constituida por el 70% de los escaños en el Congreso para dar la apariencia mediática de que no existen condiciones para reunir a los parlamentarios y definir el futuro del país.

El problema de fondo, como en Venezuela, radica en que la toma de decisiones finalmente la tienen los personeros de Washington quien evidentemente han decidido apropiarse de los recursos naturales del país, con énfasis en el litio (también conocido como oro blanco) que es un mineral estratégico que se utiliza en la fabricación de acero, de baterías, esmaltes y lubricantes y en industrias como la electrónica y la medicina, entre otras.

Los Comités Cívicos, como el de Potosí, verdaderos semilleros de la contra-insurgencia y de la organización del golpe, comenzaron sus ataques contra el gobierno plurinacional por haber firmado con Alemania un proyecto de explotación del litio, 100% estatal gestionado a través de la creación de la empresa Yacimientos de Litio Bolivia (YLB) mediante la cual puso en marcha una planta productora de cloruro de potasio con acciones mayoritarias del Estado.

Uno de los promotores del golpe, el señor Luis Fernando Camacho, presidente del Comité Cívico de Santa Cruz, también fue uno de los principales opositores a dicho proyecto que lo tildó de “antinacionalista”, como pretexto para sustentar sus intereses golpistas a través de la consigna levantada en torno a que supuestamente se había registrado un fraude electoral en las elecciones presidenciales.

Por lo tanto existe una íntima relación estratégica y político-económica entre el golpe de Estado y la apropiación de los recursos naturales de Bolivia a través de las empresas trasnacionales norteamericanas que, de este modo, intentan fortalecer sus estrategias de confrontación imperialista contra potencias competidoras en ascenso como China y Rusia, entre otras.

Es este el verdadero trasfondo del golpe de Estado: despojar a los pueblos del mundo y a las naciones de sus territorios productivos originarios para trasladar esos recursos a los procesos de acumulación de capital de Estados Unidos, de la oligarquía financiera y del aumento de la tasa de ganancia de las minorías privilegiadas de sus clases dominantes enraizadas en el andamiaje del complejo tecnológico-industrial y militar de ese país.

Una vez instalada la dictadura a través del golpe, el régimen intentará revestirlo de “civilidad” para darle una apariencia de “democrático”, sea a través de futuras elecciones fraudulentas con el control de los órganos electorales, o me-

dian­te comi­cios nor­ma­les, pe­ro que le ase­gu­ren una con­ti­nui­dad al ré­gi­men neoli­beral ex­clu­yen­te de la ma­yor par­te de la po­bla­ción bo­li­via­na. No se ve por don­de se pue­da res­ta­ble­cer el go­bi­er­no de­mo­crá­ti­co an­te­rior al gol­pe, so­bre to­do por­que Es­ta­dos Uni­dos tra­ta­rá de le­gi­ti­mar el ré­gi­men de fac­to pre­si­onando su re­co­no­ci­mien­to en los pa­í­ses que le son a­fi­nes, co­mo lo ha he­cho en el ca­so de Ve­ne­zue­la con el pre­si­den­te bu­fo Guaidó que es su ma­ri­o­ne­ta me­diante la que con­tro­la y ma­ni­pu­la a la ul­tra­de­re­cha apá­tri­da de ese pa­ís has­ta el pre­sen­te a­trin­che­ra­da en la Asam­blea Na­cio­nal.

Con­si­de­ra­mos que, más que la ac­ción di­plo­má­ti­ca y po­lí­ti­ca que el pre­si­den­te en el exi­lio pue­da ejer­cer para sol­ven­tar una po­si­ble so­lu­ción fren­te al gol­pe de Es­ta­do que der­ro­que a las fuer­zas gol­pi­stas y res­ta­blez­ca mí­ni­ma­men­te lo que se de­no­mi­na de­mo­cracia y es­ta­do de de­re­cho: es la lu­cha po­pu­lar del pue­blo la que, en úl­ti­ma in­stan­cia, po­drá lo­grar este ob­je­ti­vo. Al res­pec­to nos pa­rece im­por­tan­te tran­scri­bir las si­guien­tes re­so­lu­cio­nes del Ca­bi­l­do de los 14 Dis­tri­tos de la ciu­dad de El Alto y de las 20 Pro­vin­cias de Bo­li­via que con­sti­tu­yen un ver­da­de­ro ma­ni­fiesto de lu­cha y de las de­man­das más sen­ti­das de la po­bla­ción con­tra el go­bi­er­no de fac­to y el ge­no­ci­dio que es­tá re­a­li­zan­do para in­ten­tar man­te­ner­se en el po­der:

1. Renuncia de la autoproclamada presidenta.
2. Renuncia inmediata de la alcaldesa Soledad Chapetón por incumplimiento de funciones y traición al pueblo alteño.
3. Liberación inmediata de los detenidos en las movilizaciones a nivel nacional.
4. Desconocimiento total de la Federación de Juntas Vecinales (Fejuve) de El Alto por parte de los 14 Distritos.
5. Repliegue inmediato de los militares a sus unidades.
6. Pedir a la policía que se reivindique con su pueblo para así poder llegar a la paz de todo el Estado plurinacional.
7. Expulsión inmediata de los señores Carlos Mesa Gisbert, Luis Fernando Camacho, Marco Puari por incitar a la violencia entre los bolivianos.
8. Pedir la presencia de los derechos humanos y de los medios de comunicación, nacionales e internacionales, para que difundan los atropellos que se están dando con este gobierno transitorio.
9. En caso de no reconocer nuestras peticiones resueltas en este megacabildo se tomarán medidas más radicales.
10. Hermanos y hermanas vamos a implementar bloqueos a nivel del Alto y las 20 Provincias y a nivel nacional y un paro indefinido con el bloqueo de 1000 calles.
11. Realizar un cerco a toda la ciudad de La Paz.

Los Cabildos, una especie de reflexión colectiva y crítica de la realidad so-

cial, son unidades y espacios ancestrales de participación popular donde se toman decisiones trascendentes para las comunidades y se establecen las líneas de acción que se tienen que desplegar. En este caso, las resoluciones antes señaladas constituyen las líneas mínimas de acción tomadas por las comunidades para intentar derrotar el golpe de Estado y los intentos de institucionalizar la dictadura revestida de civilidad impuesta por Estados Unidos y la oligarquía boliviana y que muy bien se pueden combinar y coordinar con la acción que desde el exterior desarrolla el presidente Morales desde su exilio en México.

Recibido em 19 de novembro de 2019